(DES)ENCONTROS TRABALHO-FAMÍLIA

NARRATIVAS DE FAMILIARES DE TRABALHADORES MIGRANTES DO SETOR DE PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA

DANIELE ALMEIDA DUARTE

(DES)ENCONTROS
TRABALHO-FAMÍLIA

DANIELE ALMEIDA DUARTE

(DES)ENCONTROS TRABALHO-FAMÍLIA

NARRATIVAS DE FAMILIARES DE TRABALHADORES MIGRANTES DO SETOR DE PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D872d

Duarte, Daniele Almeida
(Des)encontros trabalho-família: narrativas de familiares de trabalhadores migrantes do setor de produção de energia hidrelétrica / Daniele Almeida Duarte. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
Recurso digital

Formato: ePub
Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-85-7983-701-2 (recurso eletrônico)

1. Psicologia social. 2. Famílias. 3. Relações humanas. 4. Livros eletrônicos. I. Título.

15-28919 CDD: 150.195
CDU: 159.964.2

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Editora afiliada:

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

Associação Brasileira de Editoras Universitárias

Aos barrageiros e seus familiares ao ensinarem que hidrelétricas não se constroem apenas com pedra, areia, cimento e vergalhão, tampouco somente com água, comportas e turbinas, mas também com afetos, ganhos e perdas vividas por aqueles que experimentaram a (i)mobilidade e os (des)encontros trabalho-família.

Agradecimentos

Sou grata a todos que fizeram parte do meu horizonte e que me permitiram fazer parte do seu na construção deste livro e no estudo desta temática. Com cada um de vocês pude estender e aprofundar minha apreciação do mundo, ansiando não apenas por compreendê-lo, mas por fazer da compreensão uma possibilidade de mudança. Descobri a potência da fusão de horizontes ao vivenciar encontros genuínos de abertura e acolhimento junto ao outro e as suas diferenças.

Aos meus familiares. Com vocês, além de eu poder viver diversos arranjos afetivos e relacionais, experimentei o compartilhar do amor, da memória, da história, do pertencer caloroso e afável. Construí face a face parte significativa do meu horizonte e da narrativa de vida. Junto a vocês, experimentei os (des)encontros trabalho-família buscando de modo incessante e aventureiro recriar a existência.

Aos amigos. Companheiros de (des)venturas transbordantes de afetos. Rimos e choramos. Confidenciamos. Alardeamos. Festamos. Estudamos. Trabalhamos. Descansamos. Porém jamais deixamos de sonhar!

Agradeço à Cristina Amélia, interlocutora fundamental nesse percurso. Orientadora, docente e pessoa que, com suas potentes narrativas, convidou-me de modo generoso a ouvir outras vozes

mediante o encontro entre saberes, narradores e cenários diversos de vida. Aprendi com você, ao longo desses anos, muito mais do que percorrer o infindável caminho como pesquisadora, é possível construir um percurso humano, ético e competente sem perder a sensibilidade, o engajamento e o desejo.

Aos professores que fizeram também parte dessa trajetória, Catarina Satiko Tanaka, Francisco Hashimoto, Matheus Fernandes de Castro e Rafael Siqueira de Guimarães, que me encorajaram de modo cuidadoso e criterioso a caminhar mais adiante nos horizontes abertos no campo teórico e humano. Suas profícuas contribuições respaldaram-me não apenas no campo científico, mas fizeram-me mais sensível à arte da escuta e da construção das narrativas para que eu pudesse encontrar os narradores e por eles ser encontrada.

Ao grupo de pesquisa "Figuras e modos de subjetivação no contemporâneo", colegas de trecho acadêmico e de estrada. Estendemos juntos horizontes ao coletivizarmos temas, métodos e teorias, bem como questões, desafios e possibilidades. Construímos um trabalho pautado no respeito e na solidariedade com a presença de dissensos e adversidades que moviam um caloroso debate.

À Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – campus Assis. Docentes e funcionários. Ao vivenciar o exercício científico e a possibilidade de construir a partir dessa instituição fatia significativa da minha caminhada enquanto profissional e pesquisadora, pude ser auxiliada por vocês com gentileza e responsabilidade em todos os momentos dessa trajetória.

Aos narradores que de modo generoso receberam-me e compartilharam suas histórias de vidas marcadas não apenas por lutas, (des) encontros trabalho-família, mas por sonhos, desejos e esperanças. Ensinaram-me de modo vigoroso sobre a dimensão e a espessura do viver nas instâncias social e subjetiva.

Enfim, manifesto minha gratidão àqueles que compartilharam generosamente seus horizontes e narrativas. Deixo registrada aqui a dimensão coletiva que perpassou essa construção, as várias vozes e saberes abertos à aventura da fusão de horizontes e suas narrativas que insistem em não finalizar.

Sumário

Prólogo 11

1 Palavras iniciais: abrindo o horizonte do livro 23
2 (Des)encontros trabalho-família 45
3 Os modos de ser-trabalhar-viver dos barrageiros e seus familiares 117

Palavras finais: o fechamento (aberto) do livro 215
Referências bibliográficas 229

Prólogo

De tudo, ficaram três coisas: a certeza de que ele estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, da procura um encontro.

(Sabino, 1981, p.154)

Falar como se originou este livro requer, em primeiro lugar, traçar uma breve trajetória da autora antes de expormos a dos narradores aqui presentes. Para isso, circunstanciaremos de modo breve aspectos que oportunizaram a construção deste livro de maneira que possamos compreender a redação como algo que ultrapassa a fixação da escrita. Convidamos o leitor a percorrer conosco, nestas primeiras páginas, o caminho autobiográfico que trilhamos como vias abertas para chegarmos à biografia de outros narradores.

A narradora pesquisadora ou a pesquisadora narradora?

Essa é uma questão que não deve ser vista separadamente! Versemos sobre ela de modo breve para entrevermos que ao se construir uma modalidade de texto também se produz o autor. Diante disso, o universo narrativo não reporta apenas aos dos participantes que integraram a pesquisa de doutorado que originou este livro. Há que se narrar tanto o processo investigativo, que compôs essa trama, quanto a nós mesmos – por isso o uso da primeira pessoa do singular combinada com a primeira pessoa do plural nesta seção.

Algo se torna objeto de estudo, um problema sujeito ao exercício compreensivo-interpretativo, por diversos motivos. No nosso caso, compreender as formas de ser-trabalhar-viver[1] de barrageiros[2] tem a ver diretamente com a minha história de vida. É preciso situar o leitor sobre as tramas aqui entrelaçadas. São as histórias dos familiares de barrageiros que de certo modo fazem reverberar as minhas – as da narradora pesquisadora. Esse tema fez-se interesse de pesquisa por remeter à minha implicação direta nesse universo.

Por reconhecer isso e ser pesquisadora que trabalha com narrativas, tive de narrar a minha pesquisa e seus contornos teórico-conceituais, sem deixar de circunstanciar parte da minha história – tive de me tornar pesquisadora narradora.

Comecei, ainda em tenra idade, contando às pessoas com quem convivi, as minhas andanças. Muitos esquecem que mudar de cidade não é apenas deixar sua antiga casa para ocupar outra até então desconhecida. É preciso rearranjar os móveis, os objetos, os novos espaços e as relações. Necessitamos encontrar outra disposição para

---

1 Essa expressão, originariamente, é utilizada por Batista e Codo (2007) ao debaterem as novas lógicas de trabalho e tempo que geram distintos processos de subjetivação.

2 Os trabalhadores do setor de produção de energia hidrelétrica também são conhecidos pelo termo barrageiros, pois estão envolvidos, direta e indiretamente, com a construção de barragens que servem para formar o reservatório de água, necessário para a produção de energia elétrica.

nossos afetos porque nessas idas e vindas estamos intensamente conjugando perdas e ganhos, esquecimentos e lembranças, pois sofremos o processo de quassação[3] e de enraizamento.

Mudar de cidade é mais que mudar de casa. Trocamos de escolas, amigos, sotaques, arquiteturas, paisagens, altitudes e longitudes, cheiros, histórias, mitos, ritos, árvores, insetos, animais, comidas, costumes, gírias, título de eleitor, número de telefone, voltagem, comprovante de residência, de roupa (há lugares mais frios ou quentes). O gosto da água não é o mesmo e já tive dores de barriga por comer e beber coisas cujos nomes nem sabia! O odor do ar, a cor do céu e o tom da terra também diferem incrivelmente.

Eu não tinha dimensão de como este Brasil era grande e como sua gente era diversa até passar por diferentes estados e localidades. Isso me fez enxergar um horizonte mais amplo que o meu. Passei a entender o que era o cerrado, para além dos livros de geografia, o que era uma colonização ucraniano-polonesa, ítalo-alemã, bem como a influência indígena e afrodescendente que constituem as histórias dos "Brasis". Vi, quase no quintal da minha casa, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) aquecer-se no pontal do Paranapanema. Topei com a diferença gritante da agricultura familiar com a da monocultura e o latifúndio. Experimentei a escola particular do centro da cidade até a escola pública de periferia em uma localidade sem pavimentação asfáltica. Nesses lugares, com pessoas e coisas inomináveis, tive de aprender a apegar-me e a desapegar-me. Diversas vezes me emocionei, ao chegar e ao partir, por não querer morar no novo lugar tampouco por não desejar sair dele.

Algo curioso na história da minha família era como mudávamos de casa, de modo reincidente. Não sei o que acontecia, mas, ao alugarmos uma nova casa na cidade, os proprietários resolviam vendê-la em menos de um ano de moradia. A título de exemplo, em um ano e meio, em uma única cidade, morei em quatro casas diferentes. Como se não bastasse mudar de cidade, mudava de casas em uma

3 A quassação consiste em procedimentos que visam reduzir as cascas e as raízes a fragmentos para extrair-lhes os princípios ativos.

mesma cidade! Nossa casa possuía decoração variável e multicolorida, além de móveis quebrados e riscados a cada nova mudança. Isso porque havia casas com móveis embutidos, outras, não. Dessa forma, cada móvel tinha uma história e uma procedência diferente.

Contarei onde nasci e por onde passei até chegar a Maringá (PR), de onde escrevo. Com meu pai barrageiro, nasci e morei em Ilha Solteira (SP) (nessa época a cidade era distrito de Pereira Barreto). Depois, em Birigui e Teodoro Sampaio (SP), em Maringá e Porecatu (PR), Ourinhos (SP), Xanxerê (SC), Catalão (GO), Cassilândia (MS). Sem a minha família, fui para Assis (SP) (fui morar sozinha e foi o único lugar em que eu sabia que ficaria ao menos cinco anos por causa da universidade), Irati e Maringá, (PR) (única cidade para onde retornei e onde pude reencontrar parte da minha família).

Quando criança, em meio às mudanças, lembro-me de algo estratégico, elaborado por meus pais. Uma coisa apenas, em meio às bagunças, não poderia desaparecer: a caixa de brinquedos. São várias as recordações, em meio às outras caixas, das brincadeiras que fazíamos eu e minha irmã. Engraçado também como as coisas podem sumir e se multiplicar em fragmentos infindáveis quando estão encaixotadas! Certas coisas se extraviaram e nunca mais as encontramos, bem como o contrário.

Penso que uma das sensações mais desconfortáveis, ao chegar a um novo lugar, era poder me assentar nele. Torná-lo familiar, seguro e receptivo para mim mesma. Não me refiro a uma casa luxuosa ou ostensiva, mas a um canto no mundo em que você possa chamá-lo de seu e permita ser minimamente acolhedor. Um lugar onde você possa criar sentimento de pertencimento e identificação. Diferentemente da minha cachorra, eu não poderia levar uma casinha e apenas ter o trabalho de posicioná-la diante de uma vista aprazível e protegida – embora até os cães necessitem farejar cantos e frestas para torná-los seus.

A rotina é desarranjada. Você não sabe mais os atalhos nem faz o tradicional trajeto de volta para casa, seja para desviar do trânsito, seja dos buracos e cachorros brabos que estão no meio do caminho. Trata-se de uma rede de relações materiais e imateriais que você tem de reconstituir praticamente do zero e que atravessa todo o seu

cotidiano: que dia passa o coletor de lixo? A que horas vem o carteiro? Quem será o professor ou o aluno? Quais são meus colegas de trabalho? Quem é a minha vizinhança? Qual padaria e supermercado são bons? Qual médico ou hospital é confiável? Onde podemos nos divertir com lazer e arte? Qual lugar é seguro ou perigoso? As pessoas são receptivas ou fechadas?

Em princípio, as perguntas são maiores que as respostas, mas eram elas que, de modo tácito, organizavam nosso lugar a ser ocupado naquele pedacinho do cosmos. A territorialidade[4] é construída assim, aos poucos e com o tempo. Não há como antecipá-la e ninguém pode fazê-la plenamente por nós. Todavia, esse processo está permeado de novas descobertas, de aprendizagens e revelações. Descobrimos não apenas nosso país, com suas pessoas e lugares, mas a nós mesmos.

Disso surgiu meu interesse singular por ouvir histórias, especialmente as de outros barrageiros. Como eles viviam e significavam essa conjectura marcada pela mobilidade?

Isso fez com que, no contexto deste livro, a minha história saísse de cena (ela vai para os bastidores) para deixar protagonizar a dos trabalhadores e seus familiares de barragem. Não se trata de histórias similares, a minha e a dos participantes da pesquisa, pois a significação da existência é singular. Entram em cena os narradores, cujas produções narrativas distintas são anunciadas de posições diferentes, lugares outros e direções diversas de modo a conferir rumos e sentidos únicos ao curso de suas vidas. É o encontro da subjetividade com o *socius* que remeteu a um fenômeno recorrente no Brasil: o setor hidrelétrico que empregou e desempregou inúmeras pessoas. E, ao conferir (ou não) trabalho a elas, o percurso de suas vidas foi

4 Parte específica da dimensão espacial onde ocorre a interação entre os seres humanos, um registro mediado pelo espaço e pelo tempo. Para cada tipo de territorialidade haverá um correspondente específico de temporalidade, a qual poderá coexistir e se expressar por meio das diferenças, das desigualdades, das relações e exercícios de poder: "a territorialidade pode ser definida como conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo" (BECKER, 1993, *apud* ALBAGLI, 2004, p. 30), o que vem configurar formas de afetos e relações simbólicas, fundamentais para a subjetividade.

delineado por condições sociais, econômicas, culturais e políticas, específicas ao período histórico do Brasil vivenciado.

Barrageiro muda de cidade. Barrageiro busca felicidade. Barrageiro confronta a realidade. Faz isso ao desbravar lugares, gentes, histórias outras. É o estranho que chega aonde muitas pessoas não saberão de onde ele era e nem para que veio. Talvez possa ser alguém que venha a se familiarizar, apegar-se temporariamente àquele povo e local, mas que possivelmente terá de partir mais uma vez, com ou sem a família.

Eu, enquanto filha de barrageiro, constitui-me no movimento. Não há apego à terra natal, onde morei somente meus seis primeiros anos de vida. Também não tenho amigos com quem possa compartilhar minha história de infância e adolescência, em um único lugar. Meus avós eram de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, gostavam da família ao redor. Nunca morei lá, mas, mesmo assim, eles não deixaram de sonhar que um dia ficaríamos por ali. A única coisa em que eu pensava, quando meus avós pediam para meus pais residirem mais perto, era: há barragem aqui? Entendia de modo pueril que barragem estava para trabalho assim como trabalho estava para barragem. Na fala dos narradores vi que eles também compreendiam isso, ao rememorarem sua infância e temerem o desemprego de seus pais.

No início dos anos 1980 eu não tinha idade nem clareza suficientes do que era uma empresa estatal, mas sabia dizer desde criança o que era morar em uma vila de barrageiros e onde papai trabalhava – sempre visitávamos as novas usinas onde ele atuaria, além de ouvir suas detalhadas explicações de como gerar energia hidrelétrica. Sabia também deslocar-me sozinha pelas ruas da cidade desde os três anos de idade, mamãe ficava de cabelos em pé! Compreendia que papai (o barrageiro, chefe de família) fazia parte do sindicato e integrava a luta dessa classe (hoje, entendo melhor isso).

Os anos se passaram, eu tornei-me adolescente, passei a estranhar e temer uma coisa até então inimaginável: o que sucederá com os meus amigos, comigo e meus familiares com essa tal de privatização? O que querem esses estadunidenses que aqui vieram para se tornarem proprietários de nosso rio, de nossa água, fauna e flora como também

de nós mesmos, de homens e mulheres que vendem sua força de trabalho a eles, bem como da energia gerada pelos rios tupiniquins?

Não sabia responder bem, mas percebia algumas transformações dentro e fora de casa, como o fato de o assunto dos sindicatos não aparecer mais com tanta frequência nas prosas familiares e com conhecidos. Lembro-me com nitidez de meus colegas, com quem estudava, contarem para mim que seus pais foram demitidos, o que me deixava pasma e aborrecida. Esse era o início dos anos 1990, quando comecei a viver o neoliberalismo na mesa de casa, ao brincar de bets[5] na rua com a criançada e no caminho da escola, mesmo sem saber seus preceitos ideológicos.

A partir desse período de demissões em série, eu já não morava mais nas vilas. Não havia mais clubes nem confraternizações entre colegas de trabalho dos meus pais e a vizinhança. As casas já haviam sido vendidas, assim como pousadas, escolas, ambulatórios e estabelecimentos diversos da empresa. Papai alguns anos depois foi despedido e vivenciamos outro contexto: o desemprego e, posteriormente, um novo trabalho em uma empresa privada. A instabilidade era a palavra da vez. Continuávamos a mudar de cidade, dessa vez não era pelo fato de papai ser transferido pela mesma empresa.

Os anos avançaram, o novo milênio havia chegado. Após trabalhar em diversos empreendimentos, trocar de empresas, papai se aposentou e retornamos pela primeira vez a um lugar em que havíamos morado porque 14 anos antes nos encantamos com o local.

Mas as nossas lembranças como familiares de barrageiro continuam a cintilar. Tal como os narradores deste livro, que se recordam de suas casas, lugares e vizinhança, também rememoro minha vivência. Em especial, das vilas onde podíamos brincar livremente pelas ruas. Percorrer casas e gramados vizinhos. Escalar árvores, pegar várias frutas, cuidar de animais e "chupar o melzinho das flores".

---

5 Jogo de rua, também conhecido como taco, tacobol, betcha ou casinha. Esse jogo nas vilas onde cresci era muito comum. O material suficiente para dar início à partida podia ser encontrado por nós mesmos na lixeira mais próxima: latas de óleo, cabo de vassoura ou latinhas em geral e pedaços de madeira que servissem como taco.

Eu e minha irmã sempre tivemos apreço por animais. Nos lugares em que morávamos, adotávamos e acolhíamos inúmeros bichos: gatos e cachorros. Estes aprendiam a se mudar conosco e a conviver uns com os outros. Outro aspecto que me faz rememorar esse contexto são as árvores e as plantas. Eu e meu pai costumávamos plantar árvores praticamente em todas as casas em que morávamos. Em especial, lembro-me de quando eu plantei um girassol. Consegui pegar, com muito custo, um pé na última rua da vila em que eu morava, pus na cestinha da minha bicicleta e pedalei até chegar a casa e, com cuidado, tirar a planta. Infelizmente, o talo quebrou perto de casa. Mesmo assim, plantei. Entre esse girassol e as outras plantas, o que acontecia era não os vermos crescer e se tornarem frondosos, mas me sentia consolada ao pensar que algo importante eu havia deixado naquela terra e que outras coisas poderiam continuar germinando.

Certa vez, ao conhecer pessoas que pouco tinham mudado de cidade e queriam saber quem eu era e de onde eu vinha (que quase sempre confundiam procedência com local de nascença e não consideravam o último lugar de moradia), senti-me constrangida por não poder dar uma resposta que permitisse conhecer quem era a minha família ou mesmo identificar um único lugar do qual adviera. Essa pergunta trazia-me uma impressão de que eu não possuía referências, lugar ou raízes – visto que uma tradicional questão costuma ser feita em algumas cidades para identificá-lo: de que família você é?

Mas foram essas repetidas indagações que me fizeram perceber que eu não era desprovida de referências, lugar ou raízes. Não era o nome de uma ilustre família daquela localidade que me conferia dignidade ou notoriedade na dimensão do existir, mas a multiplicidade e os rizomas[6] que se espalhavam pelas trajetórias e travessias que me

---

6 Esse conceito na Filosofia da Diferença foi inspirado na terminologia provinda da botânica. Distinguindo-se da noção de raiz, que possui uma estrutura central, o rizoma possui multiplicidade e heterogeneidade, fazendo com que seja capaz de produzir raiz, talo ou ramo independente de sua localização na planta. Isso se dá porque o rizoma pode conectar um ponto a qualquer outro. Nesses termos, a bifurcação, a imprevisibilidade e o ineditismo da produção de vida e do pensamento não se atêm a um ponto de origem, primordial ou essencial.

identificavam, sendo capaz a um só tempo de me situarem e nomearem! Dei-me conta de que podia falar de muitas cidades, pessoas, costumes, sotaques, árvores, comidas, bebidas e tradições das mais diversas possíveis. Era capaz de localizar pessoas e espaços em um recorte de tempo suficiente para torná-los parte significativa da minha vida, seja ela rememorada ou com quem convivi. Nas palavras do poeta, seria: "mas o que perdeu de exato de outra forma recupera: que hoje qualquer coisa de um traz da outra sua atmosfera" (Melo Neto, 2009, p.111).

Das pessoas às paisagens, aprendi o que é estar em terra estranha sem deixar de criar um pertencimento, mesmo que passageiro. Isso me fez sentir cedo que partir dói, perder é falta e que com o vazio a gente convive. Sendo assim, tornei-me uma "cartógrafa" amadora, sem temer o movimento, mas apreciando o que ele dava e me tirava. Só sabe disso quem estiver andando, pois, diante do não saber da possibilidade de um retorno, aprende-se a apreciar a paisagem e os encontros, de modo único.

E, por gostar de histórias e fazer delas objeto de pesquisa, foi intenso ouvir as narrações e registrá-las. Enquanto estive com esses narradores, que a mim confiaram suas vidas, pude perceber a história do Brasil se desenrolando e tomando corpo por meio de suas singularidades. Dei-me conta de que as usinas hidrelétricas não foram construídas apenas por mãos de homens, mas indiretamente por mulheres, crianças, relações de vizinhança, galinhas, cachorros e afetos. Entendi que a narrativa, enquanto método, é mais do que registrar e analisar cientificamente essa produção social e desejante. É também afetar e ser afetado, interpretar e ser interpretado.

Enquanto narradora na abertura deste livro, posso fazer análise de implicação e registrar que muitos narradores receberam-me quando não somente me interessei por suas histórias, mas também quando compartilhei a minha. Quando ao perguntar acerca da sua trajetória,

---

Tal conceito propicia a experimentação advinda das incessantes possibilidades de conexão e dimensões, mesmo com as rupturas, pois estas geram outras vias mediante as linhas rizomáticas (Ramos e Meimes, s.d.).

eles puderam interpelar a minha e, ao fazerem isso, um bom início de conversa confirmou o que nos identificava: ser barrageiro.

A produção narrativa, contida neste estudo, para mim foi densa, não foi fácil produzi-la nem abraçá-la. Foi preciso me defrontar com o desejo de (não) saber e de (não) conhecer. Ter de lidar com os afetos que pulsam com dor e paixão ao rever a história vivida e a desejada. Por isso, fiz-me narradora com esses narradores. Continuo a interpretar a minha história junto a deles. Todavia, entrego este enredo pesquisado ao leitor para também continuar a interpretar comigo os (des) encontros trabalho-família a partir das narrativas de familiares de trabalhadores migrantes do setor de produção de energia hidrelétrica.

Finalmente, compartilho com você, leitor, minha atual situação. Como docente de uma instituição pública de ensino superior, na condição de funcionária concursada, jamais havia avistado um longo prazo em minha vida, tanto de contrato de trabalho como de moradia em uma cidade. É um misto de estranhamento com alvoroço. Percebi que eu era o tipo de pessoa que não conseguia mais parar e que assumidamente gostava de andar a fim de conhecer incansavelmente pessoas, histórias e lugares. Constituí-me subjetivamente no movimento e não tenho pretensão de abandonar essa condição. A única diferença, agora, é que tenho para onde voltar e dosar quando ir e vir sem correr o risco de perder meu lugar no canto do mundo. E nesse meu lugar, há coisas preciosas para mim: trabalho, família, amigos, casa, cachorros e plantas.

Feito isso, sinto-me autorizada a compartilhar com você, leitor, não apenas parte do meu universo aqui narrado, mas também o de pessoas desconhecidas que desbravaram Brasil afora e adentro na construção tanto de barragens como de suas vidas.

O profissional da memória

Passeando presente dela
pelas ruas de Sevilha,
imaginou injetar-se
lembranças, como vacina,

para quando fosse dali
poder voltar a habitá-las,
uma e outras, e duplamente,
a mulher, ruas e praças.

Assim, foi entretecendo
entre ela e Sevilha fios
de memória, para tê-las
num só e ambíguo tecido;

foi-se injetando a presença
a seu lado numa casa,
seu íntimo numa viela,
sua face numa fachada.

Mas, desconvivendo delas,
longe da vida e do corpo,
viu que a tela da lembrança
se foi puindo pouco a pouco;

já não lembrava do que
se injetou em tal esquina,
que fonte o lembrava dela,
que gesto dela, qual rima.

A lembrança foi perdendo
a trama exata tecida
até um sépia diluído
de fotografia antiga.

Mas o que perdeu de exato
de outra forma recupera:
que hoje qualquer coisa de um
traz da outra sua atmosfera.

(João Cabral de Melo Neto, 2009)

1
Palavras iniciais: abrindo o horizonte do livro

Neste capítulo apresentamos ao leitor as vias abertas e os cruzamentos com que nos deparamos ao propor um diálogo em um tripé fundado a partir da psicossociologia, da narrativa e da hermenêutica, de modo a produzir uma fusão de horizontes.

Este texto assenta-se em um diálogo profícuo entre a hermenêutica e as ciências humanas, especificamente, com o campo da psicologia. Através de um tripé teórico-metodológico fundamentado nas intersecções da psicossociologia francesa, da narrativa e da hermenêutica filosófica elaboramos um caminho transdisciplinar e polifônico que possibilitou entrever a historicidade da experiência humana e seus processos de subjetivação.

O referido tripé conferiu os subsídios para o movimento que almejamos realizar ao longo de todo o livro, a saber: o movimento macro-micro social; o dentro-fora; o objetivo-subjetivo; o individual-coletivo – categorias não dicotomizadas, mas fundadas reciprocamente umas nas outras.

A psicossociologia e a sua vinculação com a hermenêutica e a narrativa faz-se fecunda, pois ambas optaram por trilhar uma produção de conhecimento fazendo jus às vozes de seu objeto, além de estarem abertas a um constante diálogo. Constata-se uma discussão seminal (ainda) a ser realizada e fomentada entre os fundamentos

hermenêuticos e o campo da psicologia, visto serem caminhos promissores para acessar de modo privilegiado a subjetividade e a "imbricação viva" das histórias vividas umas nas outras – nas histórias contadas nas quais emergem o sujeito implicado, como diz Ricoeur (2010) – mas também o sujeito social dotado de subjetividade e integrado em instituições, organizações e grupos, como fala a psicossociologia francesa.

A escolha do tema e a sua relação com o contemporâneo

Ser absolutamente moderno é ser aliado de seus próprios coveiros.

(Kundera, 1990, p.142)

Em estudos anteriores (Duarte, 2009, 2014; Duarte e Luzio, 2010) com trabalhadores migrantes do setor de produção de energia hidrelétrica[1], percebemos que a carreira desses profissionais, em sua maior parte, estivera vinculada ao referido setor, o que lhes possibilitou residir e trabalhar em diversas cidades e empresas de distintas regiões do Brasil. Todos eram chefes de família e se organizaram de várias maneiras em relação ao seu núcleo pessoal e familiar. A maioria experienciou o processo de privatização e vivenciou a demissão. Outros, já aposentados, continuaram trabalhando no setor e

1 Conforme dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (2004, 2008), o Brasil detém um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo. Atualmente sua matriz energética é composta, predominantemente, por essa fonte, ficando o restante distribuído entre as outras fontes de geração, a eólica, a solar e a térmica. Por ser a energia hidrelétrica classificada como limpa (não poluente), no mercado internacional, a demanda por novas construções está articulada com o crescimento econômico e impulsionada por ser o Brasil um país considerado em desenvolvimento. Isso é verificável ao observamos o aumento de projetos e empreendimentos da iniciativa privada no setor de construções de usinas hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas nos últimos anos e, consequentemente, um aumento do número de trabalhador-migrante.

estabeleceram redes de contato e ajuda mútua mediante a organização de cooperativas.

Os modos de perceber, sentir e viver o território – contexto da territorialidade – variava conforme as experiências passadas, os projetos futuros e os desejos neles imbricados no tempo presente. Suas falas revelavam os distintos matizes constituintes da história de vida de cada um. O contexto de trabalho e das relações sócio-afetivas dos barrageiros estava interligado a questões nevrálgicas do cenário contemporâneo: as atuais condições laborais, marcadas por rigorosas exigências e o processo de precarização; impacto ambiental; desapropriação; fragilização dos laços afetivos e sociais; ideologia e modelo desenvolvimentista brasileiro; e políticas públicas[2].

Todavia, um assunto persistiu no discurso dos barrageiros, a família, pois se fazia a ela menção recorrente. Era motivo de inquietação, angústia, afetos e desafetos. O trabalho ora os aproximava, ora os distanciava em termos geográficos e afetivos. Não eram apenas quilômetros que estavam em jogo, mas a contradição vivida em duas grandes referências para a vida deles: o trabalho e a família. Essa contradição se fazia ainda mais expressiva por reiterar a do conflito trabalho *versus* capital. Isto é, tratava-se de um cenário de trabalho que, embora propiciasse a ampliação da rede de contatos, limitava igualmente o aprofundamento dessa confiança informal, pois a rotatividade de empresas, pessoas e a curta permanência local tornavam-se empecilhos para o seu favorecimento. Essa dimensão também se desdobrava sobre seus locais de origem, de comunidade e de familiares – o que gerou rompimentos de vínculos que conferiam referências em termos de espaço-tempo e de afeto.

O indivíduo que planeja e pleiteia uma carreira profissional no percurso de sua vida confunde-se e sintetiza no âmbito do trabalho parte significativa da trajetória totalizadora de sua existência. No campo sociológico, Sennett (2008) aponta os efeitos na subjetividade,

---

2 Para aprofundamento da discussão desses temas, citamos alguns pesquisadores, de diferentes áreas, que verificaram esses impactos no contexto do setor hidrelétrico: Alves, Justo (2011); Detoni (2010); Jesus (2009); Manarin (2008); Ribeiro (2002); Froelich (2001), Nova (2000).

ao relacionar as transições profissionais com as etapas da vida, ou seja, os acontecimentos marcantes da história de um indivíduo remetem frequentemente ao labor. Interferem nos vínculos reais e simbólicos, nos significados do trabalho, nas relações sociais, familiares e afetivas.

Pode-se notar, a respeito disso, nas palavras de Chaui (2000), que as transformações veiculadas pelo tempo e pelo espaço imprimem matizes variados sobre os tons subjetivos e também sobre a esfera social, integrando distintos elementos que conferem espessura à existência humana. Se quisermos ponderar melhor seus desdobramentos, é imprescindível nos debruçarmos sobre o labor e suas correlações constituidoras da história de vida micro e macroscópica.

> Os seres humanos, porque são seres culturais, trabalham. O trabalho é uma ação pela qual modificamos as coisas e a realidade de modo a conseguir nossa preservação na existência. Constroem casas, fabricam vestuário e utensílios, produzem objetos técnicos e de consumo, inventam meios de transporte, de comunicação e de informação. Através da prática ou do trabalho e da técnica, os seres humanos organizam-se social e politicamente, criam instituições sociais (família, escola, agricultura, comércio, indústria, relações entre grupos e classes, etc.) e instituições políticas (o Estado, o poder executivo, legislativo e judiciário, as forças militares profissionais, os tribunais e as leis). (Chaui, 2000, p.116.)

Perante o exposto, trabalho e família de barrageiros inseparavelmente eram as âncoras que serviam para nortear e se perder. Fixar-se e mover-se. Fontes de angústia e de realizações. Ganhos e perdas.

E o contemporâneo nisso?

Basta ver que a questão geral trabalho-família não é nova, porém não está esgotada nas perguntas e nas respostas. Como nos diria Corrêa (1993), pesquisadora que se desdobrou sobre o tema da família a partir das ciências sociais e da antropologia, apesar de ser um tema muito pesquisado em diversas disciplinas e abordagens, ainda não o foi o suficiente por pairarem sobre esse muitas áreas de sombra que carecem de compreensões outras.

Pensar as áreas de sombra é interessante para nós por remeter ao contemporâneo. Nosso objeto de estudo está nesse período histórico, o que o torna próximo e distante, inteligível e desconhecido, apreensível e intocável. Para trabalhar essa contradição, temos que encaminhar o debate para além de uma concepção habitual e exercer o estranhamento. Perseguir o desconhecido e o inesperado. Dito de outro modo, partirmos de uma discussão que possa olhar não somente aquilo que se aparenta como afeito ou mesmo claro, mas nos dirigirmos para os jogos de luzes e sombras que se conectam a ela.

Esse procedimento nos faz remontar ao filósofo italiano, Agamben (2009), a quem nos reportamos de modo específico para dialogar com o seu conceito de contemporâneo. A partir das indagações que o autor tece – que para nós são esclarecedoras porque auxiliam a situar o tema desse livro nessa temporalidade –, somos estimulados a olhar não somente para as luzes, capazes também de cegar, mas aprendemos a vislumbrar as zonas escuras (as áreas de sombra para as quais Corrêa (1993) havia alertado): "Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente" (Agamben, 2009, p.63).

Esse raciocínio é coerente com as proposições da psicossociologia quando Lévy (2001b) analisa um caminho de produção de conhecimento que seja capaz de construir uma linguagem que permita tanger o objeto e sua verdade (que não seja meramente objetivante): "Ser claro é, às vezes, condenar-se à obscuridade; é, em todo caso, passar ao lado de seu objeto. Se ciência e consciência estão ligadas, como traduzir aquilo que lhes escapa?" (Lévy, 2001b, p.10).

É nesse movimento de estranhamento, de colocar em xeque o que seria familiar na história e no conhecimento desse tema (trabalho-família), que optamos por teorias e metodologias em diálogo que provocassem o deslocamento tanto do conhecido quanto das zonas disciplinares. Basear-nos também no que fosse inatual, diacrônico e aparentemente dissociado – o que favoreceria a transdisciplinaridade a que nos propomos.

Vamos às vias de Agamben (2009) nesse aspecto ao dizer que ser verdadeiramente contemporâneo é não coincidir plenamente com

este tempo, com as suas pretensões históricas. A não aderência plena a este tempo faz-nos tomar uma devida distância justamente para poder ver o que nele se desdobra[3]. Por isso não sermos plenamente atuais ou sincrônicos, tampouco ajustados aos métodos e discussões que venham a abordar a conjuntura de modo atemporal, apolítico ou reduto a uma cronologia estanque e linear. Logo, nossa análise não é realizada a partir de um único campo de saber nem fora do processo histórico.

O filósofo alemão Blumenberg (1990) – com sua veia histórica obstinada em compreender o mundo moderno e a existência humana marcada por riscos e incertezas –, vai ao encontro dessas premissas, ao afirmar que é preciso suspender o tempo presente, pois aqueles que coincidem plenamente consideram as constatações óbvias, uma vez que o presente passa a ser referência única, primeira e última para tratar um assunto. É preciso historicizar para ampliar o campo temporal e interpretativo, condição para identificar os elementos que coproduzem o fenômeno.

Isso consiste em fazer frente aos modismos intelectuais (com seus métodos e técnicas) que prometem soluções imediatas e sucesso garantido com pouco investimento (material e imaterial). Em seus princípios há uma presunção científica que se considera capaz de esgotar um problema submetido tanto à investigação quanto à intervenção. Lévy (2001a) discute isso de maneira contundente ao explicitar o compromisso da psicossociologia em persistir em suas pretensões originais, o que a tornou alvo de críticas que insinuavam sofrer uma crise e desatualização em comparação aos métodos "modernos", eficazes e geradores de respostas mediante um receituário pragmático e veloz. Contudo, o autor afirma ser essa conjuntura um

3 Vale lembrar que a distância na hermenêutica é condição para interpretação. Não se trata de uma apatia ou repúdio à distinção de lugares, feita entre autor e leitor, mas de uma autonomia que o mundo do texto goza graças à fixação da escrita. Assim, o discurso transcende suas próprias condições (sociais, históricas, culturais e subjetivas) de produção e está aberto para uma incontável possibilidade de interpretações. Diz respeito a um momento de leitura que consiste na descontextualização para encaminhar a recontextualização (Ricouer, 2008).

momento de renovação para a psicossociologia, pois a sua recusa em aderir a essas relações instrumentais e tecnicistas é o motivo de se manter ética e politicamente resistente a toda forma de submissão e dominação.

Para descobertas envidadas por outros olhares e questões constantes a suscitar, o exame do presente se faz insuficiente. É preciso recorrer a distintos campos de saber, logo, à memória, ao passado, bem como aos projetos e prospectos futuros. A história em suas temporalidades distintas é requisitada e indispensável – tanto a do sujeito quanto a das disciplinas e instituições.

Isso não implica abandonar o presente, mas pensá-lo de outro modo, em um caráter tríplice. Com Ricoeur (2010), ao retornar a Agostinho, o passado e o futuro são qualidades temporais que existem no presente. É "o presente do futuro, o presente do passado e o presente do presente" (Ricoeur, 2010, p.39). Esse trio temporal faz-se presença no enredo da narrativa que traz lembranças e expectativas. Evoca atenção e memória. No tríplice presente a narrativa se desenrola. Da história universal à história de uma vida.

Por essa via, o contemporâneo, conhecido e a ser conhecer, tempo em que vivemos e o qual conjuga distintas temporalidades, não aventa o tema (des)encontros trabalho-família de barrageiros como algo distante ou reduto, mas nos faz retornar ao espectro mais amplo da conjuntura histórico-social sem descartar os processos de subjetivação.

Por sua vez, travar uma ação investigativa que vincule as produções no âmbito subjetivo ao sócio-histórico implica considerar a composição da instituição familiar de um grupo profissional específico, haja vista que o trabalho possui função socializadora e de subjetivação. Podemos verificar isso na afirmativa de Capitão e Heloani (2003) que tecem uma análise integradora dos fenômenos subjetivos a uma perspectiva histórica, articulada ao modo de produção:

> [...] o trabalho configura-se como o representante da força dos impulsos que o homem emprega para executá-lo, para poder ou não consumir o que foi por ele produzido, abrindo possibilidades de

> constituição de subjetividades, correspondentes a cada época histórica, que tem, por domínio, uma forma de produção. [...] O trabalho como regulador social é fundamental para a subjetividade humana, e essa condição mantém a vida do sujeito. (Capitão; Heloani, 2003, p.104, 106.)

Por essas razões, ao conjugarmos trabalho-família de barrageiros como questão a ser debatida, podemos compreender determinados modos de ser-trabalhar-viver engendrados no contemporâneo, entendendo que as condições de vida geradas não são fruto de um tempo estanque, mas conjugado, repleto de áreas de luz e sombras – o que está para ser compreendido, de modo incessante.

O olhar do pesquisador

Antes de prosseguirmos um pouco mais adiante, gostaríamos de circunstanciar um aspecto da trama que perpassa todo este livro, para além da escuta: o olhar. Ele se desdobra sobre o objeto de estudo, o narrador e o mundo que o cerca.

O olhar não é desinteressado, por isso devemos problematizar o que se vê e o sujeito da visão. Um olhar a ser descolonizado, que aprenda a enxergar e pensar melhor os horizontes, seus jogos de luzes e sombras e a diversidade da experiência temporal. Para nos auxiliar, vamos até Peixoto (1995), no campo sociológico e filosófico, que distingue o olhar como uma ação proeminente que, na ânsia por descobrir algo, é capaz de buscar significados, sentidos, singularidades, expressões fortuitas em meio ao fenômeno geral e indiferente. Isso requer demorar-se um pouco mais sobre as produções subjetivas e sociais tecidas nas paisagens, nas relações e nos afetos – o que reitera o que discutimos até aqui nas seções anteriores referentes à atividade de estranhamento e indagação que nos impele a uma concepção de ciência, fundada na historicidade e transdisciplinaridade.

Em *O olhar do estrangeiro* (Peixoto, 1995), somos convidados a refletir sobre a nossa experiência e maneira de ver. Nosso olhar tem

sofrido profundas transformações, provenientes da revolução na velocidade, informação e informatização. Esse incessante movimento que caracteriza a vida e acomete o ser humano atual remete a um inexorável movimento que tem se intensificado sem precedentes.

Elementos já apontados sensivelmente por Simmel[4] (2005), filósofo e sociólogo alemão, ainda no fim do século XIX e início do século XX, ao se referir às transformações das grandes cidades em suas bruscas mudanças que modificaram a percepção da realidade e do tempo, logo, os novos processos de subjetivação e sociabilidades que emplacavam. Uma das principais consequências desse processo que transforma o olhar é o caráter *blasé*[5]. Ele se expressa por meio de um embotamento e da incapacidade de se reagir diante das coisas, das pessoas e dos acontecimentos. Não se faz distinção de valores e significados. Os fenômenos são percebidos de forma indiferente e muitas vezes de modo nulo.

Ao trazer isso para mais perto de nós, Peixoto (1995) nos chama a atenção para aquilo que almejamos mirar. A metáfora do autor, para expor a transformação nos modos de ver o mundo, consiste em imaginarmos estar dentro de um veículo veloz de maneira a achatar o que vemos do lado de fora, nesse feito acabamos por ter uma visão menos profunda e consistente da realidade. Não são apenas prédios, pontes e semáforos que borram, mas também as pessoas e o mundo ao derredor que passam a ser percebidos de modo fugaz e superficial. Imperceptíveis e destoantes porque se tornaram *blasé*.

---

4 Gostaríamos de sinalizar que Simmel é um importante pensador para os psicossociólogos. Além de ter sido um pesquisador que denominaríamos hoje como genuinamente transdisciplinar, produziu uma obra heterogênea, capaz de conjugar conhecimentos da sociologia, filosofia, economia, história e psicologia. Debruçou-se sobre temas ignorados e desprezíveis por intelectuais de sua época, voltando-se para o estudo de fenômenos microscópicos que não deixavam de expressar sintomas sociais e subjetivos de uma sociedade dinâmica e histórica (Enriquez, 2005).

5 Simmel (1998, 2005) também afirma que a intelectualidade é afetada por essa atitude, sendo consequência da lógica monetária e financeira do capital que tem regido a compreensão dos fenômenos e a construção do saber.

Como resgatar o olhar do estrangeiro em meio a essa fugacidade instaurada no bojo da modernidade – ou como Simmel (1998, p.8) afirmava – no "fluxo fugaz das aparências"? Como construir bases teórico-metodológicas que ampliem a capacidade de ver em meio àquilo que possa aparentar não ter nada a dizer nem a mostrar? Como se amparar nos processos capazes de produzir conhecimento de modo que as coisas (o objeto a deslindar) possa ser (re)descoberto? Como os narradores desse livro poderiam protagonizar em/com suas histórias – sendo elas reconhecidas em sua originalidade – detalhes, versões e verdades que expressem o modo como veem, sentem, vivem e experenciam o mundo? Observamos que essas questões não se restringiam apenas à preocupação psicossociológica indicada por Lévy (2001a, 2001b), outros pensadores também se detinham a isso desde o século retrasado como vemos com Simmel (1998).

Em face disso, o olhar do estrangeiro – mais a escuta do estrangeiro que seria o pesquisador próximo e distante que recebe as narrativas de vida a ele confiadas, sendo estas produto de uma relação (Lévy, 2001b) – nos propicia pistas para a abertura de uma vereda epistêmica: "aquele que retorna" (Peixoto, 1995, p.363). Fazendo alusão a isso, tratamos de dois retornos primordiais que consistem em dois sujeitos: o pesquisador e o participante da pesquisa (nossos narradores).

O primeiro, o pesquisador, retorna ao voltar-se para si, para o que quer entender e para o outro. Dirige-se para o que foi produzido sobre o tema, investigando suas próprias tradições, isto é, aquilo que de antemão fala e diz algo – em uma perspectiva gadameriana. Isso vai desde uma teoria, um conceito até suas impressões e suas próprias verdades. Inclui seus preconceitos, ideias e pré-visões. Não os nega, mas trabalha com eles para poder reconhecer o que traz consigo e, assim, identificar o que precisa deixar e aquilo que deve buscar. Fizemos isso, ao explicitar a nossa implicação no universo dos barrageiros, ao produzir uma narrativa pessoal desse tema. Dessa maneira, abriram-se outros olhares (mundos e horizontes, nos termos hermenêuticos) mediante a busca imersa no estranhamento e na indagação do que está dito e daquilo que se quer saber. Gadamer (2012) nos advertiu sobre a questão com o conceito de preconceito

e tradição que cada um leva consigo por sermos seres históricos e para fazermos jus à historicidade da compreensão. Ensinou-nos que ambos são vozes que ecoam e não devem ser ignorados, mas submetidos à análise para encaminhar uma produção de conhecimento receptiva a alteridade. Os preconceitos não percebidos nos tornam surdos e cegos para o (mundo) outro, que em nossa pesquisa se expressa por meio do texto narrativo.

> Por isso, uma consciência formada hermeneuticamente deve, desde o princípio, mostrar-se receptiva à alteridade do texto. Mas essa receptividade não pressupõe nem uma "neutralidade" com relação à coisa nem tampouco um anulamento de si mesma; implica antes uma destacada apropriação das opiniões prévias e preconceitos pessoais. O que importa é dar-se conta dos próprios pressupostos, a fim de que o próprio texto possa apresentar-se em sua alteridade, podendo assim confrontar sua verdade com as opiniões prévias pessoais. (Gadamer, 2012, p.358.)

Somente ao percorrer essa via, ao longo da construção do conhecimento, foi possível abrir-se para o mundo do outro, encontrar e ser encontrado por sua verdade[6]. Primeiro, foi necessário abrir mão da nossa própria verdade e reconhecer que nosso horizonte não é suficiente nem o único a ser alcançado.

O segundo retorno diz respeito aos narradores deste livro, quem viabilizou o campo empírico do estudo por meio do recurso das entrevistas-narrativas. Ao optarmos por uma modalidade de coleta de informações que gerasse a possibilidade de uma intervenção protagonizada pelo próprio participante na condição de sujeito e não assujeitado, estávamos redimensionando o campo epistemológico a fim de encontrar instrumentos teórico-metodológicos que

6 Com Brandim (2010), em sua leitura ricoeuriana, vemos elementos afins à proposta gadameriana ao conceber o mundo como algo que precede a nossa existência e que não podemos apreender de forma totalizadora. Para avançar na compreensão, é preciso compreender a si e o (mundo) outro, sem deixar de lado os signos, as obras e a herança cultural da humanidade.

permitissem isso. Nesses termos, o olhar do estrangeiro não é apenas o do pesquisador, mas se estende ao participante, ao ser convidado a retornar a sua própria história de vida na condição de narrador, o que lhe garante outra posição na produção de conhecimento. Ao contar-nos algo, o sujeito apropria-se não apenas da palavra e do discurso, mas da autoria de si e do vivido: "reintroduz imaginação e linguagem onde tudo era vazio e mutismo" (Peixoto, 1995, p.363).

É poder reassumir a sua história e retomar pessoas, lugares e experiências que lhe foram significativos. O narrador, tal como o estrangeiro, "volta para resgatar as figuras e paisagens balizadas do nosso imaginário, para tirar dele uma identidade e um lugar" (Peixoto, 1995, p.363). Isso consiste em poder falar da decepção e da perda assim como da realização e da conquista, condições da força desejante e do ser sujeito de sua história como nos fala Gaulejac (2006, 2009). Um recobrar do vivido, mediante a narrativa, capaz de alcançar aquilo que influencia o enredo existencial, seja por seus afetos, seja por suas reminiscências que atravessam do passado ao presente e esboçam um futuro.

A visão de narrador afigura a sua importância porque traz algo diante do não saber do pesquisador e do limite de seu olhar, em que os conceitos não podem mais traduzir a experiência vivida e nomear o real; a narrativa assume um *locus* privilegiado na pesquisa por poder alcançar esse patamar e expressar outros contornos: ético, estético e político. Dito de outra maneira, conforme Boaventura de Sousa Santos (1999), pleiteamos a transformação profunda nos modos de conhecer para que sejam identificadas vias que possam levar a uma transformação nos modos de organizar a sociedade e de viver. Por isso precisávamos mencionar a nossa compreensão de olhar e como a escolha teórica interfere diretamente na transformação mencionada anteriormente.

Todavia, como buscar elaborar cientificamente tais questões? Compor um estudo baseado na diversidade de campos de saber, de disciplinas e de vozes. Foram as referências múltiplas em diálogo sem dispensar os afetos, tal como nos convida Barthes (1981) a pensar em *Fragmentos de um discurso amoroso*. Reconhecemos com o referido autor que este livro também surgiu de encontros oriundos de leituras

planejadas e não planejadas. De conversas com a orientadora, professores, alunos, amigos, grupos de pesquisa, desconhecidos e com os nossos narradores. De vivências pessoais e coletivas. Desejamos registrar esses encontros, lembrando que foram estes que possibilitaram a vinda do texto ao mundo, pois de alguma forma eles nos

> [...] seduziu, convenceu, o que deu por um instante a satisfação de compreender (de ser compreendido?). Deixou-se portanto esses lembretes de leituras, de escuta, no estado quase sempre incerto, inacabado, que convém a um discurso cuja instância não é outra senão a memória de lugares (livros, encontros) onde tal coisa foi lida, dita, ouvida. (BARTHES, 1981, p. 5.)

Fundamentos estes que reverberam as pretensões da psicossociologia no fazer científico: o conhecimento enquanto ato de amor e não de domínio, uma vez que este pode ser uma obra pessoal e coletiva que obtém prazer ao compartilhar com os outros seu (não) saber. É consonante também com os princípios hermenêuticos que avistamos ser nossa tarefa a produção de conhecimento como algo infindo (marcado pela falta e a nossa finitude), fazendo disso não um obstáculo, mas um recurso em que a aventura do conhecer possui um grande triunfo quando usufrui da vigorosa capacidade de questionar e voltar-se para nosso vazio e falta – os motores da interrogação que nos impulsionam a novas descobertas, às escaladas de nossos limites e ao constante deslindar de nossos horizontes com o outro (Enriquez, 2001). Caminhos estes que nos levaram ao ato de narrar.

A narrativa das diversidades

Diante do exposto, devemos fazer algumas considerações sobre a narrativa, que não apenas integrou o método e todo o enredo que permitiu florescer este livro, mas nos trouxe a urgência de mergulhar nelas. Sua potência toca-nos pela viabilidade de não somente permitir que algo seja contado, mas por ser uma forma de testemunhar

o mundo, o vivido e a existência. As narrativas são capazes de tecer um depoimento e um enredo em que a realidade (em suas dimensões subjetiva, social, histórica, econômica, política, cultural e ética) pode ser desvelada naquilo que causa dor e nega o ser humano ou no que felicita e afirma a humanidade.

Ao biografar aspectos do vivido por meio das narrativas de vida, buscamos conhecer o que acontece, como e por quê. Na matéria narrada poder encontrar a narrativa das diversidades. Compreender sua dinamicidade, processos gerais, singulares e paradoxais que se constituem no contexto profissional dos barrageiros e de seus grupos familiares.

Neste livro, o leitor verá que os participantes da pesquisa tornam-se narradores por meio da coleta de material/informações da entrevista-narrativa (Bertaux, 2010). Essa técnica permite trazer, a partir de sua singularidade, indícios reveladores do mundo que assumiu forma e concretude ao expressarem o vivido desse grupo social. A força desses homens-narrativa[7] ultrapassa o campo das letras e atinge o real. Vale lembrar que, conforme Ricoeur (2010), a linguagem articula experiência e ação. Essa perspectiva faz-se consonante à vertente psicossociológica, uma vez que a narrativa, ao conter parte da história de vida, exprime práticas sociais de um grupo e também demonstra singularidades ao expor lutas, desejos, conflitos e sonhos. É a intrincada experiência subjetiva e social, contida no narrar, que pode ser alcançada por esse viés teórico-metodológico (Carreteiro, 2003 e Lévy, 2001b).

A psicossociologia comporta a narrativa porque permite colocar em perspectiva o contexto social e histórico, a partir do narrador e sua subjetividade, segundo o psicossociólogo Lévy[8] (2001b). Sendo

---

7 Mais adiante situaremos o homem-narrativa de Todorov (2006), por enquanto fiquemos com essa terminologia para aludir à intrincada relação que narrativa e experiência demarcam acerca da condição humana que, ao ser narrada, expressa a história vivida e o sentido que os sujeitos atribuem aos seus modos de ser.

8 Lévy (2001b), para explicitar a pesquisa e intervenção do método psicossociológico, apresenta a entrevista clínica de pesquisa e suas diferenças e consonâncias com a abordagem autobiográfica e com a narrativa de vida.

assim, para a narrativa vir ao mundo, é necessário que tenha havido um endereçamento ao pesquisador, uma relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado (sujeito que escuta e sujeito que narra) – condição para que alguém conte a história de sua vida. Contar a história de sua vida não é algo neutro tampouco uma situação incólume, mas requer coragem para reaver e manejar os afetos que vêm à tona com as lembranças, relações, representações e experiências desagradáveis e aprazíveis que matizam a existência. É necessária uma dose generosa de complacência do pesquisador, na posição de escuta interessada, para receber o narrador e aquilo que a narrativa lhe provocou.

> A vida do indivíduo, do qual se trata de pegar a história, através de uma narrativa em primeira pessoa, só pode se apreender a partir de um encontro único entre um pesquisador e a pessoa que aceita se confiar a ele – encontro que, também ele, tem sua *história própria.* (Lévy, 2001b, p.93, 94, grifo do autor)

Nesses princípios, a narrativa não pode ser imposta, acontece por meio de um convite feito a um interlocutor (que não é objeto, mas sujeito). O pesquisador é o estrangeiro, pessoa próxima e distante daquele que fala (narrador), situado na posição de escuta atenta diante do abrir-se de um mundo revelado pelo narrar.

Com efeito, devemos nos responsabilizar pelo conhecimento produzido pela ciência e por aquilo que nos foi confiado pelo participante, o narrador por excelência neste estudo. Para dimensionar o exposto, gostaríamos de destacar um desses homens-narrativas que conjugam literatura e história de vida: Primo Levi. Após viver no campo de concentração que o fez testemunha do horror da guerra, do autoritarismo, da violência e da morte – legitimadas por Estados, partidos e nações –, suas palavras proferidas acerca do vivido são vigorosas e lançam declaradamente uma ética e uma política manifestadas no narrar: "Jamais parei de registrar o mundo e os homens ao meu redor [...] esforçando-me por explicar aos outros, e a mim mesmo, os fatos em que fora envolvido" (Levi, 1994, p.238, 239).

Assim sendo, a narrativa comporta dupla reflexividade. Reflete o vivido, refratando-o, mas também o pensa, interrogando-o. Para si mesmo e para o outro. Narrar traz impresso um cunho (auto)biográfico. Revive e revisita a história vivida.

Ricoeur (2010), ao retomar Aristóteles e Agostinho, consolida sua proposição de que a narrativa é significativa ao esboçar os traços da experiência humana do tempo. Isso nos leva a explorar de modo mais aprofundado, por meio dos fundamentos da psicossociologia, da narrativa e da hermenêutica, a historicidade da experiência humana e seus processos de subjetivação.

Nesse caminho, são as histórias vividas de trabalhadores barrageiros e seus familiares que se busca conhecer ao convidá-los a produzir uma narrativa sobre esse tema. Ao vislumbrar suas experiências narradas, adentramos nas histórias (ainda) não contadas a fim de coletar frações de histórias de vida do trabalho dessa categoria profissional e seus desdobramentos sobre a família na contemporaneidade. Conhecer, nas interfaces dessas duas grandes instituições, como se delineiam existências e seus modos de ser-trabalhar-viver.

A potência do fazer narrativo é ressignificar o mundo em termos de dimensão temporal e da ação. Uma ressignificação não apenas individual, mas coletiva. Como aponta Gagnebin (2006) sobre o campo filosófico, ao suscitar o resgate da memória e situar os perigos de seu apagamento intencional e perverso, é imprescindível o trabalho do historiador (e acrescemos aqui o do pesquisador de outras áreas), para transmitir em seu labor o inenarrável, acalentar as reminiscências e conservar o passado, para que possam ser tecidas outras produções existenciais no presente e no futuro – de preferência, emancipadoras.

Nesse pressuposto, podemos revigorar a memória, a lembrança do vivido e a história por intermédio da narrativa como método e técnica de pesquisa. Por meio da relação estabelecida entre pesquisador e participante da pesquisa, a palavra torna-se compartilhada ao provocar o dizer sobre algo e dispor uma escuta. Promove o (re) despertar da vida para quem a profere, a escuta ou a lê. O filósofo francês Guérin (1995) nos chama a atenção para o fato:

> O paradoxo deste *esquecimento na memória*, que, sem dúvida, já estamos vivendo, é que fabrica sem descanso uma reminiscência vasta e fina, à qual falta apenas a palavra. Tantos dados fazem do passado presentes adormecidos: que presença os animará? (Guérin, 1995, p.16, grifo do autor)

Em *Tempo e narrativa* (Ricoeur, 2010), como assinala Villela--Petit (2007), pondera-se sobre o tempo humano, o qual constitui a instância em que nos vemos e nos sentimos. Em que se delineia o tempo do agir, do afetar e ser afetado. Essas experiências vividas no tempo somente podem ser ditas na forma narrativa. Lembrando que a experiência do mundo remete à linguagem e compreender é um modo do ser; o modo do ser que existe compreendendo (Gadamer, 2012; Ricoeur, 2008).

Para os gregos, em suas epopeias, a narrativa podia fazer da morte a imortalidade do jovem herói que aceitou morrer. Assim, tornava-se memorável e consagrado seu intento heroico, caso isso lhe tivesse custado a vida. Outra propriedade da narração tem a ver com a narrativa árabe do *Livro das mil e uma noites* (Anônimo, 2006). Nessa obra, o ato narrativo tinha como finalidade afastar a morte. Enquanto se narrava, podia-se viver. Até o amanhecer esse ato não podia cessar: "A narrativa de Sherazade é o avesso encarniçado do assassínio, é o esforço de todas as noites para conseguir manter a morte fora do ciclo da existência" (Foucault, 2009, p.268).

Nas palavras de Guérin (1995, p.18), ao fazer também alusão a essa obra, a função do narrar assume uma estratégia de sobrevivência singular em que "entre a vida a querer e a morte a fugir, existem mil e uma formas de levar a vida..." (Guérin, 1995, p.18).

Encontramos essa mesma constatação em Todorov (2006, p.126-129), pensador de origem búlgara, acerca de sua análise sobre o *Livro das mil e uma noites*:

> Se todas as personagens não cessam de contar histórias, é que esse ato recebeu uma suprema consagração: contar é igual a viver. O exemplo mais evidente é o de Sherazade ela própria, que vive

> unicamente na medida em que pode continuar a contar; [...] A narrativa é igual à vida; a ausência de narrativa, à morte. [...] O homem é apenas uma narrativa. [...] o grito das *Mil e Uma Noites* não é "A bolsa ou a vida!" mas "Uma narrativa ou a vida!"

Nesses assinalamentos, deparamo-nos com a narrativa enquanto potência de vida. Ela remete ao viver, pois é meio de lutar contra a morte e um constante reinventar. Podemos extravasar o âmbito literário – que afirma a ligação indefectível entre personagem e ação – para visualizar a dimensão que a narrativa de vida assume nesse livro, isto é, como aquela em que "não há personagens fora da ação, nem ação independente de personagens" (Todorov, 2006, p.118). Vemos a radicalidade disso, quando Todorov (2006) debate a narrativa e a produção literária, ao apresentar os homens-narrativas como uma vinculação que conjuga personagem, ação e intriga, a qual exprime a coligação entre narrativa e experiência: "[...] a personagem é uma história virtual que é a história de sua vida. Toda nova personagem significa uma nova intriga. Estamos no reino dos homens-narrativas" (Todorov, 2006, p. 122).

Esse achado nos é importante para antever o movimento existencial em que a narrativa veicula a experiência vivida e a desejada. Nesse viés, ação e vida podem ser criadas, transformadas e refeitas pela narração – tanto do que se viveu quanto daquilo que se busca viver. Capaz de colocar em curso tanto o desejo quanto o sofrer. Narramos para viver, para lutar, resistir e driblar. Nela, expressamos a experiência de vitória e fracasso, de modo a nomeá-la.

Mediante a narração, reconhecemos a vida e a morte. Barthes (1973) pontua isso ao mencionar que o narrar está presente desde os primórdios da humanidade. Miranda (1990), por sua vez, reitera esse aspecto ao dizer que para a narração da morte do ser humano há também a narração como anteparo contra a morte.

Nesse raciocínio podemos pensar algo a mais do *Livro das mil e uma noites* em sua relação com a narrativa. Concordante com Lebrun (1998), ao se reportar à supracitada obra, o ato narrativo, além das venturas e desventuras registradas, destaca também o subterrâneo,

o tráfico e a fuga. É na versão do desnudo, do não oficial, do clandestino e daquilo que é marginalizado que comparecem as histórias e as vidas em luta. Dito de outra maneira, no conteúdo existencial da narrativa presente nessa obra, para além do extraordinário, encontramos na experiência humana prosaica as marcas dos sabores e dissabores expressos na luta diária da vida, em que se manifestam dor, violência e sofrimento, bem como as formas de confronto e manobras para resistir[9].

Apontar estes aspectos é relevante para nós, pois nos faz remeter aos barrageiros e seus familiares que têm sua história de vida atravessada pelas condições específicas de trabalho, como, por exemplo, a recorrente migração. Ao narrarem sua história de vida, tornam visíveis sua trajetória marcada por perdas e novos vínculos. Transparecem a incerteza da chegada a um novo lugar e como se organizam material e subjetivamente para dar conta do novo território e dos afetos, assim como dos laços deixados para trás. Suas narrações, além de saírem do anonimato, expressam mil e uma formas de contar e também de viver e significar suas próprias existências nessa conjectura.

Jarouche (2006)[10] aponta que o caráter anônimo da autoria do *Livro das mil e uma noites* faz-se por ter atravessado tempos, lugares, idiomas e mãos diversas até chegar ao formato em que hoje é conhecido. Foi a partir do século XIII que seus fragmentos e manuscritos puderam ser reunidos no idioma árabe, fazendo o livro assumir sua

---

9 Não queremos deixar passar despercebido o quanto o *Livro das mil e uma noites* influenciou outros pesquisadores, além de nós, que também se ativeram à narrativa. Além dos citados, há os estudos de De Certeau (2012) – na sociologia do cotidiano – ao constatar as astúcias dos homens para lidar com a realidade e o poder hegemônico, ou seja, as manobras efetuadas no cotidiano para confrontar as imposições e as ameaças à vida, o que possibilita investigar as artes de fazer. Para conhecê-las, a matéria narrativa é indispensável por trazer à luz essa realidade. Desse modo, Sousa Filho (2002) cita também o *Livro das mil e uma noites* em uma concepção certeauniana – o que vem ao encontro da nossa proposta de narrativa apreciada até aqui.

10 Quem nos presenteou com a primeira tradução direta e integral dos manuscritos árabes do *Livro das mil e uma noites* para o português, após 13 anos de trabalho de tradução.

materialidade enquanto tal. Até aí foi conservado por acaso e disperso ao longo do tempo. É interessante notar que suas bases textuais estiveram entremeadas por histórias orais em que diferentes pessoas, letradas e não letradas, vieram enriquecer seu conteúdo. Histórias que não morreram porque, mediante a memorização e a citação constantes, puderam atravessar gerações até serem registradas de modo concreto. Trata-se de histórias de fontes diversas[11] que posteriormente vieram se fixar na escrita.

Quanto à procedência dessa obra, houve várias especulações sobre a sua origem. Uma delas é que o livro possui uma matriz iraquiana, uma redação independente do árabe que faz referência a uma versão persa remota. Isso remete a um período anterior ao século XIII que mencionava apenas partes do *Livro das mil e uma noites* e não a da obra como um todo, o que não corresponderia com a que conhecemos hoje. Em suma, são inumeráveis e inesgotáveis as teorizações sobre esse livro, o que remete não apenas a uma dimensão interpretativa atual, como ao próprio material que a compõe: a diversidade da narrativa e a narrativa da diversidade.

Essa diversidade é proveniente também da transformação das narrativas ao longo das múltiplas traduções que sofreu. Segundo Todorov (2006, p.130, 131), os tradutores sofreram o poder da "máquina de contar", da "máquina narrativa" – Jarouche (2006, p.35) diria "máquina de dizer" – e não se contentaram com uma tradução direta e fiel, mas transformaram seu conteúdo. Ao tirar e acrescentar, acabaram por criar narrativas das narrativas.

Partindo dessa noção de narrativa plural e dinâmica, característica dessa obra primorosa que, ao atravessar a História, sofreu inúmeras transformações conforme o povo, a cultura e os momentos histórico-sociais, podemos inferir de maneira análoga que as narrativas de vida também expressam de modo proeminente as

11 É curioso notar, como menciona Jarouche (2006), que as pessoas que contavam essas histórias, especificamente os narradores de rua, realizavam atuações (encenações, imitação de vozes, falas, dialetos, cantos etc.) rompendo com uma narrativa fria e lânguida. Isso traz à tona a expressão de vida que a narrativa contém e o corpo como potência para vivê-la ou torná-la *performance*.

transformações humanas no tempo, espaço e relações. Expressam a história humana em sua singularidade e coletividade. A história do social narrada comporta autoria única e, ao mesmo tempo que se faz coletiva, é capaz de resistir aos regimes de verdade que a torcem, distorcem e constroem outras verdades. No narrar, o sujeito comparece com a sua verdade uma vez que apresenta a sua versão por ser capaz de produzir narrativas das narrativas.

Enfim, se recorremos de modo mais detido ao *Livro das mil e uma noites*, foi tanto para nos inspirarmos nele como para apreender de maneira mais clara a potência do narrar, contida em nossa metodologia, capaz de situar o sujeito e a história, visto que na narrativa o sujeito não é objeto, mas é autor. Outras verdades são ditas e a descoberta para o insólito é aberta. O recurso da narrativa na pesquisa é o que Jarouche (2006, p.21) diz: "É a voz que lhes dá voz [...]", pois não se preocupa com a literalidade do que se viveu, mas em compreender o que ficou registrado pelo/para o sujeito e fez-se significativo.

E, tal qual, Jarouche (2006) aponta que a versão que conhecemos do livro refrata a circunstância histórica que a produziu, uma manobra astuta é produzida: a enunciação se dá na periferia de um poderoso império[12], às margens do que é o centro produtor de verdades universais e absolutas. A nós também cabe apropriar-nos dessa prerrogativa.

Por um lado, por possibilitar que a narrativa seja uma enunciação que, ao mesmo tempo que se compõe na macro-história (dominante, homogeneizadora ou até distante), não deixa de expressá-la em sua dimensão geral e singular. As narrativas permitem que busquemos no original e no ordinário constitutivos da cotidianidade que se

12 A título de esclarecimento, vale atentar que um dos traços distintos do *Livro das mil e uma noites* é a predominância da narradora feminina por toda a obra e de o ato narrativo desenrolar-se durante a noite. Nessa época, a mulher era tida como desprovida de intelecto. Todavia, nessa obra de "enunciação de periferia" (JAROUCHE, 2006, p.25), a narradora é caracterizada não por seus atributos físicos, mas espirituais. Descrita por seu intelecto. Afinal, será ela a personagem que trará de volta ao rei a sensatez e lutará pela vida (JAROUCHE, 2006).

conjuga nas instâncias subjetiva e social, que a psicossociologia não despreza, mas se atreve a religar e conferir visibilidade.

Por outro, como integrante do método, a narrativa permite compreender do interior da história o vivido de uma sociedade, de uma classe socioprofissional e de uma comunidade ao pedirmos gentilmente que os barrageiros e seus familiares narrem sua própria história. Isso nos dá a conhecer como esse grupo social pensa e vive seu mundo ao mesmo tempo que confere palavra àqueles que

> [...] não ousam tomá-la [...], e contribuir, assim, para "quebrar em pedaços" as representações e as ideias recebidas que confirmam o *status quo* social [...]. A espécie de "escândalo" provocado por esta verdade, habitualmente proscrita e perturbadora, "confinada na oralidade de um cotidiano obscuro", saída desta "boca de sombra" assim entreaberta [...]. (Lévy, 2001b, p.93)

Narratividade essa em que buscamos trazer, da periferia e da ilegitimidade, tanto a voz polifônica da história humana – para além da dimensão macrorreal da verdade – quanto a matéria legítima da narração na produção de conhecimento científico. Para isso, precisamos (des)construir horizontes tradicionais de pesquisa e fundi-los, aspectos que o leitor poderá avistar nos capítulos conseguintes.

2
(DES)ENCONTROS TRABALHO-FAMÍLIA

Qual o homem e tal a tarefa: congruíram-se, como um tom de vida, com riqueza de fundo e deveres muito recortados. Avante, até, próspero. Tomara a gosto. O pão é que faz o cada dia.

(Rosa, 1985, p.86.)

Duas grandes instituições que fornecem referência ao indivíduo: trabalho e família. Elas são vigorosas por modularem o compasso da vida, escolhas e possibilidades a partir de suas lógicas e demandas. Geram também interditos, perdas e sofrimentos. Nosso cotidiano está delineado por suas atividades rotineiras que tanto mantêm a vida quanto possibilitam reinventá-la.

Diante disso, buscamos compreender no conceito de trabalho (na categoria de centralidade) como estão constituídos na atualidade as relações laborais, as formas de sociabilidades e os processos de subjetivação no contexto dos trabalhadores barrageiros e de seus familiares.

É premente para nós entender o que se passa nas zonas de contato entre essas instituições, para visualizar o que gera integração e coesão e aquilo que as dissipa e desfaz, e poder verificar como essa categoria profissional envolve seus familiares.

Para essa leitura interpenetrada, analisamos a família enquanto instituição e também como unidade social, buscando entender como se dão sua inserção e manutenção no contexto capitalista, como se estabelecem inter-relações e se afetam reciprocamente. Essa unidade social se realiza concretamente pela organização de parentesco (sanguíneo e/ou afetivo) e pela inserção de seus membros em um sistema produtivo, logo, de classes.

Essa é uma perspectiva que Fausto Neto (1982) nos propõe pensar ao pesquisar a família operária e a reprodução da força de trabalho. Essa pesquisadora, de tradição antropológica, buscou identificar em seus estudos como a família operária materializava-se enquanto instituição, considerando as relações produtivas e de classe, em que seus membros (a partir da sua configuração familiar, relacional e de ações) buscavam condições de sobrevivência e de reprodução da força de trabalho em termos materiais e ideológicos.

Desse modo, o que significaria a família enquanto unidade social de reprodução da força de trabalho? Um grupo produtivo inserido no capital e por ele modelado; uma unidade social de consumo que produz e reproduz o trabalhador, uma vez que no seio familiar se dá a reposição da força de trabalho; mas também uma instituição capaz de realizar movimentos de resistência e contrapor essas forças.

Destacamos, a partir da referida autora, que olhamos a família não restrita à consanguinidade, reduzida à mera relação de parentesco que a faz viver unida ou por ter afinidade, mas como uma "dimensão de *reciprocidades de ação, de dívidas e de obrigações e de transmissão de legitimidade social* entre indivíduos de um determinado contexto social" (Fausto Neto, 1982, p.11, grifo do autor).

A autora menciona que são escassos os estudos que investigam a família enquanto unidade de produção e consumo ou que integram o plano econômico e produtivo ao doméstico, cultural e afetivo. Por essa via, somos convidados a explorar as relações que a família expressa por meio da sua rede de parentesco e reciprocidades no contexto existencial da classe dos trabalhadores barrageiros.

Considerar a família dos trabalhadores migrantes do setor de produção de energia hidrelétrica enquanto grupo produtivo e afetivo

permite verificar as instâncias singular e social onde são operados os (des)encontros trabalho-família. Isso é ir ao encontro do que Fausto Neto (1982) nos abre: conhecer as configurações familiares; laços tanto de consanguinidade quanto de afinidade; tipos de uniões; direitos e deveres estabelecidos referentes ao gênero, sexualidade, parceiro e descendentes; modalidades de residência; processo de migração: deslocamento e fixação; e, principalmente, relações entre o modo de produção (tipos de trabalho e ocupação) e os arranjos familiares-domésticos que predominam.

Nessa vertente, deparamo-nos com um trabalho capaz de socializar ao mesmo tempo que desfaz ou esgarça os laços sociais e afetivos. O que possibilita a sobrevivência da família, ao menos em termos financeiros, não é capaz de garantir a construção de afetos, reciprocidades e aprofundamento das relações.

Essa realidade foi objeto de análise na literatura brasileira com a escritora Patrícia Galvão (a Pagu), ao indagar o tempo de vida e de trabalho (o último colonizando o primeiro) com uma de suas personagens da obra *Parque industrial*: "Nós não temos tempo de conhecer os nossos filhos!" (Galvão, 1994, p.29), bradava de modo inciso a operária imersa no universo exaustivo da fábrica. Para a autora, o único cordão umbilical que imperava desde o nascimento até a idade adulta era o econômico e não o familiar.

Trabalho-família que se (des)encontram podem ser verificados também nos embates travados em que essas duas dimensões existenciais se engolfam, distanciam-se e se aproximam. Capazes de se produzirem e de se anularem. É um campo conflituoso, de intensos jogos de forças hegemônicos sim, mas em que são efetuadas lutas cotidianas, salpicadas de vitórias e de fracassos no dia a dia de seus combatentes.

Para obtermos acesso a esse terreno, a porta de entrada fez-se por meio das narrativas. Por intermédio delas, pudemos verificar que, diante de uma lógica hegemônica, efetivam-se manobras produtoras de diferenciação e resistência, expressas nas singularidades e diversidades das lógicas dos pequenos grupos – internas a eles. Reconhecendo isso, recorremos a De Certeau (2012), quem concebeu

as táticas e estratégias de grupos e famílias como recursos para sobreviver e adaptar-se ao (novo) lugar e contexto socioeconômico-cultural. Elas possibilitam perceber como enfrentam o processo de precarização das condições e relações de trabalho, deflagrado no contexto profissional, na vigência do ideário neoliberal, e dos manejos relacionais de seus grupos afetivos e familiares que se rearranjam.

Esse quadro conceitual suscitou para nós uma questão fundamental: quais são as produções de subjetividades, manejos e saídas que as famílias encontram para resistir diante das condições de vida impostas pelo trabalho do barrageiro, logo, dos delineamentos produzidos pelo labor sobre a configuração familiar e suas relações comunitárias e afetivas?

Pistas disso puderam ser encontradas na perspectiva certeauniana que nos fez debruçar sobre os elementos que compõem a manutenção da vida diária e seu conjunto de estratégias para sobreviver: moradia, trabalho, cuidados com a saúde, educação, sociabilidades, deslocamentos etc. A partir desse conjunto, os arranjos familiares forjam tanto possibilidades quanto restrições para lidar com as necessidades singulares (individuais e coletivas) perante os imperativos que, para além do trabalho, são também econômicos, sociais e afetivos.

Trataremos a seguir, momentaneamente separado, de algo que compreendemos entrelaçado: trabalho e família.

Os rastros do trabalho e os processos de subjetivação

Nos tópicos subsequentes o leitor visualizará a discussão do conceito de trabalho em termos gerais a fim de explicitar a conjuntura sócio-histórica do modo de produção capitalista vigente. Essa discussão será o substrato para debatê-lo em suas especificidades no capítulo 3 "Os modos de ser-trabalhar-viver dos barrageiros e seus familiares". Feito isso, obteremos recursos teóricos para analisar os processos hegemônicos e contra-hegemônicos, corporificados por nossos atores sociais. Para iniciar esse assunto, esboçaremos no parágrafo a

seguir o cenário do setor de produção de energia hidrelétrica e a migração-laboral que integram o contexto de vida dos barrageiros.

A primeira hidrelétrica no Brasil começou a operar em 1883 no município de Diamantina (MG), no reinado de D. Pedro II. De pequeno porte, sua finalidade era abastecer uma mineradora de diamantes. Desde então, do século XIX em diante, diversas usinas passaram a ser construídas próximas às regiões de maior densidade industrial e populacional para atender às necessidades do país, fazendo com que em pouco mais de 100 anos se tornassem uma de suas principais fontes energéticas.

Segundo a ANEEL (2002, 2008) – agência criada em 1996, responsável pela regulação e fiscalização do processo de geração, transmissão, distribuição e comercialização da energia elétrica –, o Brasil possui um território continental com cerca de 8,5 milhões de km^2 e mais de 7 mil km de extensão litorânea, o que propicia condições favoráveis para a exploração energética, sendo um dos países com maior potencial hidrelétrico do planeta.

Aproximadamente, 90% do suprimento de energia elétrica brasileira advém da hidreletricidade. Embora haja outras fontes energéticas capazes de gerar energia elétrica, como a solar, gás natural, biomassa, nuclear, termoelétrica, eólica, entre outras, a hidreletricidade continua crescendo em números de projetos e importância para suprir a demanda nacional. Há diversos projetos em construção, em ampliação, concedidos e autorizados, o que denota intensas mudanças ao longo dos anos em termos legal, tecnológico e político-ideológico, fazendo que a indústria de energia (setor de petróleo, gás natural e energia elétrica) se tornasse um setor de interesse nacional e internacional.

O que determina o porte da usina, se este é grande, médio ou pequeno, é a potência instalada. Conforme a classificação da ANEEL (2008), a hidrelétrica pode ser: central geradora hidrelétrica (CGH), possui até 1 (um) MW (megawatt) de potência instalada; pequena central hidrelétrica (PCH), possui entre 1,1 MW e 30 MW de potência instalada; e usina hidrelétrica de energia (UHE), possui mais de 30 MW de potência instalada.

Para avistar a expressividade desse ramo, apresentamos os empreendimentos existentes e previstos, segundo o tipo de energia produzida e os números dessas modalidades existentes, conforme o banco de dados da ANEEL (2008):

Quadro 1 – Empreendimentos em operação, construção e outorgados.

Empreendimentos em operação		**Empreendimentos em construção**		**Empreendimentos outorgados entre 1998 e 2008 (a iniciar sua construção)**	
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
Central geradora hidrelétrica	227	Central geradora hidrelétrica	1	Central geradora hidrelétrica	74
Central geradora eolielétrica	17	Central geradora eolielétrica	22	Central geradora undi-elétrica	1
Pequena central hidrelétrica	320	Pequena central hidrelétrica	67	Central geradora eolielétrica	50
Central geradora solar fotovoltaica	1	Usina hidrelétrica de energia	21	Pequena central hidrelétrica	166
Usina hidrelétrica de energia	159	Usina termelétrica de energia	19	Usina hidrelétrica de energia	15
Usina termelétrica de energia	1042	Central Geradora hidrelétrica	1		
Usina termonuclear	2				

Com essas informações, vemos o setor hidrelétrico em franco desenvolvimento, contudo, outras fontes de energia também têm integrado esse cenário, de modo crescente, alternativas ao hídrico. Mesmo assim, verificamos nos últimos 36 anos a oferta de energia hidrelétrica aumentar especialmente em dois locais do mundo, na Ásia (China) e na América Latina (Brasil). Em 2006 e 2007, os

países que mais consumiram energia hidrelétrica, em ordem descendente de consumo, foram: China, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Rússia, Noruega, Índia, Venezuela, Japão e Suécia.

Se somarmos o número de empreendimentos em operação em 2008 de UHE, PCH e CGH, teremos 716 em atividade, o que explicita a quantidade de campos de trabalho abertos e finalizados para os barrageiros, ao longo desse período no território brasileiro, onde nossos narradores vivenciaram sua trajetória socioprofissional.

Compondo de modo diversificado as cinco macrorregiões do nosso país, os empreendimentos hidrelétricos fizeram que parte significativa dos trabalhadores envolvidos na construção e manutenção, os barrageiros, experienciassem a migração. Para tornar esses projetos realizáveis, foi necessário que esses trabalhadores se deslocassem até as áreas das obras, especialmente para a execução do processo de construção civil pesada, determinante nesses projetos, pois, ao aproveitar o fluxo das águas do rio, é necessário construir o desvio deste e formar reservatórios, as famosas barragens. Com diferentes frentes de trabalhos e funções, esses empreendimentos tiveram de lidar com um grande contingente de mão de obra dividido em empreiteiras, proprietários e firmas diversas – o que remete a diferentes contratos de trabalho e vivência migratória.

Em vista disso, circunstanciaremos brevemente o labor do barrageiro como o trabalho-migrante. Em estudos anteriores (Duarte, 2009, 2014; Duarte e Luzio, 2010), pudemos evidenciar que a migração, bem como o migrante, refere-se a um processo multifacetado e imerso em contradições. Mediante a dialética territorialização e desterritorialização, bem como a do enraizamento e desenraizamento, debatemos a necessidade de situar tanto o migrante quanto a migração que estamos pondo em cena. As condições da mobilidade variam conforme a classe socioeconômica, se houve uma escolha ou se foi compulsória, bem como as distintas motivações que levaram o sujeito a se fixar ou deslocar-se. Logo, o exame cuidadoso do contexto migratório pode revelar a imposição de poder e violência, seja para quem vai ou para quem fica.

Sendo assim, a migração não consiste em um simples desarranjar da paisagem físico-geográfica e material, mas a perda de uma forma de vida. Remete a uma experiência paradoxal, pois decompõe o espaço habitual, sua temporalidade e relações, mas também enseja novas configurações existenciais e constituições de referências. Sendo um processo, demanda uma atividade de elaboração cujos recursos materiais e imateriais reportam a estratégias distintas para lidar com essa vivência, logo, sua conjuntura deve sempre ser ponderada.

É preciso atentar para a experiência de perda e seus desdobramentos sobre a dimensão sociossubjetiva. Geralmente, os trabalhadores de grandes empreendimentos, como o setor hidrelétrico, são pouco percebidos (pela empresa, pelo Estado e pela sociedade) como sujeitos que também tiveram de refazer a vida deles na vivência migratória, especialmente no contexto do processo de precarização das condições e relações de trabalho que fragilizaram vínculos estáveis de contrato e interditaram suportes sociais.

O barrageiro, ao migrar de uma hidrelétrica a outra, busca uma nova oportunidade de emprego, como também se manter empregado. Em meio às recorrentes migrações laborais, alguns deles, para se manter no trabalho, renunciam à vida familiar ou adaptam-na para lidar com as exigências laborais, o que traz distintos efeitos para esse núcleo.

Sinalizados esses elementos, podemos partir para os tópicos ulteriores mais atentos à dominação econômica e político-ideológica que não somente penetra no processo migratório do barrageiro e suas relações de trabalho, mas também figura em seus vínculos sociais e afetivos, como a família e seu entorno sociocomunitário.

A contradição do trabalho: em busca dos rastros da positividade

O trabalho, enquanto objeto de estudo e categoria de análise, comporta uma pluralidade de debates, campos teóricos e áreas de saber. Em suas concepções epistemológicas e ontológicas,

deparamo-nos com seminais discursos em que o dissenso, marcado por diferentes perspectivas, é a sua marca expressiva. O trabalho na esfera social, histórica e subjetiva admite posicionamentos distintos conforme o foco em questão, como delimita Lhuilier (2005), do campo da psicossociologia.

Aqui compreendemos o trabalho enquanto centralidade. Possui papel humanizador e socializante. Ao ultrapassar a esfera da mediação entre homem e natureza, o trabalho confere sentido e significado ao ser humano. Deflagra processos de subjetivação. Por meio do trabalho, o ser humano e sua vida cotidiana e social se reproduzem. O trabalho não findou, contudo, transformou-se em suas formas e modos de gestão. É histórico, por isso comporta mudanças em virtude das transições econômicas, sociais e políticas.

O trabalho transforma o homem, mas o homem também transforma o trabalho. A ação laboral não se reduz à relação de compra e venda da força de trabalho ou do sujeito que desempenha uma ocupação. De modo similar, a vida humana também não se resume exclusivamente a ele. Trata-se de um vigoroso encontro entre a história singular e o contexto sócio-histórico. Ambos possuem complexidade e geram efeitos singulares e sociais a serem compreendidos (Antunes, 2008; Lhuilier, 2005).

Nesses termos, referenciamo-nos a perspectivas de autores do materialismo histórico até as abordagens que o debatam em uma perspectiva dialética e produtora de subjetivação. Especialmente aquelas que venham a dialogar com a vinculação entre o social e o subjetivo, proposta na psicossociologia.

Com Antunes (2008) e Lhuilier (2005), encontramos na origem etimológica[1] de trabalho um campo semântico evocativo de seu

---

1 Esclarecemos que ao longo do texto recorreremos à etimologia por entendê-la como um importante recurso interpretativo. No resgate das palavras, reavemos suas origens e o manifestar de novas zonas de sentido que, conforme Barthes (2003), promovem uma operação fecunda de desdobramento dos significantes, tal como um dossiê a ser aberto e explorado. Ademais, nas palavras humoradas de Lebrun (1998, p.12): "Nunca se perde tempo exercitando um pouco a etimologia".

caráter dúbio. Do latim, *tripalium,* há o instrumento de tortura da Antiguidade, formado por três estacas de madeira, o que remete ao suplício, dor, punição, sofrimento e tormento. Os romanos, segundo Enriquez (1999b), utilizavam esse instrumento, logo, herdaram também dos gregos o repúdio ao labor. Além de o desvalorizar, inseriam-no no reino da necessidade e obrigação por compreendê-lo como limitador do homem em suas faculdades e liberdade.

Com a modernidade, o sentido do labor modificou-se ao se associar à ideia de transformar a natureza, as coisas e a própria sociedade. Entretanto, seus rastros continuam a retroceder à ideia de tortura – o que não deixa de conotar ainda hoje a dimensão de constrangimento, esforço e tensão. Faz retornar a um objeto de conflito vivido no contexto atual do trabalhador alienado, explorado e restritivo da liberdade que impera no universo do capitalismo neoliberal.

A partir dessas concepções, podemos avançar e opor ao trabalho, enquanto *tripalium*, a palavra obra, no intuito de explicitar a contradição que se faz também no campo etimológico. Do latim, obra remete a *opus*, que reporta ao trabalho em ofício, artesanal, uma atividade produtiva, tal como o trabalho de uma abelha, de uma obra de arte, de uma obra literária até o trabalho do agricultor. Nessa linha, podemos nos aproximar de *poiesis*, uma obra poética, que, do grego, direciona-nos à acepção de criação e arte[2].

Com a ampliação do campo semântico, podemos nos movimentar por meio da dialética que constitui o labor: fonte de prazer e sofrimento, alegria e tristeza, saúde e doença, libertação e escravidão, alienação e emancipação, heteronomia e autonomia. Em síntese, vivemos o trabalho capaz de humanizar e desumanizar.

Guérin (1995) também apresenta esse paradoxo em torno do labor ao debatê-lo no contexto do que constitui uma obra. Situa-o na cultura grega como maldição, condenação e tortura. Com a ideia moderna de progresso, o labor ascende ao plano da exaltação e da essencialidade. Ao visualizar isso, o filósofo afirma que a oposição

2 Gostaríamos de especificar que Castro (1998) discute essas duas terminologias, *opus* e *poiesis*, relacionando-as à questão da poética e da interpretação.

que caracteriza os campos heurístico e ideológico do termo trabalho é insuprimível. O ápice se daria ao se verificar o conflito que acomete o homem, pois, ao trabalhar para sobreviver e reproduzir (uma forma de manter a vida e lutar contra morte), confrontar-se-ia com seu avesso: "Entrementes, o trabalho, que no início afasta a morte, nos bastidores a faz entrar no jogo" (Guérin, 1995, p.17).

Encontraremos desde Marx (1996) até atores atuais do materialismo histórico-dialético, como Antunes (2008) e Alves (2013), o trabalho fundado nessa contradição que, simultaneamente, afirma e nega a vida. É necessidade para manter a sobrevivência, mas aliena o ser social. Possui caráter pendular, impulsionado pela força da positividade e pela da negatividade que assolam o mundo laboral e o do ser humano. Com esses autores, compreendemos que na conjuntura do capital o universo da mercadoria é o que transforma, degrada, avilta e fragiliza a vida e o próprio trabalho naquilo que ele contém de potência de vida.

Essa dualidade nos lança nesse campo de embate. Nela, encontramos a dupla valência do trabalho, como nos diz Lhuilier (2005), sendo essa valência tanto de constrangimentos e exploração quanto de construção do sujeito. Não podemos deixar desvanecer, em meio a esse torvelinho, a capacidade do labor de contribuir para a vida comum e ser meio de acesso à realização pessoal no campo social. Isso significa constatar que a mesma força que tem para desagregar também o tem para socializar e incitar o viver comum.

Como nos adverte Lhuilier (2005), não devemos desviar o olhar do trabalho como criação, sua possibilidade de ultrapassar os constrangimentos e o devastar dos sentidos. Uma concepção de trabalho em que *tripalium* não possa ocultar e tomar para si o que há nele de *opus* e *poiesis.* Isso não significa recusar a negatividade, mas poder subvertê-la e transpô-la ao questionar a ordem vigente. Implica colocar em análise, pela interpelação e compreensão, o processo de aviltamento do trabalho e de sua destituição enquanto positividade. Seguindo esses rastros, poderíamos reaver lastros daquilo que no trabalho é capaz de conferir sentido, dignidade e humanização.

O processo de precarização das condições e relações de trabalho: no neoliberalismo, os rastros da negatividade

É preciso estar ciente de que no modo de produção capitalista, operado pela expropriação, exclusão e exploração, não sofrem apenas aqueles que estão fora do mundo do trabalho, desempregados ou inseridos precariamente nesse universo, mas também os que estão no mercado laboral. Em ambos os casos, o tecido social não permanece ileso, o que vem colocar em xeque o trabalho enquanto positividade.

Segundo Antunes (2008), o mundo do não trabalho e do desemprego abrange aproximadamente um terço da humanidade. O Brasil, especificamente, está entre os países com maior número de desempregados no mundo – sem se referir à ampla condição de informalidade que diz respeito a 60% da força de trabalho.

Isso remete a dados mundiais em que perder o trabalho significa malograr os direitos e a proteção social, o que, por sua vez, ameaça existências e cidadanias. Essa realidade produz fragilização nos modos de vida que ultrapassam o campo do trabalho, tal qual o do trabalhador-migrante de barragens que, ao vivenciar o desemprego e a desproteção social, encontra-se vulnerável ao perder direitos até então assegurados pelo Estado ou por empresas prestadoras de serviço a esses empreendimentos estatais.

Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012), 70% dos trabalhadores no mundo não possuem seguro desemprego ou uma forma de assistência ao ficar sem o trabalho. Esse número eleva-se para 86% por não incluir aqueles que não contribuíram tempo suficiente para usufruir da seguridade social.

Para uma visão mais ampla desse panorama, dos 198 países que a OIT acompanha e sobre os quais desenvolve estudos e pesquisas, somente 72 países (sendo estes de média e alta renda) possuem seguro-desemprego. Os dados mais próximos do Brasil concernem aos números da América Latina, sinalizando uma cobertura inferior a 40%. Ou seja, mais da metade desses países estão desprotegidos

de seguros sociais contra o desemprego. Em números significa que quase 35 milhões de pessoas que perderam o trabalho, a partir de 2008, ficaram repentinamente sem a renda regular. Os jovens são os mais afetados, tanto pelo pouco tempo de contribuição quanto pelas transformações inerentes ao mercado de trabalho onde o acesso ao primeiro emprego torna-se cada vez mais árduo[3]. Isso é melhor detectável ao se verificar que, dos 198 países, apenas 16 possuem seguro-desemprego para jovens desempregados que estão em busca do seu primeiro trabalho.

Em meio às constantes crises, fruto da hegemonia do capital financeiro neoliberal, visualizam-se nas últimas três décadas (a partir de 1980) os denominados "trinta anos perversos" (Alves, 2013, p.115). Dizem respeito ao aumento assombroso da degradação do trabalho, de modo extenso e intenso, que promoveu fragilização sindical e da política do trabalho organizado; flexibilização e redução dos direitos do trabalhador; diminuição das despesas públicas; crise estrutural; avanço da ordem burguesa na reestruturação capitalista ao restaurar a hegemonia política mediante os ditames do neoliberalismo; desmonte do estado de bem-estar social (Alves, 2013; Antunes, 2008).

Em suma, vive-se uma crescente desproteção do trabalho que assume as formas de insegurança, vivenciadas no mercado de trabalho, no emprego, na renda, na contratação e na representatividade (Mattoso, 1995). Elementos esses que pudemos verificar de modo nítido nas narrativas dos barrageiros.

A grande contradição do capital permanece intocável: reduzem-se paulatinamente os direitos sociais ao mesmo tempo que crescem a produção e acumulação de riqueza. Tem-se a expansão da concentração de renda e da desigualdade social para além dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Nessa operação, em que o projeto neoliberal não comporta todos para angariar possibilidades dignas de existência, são exigidos cortes e dedução de direitos

3 Dados complementares acerca dessa discussão e estudos específicos dessa população foram feitos por Pochmann (2000) em *A batalha pelo primeiro emprego.*

históricos, conquistados pela classe trabalhadora. Não é possível absorver toda a força de trabalho disponível, principalmente ao atravessar recorrentes crises financeiras, as quais se encontram indissociáveis desse modo de produção. É nessa conjuntura que se delineia, de modo atroz, a incompatibilidade entre trabalho humano e o capital.

O tempo de trabalho é ditado pelo do capital por meio do modo de produção instaurado. Com as máquinas e os prazos em desespero e se esgoelando, o trabalhador, no dispêndio do trabalho vivo, é engolfado por essa imposição rítmica – a heterorritmia de Barthes (2003)[4].

Mais uma vez, na literatura, Pagu (1994), em 1933, já denunciava em sua narrativa o desprezo pelo trabalhador da parafernália capitalista[5]:

> O grito possante da chaminé envolve o bairro. Os retardatários voam, beirando a parede da fábrica, granulada, longa, coroada de bicos. Resfolegam como cães cansados, para não perder o dia. Uma chinelinha vermelha é largada sem contraforte na sarjeta. Um pé descalço se fere nos cacos de uma garrafa de leite. Uma garota parda vai pulando e chorando alcançar a porta negra. [...] O apito acaba num sopor. As máquinas se movimentam com desespero. [...] Na grande penitenciária social os teares se elevam e marcham esgoelando. (Galvão, 1994, p.18.)

Nesse mesmo caminho, Lhuilier (2005) investiga as mudanças perversas que na contemporaneidade acometem o universo laboral

---

4 Ritmo imposto por outrem, fazendo alusão ao termo evocado por Barthes (2003) para debater nosso objeto em que a singularidade é negada pela imposição produtiva do capital.

5 Outra narrativa das experiências operárias do trabalho precarizado no Brasil se refere às *Crônicas da vida operária*, de Jatobá (2006). Nela, o cenário é o das fábricas do ABC paulista onde o universo subjetivo dos trabalhadores, expresso em seus medos, sofrimentos e inseguranças, é trazido à tona a partir do cotidiano social de trabalho e moradia. A relação trabalho e sociedade encontra-se intimamente vinculada, o que reverbera as denúncias de Pagu (1994) até a atualidade.

e social. A autora avança nessa discussão para explicitar as engrenagens que movem a ávida máquina de produzir. São empresas que não cessam de aumentar as exigências laborais, ao passo que os meios e as possibilidades dos trabalhadores responderem a essas imposições tornam-se cada vez mais exíguos.

Um descompasso heterorrítmico em que o trabalhador desde a largada se encontra em abissal desvantagem. O progressivo aumento de constrangimentos do/no trabalho mais a fragilização das relações de pertencimento individual e coletiva, dentro e fora do trabalho, provocaram um processo de marginalização para quem adentra suas portas ou permanece afora destas. Elegendo temas distintos para deslindar a degradação do valor do trabalho, Lhuilier (2005) discute importantes aspectos, ao considerar o "dentro" e o "fora" do trabalho como as duas faces da mesma moeda, cuja referência se faz em prol da rentabilização do capital por meio do jogo financeiro que desmonta o ato laborativo em sua positividade e fragiliza o trabalhador:

> A flexibilidade interna traduz-se por profundas transformações da organização do trabalho, que concorrem para a sua precarização. A flexibilidade externa traduz-se por uma redução dos efectivos, pelo desenvolvimento da subcontratação e pela precarização do emprego. Paradoxalmente, enquanto as exigências de produtividade aumentam, observa-se uma tendência geral para a desqualificação. A fragmentação da experiência profissional numa enorme quantidade de missões sucessivas ou paralelas, a promoção de uma polivalência que dissolve a referência aos corpos de saberes e de saber-fazer que definem profissões, a degradação das condições de aprendizagem pela intensificação do trabalho e da precariedade de pertenças são outros tantos factores que, pelos seus efeitos cumulativos, desenham uma margem sempre maior de subproletariado. (Lhulier, 2005, p.217-218.)

A autora francesa reitera o que outros pesquisadores também avaliam, em diferentes contextos e vertentes teóricas, sobre o

impacto da negatividade produzida pelas transformações na produção e na gestão do trabalho na virada do século XX para o XXI. Destacamos de modo pontual alguns desses efeitos e autores que discutem essa conjuntura na atualidade[6]:

Quadro 2 – Principais transformações na produção e gestão do trabalho no fim do século XX e início do século XXI.

Transformações	**Efeitos**	**Autores**
Acirramento da concorrência interna e externa.	Banalização da injustiça; negação do sofrimento; violência; fragilização dos pertencimentos; degradação da saúde do trabalhador.	Alves (2011, 2013); Antunes (2001, 2007, 2008); Capitão e Heloani (2003); Dejours (2008); Franco, Druck, Seligmann-Silva (2010); Enriquez (1999a, 1999b, 2006); Gaulejac (2007); Pagès (1990); Sennett (2008).
Acentuação das aquisições, fusões e privatizações perversas.	Quebra dos laços sociais e afetivos; perda do sentido do trabalho; sentimento de deriva – dentro e fora do trabalho.	Antunes (2001, 2007, 2008); Dejours (2008); Enriquez (1999a, 1999b, 2006); Gaulejac (2007); Pagès (1990); Sennett (2008).
Flexibilização.	Perda e restrição dos direitos trabalhistas; vivência de constrangimentos e inseguranças do mercado de trabalho desigual, incerto e imprevisível; culpabilização do indivíduo de modo unilateral (por seu sucesso e fracasso).	Agudelo (2000); Antunes (2001, 2007, 2008); Enriquez (1999a, 1999b, 2006); Gaulejac (2007); Mattoso (1995); Pochmann (2000, 2001).

6 Estamos cientes de que esses autores possuem diversas outras produções e publicações nessa área, assim como outros nomes poderiam ser mencionados, contudo, assinalamos apenas algumas referências para destacar ao leitor literaturas que têm contribuído para essa discussão, inclusive as que foram utilizadas para a nossa pesquisa.

Transformações	Efeitos	Autores
Evolução tecnológica e automatizações (informatização e implementação digital).	Aumento do trabalho morto; perda do sentido do trabalho; necessidade do capital do trabalho vivo.	Alves (2011, 2013); Antunes (2001, 2007, 2008); Mattoso (1995); Pochmann (2000, 2001); Sennett (2008); Singer (2001).
Flutuação e exclusão da mão de obra.	Exército de reserva; exclusão permanente; perda da cidadania e empobrecimento.	Alves (2011, 2013); Antunes (2001, 2007, 2008); Franco, Druck, Seligmann-Silva (2010); Mattoso (1995); Pochmann (2000, 2001); Singer (2001).
Recorrentes crises financeiras.	Ausência de pleno desenvolvimento econômico-social; falhas do ideário neoliberal na promessa de amadurecimento do sistema econômico; imprevisibilidade das crises e do mercado.	Antunes (2001, 2007, 2008); Enriquez (1999a, 1999b, 2006); Gaulejac (2007); Mattoso (1995); Pochmann (2000, 2001); Singer (2001).

A consequência disso é a crescente especulação e rentabilização do capital mediante um jogo desterritorializado de investimentos financeiros em detrimento do trabalhador. Dito de outro modo, é forjado um processo crescente de degradação do valor (humano) do trabalho de acordo com a oscilação de empregos e ocupações conforme a demanda por produção. Esse cenário está presente no contexto das hidrelétricas brasileiras, onde há uma expressiva flutuação de mão de obra, o que acaba por intensificar a migração (desprotegida e errante) em busca de novas colocações no mercado de trabalho.

Como dito anteriormente, trata-se de um processo que abrange tanto o âmbito interno quanto externo do espaço de trabalho. É indiferente para o capital quem está dentro de uma organização ou fora dela, quem está assalariado ou desempenha uma ocupação – uma vez que a função do exército de reserva é fazer a manutenção da desvalorização da mão de obra. Entretanto, uma transformação externa, no âmbito do mercado de trabalho, implica uma transformação

interna, pois estão integradas na mesma lógica de depreciação. Isso se faz acompanhado por modelos de gestão que realizam a manutenção dessas transformações, em que a captura da subjetividade é o elemento-chave e premente para garantir a perpetuação dessa dinâmica na atualidade (Pagès, 1990).

Assinalaremos, daqui em diante, os principais aspectos do neoliberalismo para apreendermos melhor essa conjuntura de trabalho, que é também brasileira e presente na indústria energética, para delimitarmos de modo mais pormenorizado os rastros da negatividade e de seus desdobramentos sobre o tecido social, os processos de subjetivação e as políticas para o Estado, uma vez que o setor de produção de energia hidrelétrica no Brasil sofreu drásticas transformações a partir de 1990 nas eras Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso com intensos processos de privatização e desestatização[7] (Duarte, 2009; Duarte e Luzio, 2010).

Diante desse cenário, podemos elencar as arestas conceituais que balizaram nosso olhar e apontar algumas consequências do ideário neoliberal.

Em primeiro lugar, compartilhamos com o economista francês Salama (vide Anderson et al., 1995) que o termo neoliberalismo é um conceito escorregadio e difuso. Difícil de precisá-lo. É um movimento em andamento, portanto, inacabado. Contudo, é possível localizar suas origens e pressupostos. Mais do que isso, conhecemos suficientemente bem seus efeitos.

Segundo, falar do ideário neoliberal enquanto um projeto político, econômico e ideológico é remeter ao tripé institucional do capitalismo: empresa, mercado e Estado. Verifica-se um consenso entre

---

7 Depois de pelo menos 50 anos de controle estatal, o setor hidrelétrico passa por uma intensa reestruturação ao ser privatizado. As companhias operadoras desse ramo, que antes eram controladas no nível estadual e no federal, passam a fazer parte da iniciativa privada. Isso gera divisões nas atividades outrora concentradas no Estado, isto é, passam a atuar de modo independente companhias responsáveis pela geração, transmissão e distribuição, além de surgirem novas entidades para controlar e fiscalizar esse setor, como a ANEEL em 1996 (ANEEL, 2008).

autores (Anderson et al., 1995; Castoriadis, 2004; Enriquez, 1999b; Gaulejac, 2007) de que nesse ideário houve um retrocesso social amplo e disseminado, principalmente por gerar pronunciadas desigualdades sociais e econômicas nos países onde foi implantado[8]. Seu êxito é parco e parcial ao que se refere ao controle inflacionário e das restrições fiscais, algo que sempre foi destacado em sua proposta. A variabilidade de seus efeitos e a modalidade de adesão diferenciam-se conforme o país em questão, pois para cada um deles haverá um "pacote" a ser adotado, conforme as exigências das agências multilaterais, que, no fim, remetem a uma classe dominante global.

Terceiro, com o pensador italiano Bobbio (2000), verificamos uma doutrina econômica que defende de modo intransigente a liberdade econômica e o desmantelamento do Estado na oferta de serviços. Sendo assim, a liberdade individual advém da econômica. Isso porque, segundo Castoriadis (2004), o traço marcante do capitalismo é a assunção da economia enquanto valor máximo da vida social.

Em termos históricos, o nome expoente e defensor desses princípios na atualidade foi o economista austríaco Hayek (1990), em meados do século XX. Tido como o maior inspirador da doutrina liberal contemporânea, sua formulação econômica e social provém do liberalismo clássico ao defender limites para o poder do Estado, tendo como parâmetros primeiros os interesses do indivíduo (que se efetivarão no âmbito político e ideológico) e o direito da propriedade privada individual (instância econômica). Na vertente liberal anglo-saxônica, entende-se que o Estado é tão mais liberal quanto mais reduzido forem os seus poderes. Nessa perspectiva, a positividade residiria na "liberdade" em função da restrição do poder estatal.

---

8 Para termos uma ideia dessa diferença abismal, Gaulejac (2007, p.170) nos aponta essa realidade com uma questão denunciadora: "O que vale uma sociedade na qual as 80 maiores fortunas representam ganhos médios de mais de um bilhão de pessoas? Um mundo no qual 1% dos mais ricos tem um ganho igual a 57% dos mais pobres, no qual as três pessoas mais ricas possuem uma fortuna superior ao PIB de 58 países mais pobres? Não há nessas cifras algo de insensato?".

Portanto, nessa ótica, o Estado-mínimo é um mal necessário a ser conservado, de maneira a enxugar seu poder ao máximo e servir apenas de instrumento à perspectiva liberal. Por isso a forte oposição ao Estado do bem-estar social e sua apologia da desigualdade (econômica e social) enquanto valor positivo. Nas palavras de Anderson (1995, p. 11), isso pode ser dito da seguinte maneira:

> O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas.

Como isso se operacionalizaria? Por meio das seguintes ações a serem desenvolvidas pelos governos neoliberais: elevação das taxas de juros; redução drástica dos impostos em relação aos rendimentos mais altos; abolição do controle dos fluxos financeiros; corte de gastos sociais; privatização; incentivo da livre concorrência; controle inflacionário; abertura do mercado nacional para o mundial; garantia dos direitos de propriedade privada; tomada de decisão privada, apoiada por preços estáveis; mobilidade dos recursos, dos investimentos e dos lucros; regulação estatal mínima da economia; redução das políticas sociais no orçamento do Estado (Anderson, 1995; Santos, B. S., 2005).

Com Enriquez (1999b), remontamos à perspectiva filosófica e ideológica que perpassa essa conjuntura neoliberal, ao apontar Locke, que afirma ser o trabalho libertador quando o homem é capaz de empreender. A Smith, ao entender que é do trabalho que advém a riqueza das nações. E a Montesquieu, que atrela às trocas comerciais, mediante o labor, a possibilidade de instituir relações entre os homens.

É com o despontar da sociedade moderna e industrial que a noção de liberdade pelo trabalho surge com o modo de produção capitalista. Nesse prisma, o processo de subjetivação instaurado está vinculado à acepção de liberdade conquistada mediante a venda da mão de obra. A moral e o discurso a imperar nessa civilização, da qual somos filhos, são os do trabalho e do trabalhador. Neles, não há espaço para os

desocupados, ociosos e não trabalhadores. É a sociedade do trabalho que se erige. Nela, os que compram e os que vendem a força laboral têm interesses distintos, entretanto, o labor não confere apenas meios materiais para sobreviver, mas também propicia realização, reconhecimento e identidade. Para além das ferramentas de trabalho e do homem que vêm a se imiscuir, há a sua história profissional, seus recursos, discursos e projetos que se encontram amalgamados.

Na civilização do trabalho, assalariada e explorada, em que o neoliberalismo vem galgar nas últimas décadas, o trabalhador passa a ter seus direitos reduzidos. O que isso implica? Não se trata de lograr apenas o salário daquele que labora, mas também de gozar, mediante o labor, de seus direitos políticos, civis, sociais e de cidadania, capazes de fortalecer os laços sociais e integrar a sociedade. Quando esses são usurpados, um desmonte do caráter afirmativo do trabalho acontece e uma fragilização imersa na negatividade é disparada. Trabalho, trabalhador e sociedade passam a ser enfraquecidos em seus laços provenientes do labor. A singularidade e a coletividade passam a sinalizar seus efeitos desalentadores, engendrando o processo de saúde-adoecimento, vinculado ao trabalho, e manifestando os desdobramentos disso a curto e longo prazos, como apontamos no Quadro 2 e poderemos perceber de modo claro nas narrativas de vida de nossos barrageiros.

Na propulsão do consumo sem precedentes, a financeirização do capital mais as transformações tecnológicas, no contexto da mundialização, modificam esse cenário com maior intensidade. Institui-se um nivelamento das relações sociossubjetivas mediante a lógica do "cassino financeiro" – termo cunhado pelo ganhador do prêmio Nobel de economia, Allais, citado por Enriquez (1999b). Esse cassino financeiro e mundial é especulativo, blefa e institui uma desenfreada guerra econômica por intermédio da concorrência. É o dinheiro pelo dinheiro e o consumo pelo consumo. É a extrapolação do capital financeiro que está substituindo o capital industrial.

Trabalha-se cada vez mais com um número menor de trabalhadores quando a cobertura social e salarial decresce assustadoramente em proporção ao acréscimo da riqueza dos detentores do capital.

Não são apenas trabalhadores que são lançados aos exorbitantes níveis de desemprego e expostos à miséria (material e imaterial), mas o Estado se endivida e o rebaixamento dos direitos é tido como "ganho", pois se acredita desonerar o preço do trabalho com o enfraquecimento deste.

Nas palavras de Enriquez (1999b), o que ocorre são perdas salariais que, quando repassadas aos capitalistas, é um ganho extraordinário. Pensar que os países têm se desenvolvido de maneira vigorosa, mesmo estando em ascensão, é um engano, pois o ganho de poucos e para poucos, mais a expulsão do mercado de trabalho de forma maciça, faz-se mesmo quando as empresas estão em crescimento.

Nesse ínterim, vemos desenrolar um neoliberalismo que possui um poder anônimo e díspar de mercado em detrimento do poder dos cidadãos e dos trabalhadores das organizações, os quais se encontram ultrajados. Isso constitui o ideário neoliberal em um modelo hegemônico por duas razões[9]: 1- na história do capitalismo nenhum movimento havia assumido essa magnitude, principalmente com a abrangência alcançada, que, desde o século passado, o tornou mundializado[10]. 2- mesmo tendo inumeráveis opositores, em que pessoas desacreditam-no e a ele resiste, sua força vem tomar conta dos Estados, suas políticas e cidadãos.

O que podemos verificar nessa exposição é que o trabalho continua a sofrer a velha história, escrita em novos capítulos, de exploração. É aviltado em seu valor social e arrefecido em sua significação para o homem. Com a determinação do dinheiro pelo dinheiro em todas as instâncias, a financeirização em seu poder é cada vez mais

9 Bourdieu (1998) denomina isso de um "discurso forte", pois sua força faz-se vigorosa por dispor de potências econômicas, políticas e de relações dominantes.

10 A amplitude neoliberal, que veio tomar conta de governos e Estados, deu-se a partir de 1970 e em uma década alastrou-se pelo globo: fim de 1979 na Inglaterra com Tatcher; 1980 nos EUA com Reagan; 1982 na Alemanha com Khol; 1983 na Dinamarca com Schluter; em seguida tomou a maioria dos países ocidentais da Europa, exceto Suécia e Áustria. Na década de 1990, no Brasil, nos governos Collor e FHC, esses ideais encontraram-se aplicados com maior rigor pela política nacional (Anderson, 1995).

míope e restritiva, porém, vigorosa por ultrapassar suas últimas capitalizações monetárias.

O ser humano, ao ser avaliado nessa unidade de medida calculista em filigranas, é descartado sem a paga da injúria. Resultado disso: segundo o referido psicossociólogo, são tempos em que se vivem a perversão social e a psicologização do problema. Fundam-se em torno do individualismo a responsabilização do sujeito para o assujeitar e sua despotencialização mediante as marcas da culpabilização, seja por seu sucesso, seja pelo fracasso – de qualquer maneira, ganhando ou perdendo, será insuficiente porque o capital é insaciável. Em uma leitura habermasiana, é o domínio da lógica instrumental sobre a prática, esta última capaz de fomentar o laço social:

> Vivemos numa visão da lógica técnica e, por isso, tudo o que seria a lógica prática, que permite estabelecer laços entre os seres humanos, tudo o que está ligado às lógicas emancipatórias, permitindo reduzir o sofrimento dos que mais padecem, isso está sendo progressivamente abandonado. (Enriquez, 1999b, p. 73.)

Confluente a esse debate, veremos com Castoriadis (2004) uma fecunda investigação do neoliberalismo mediante a análise da "racionalidade do capitalismo", a partir da qual tece uma primorosa crítica sobre esse modo de produção ao utilizar a própria lógica do capitalismo para confrontá-lo.

Esse pensador francês, de origem grega, afirma que a destrutividade do capitalismo não se faz perceptível apenas na instância da economia, mas sensivelmente na vivência política e nas relações sociais. Vejamos algumas de suas principais considerações, afinadas às nossas pretensões de desnudar o trabalho na atualidade, especialmente o do contexto existencial do trabalhador-migrante.

A produção ideológica apresenta o capitalismo como regime social, como o primeiro regime social "racional". Em decorrência disso, temos uma construção imaginária que o fez ser aceito como um sistema legítimo, indiscutível e absolutizado, capaz de gerar "bem-estar". Como isso foi engenhado? Mediante a construção de

manuais, explicações científicas e sociais, feita na instância da economia. O capitalismo passou a se explicar por si mesmo, por meio de uma racionalidade econômica, expressa em termos quantitativos, demonstráveis em distintos cálculos e índices numéricos como uma fórmula mágica capaz de maximizar um produto ao mesmo tempo que minimiza seus custos.

E quais são as consequências disso? Os apologistas da racionalidade do capital não ocultam apenas suas mazelas, mas insistem em acreditar em "leis" econômicas, taxas, equações e gráficos de um equilíbrio econômico que Castoriadis (2004) demonstra ser desprovido de sentido, pois, além de possuir falta de rigor, é impossível mensurar nesses termos uma realidade que é determinada para além do aspecto quantitativo, uma vez que transborda a instância da economia. O que se tem é uma racionalidade instrumental, carecida de validade e infundada – mesmo em suas contas e matematizações, que, na verdade, são descabidas e irreais, porque não conferem pleno reconhecimento à imprevisibilidade do sistema, de seus desequilíbrios e de suas sucessivas crises –, além disso, há a possibilidade de o homem intervir na história, especialmente, ao recorrer à solidariedade e ao se contrapor à ordem existente –, motores do conflito social e da contestação da realidade.

Nessa "racionalidade", temos a atividade humana subordinada aos ideários econômicos, logo, a vida humana está exposta à constante (des)valorização que se dá em termos monetários. Essa racionalidade implica a apropriação, sob a égide do capitalismo, de todas as esferas da vida social e individual. Para a instituição capitalista, o homem e a mulher são o *homo oeconomicus.* Uma mudança antropológica em que o tempo do capital (ditado pelo tempo do trabalho) sobrepuja o da vida, ignorando tudo o que vai contra a lógica produtivista: "Este homem econômico é um homem única e perfeitamente calculador" (Castoriadis, 2004, p.105).

Calcula-se, monetariza-se, avalia-se o custo-benefício, o que se ganha e se perde – traços do processo de subjetivação, instaurados nessa lógica e caracterizadores das relações de trabalho e do profissional, cuja visão míope enxerga apenas o curto prazo de seu lucro.

Tem-se instituída uma racionalidade capitalista que não é a do livre mercado, como tão apregoada, mas a do complô entre oligopólios e monopólios – especialmente aqueles firmados entre bancos e indústrias – beneficiadores de si mesmos, mantendo grupos dirigentes (muitas vezes anônimos) e recrudescendo a desigualdade.

Com Froelich (2001), pudemos visualizar que essas coalizões corporativistas também foram típicas do setor hidrelétrico brasileiro, fazendo que se produzisse por detrás de um imaginário desenvolvimentista, mediante a construção de grandes obras, um ideário estritamente autoritário, monetário e financeiro que beneficiava um circuito restrito, composto por um triângulo institucional estabelecido entre proprietário, consultor e empreiteira principal.

> As ideologias desenvolvimentista e autoritária podem, inclusive, ter sido professadas pela mesma fração da classe dominante, mas a ligação foi certamente sutil, realizando-se por meio da "representação" dos grandes grupos que comandam a economia do país nas esferas legislativa, executiva e judiciária utilizando mecanismos de pressão e corrupção. (Froelich, 2001, p,18.)

No dentro e no fora dos tênues contornos do espaço-tempo-relação, vemos atingido o cenário de vida dos barrageiros, com a destruição do ambiente e seus ecossistemas, o aviltamento da vida humana, a deterioração das cidades e a fragilização dos laços sociais. Isso não se faz sem depredar os sentidos do trabalho (no registro social e singular), ao eliminar o ser humano na produção, ao reter informação, ao manipular os consumidores, ao fragilizar a autonomia individual e coletiva, ao sufocar as forças de contraposição por meio de lutas políticas, sociais e ideológicas e ao cometer violência e repressão contra os trabalhadores.

Nessa exposição, com os mencionados autores e Castoriadis (2004, p.122), observamos o neoliberalismo desalentar de modo intenso as forças sociais, propiciando um retorno ao "liberalismo brutal e cego".

Isso nos impele para a urgência de avistarmos essa realidade de trabalho (assolada pelo modelo neoliberal) mediante as narrativas

dos trabalhadores e seus familiares no tocante aos (des)encontros sociais e subjetivos, manifestados em seus modos de ser-trabalhar--viver. Podemos encontrar no cenário dos barrageiros a reiteração dessa racionalidade, capaz de sujeitar o trabalho e a vida humana.

Contudo, para avistar mais de perto as engrenagens que compõem e movimentam esse cenário, é preciso discorrer sobre os processos de subjetivação que o integram. Faremos isso na próxima seção (que se desdobra em dois subitens) ao nos referirmos sobre a relatividade do dentro e fora da tríade espaço-tempo-relação, promovida pelo trabalho no modo de produção capitalista neoliberal.

Trabalho e processos de subjetivação: o dentro e fora nos tênues contornos do tempo, espaço e relação

> *No mundo atual, toda técnica de diminuir a velocidade tem algo de progressista*
>
> (Barthes, 2003, p.35.)

> *Era de bom-tom levar tartarugas para passear pelas galerias*
>
> (Benjamin, 1994b, p.50-51.)

As frases de Barthes (2003) e Benjamin (1994b), acima, colocam em evidência uma das principais problemáticas dos ditames do modo de produção capitalista neoliberal: a imposição da "moldura temporal do capitalismo" (Santos, B. S., 2008, p.51) sobre a vida cuja insígnia é o curto prazo.

O tempo monetarizado, que se tornou enxuto, encolhido, apertado, insuficiente e imediatizado, extrapola o campo dos avanços tecnológicos e da telemática. Forja produções de subjetividades que persistem no campo das instituições, como o da família e o do trabalho. Com o avançar dos anos, o fenômeno da compressão temporal e espacial trouxe uma nova percepção da realidade, a qual

tem reconfigurado o modo de ser e estar no mundo. Na contemporaneidade, o processo de modernização e desenvolvimento tecnológico acelerou esse processo. As relações de produção têm fornecido parâmetros de tempo e movimentos em que há uma intensa (des) construção de vínculos objetivos/subjetivos que até então regravam o cotidiano individual e o coletivo.

Reconhecer-se em meio a essa movimentação frenética, construir relações de aproximações e distanciamentos, para muitos, apresenta-se como uma incógnita. São mudanças vividas, mas muitas vezes incompreensíveis, pois o desejo, os projetos singulares, a rotina e os afetos ficaram remanejados pelas demandas econômicas, produtivas e laborais.

> A produção e suas necessidades socioeconômicas supridas em parte pelo controle dos corpos e das vontades nas organizações destinadas à produção de bens e/ou serviços estabeleceu tempos impostos, cronometrados, aloucados. (Batista; Codo, 2007, p.403.)

Os referidos autores afirmam que a identidade profissional é também produto de uma trajetória realizada a partir de um plano instituído e institucionalizado. Conformam-se a ela o tempo passado e o presente, mais as expectativas que se (des)(re)fazem continuamente diante de um futuro iminente.

Mas, afinal, quais sentidos assumiriam a vivência desse tempo? Conforme Batista e Codo (2007), o tempo é objetivação/subjetivação que orienta e dirige a vida humana. Nessa perspectiva, a rotina cumpre um papel orientador no dia a dia do indivíduo e pode ser um recurso para se enfrentar os desafios que se presentificam na vida cotidiana. A rotina cumpre a função de poupar energia e direciona esta para outras áreas da vida, quando necessário, como a capacidade do homem de adaptar-se a distintas situações, construir vínculos materiais e simbólicos e enfrentar o desconhecido. Estão inseridos nos procedimentos habituais as ações referentes aos cuidados com o corpo (higiene, nutrição etc.), a leitura, as atividades laborais e as de lazer, os gestos sutis e muitas vezes imperceptíveis, como um beijo

de despedida antes de partir rumo ao trabalho, o ato de conferir a caixa de correspondências, entre outros.

Essas sucessões de fatos conhecidos e esperados remetem à noção temporal e à espacial, constituintes do território e da territorialidade, e convergem para a construção de elementos componentes da identidade, tais como a procedência do indivíduo, (seu(s) lugar(es) de origem), seus vínculos afetivos (familiares, companheiros(as), amigos etc.) e o que faz (atividade profissional, ocupação).

Tendo em vista essas considerações, podemos dizer, de forma sintética, que o tempo é uma categoria sociocultural e histórica que acopla a si a noção de espaço, sociabilidades e afetos com vistas a orientar o ser humano. Conforme o período histórico e o contexto referido, haverá transformações profundas na forma de se organizar a rotina e geri-la, bem como os vínculos estabelecidos em termos sociais e subjetivos.

Isso pode ser percebido de forma mais clara ao se retomar os sentidos e percepções da temporalidade humana, construídos historicamente, por exemplo, na era da Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII, época em que a vivência social do tempo foi reconfigurada, haja vista que outras formas de relações e subjetivação estabeleceram-se consoante às mudanças socioeconômicas, culturais e políticas do período referido. Uma parte significativa de indivíduos teve de refazer e reorganizar suas vidas perante as novas condições, principalmente a partir da relação com o trabalho no âmbito fabril, o que os fez abandonar cada vez mais seu passado sócio-histórico para se atirar diante de um futuro desconhecido, incerto e dinâmico que passou a ditar as novas regras cotidianas, instauradas nos gestos, ações, pensamentos e afetos.

Como relatamos, desde os primórdios instauradores da modernidade, a partir da Revolução Francesa, essas transformações têm se tornado perceptíveis. É curioso notar as modificações desse período, denominado como época das revoluções, por aqueles que ainda no século XIX registravam os efeitos de seu presente em transição, como Benjamin (1994a) e Simmel (1998, 2005). Além desses autores, também faremos menção a pensadores do século XX que se

desdobraram sobre esse tema, como Blumenberg (1990) – que em sua obra resgata o historiador suíço Burckhardt[11] do século XIX – e Thompson (1998), ambos os autores tecem análises sobre as transformações do trabalho e seus atravessamentos no âmbito social, abrangendo desde fenômeno macro até os costumes e a intimidade.

Resgataremos de modo breve esse período de virada histórica, pois isso nos permite visualizar o delineamento do projeto de modernidade que temos discutido até aqui e também por se tratar de um processo aberto que trouxe com ímpeto modificações sociossubjetivas que continuam a reverberar nos dias de hoje, inclusive no contexto dos barrageiros.

Os supracitados autores, dos campos da história e da filosofia, identificaram profusas reviravoltas que se fazem ainda representativas. Vejamos quais foram essas: transformação da ciência (pretensão científica de uma fria objetividade em detrimento dos conceitos de felicidade e infelicidade, pois os desejos dos povos e dos indivíduos não tinham mais lugar nem credibilidade para o observador distante); paz ilusória e guerras iminentes; formas políticas e suas forças econômicas, dominadoras das nações mais poderosas sobre as subjugadas – *modus operandi* do capital que dividiu o mundo[12]; avanços acerca da compreensão e do cuidado do sofrimento humano – lembramos que nesse período viveram Freud e outros importantes estudiosos desse tema, além de pensadores destacáveis que referenciam a ciência até hoje[13] (Gay, 1989).

---

11 Burckhardt, a quem Blumenberg (1990) faz referência, é interessante para nós porque foi um historiador pioneiro ao incluir os aspectos sociais e culturais no estudo do passado. Sua peculiar visão de história produziu ressonâncias em importantes pensadores, como Friedrich Nietzsche, Sigmund Freud, Carl Gustav Jung, Theodor Adorno e Norbert Elias. Para saber mais sobre esse historiador, ver o artigo de Vermeersch, 2003.

12 São os esboços do que viria a ser, segundo Pochmann (2001), os países do centro, semiperiféricos e periféricos.

13 Barthes (2003) lembra que nesse período viveram 27 anos, contemporaneamente, Marx, Mallarmé, Nietzsche e Freud, sendo possível reuni-los em alguma cidade da Suíça em 1876. Se isso tivesse sido possível, nesse encontro Freud teria 20 anos; Nietzsche, 32; Mallarmé, 34; e Marx, 56 anos!

Um período anunciado há dois séculos e que ainda se faz repleto de incógnitas: "Esse tempo constitui *uma peça única em conjunto com a história dos nossos dias, e as suas forças destrutivas e construtivas actuam ainda hoje*" (Burckhardt apud Blumenberg, 1990, p.90, grifo do autor)

Podemos perceber na referida temporalidade a impaciência e a pressa advindas das novas formas de locomoção que aproximaram distâncias, superaram velocidades e coligaram lugares, pessoas e culturas jamais vividas. Essa foi a era que deu início à revolução dos meios de transporte a ponto de chegarmos hoje à sociedade não apenas do automóvel, mas também da virtualidade conferida pelas redes. Diante dessas radicalidades, o filósofo alemão viu-se intrigado para compreender o sujeito da História, o "*espírito da humanidade,* que parece construir para si *uma nova habitação*" (Blumenberg, 1990, p.89, grifo do autor)

Essa "nova habitação", deflagrada no projeto da modernidade, ainda persiste em seus efeitos e transições. Mediante essas transformações, uma das mais patentes é a relação com o tempo que figurava como um sentimento dominante de provisoriedade, instabilidade e incerteza, vindo a lançar todos na tempestade histórica irrompida por aquelas revoluções que tinham tanto a capacidade de mover e impulsionar quanto de destruir e naufragar.

Foi nesse âmago social-econômico que o tempo monetarizou-se, incrementando a racionalidade econômica do capitalismo, apontado por Castoriadis (2004). Essa dominação voltou-se para além dos espaços externos e internos. Externo, enquanto um sistema que alcançou abrangência mundial, mas também interior porque não repercutiu apenas no espaço da fábrica, mas na totalidade da sociedade e da vida humana, indo do consumo à educação, da vida política à relacional, do espaço da fábrica à família.

Ao resgatar sua constituição histórico-social, verificaremos que com isso sua minuciosidade fez-se mediante demarcações temporais do que viria a ser compreendido como os traços definidores das etapas do desenvolvimento humano (instaurados nas relações e nas instituições), com o surgimento da concepção de infância, adolescência,

idade adulta e terceira idade. Disso decorre o imaginário do tempo como o de ser solteiro e ser casado; tempo de ter e não ter filho(s); tempo para escolher uma profissão e para ingressar no mercado de trabalho, entre outros. São delimitadas fronteiras do tempo, espaço e relações, construídas ideologicamente – especificamente do que convergiria para o dentro e o fora do trabalho. Passa-se a combater o ócio ao mesmo tempo que se instiga o lazer, ao menos enquanto elemento rentável para o mercado.

Nesse jogo extenuante comparecem na linguagem cotidiana as expressões denunciadoras dessa conjuntura: "não perder tempo", "ganhar tempo", "correr atrás do tempo [perdido]", "não esperar o tempo passar", "tempo é dinheiro". Há um voltar-se para si no que diz respeito ao uso "produtivo" do tempo, um poder exercido pelo capital que sobrepuja a experiência temporal singular do homem – a partir de uma concepção marxista, Sennett (2008) afirma que o trabalho sem o controle do trabalhador transforma o tempo em produto. Seria a vivência temporal esvaída e esvaziada que, nas palavras de Blumenberg (1990, p.114), significa "[...] dar tudo por tudo para utilizar o tempo que lhe resta e não dar tempo a mais ninguém".

Assim, vemos como essa moldura temporal do capital, voltada para a produção, toma conta da moldura territorial e existencial que abarca o mundo social e dos afetos, o quadro de vida que Milton Santos (2002) nos ensina. Passam a ser delineados, na monocultura capitalista, sofrimentos, prazeres, morte e vida, condizentes com essa lógica. Podemos verificar isso também na acepção de Blumenberg (1990), quando resgata a fala perplexa de Goethe em sua juventude que denunciava a transformação do mundo em inúmeras exigências "dantes podiam perder-se anos, agora nem um dia" (Blumenberg, 1990, p.32). Da perda de dias, hoje se exaspera por minutos e segundos. Dizem por aí: "não posso perder nem mais um segundo".

Afinal, que tempo confuso é esse? Quais são os cálculos que operam racionalidades definidoras do que seriam ganhos e perdas? Com quem ficam o crédito e o débito dessa matemática tresloucada, capaz de trazer a vida e a morte tal como Pandora, que em sua bolsa carregava o bem e o mal. Pandora, suscetível de ser amiga e inimiga

dos homens, ao dialogar com Brás Cubas (Assis, 1994), afirmava de modo incisivo:

> Porque já não preciso de ti. Não importa ao tempo o minuto que passa, mas o minuto que vem. O minuto que vem é forte, jucundo, supõe trazer em si a eternidade, e traz a morte, e perece como o outro, mas o tempo subsiste. Egoísmo, dizes tu? Sim, egoísmo, não tenho outra lei. Egoísmo, conservação. A onça mata o novilho porque o raciocínio da onça é que ela deve viver, e se o novilho é tenro tanto melhor: eis o estatuto universal. Sobe e olha. (Assis, 1994, p.11.)

Poderia ser essa onça o capital? Podemos pensar que sim, se verificarmos mais de perto como essa lógica é operada, quando Enriquez (1999a) demonstra os modos de controle social, principiados pela engrenagem organizacional que move o modo de produção capitalista. Entre as distintas modalidades de controle do social, constata-se que a maioria está assente na opressão (dissimulada ou não) que assume as formas de exploração e repressão. Juntas, elas enunciam o discurso da violência imediata e total, capturando os processos de subjetivação.

> *Exploração* dos indivíduos e dos grupos totalmente submissos às leis do capitalismo selvagem, que fazem dobrar os corpos e corações, *repressão* que se exprime em todos os casos de questionamento ou mesmo quando uma ameaça dessa ordem é percebida aos olhos dos dirigentes. (Enriquez, 1999a, p.284, grifo do autor)

Essa sinalização, realizada por Enriquez (1999b), é visualizável no material narrativo, em que os barrageiros, enquanto trabalhadores-migrantes, com seus familiares, são (in)conformados a essa lógica, e o tempo do trabalho sobrepuja o tempo da vida, em que a distância requerida pela atividade produtiva não permite conjugar a do núcleo familiar e a de sua rede social. Dobrar os corpos e os corações é engendrar um processo de resignação que produz no trabalhador um silenciamento sofrente ao tentar adaptar-se ao tempo-espaço-relação laboral em detrimento de outras vivências.

Isso pode se agravar mediante dois modos de controle destacáveis na atualidade, o *controle dos resultados* (pela competição econômica) e o *controle organizacional* (pela máquina burocrática). Estes prevalecem no universo das grandes organizações industriais, administrativas e prestadoras de serviço – remetem ao controle do trabalho e do rendimento que os indivíduos realizam como dever. O controle dos resultados é um dos mais sutis e modernos porque apela à iniciativa e inventividade de cada trabalhador em seu dia a dia.

> O importante, para os grupos, organizações ou indivíduos, é o *sucesso* nos negócios e na vida, sucesso reconhecido e invejado pelos outros, indispensável, de qualquer forma, para se manter na corrida e não se tornar desacreditado pelo sistema. A competição se estende a todos os domínios: competição entre empresas, concorrência interna entre departamentos, rivalidade entre os indivíduos, entre universidades [...]. Todo mundo, pensando ter uma chance de fazer parte dos vencedores e tendo interiorizado o modelo da luta, aceita (mais ou menos bem) essa regra que dá à vida pública e privada seu caráter de espetáculo e teatralidade [...]. (Enriquez, 1999a, p.285, grifo do autor)

Essa exposição se vincula à de Batista e Codo (2007), ao afirmarem que as recentes dinâmicas de inclusão e exclusão instalam-se entre os trabalhadores nos restritos e seletivos espaços de trabalho disponíveis. Os indivíduos têm seus interesses, projetos e sonhos dispersos ou circunscritos aos ideários das organizações. Séculos de luta e militância, para tornar o trabalho mais seguro e pautado em leis de proteção ao trabalhador, esvaíram-se em poucas décadas. O que persiste é a insegurança, a incerteza e a negociação permanente das condições de continuidade no emprego e, por sua vez, o prolongamento dessas consequências sobre o seu entorno social, familiar, afetivo e pessoal.

Tendo isso em vista, podemos avançar e apontar que a demarcação conceitual que faz prosseguir esse argumento é considerar o tempo símbolo social e cultural construído historicamente, o que refrata um processo de aprendizagem instaurado nas relações sociais

e nos processos de subjetivação conforme o contexto em cena. Além de gerar experiências temporais distintas, trata-se de um processo civilizador, como afirma Elias (1998) em sua minuciosa análise *Sobre o tempo*. Nessa obra são explicitadas diferentes conjunturas histórico-sociais que propiciaram diversas relações do ser humano com o tempo, tanto em sua percepção quanto nos distintos dispositivos de medição e significação temporal.

Nesses termos, como experienciamos o tempo no capitalismo neoliberal e quais são os seus efeitos? Para falar a respeito, precisamos delimitar o que Birman (2001, 2006), Boaventura de Sousa Santos (2008) e Sennett (2008) identificam, a partir de diferentes campos de conhecimento: o colapso do longo prazo para ascender ao curto prazo. Isso faz o passado e o futuro serem canibalizados pelo presente, o que oblitera o passado e apostasia o futuro[14]. Em função disso, os custos do presente são desmedidos.

Seus efeitos foram expressos na discussão de sintomas que assumem as formas de mal-estar atuais e caracterizam as subjetividades contemporâneas, aspectos cuidadosamente apreciados por Birman (2001, 2006). De modo similar, essas noções também são verificadas no campo social por Sennett (2008) e Boaventura de Sousa Santos (2008), ao encontrar os processos de esvaziamento de sentido do presente, o do passado mostrar-se indisponível (e mesmo desconhecido) e o do futuro ser algo ameaçador e temido.

Complementarmente a isso, Blumenberg (1990), em sua obra *Naufrágio com espectador*, ao partir de Lucrécio para pensar o naufrágio como metáfora da existência e ao passar por Schopenhauer para apontar o aspecto vinculado à memória, expressa a realidade que buscamos nomear:

---

14 No jogo de palavras entre apostasia (ato de renúncia e renegação) e hipostasia (atribuir de modo abusivo uma realidade absoluta a algo relativo), vemos não apenas um futuro enquanto desejo, projeto e longo prazo fragilizados por advirem de um passado que sofre insistente esquecimento (apagamento), mas também uma ideia de futuro supervalorizada enquanto revelação ou progresso, que também desconsidera a história passada e a própria vivência do presente.

> Só a dor é que nos seria dada imediatamente, a satisfação e o prazer poderíamos *conhecer só mediatamente, pela recordação do sofrimento e das privações passadas*... A recordação de aflições ultrapassadas seria precisamente *o único meio de gozar os bens presentes.* (Blumenberg, 1990, p.83, grifo do autor)

Diante dessa assertiva, verificamos que o preço do esmorecer da memória e da história (individual e coletiva) não aguarda um futuro breve ou longínquo para estabelecer suas perdas, mas se faz sentir no próprio presente. Este, carregado de dor e de sofrimento que, em vez de ser ponte/substância para outras saídas e criações, encerra-se em si mesmo, inaugurando um ciclo de repetições incessantes e despotencializadoras, como se certificaram Birman (2001, 2006) e Boaventura de Sousa Santos (2008). Não se elabora aquilo que se não puder recordar. Apenas se repete. Freud (1996) já nos advertia sobre isso, tanto em seus estudos do mal-estar na civilização quanto do aparelho psíquico.

Por outros contornos tempo-espaço-relacional

Como se inscreveram no real essas transformações rompantes no tempo, espaço e relação operadas, prioritariamente, pelo trabalho no modo de produção capitalista neoliberal?

Para arguir, começaremos pelo mecanismo do relógio representando o capital, pois ele toma conta do tempo dentro e fora da fábrica, conforme Thompson (1998). Em seguida, traremos o tempo cronometrado como lógica do dinheiro e responsável pela dissolução das relações sociais, pautando-nos em Simmel (1998, 2005) e Milton Santos (2011). Por conseguinte, para conferir um pano de fundo em que duelam essas forças autômatas com as idiorrítmicas, recorreremos a Barthes (2003). Por último, prosseguiremos para as formas de controle social de Enriquez (1999a) a fim de explicitar como está disposto todo esse dispositivo. Nesse percurso, outros autores comparecerão para nos respaldar nessa proposição analítica.

Tal qual o dispositivo de um relógio, vemos um maquinário gigantesco sendo regimentado para a produção da mais-valia. Thompson (1998), historiador inglês de concepção marxista, atenta não apenas às consequências econômicas sobre a classe dos trabalhadores, mas também sobre a experiência e sua constituição histórica que forjam relações imersas em recorrentes conflitos. Nessa perspectiva, contextualiza que a atenção despendida no capitalismo moderno, para controlar o tempo no trabalho – mediante inúmeros artifícios que se sofisticaram conforme o capitalismo avançava no tempo, no espaço e nas relações –, tornou indispensável esse mecanismo de domínio temporal para lograr seu funcionamento. Ele é a força motriz, capaz de sincronizar o universo laboral com as exigências do capital, visto que é a força de trabalho humano (conjugada entre trabalho vivo e trabalho morto) que será distribuída em uma divisão social em escala local e planetária. Para se garantir a produção e o lucro, que não conhecem limites, estabeleceram-se padrões reguladores dos gestos e dos movimentos dos corpos ao talante das máquinas.

Isso gerou profundas transformações nos modos de ordenar a vida, dentro e fora do trabalho, ao coordenar (por que não condenar?) o uso do tempo conforme a lógica do mercador. Nesses termos, o marcador do relógio é um mero recurso do "grande mercador", que aqui denominaremos de capital.

O que queremos dizer com isso? Que o marcador dos ponteiros do relógio na realidade reflete os prazos, as metas e todo o corpo infindável de exigências de produção. Sendo marcador do grande mercador, está em jogo o valor de troca, a mais-valia produzida pela força de trabalho consoante o mercado. O mercado, como vimos, obedece aos ditames neoliberais, e proliferam inovações e ocultamentos para sofisticar a exploração do labor. Isso se torna claro, quando passamos a associar de modo corrente tempo a dinheiro, o "correto" uso e emprego do tempo e toda a moral a ele associada – nitidamente apreciados por Thompson (1998) em seu texto *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*.

O tempo, na precisão dos relógios que adentraram nas fábricas no início da Revolução Industrial, conforme Thompson (1998), mais a

lógica do dinheiro, anunciada por Simmel (2005), explicitam o poderio do capital na reorganização temporal, logo, sua abrangência dos registros social e subjetivo passam a ser calculados por meio do relógio que ultrapassa o espaço da fábrica e adentra nos lares e no cotidiano.

Simmel (2005) ilustra esses efeitos sociais, por exemplo, ao demonstrar o tempo de espera e a ocasião de uma viagem perdida. Para ambos, os acontecimentos, essas vivências, além de serem percebidos como perda de tempo irreversível, beiram à insuportabilidade. É o ordenamento tecnicista que invade todas as esferas da vida, efetuado principalmente nas grandes cidades, pautado pelo tempo fixo, cronometrado, regulado e sincronizado. As relações começam a ser pulverizadas: "na exatidão e na precisão de minutos da forma de vida, correm em conjunto rumo a uma formação da mais alta impessoalidade, atuam por outro lado de um modo altamente pessoal" (Simmel, 2005, p.581).

A existência humana encontra-se em suas minúcias amarradas a uma rede de interesses monetários. Estes são os pontos nodais que delinearam relações inscritas nessa lógica de modo a afastar gradativamente círculos familiares e de proximidade que poderiam constituir relações mais duradouras e aprofundadas. Essa afirmativa é analisada em um contexto em que o dinheiro amplia de modo inigualável vínculos entre diferentes homens, comunidades, cidades, estados e países por meio do novo modo de produção e comercialização em larga escala. Modos de produção anteriores ao capitalismo, como o feudalismo, não haviam propiciado uma vivência dessa amplitude (Simmel, 1998).

Não obstante, nessa tessitura social monetarizada, hábil para se aproximar no mesmo instante em que afasta, faz brotar o individualismo de modo mais vigoroso. Apontamento que o autor faz diante da propagação das relações anônimas, distanciadas e desinteressadas do outro. Esses vínculos reproduzem as condições *sine qua non* do mundo conduzido pelo dinheiro. Quanto a isso, Elias (1994) também partilha essa concepção, ao identificar nas cidades um trânsito de pessoas que perseguem seus próprios interesses e metas e que, mesmo estando próximas, fazem-se plenos desconhecidos.

Percebemos que ao mesmo passo que o dinheiro conferiu liberdade e ampliação do espaço de circulação, para oportunizar novas relações, também impôs restrições aos laços sociais: afrouxamento e cortes em prol do valor dinheiro. O rigor e a austeridade imposta pela lógica econômica afetam a vida em suas distintas expressões e dimensões, em que sua exatidão, seus cálculos e quantificações não produzem "um estilo generoso na condução da vida" (Simmel, 1998, p.14).

Quão atual se faz essa análise de Simmel (1998) ao vivenciarmos um período histórico em que a lógica do dinheiro radicalizou-se em um capitalismo financeirizado? Para estimar isso, basta verificar a leitura do geógrafo Milton Santos (2011), atento em observar os impactos humanos, originários da globalização econômica neoliberal. Sua reflexão concebe o dinheiro em estado puro, instalado em um sistema de perversidade, violência e totalitarismos – que o autor prefere denominar de globalitarismo à globalização. Essa noção impõe um novo ideário de riqueza, prosperidade e equilíbrio macroeconômico. Vemos os países integrantes desse sistema mundializado se reformularem, ao aderirem aos planos político-econômicos internacionais das agências multilaterais, o que resulta dívidas exponenciais.

São ainda o dinheiro e o consumo os grandes reguladores da vida individual e coletiva, como Simmel (1998) denunciava desde o século XIX. Afinal, se ele está "Fundado numa ideologia, esse dinheiro sem medida se torna a medida geral [...]" (Santos, M., 2011, p.56).

Não esqueçamos que estamos sob as marcas da economia do tempo em que o uso de um único relógio impulsiona um mesmo uso do tempo. Como dito, impera um relógio universal cujos ponteiros são movidos pela mais-valia universal no capitalismo financeiro. Suas engrenagens movem as atividades que constituem a vida cotidiana, encerrando existências. A tirania do tempo se faz pela tirania do dinheiro, pois se vivem cada vez mais a monetarização do cotidiano e a presentificação do dinheiro pelo fato de essas se tornarem também valor de troca.

O dinheiro move a economia e a deforma, assim como é capaz de levar seus tentáculos para todos os quadrantes da vida. Quem nos

mostra isso, sensivelmente, materializando-se no dia a dia? É Jatobá (2006), na literatura, ao explicitar o cotidiano do operário que volta para casa exaurido do trabalho. Um tempo imposto pelo grande mercador que muitas vezes é esquecido e invisibilizado, quando ultrapassa os portões da fábrica, porém, não deixa de ser denunciável ao se expressar no corpo e nos afetos daquele que foi subjugado a essa lógica:

> Não se nota muito, pois é o caminho de volta. Não tem horário a cumprir. A hora da volta, a hora de se chegar em casa, não marcada num cartão de ponto. O cansaço do dia tira a vontade de reclamar. Alguns, dentro do vagão cheio, em grupos, mesmo sem poderem bulir, encostados à porta, cantam. Modinhas que o rádio e a televisão toca. Outros ainda conseguem tirar algum sorriso da boca. Poucos. Heróis, acho. (Jatobá, 2006, p.55).

O dentro e fora do trabalho podem ser entendidos a partir de várias perspectivas em suas considerações, contudo, uma delas é destacável. Segundo Fausto Neto (1982), com o advento do capitalismo mais a intensificação do processo de urbanização, a sociedade passou a ser composta por duas unidades básicas: a fábrica (unidade produtiva) e a casa (unidade doméstica não produtiva).

O capitalismo e a urbanização são os coeficientes que geraram, nas sociedades contemporâneas, a especialização das atividades e da economia em larga escala. Para tanto, os empreendimentos domésticos e os tradicionais modos de trabalhar foram desaparecendo para dar lugar à fábrica, empresa, escritório, comércio etc., os locais por excelência de concentração do trabalho produtivo e vinculado prioritariamente ao gênero masculino. O lar, enquanto unidade reprodutiva, passou a se restringir à esfera doméstica, ao gênero feminino, tornando-se recluso e privatizado. Essa cisão entre unidade produtiva e reprodutiva pôde se manifestar de modo alusivo para dimensionar os (des)encontros trabalho-família dos barrageiros, especialmente por essa categoria profissional reiterar em suas relações esse rompimento, o que trouxe diversos desdobramentos.

Sennett (2008) assinala uma grande transformação, datada do século XVIII, quando casa e trabalho sofrem uma disjunção. Até esse período, a família era o centro físico da economia, produzindo e consumindo o que produzia. Os ofícios eram exercidos no próprio lugar de moradia. A fábrica tornou-se um lugar distante da moradia, o *topos* do exercício do trabalho. Este último, cada vez mais dividido e especializado.

Nesse período, avistamos a construção das clássicas separações entre o público e o privado; a família recolhida à esfera pessoal e o trabalho, ao espaço produtivo; a divisão social do trabalho e as relações de gênero. Podemos averiguar de modo mais detido a gênese desse processo e suas implicações nos estudos de diferentes autores e áreas de conhecimento como Perrot (1991), Sennett (2008) e Thompson (1998).

Com base nessas discussões, tencionamos instaurar diálogos que permitam situar as charneiras entre o dentro e fora do trabalho, entre o público e privado. Isto é, tendo em vista nossos objetivos norteadores, buscamos compreender os laços que unem e apartam o trabalho e a família, os locais de residência e profissional que, juntos, conformam modos de vida e dizem de um ser humano que não é diviso, mas ideologicamente foi dividido.

Trata-se de avistar os lugares de produção e reprodução. Buscar encontrar as relações de interdependência entre o espaço social e o econômico (o do trabalho e o da família dos barrageiros) para colocar em evidência as eventuais contradições, seus hiatos e ambiguidades. Diante das mudanças das cidades, fruto da migração laboral e das relações contemporâneas de trabalho, pretendemos compreender as trajetórias existenciais que se combinaram entre empresas, profissões, relações familiares e territórios de vida.

Interessante observar que o discurso dominante insinua que o trabalho ocupa apenas um curto período de vida que, geralmente, vigora por oito horas diárias. Todavia, com os diferentes teóricos referenciados, pudemos sinalizar como se deu a constituição desse imaginário, não apenas em virtude das transformações nas modalidades de trabalhar (sejam elas dentro ou fora de casa), mas do que se vive na instância doméstica e produtiva.

Com Dejours (2008), a partir da concepção da Psicodinâmica do Trabalho, ao focar os elementos intersubjetivos e intrassubjetivos que vigoram no contexto singular laboral, vê-se uma contraposição à tradicional afirmativa ao discordar da separação entre dentro-do--trabalho e fora-do-trabalho:

> A relação subjetiva com o trabalho leva seus tentáculos para além do espaço da fábrica ou do escritório, da oficina ou da empresa, e coloniza profundamente o espaço fora do trabalho [...] ela é radicalmente contraditada a partir do instante em que nos referimos à *dinâmica* dos processos psíquicos e sociais. O funcionamento psíquico não é divisível. (Dejours, 2008, p.103, grifo do autor)

O autor ainda assinala que a economia familiar é evocada pelo trabalhador, que no trabalho se engaja com o corpo, afeto e pensamento e que na luta contra o sofrimento e as contrariedades a serem enfrentadas no trabalho aciona seu círculo de relações mais íntimas para manter seu funcionamento psíquico.

Ao encontro dessa perspectiva, Lasch (1991) afirma que a família, para a classe trabalhadora, pode ser um importante recurso em sua luta pela sobrevivência. Essa menção também se reporta à discussão realizada por Franco, Druck, Seligmann-Silva (2010) ao exporem a situação do trabalhador precarizado:

> O estreitamento do mercado de trabalho e o desmonte das alternativas institucionais de proteção social alimentam esse processo. No caso de trabalhadores migrantes que vivem sozinhos, também faltam geralmente os suportes afetivos, o que favorece a desestabilização psíquica, especialmente para aqueles que estão submetidos à discriminação e ao isolamento social nos locais de trabalho ou na situação de desemprego. Deve ser considerado, também, o valor – na proteção contra a desestabilização da saúde mental – dos apoios sociais e afetivos providos pelas famílias e, no caso brasileiro, muitas vezes pelas *comunidades de conterrâneos* – que oferecem casa e auxílio

alimentar aos desempregados. (Franco; Druck; Seligmann-Silva, 2010, p.241, grifo dos autores)

As transformações decorrentes dos desdobramentos da globalização econômica, além de atingirem o mundo laboral, trouxeram consequências também sobre as famílias, como afirma Oliveira (2007). A referida autora menciona que, na atualidade, a ciência e a humanidade têm como desafio lidar com as transformações intensificadas na década de 1990, a começar pela expansão do entendimento do conceito família que deve aprender a integrar a complexidade, suportar a ambiguidade e compreender os conflitos que reverberam os campos socioeconômico e político-ideológico.

A nova ordem mundial mergulhou a organização familiar em outros parâmetros. Temos de investigar e discutir esse cenário, ao integrar outras esferas que interferem e constituem essa organização social, para poder repensar decisões, impasses e possibilidades que envolvam escolhas e ações (individuais e coletivas) referentes à saúde, educação, moradia, bem-estar e qualidade de vida. Ao estudarmos a categoria socioprofissional dos barrageiros, pudemos dar visibilidade a esses processos e identificar generalidades e especificidades que retratam essa acepção.

Em suma, deparamo-nos com a necessidade de integrar um arcabouço investigativo, teórico-conceitual, em que seja reconhecida uma vivência do tempo que não se submeta totalmente à lógica do mercador e à do marcador, mas refrata a experiência humana nas tênues fronteiras do dentro e fora do trabalho em sua constituição e em seus processos de subjetivação. Dito de outro modo, poder explicitar os efeitos do tempo de trabalho que contrapõem o tempo de vida.

Por outros processos de subjetivação

O resultado disso, em um mundo onde ser cliente é mais importante do que ser cidadão, é a acumulação de capital para uma minoria à custa de um endividamento exorbitante para a maioria. Quanto à

subjetividade, vê-se a reprodução, um círculo vicioso permeado pelo medo e desamparo. Um alimenta o outro, pois a busca desenfreada do dinheiro é tanto causa como consequência deles (Birman, 2001, 2006).

Um sistema perverso que deflagrou não somente uma guerra econômica, mas, sobretudo, entre os próprios seres humanos, como bem coloca Simmel (2005) ao ilustrar esse cenário:

> O decisivo é que a vida citadina metamorfoseou a luta com a natureza por obtenção de alimento em uma luta entre os homens, de sorte que o ganho que se disputa não é concedido pela natureza, mas sim pelos homens. Pois nisso atua não somente a fonte mencionada da especialização, mas também uma mais profunda: aquele que oferece precisa tratar de criar necessidades sempre novas naqueles que corteja. (Simmel, 2005, p.587)

A psicossociologia evidencia esse aspecto na discussão que faz do cenário atual do trabalho. Vinculado à lógica neoliberal e individualizante, não é apenas o trabalhador que está reduzido a si na responsabilização por seu sucesso e fracasso, mas também exposto aos efeitos da compressão espaço-tempo-relação, advindos da exterioridade manifestada em urgências impostas pelas novas formas de gestão e labor. Com o anteparo da tecnologia que a um só tempo libera e escraviza como também gera possibilidades e traz cerceamentos, não são flexibilizadas as relações do trabalhador com os prazos limítrofes para um *quantum* infindável de atividades, mas são incrementadas à carga de trabalho para além do espaço organizacional.

Trabalha-se cada vez mais para além do escritório e da fábrica. Aprisionado na imediaticidade do real e dos prazos, o curto prazo propaga-se na corrida contra o tempo, exigindo dedicação e qualificação ininterruptas a fim de extrair eficácia máxima e ultrapassar marcas dos prazos e metas a serem batidas antes mesmo de atingidas.

A urgência do "isso era para ontem" é a força propulsora que tem tolhido vidas dentro e fora do trabalho, pois, nessa proposta, "Perder ou ganhar um minuto pode-se refletir em grandes perdas ou ganhos

financeiros" (Carreteiro; Barros, 2011, p.218). De fato, nessa conta uma proporção é certa: menos tempo está para mais trabalho. Uma equação impiedosa em que a medida a ser alcançada é a financeira em detrimento de quaisquer outras referências.

Nessa ordem não se extrai apenas a mais-valia, mas realiza-se um rapto da própria vida dos indivíduos submetidos a ela. O comportamento maquinal se instala à custa dos desejos, sonhos e projetos existenciais. Vivências essas que os nossos narradores puderam refletir ao apontar a invasão do dentro do trabalho (espaço das hidrelétricas) sobre o fora do trabalho (o espaço doméstico). Isso se efetivou tanto pelo trabalhador exausto que chegava a casa e não participava de atividades familiares, pois tinha que cumprir os prazos enxutos e sucessivos turnos laborais, quanto o campo de dominação da empresa sobre a casa, escola, família e cenário de moradia.

Nessa perspectiva, a subjetividade torna-se anquilosada em seu movimento, como anunciaram Capitão e Heloani (2003) ao analisar as condições e exigências do mercado de trabalho na atualidade. O amortecimento do sentido da vida se expressa em formas de evitação do sofrimento e nas diversas doenças ocupacionais. Não deixam impunes as marcas do sofrimento, infligidas ao corpo e à subjetividade, ao serem cerceados em seu movimento, criação e indagação.

Nesse ponto, cabe-nos recorrer ao conceito seminal de idiorritmia[15], de Barthes (2003, p.21), para dimensionarmos esse debate. Evocada por esse autor, essa terminologia possui origem na apreciação dos modelos religiosos, contudo, é relevante para nós sua releitura por ser um recurso para pensar "a história do nosso mundo". Olharemos um pouco mais de perto essa reflexão para

15 Barthes (2003) menciona esse termo que pode nos auxiliar a pensar a singularidade e a subjetividade. Na etimologia, idiorritmia é formado do grego e significa ritmo próprio, particular. Originalmente faz menção a um aglomerado de monges que viviam um gênero de vida particular. Diferenciado do das comunidades (cenobíticas) onde tudo era feito junto, vivia-se o próprio ritmo ao escolher o momento de fazer suas refeições, orações e atividades litúrgicas – passíveis de serem realizadas em períodos facultativos, além da existência de celas separadas.

ponderar a cadência rítmica do grande mercador sobre os processos de subjetivação.

Com a imposição de distintas formas de controle social sobre a vida, fere-se aquilo que pretenda resistir, romper e desviar das normas do capital. Por isso, ao pensarmos a idiorritmia em seu campo semântico, podemos encontrar significados que se condensam e expressam a resistência ante o código imposto.

A idiorritmia possibilita reconhecer um ritmo próprio, atentar para a singularidade e subjetividade humana na vivência têmporo-espacial e relacional. Avista a existência de possibilidades de o sujeito modular a cadência heterorrítmica (imposição de um ritmo por outrem) de maneira a inserir-se em outra posição no código social. Com seu ritmo reavido, o indivíduo pode conjugar seu desejo (tempo de vida) com a estrutura social imposta (tempo de trabalho).

Barthes (2003) situa que idiorritmia seria um pleonasmo se não fosse a transição do significado de ritmo como algo sem fixidez, fluido e modificável para algo que passou posteriormente a ser entendido como fixo, regular e demarcado:

> Remete às formas sutis do gênero da vida: os humores, as configurações não estáveis, as passagens depressivas ou exaltadas; em suma o exato contrário de uma cadência cortante, implacável de regularidade. É porque o ritmo tomou um sentido repressivo (veja-se o ritmo de vida de um cenobita ou de um falansteriano, que deve agir de maneira regulada de perto pelo relógio) que foi preciso acrescentar *idios*. (Barthes, 2003, p.16)

É essa contradição cerrada no termo que nos é interessante explorar. A subjetividade em sua força desejante e transformadora é capaz de interferir na história. Contudo, vive-se uma constituição de vida cerceadora com a lógica do grande mercador, como sinalizado até aqui. Posto isso, é sagaz a expressão de Barthes (2003) da heterorritmia, entendida aqui como uma sutileza do poder econômico hegemônico ao perpassar a idiorritmia (desejos e vontades) e gerar a disritmia. Toda uma manobra de controle é realizada, pois

a atividade idiorrítmica é considerada uma marginalidade perigosa, resistente à integração e compactuação com a estrutura dominante.

Simmel (2005) continua a nos incitar a pensar nessa perspectiva com a sua categórica afirmativa do desencontro entre sujeito e trabalho. Sua proposição expressa as consequências da divisão social do trabalho e do desenlace social, operados pelo capital a partir do projeto da modernidade – o que deságua em uma realização exígua e subjugadora da subjetividade:

> [...] o indivíduo está cada vez mais incapacitado a se sobrepor à cultura objetiva. Ele foi rebaixado a uma *quantité négligeable*, a um grão de areia em uma organização monstruosa de coisas e potências, que gradualmente lhe subtraiu todos os progressos, espiritualidades e valores e os transladou da forma da vida subjetiva à forma da vida puramente objetiva, talvez de modo menos consciente do que na prática e nos obscuros sentimentos que dela se originam. (Simmel, 2005, p.588).

Barthes (2003) afirma que a utopia do viver-junto idiorrítmico não faz parte de uma utopia social, especialmente a marcada pelo cunho neoliberal. Um dos desafios primordiais do viver-junto seria encontrar e regular uma distância crítica, seja para além ou aquém do que produz a crise e gere possibilidades de um conviver que abarque a singularidade, desejos e vontades. Sendo assim, uma precípua distância a operar diante do tempo, do espaço e das relações que ultrapassem o ideário do grande mercador. Posicionados em determinada distância, poderíamos ponderar melhor a realidade e seus efeitos, logo, obter espaços de manobra para garantir a vida em suas expressões singulares.

Isso significa experimentar uma distância que não quebre o afeto e recaia em uma visão egoísta impeditiva do conviver, mas que venha garanti-lo. Seria no *pathos* das distâncias que poderíamos usufruir da ternura[16]. Não um distanciamento da ordem da mesquinharia,

16 Gostaríamos de pensar a ternura em termos éticos, reconhecedora dos afetos e das subjetividades, uma vez que o substantivo não remete apenas à brandura do

higienismo e individualismo que na sociedade de consumo torna os espaços mais amplos um artigo de luxo e uma nova mercadoria a ser consumida. Não. O autor situa-a em uma categoria valorativa, ética e política, habitada pela delicadeza e as necessárias diferenças existenciais:

> Delicadeza seria: distância e cuidado, ausência de peso na relação, e, entretanto, calor intenso dessa relação. O princípio seria: lidar com o outro, os outros, não manipulá-los, renunciar ativamente às imagens (de uns, de outros), evitar tudo o que pode alimentar o imaginário da relação = Utopia propriamente dita, porque forma do Soberano Bem. (Barthes, 2003, p.260)

Com efeito, o viver-junto está para ser construído nas relações capazes de conjugar singularidades, podendo ser então aprendido, experimentado e vivido. Compor com distintas idiorritmias um ritmo coletivo entre tempo de trabalho e tempo de vida. Avistando isso, poderíamos viver-junto o tempo, o espaço e as relações de outro modo que não o seja da lógica do dinheiro proposta na monocultura temporal do capital. Por consequência, teríamos que redimensionar de modo conjunto, no campo social, o trabalho, tornando-o mais humanizador, bem como instaurar outros processos de subjetivação condizentes a esse intento, inclusive na vivência do trabalhador-migrante que continuamente tem de rearranjar distâncias afetivo-relacionais.

Caleidoscópios familiares

Os olhares das instituições educacionais, de saúde, sociais, culturais, políticas, econômicas, jurídicas e religiosas estão voltados,

---

carinho, mas também da tristeza e do sofrer da condição humana. Seria viver esses afetos, nomeá-los e negociá-los de modo legítimo no campo social, inclusive do trabalho e da família.

em distintos ângulos, de modo a penetrar nos poros da instituição familiar. Há um aparato normativo, discursivo e institucional pronto a defendê-la, culpá-la, adestrá-la ou normatizá-la. O peso sobre essa instância, exaustivamente presente em discursos e ações, pode ser visto numa acepção corrente: a família como a "célula *mater* da sociedade" (Fausto Neto, 1982, p.13).

Verificamos duas concepções sociológicas influentes que buscam explicar a instituição família a partir de dois eixos: 1- a sociologia tradicional, que a defende e a tem como refúgio e ordem social; 2- a sociologia, que a ataca por entendê-la como instituição repressiva e burguesa.

A primeira posição está calcada na função que a família possui para a sociedade, enquanto organizadora e mantenedora. É ela quem vincula o indivíduo ao *socius*, ao fornecer os papéis e valores sociais, a partir de um sistema sociocultural estabelecido. Desse modo, ela possibilita a inserção do indivíduo na sociedade. A família, nesse prospecto, é um subsistema societário, que garante a reprodução da vida individual e social mediante o processo de socialização e controle. Essa noção propõe o fortalecimento da família para que se possa garantir a manutenção da própria sociedade.

A segunda posição é uma reação contra a anterior. A família é entendida como uma instituição repressiva e burguesa com as finalidades de alienar e subjugar seus membros, especialmente as mulheres, jovens e crianças. Enquanto instituição, sua função seria manter o *status quo.* Quanto ao termo burguês, entende-se a coadunação que se fez entre família e formação social no modo de produção capitalista com vistas a garantir a propriedade privada e a perpetuação da sociedade de classes. Essa perspectiva advoga uma dissolução dessa instituição enquanto ameaça para a liberdade e autonomia do indivíduo.

Nessas duas posições, a família é reduzida a explicações ideológicas e culturais (de base econômica e social) que a circunscrevem no âmbito privado, tornando-a sem valor para o contexto mais abrangente. De qualquer forma, observamos que ambas as concepções são redutoras e simplistas.

Para ir além e encontrá-la em sua complexidade, devemos nos voltar aos modos de vida delineados na conjugação dos laços familiares com a realidade histórico-social da sociedade atual. Os autores a que recorremos nos abrem possibilidades compreensivas da família para irmos adiante do entendimento desta como unidade produtiva/reprodutiva e poder avistá-la como recurso, uma rede de relações pessoais e afetivas diversificadas que podem ser acionadas ou não para lidar com questões de sobrevivência e de projeto de vida (em sua abrangência individual e social). Especialmente para explicitar os arranjos promovidos no grupo familiar dos barrageiros, trabalhadores-migrantes que, ao vivenciar distintas realidades de trabalho em territórios diversos, acabam por ter dinamizadas suas relações mediante um deslocamento de papéis, funções e gêneros.

Nessa perspectiva, a família se define fundamentalmente como um conjunto de sociabilidades e singularidades que se organiza, desorganiza e reorganiza, expressando distintos arranjos relacionais. Pode ser acionada ou não, pode ser solidária ou rival, expressar conflitos ou soluções conforme as situações vividas, inclusive as de trabalho. Quanto a isso, serão os nossos narradores, nos capítulos subsequentes, que conferirão vida, ao nos apresentarem seus modos de ser-trabalhar-viver envoltos nos (des)arranjos familiares. Entretanto, antes de chegarmos lá, precisamos falar um pouco mais sobre família.

Recuperando as temporalidades da família na sociologia das ausências

A família não é algo novo, se considerarmos a dependência do ser humano ao nascer e por ser esse o primeiro grupo a pertencer, o qual se convencionou denominar de família. Contudo, enquanto instituição, da forma como a conhecemos na contemporaneidade, é recente, tanto por sua atual composição quanto por suas funções.

> [...] o que entendemos por família (pai, mãe, filhos; esposa, marido, irmãos) é uma instituição social recentíssima – data do século XV – e

> própria da Europa ocidental, não existindo na Antiguidade, nem nas sociedades africanas, asiáticas e americanas pré-colombianas. Mostram também que não é um fato natural, mas uma criação sociocultural, exigida por condições históricas determinadas [...]. Na Antiguidade, família não era o que é hoje para nós (pai, mãe e filhos), mas era uma unidade econômica constituída pelos antepassados e descendentes, pai, mãe, filhos, genros, noras, tios e sobrinhos, escravos, animais, terras, edificações, plantações, bens móveis e imóveis – pessoas e coisas eram propriedades do patriarca (*despotes* ou *pater-familias*). (Chaui, 2000, p.315-566)

Identificamos a historicidade em torno dessa instituição, principalmente ao atravessar intensas modificações a partir da modernidade. Todavia, é preciso avançar para conhecer o sujeito social e seus processos de subjetivação em relação a esse grupo. Reclamamos concepções que não venham prescindir as inúmeras composições e possibilidades que a família admite, mas que reconheçam seu caráter diverso e plural, para tanto, algumas releituras devem ser elaboradas sobre essa instituição – como aponta Beck-Gernsheim (2011).

Quanto a isso, há inúmeras publicações[17] que este texto não poderia comportar em que a família ora é exaltada (tida como salvadora da sociedade e o recôndito do ser humano), ora é desconjurada (maldita e um entrave à liberdade e à sociedade). São duelos que pendem para o "familismo" ou "individualismo", para a "instituição sagrada" ou a "instituição maldita", um refúgio ou uma ameaça à existência, esperança e decepção.

Segundo Machado (2001), há pesquisadores que buscam encontrar o modelo geral e padronizado do que seria a família brasileira e aqueles que persistem em encontrar a diversidade de modelos e composições familiais. Não cabe aqui fazer uma análise exaustiva

---

17 Pesquisadores de diferentes áreas que buscaram tanger a polissemia, em torno da concepção de família, refratam no título de suas obras esse aspecto: *A família em desordem* (Roudinesco, 2003), *Colcha de retalhos* (Arantes et al., 1993), *Família em movimento* (Cerveny et al., 2007), *La reinvención de la familia* (Beck-Gernsheim, 2011), entre outros.

dessas tradições teóricas, mas assinalaremos algumas referências como pontos norteadores de nossa investigação e como justificativa de nossa escolha conceitual.

O primeiro passo é conceber que, ao investigar a família, deparamo-nos com uma diversidade de bibliografias e campos de saber que lançam olhares diversos e, muitas vezes, antagônicos. Usufruiremos desse sortimento. Com efeito, não partiremos de um consenso de autores e conceitos, mas buscaremos expor nos próximos tópicos os seminais dissensos das produções científicas sobre a família, debates que possibilitem interrogar e vislumbrar sua dinamicidade.

Perante isso, podemos problematizar: o que promove a diversidade, resistências, criações e reinvenções que desafiam a ordem vigente? Ao buscar tanger isso, esperamos encontrar não somente as forças conformadoras e reprodutoras, mas redescobrir o novo e o reinventar que há nessa instituição. Como? Para fomentar a discussão de família em sua historicidade dentro da nossa proposição teórico-metodológica, buscamos o conceito da sociologia das ausências em Boaventura de Sousa Santos (2002, 2004). Ao situar a temporalidade nesse aporte conceitual, podemos nos deparar com questões, fatos e existências que nos escapariam enquanto pesquisadores e atores sociais.

A linearidade temporal que se faz em juízos de valores e em regimes de verdade na ciência e na sociedade produz uma temporalidade e uma simetria em sentido único[18]. Uma história que possui uma versão e voz oficial. Ela faz, por exemplo, emergir uma ideia de composição e funcionalidade de família que, se de um lado invisibilizam possibilidades diferentes de famílias, de outro tecem um imaginário do que seria a "boa e adequada". São as duas faces da mesma moeda da monocultura temporal linear[19].

---

18 A simetria a que Boaventura de Sousa Santos (2004) faz menção são os caminhos histórico-analíticos que expressam uma referência explicativa para o ponto de partida e o de chegada, entendidos como únicos e verdadeiros.

19 Como visto, é interessante lembrar que Benjamin (1994a) já combatia essa linearidade histórica em 1940 ao escrever suas 18 teses sobre o conceito de história. Dialogamos as teses 14 e 15 com a monocultura linear de Boaventura

O que queremos dizer com isso? Nessa linearidade histórica, delimita-se para cada momento uma família, a de "ontem" seria a patriarcal, por exemplo, e a de "hoje", a nuclear ou recomposta. Nessas redutas demarcações são ignoradas outras possibilidades que se refiram não apenas aos seus novos arranjos e composições, mas à própria perspectiva histórica em que diferentes formas e temporalidades podem coexistir.

Nesses preceitos, podemos tecer uma análise que busque recuperar as múltiplas experiências e modos de existências por meio das constantes reinvenções da família ao longo da História. Ao apreciar a coexistência de tempos que se efetivam na instituição familiar, verificamos que a dimensão "ontem" e "hoje" está presente e é a substância que possibilita delinear um futuro próximo, porém sem o apagamento do passado.

Esse caráter dinâmico reporta à "elasticidade" familiar contemporânea a que Sarti (2010) se refere para compreendê-la em seus laços esgarçados e inovadores que contrapõem um modelo idealizado e naturalizado. Remonta às análises de Beck-Gernsheim (2011) sobre os padrões difusos de relacionamento em que identificar seus contornos está cada vez mais complexo, principalmente a partir do século XXI; tanto para a política e a vida cotidiana quanto para o âmbito científico são inúmeras as questões que indagam o que e quem constituem a família hoje.

A família, como situa Giddens (2000) e os referidos autores, remete às relações[20] macrossociais, mas também às pessoais e

---

de Sousa Santos (2002, 2004) ao contestar o ideário de história como fatos dispostos em um *continuum*. Para Benjamin (1994a), o tempo histórico é objeto de construção e está saturado de "agoras". São temporalidades que se produzem, se ressignificam e se (des)encontram, não livre de tensões, mas imersas em jogo de forças e de exercícios de poder.

20 Giddens (2000) traz uma curiosa constatação acerca da historicidade do termo "relação" e de seu uso que se generalizou de modo recente. A palavra "relação" se difundiu com maior vigor, a partir de 1960, remetendo à ideia de esfera privada em termos de intimidade e compromisso com alguém, não se vinculando apenas à sexualidade, mas se estendendo aos pais, cônjuges, parceiros, filhos, amigos e conhecidos. O autor delimita o uso prosaico e corrente que

singulares, uma vez que diz respeito à intimidade, afetividade e subjetividade. Deslindá-las é buscar identificar transformações fundamentais que nos acometem em meio a uma realidade marcada por inseguranças e incertezas diante de um "mundo turbulento, difícil e desconhecido" (Giddens, 2000, p.189, tradução nossa).

Temporalidades para as famílias: caleidoscópios em suspensão

Apresentaremos, de forma sucinta, como que em uma suspensão temporal, os principais marcos históricos que distintos autores retomam para investigar a família, seja para situar sua dinamicidade, seja para fazer mera oposição entre modelos.

Birman (2007) destaca duas mudanças fundamentais, apontadas pela literatura sociológica e antropológica, para discutir as reinvenções da família da modernidade para a atualidade, discussão essa que parte da família extensa (patriarcal) e da família nuclear (burguesa) para apontar suas transformações.

A família extensa remetia a um espaço onde conviviam distintas gerações, além do casal parental central e seus descendentes. Junto a esse cerne, havia os agregados e extensões em que propriedades, coisas e pessoas condensavam-se em uma relação de pertencimento e submissão à autoridade absoluta e incontestável da figura do pai, o patriarca.

Para Trigo (1989), a ordem patriarcal convergiu para uma política de manutenção e transmissão do patrimônio. Não havia no casamento espaço para os interesses pessoais, pois a finalidade principal da aliança matrimonial era de ordem econômico-social, a contiguidade do *status*, preservação da herança, fortalecimento de grupos de parentescos e do poder do capital. Nesse quadro, essa formação familiar correspondeu à manutenção de um sistema de

essa acepção assumiu na atualidade com a seguinte pergunta: "como vai a sua relação com...?".

dominação política e econômica, atrelado ao modo de produção capitalista, conforme Engels (2010). De modo correlato, Chaui (2000) menciona o fato em sua obra ao afirmar que o patriarca era não somente o chefe de família, como detinha a vontade absoluta.

> O poder era exercido por um chefe de família ou de famílias (clã, tribo, aldeia), cuja autoridade era pessoal e arbitrária, decidindo sobre a vida e a morte de todos os membros do grupo, sobre a posse e a distribuição das riquezas, a guerra e a paz, as alianças (em geral sob a forma de casamentos), o proibido e o permitido. (Chaui, 2000, p.480)

Do século XVIII em diante, delineia-se a vida familiar moderna[21]. Através de outros espaços físicos e simbólicos começa a surgir a família burguesa e nuclear. Iniciam-se outras composições divergentes da família extensa e pré-moderna. Burguesa porque há um incremento do poder social e econômico assumido pela burguesia no Ocidente durante o recrudescimento do capitalismo. Sua força e ascensão passam a pautar as relações sociais e culturais daquela época em diante.

Vemos, com a historiadora Perrot (1991), o percurso que constituiu essa unidade social nuclearizada em torno da ideia de lar. O processo de individualização dá-se por meio das relações de intimidade e de espaço privado, pois ocorre um distanciamento cada vez maior da família em relação à sociedade circundante, isto é, a ordem familial encontra-se circunscrita à esfera doméstica em oposição à área pública, visto que esta é tida como hostil e estranha, não digna de confiança.

Forjam-se normas de conduta e valores moral, matrimonial, de higiene e de relacionamento, tidas como adequadas. O reduto

---

21 Especificamente no cenário brasileiro, Outeiral (2003) demarca esse período de transição da família patriarcal para a nuclear com dois fatos sociais: 1- o período de 1940-1950, com o intenso fluxo migratório, advindo da zona rural para a urbana, quando as cidades cresceram de forma acentuada e caótica; 2- a inserção da mulher no mercado de trabalho.

familiar, o “ninho”, gravitava em torno da figura paterna. Ao redor dele, estavam os filhos e a esposa. A figura do chefe de família remete ao provedor, se não único, o principal responsável pelo bem-estar e pela educação dos filhos. À mulher, como um ser especial, cabia o cuidado com a casa e os filhos. Estava reduzida à reprodução e ao trabalho doméstico. Contudo, por meio de seu papel enquanto figura maternal, a mulher passou a ter incrementada a sua função mediante o cuidado e a gestão do espaço doméstico e de seus infantes, porém, com diversas sujeições ao pátrio poder familiar. Essas transformações irromperam com a família extensa, gerando outros modos de ser, relacionar, trabalhar e viver (D’incao, 1989; Donzelot, 1986).

Na atualidade, particularmente o cenário familiar brasileiro reverberando o internacional, segundo Birman (2007), Machado (2001) e Sarti (2010), houve uma profunda transformação, a partir de 1950 e 60, com a assunção de outras posições sociais da mulher na sociedade. A força propulsora foi o movimento feminista, em que a relação da mulher perante o homem requisitava igualdade, buscava reconhecimento e conquista de outros papéis, inclusive sua inserção no mercado de trabalho.

Essa condição alçou maiores proporções com o controle da natalidade por meio da inovação dos métodos anticoncepcionais, concedendo à mulher a escolha de ser ou não mãe e a vivência do desejo e da sexualidade desprendidos da reprodução. Com a profissão e a educação acessíveis e priorizadas pela mulher, sua independência financeira possibilitou o desejo de realização enquanto sujeito singular e a desatou da maternagem, deixando de ser o papel materno a forma que lhe conferisse reconhecimento e valor.

Isso pode ser percebido de maneira mais clara a partir do período da consolidação do Estado moderno, impulsionador do avanço do processo civilizatório, transformador da conduta e dos sentimentos humanos. Soma-se a isso o privilegiamento do indivíduo em relação à comunidade. A família passa a isolar-se, pois a privacidade é valorizada e oposta ao mundo social e exterior (D’incao, 1996).

Segundo Giddens (2000), na Idade Moderna, o amor e a sexualidade vinculam-se, denotando outras formas de relações,

aproximações e exercícios de poder. Esses componentes se articulam com outros fenômenos da existência humana e passam a corresponder a valores eleitos e tidos como apropriados a uma época, como assinala Chaui (2000, p.437):

> Nossos sentimentos, nossas condutas, nossas ações e nossos comportamentos são modelados pelas condições em que vivemos (família, classe e grupo social, escola, religião, trabalho, circunstâncias políticas, etc.). [...] Dessa maneira, valores e maneiras parecem existir por si e em si mesmos, parecem ser naturais e intemporais, fatos ou dados com os quais nos relacionamos desde o nosso nascimento: somos recompensados quando os seguimos, punidos quando os transgredimos.

As transformações nas relações de gênero, atreladas às transformações sociais, econômicas e culturais na busca por relações mais libertárias, democráticas e igualitárias, geraram profusas transformações na família. A inovação tecnológica e sua dissipação social propiciaram o aceleramento desse processo de transição.

A descendência desprende-se dos laços de consanguinidade e surgem possibilidades de fertilização, reprodução assistida, banco de sêmen e barriga de aluguel, oriundos das novas tecnologias reprodutivas, disseminadas a partir de 1980, o que levou a mudanças não apenas nos modos de conceber, mas também de constituir novas formas de paternidade e de maternidade, de relações de gênero e de composição familiar, como especificam Sarti (2010) e Beck-Gernsheim (2011). Isso vai desde a dissociação da gravidez, como fruto da relação sexual entre homem e mulher, até os impactos do exame de DNA que permite identificar a paternidade e responsabilizá-la, transformando também o lugar masculino, garantido até então pelo patriarcalismo. São os direitos da criança e da mulher, logo, os da família, que passam a ser reformulados também no plano jurídico[22].

---

22 Devemos atentar para essas mudanças na legislação, especialmente as que puderam contrapor os primórdios do Código Civil brasileiro de 1916, que

A conjugalidade passa a ser vivida em outros parâmetros, mesmo em meio à crise das identificações, do mal-estar na contemporaneidade e da fragilidade dos laços sociais e afetivos. Se outrora o casamento era um negócio, haja vista que amor e o matrimônio não se vinculavam e o desejo não tinha vez, com as transições deflagradas por meio da construção da família burguesa, os sentimentos modernos fazem reluzir a protagonização de um sujeito de desejos. São acionados outros modos de amar e se relacionar. Como expõe Enriquez (2003, p.14): "proclama-se o amor para exorcizar o ódio ou a indiferença". Com essas mudanças, os laços afetivos passam a se sustentar enquanto houver o desejo de estar junto e de investir na relação, seja esta hétero ou homoafetiva. Abrem-se possibilidades de se nutrir uma relação amorosa não restrita ao prazer erótico, mas que envolva a expansão e potencialização do ser e da existência, como teorizam e apreciam, com distintos olhares, Birman (2007) e Enriquez (2003).

Outra variante é a inovação da composição familiar, as famílias recompostas. Frutos de novas conjugalidades e relações, as famílias diferem-se da tradicional família nuclear, pois nessas novas relações os filhos dos respectivos cônjuges passam a compor uma nova e atual família. Os filhos passam a integrar tanto a nova relação de um de seus progenitores como a de outra figura parental, ampliando as possibilidades de vivências familiares e de convivência com novos membros. Mas não se trata apenas de ampliação, há um deslocamento vigoroso que passa da importância do grupo para a de seus membros, como assinalam Machado (2001) e Beck-Gernsheim (2011).

Há também o aumento das famílias monoparentais, integradas pela figura paterna ou materna, em que o número de membros é reduto. A monoparentalidade tem se incumbido do sustento

---

reconhecia e legitimava a supremacia masculina, relegando a figura feminina a uma série de restrições acerca do acesso ao trabalho, à propriedade, educação e autonomia (Samara, 2002).

financeiro, dos cuidados e das responsabilidades na criação do(s) filho(s) que até então eram partilhadas por meio da conjugalidade.

O que se constata nessa conjuntura são transformações nas sociabilidades e nos modos de subjetivação, gerando-se grandes modificações na sociedade como a terceirização, a delegação da educação e da socialização primária a babás, creches e escolas – diante do relativo esvaziamento das figuras paternas e maternas no cuidado com as crianças. O estilo adolescência se prolonga tanto nos filhos como nos próprios pais, transformando as relações de autoridade parentais, as quais se diferenciam cada vez menos das de seus filhos (Birman, 2007).

Isso faz com que vivenciemos um período singular acerca dessas transformações. Mudanças a serem compreendidas em seus desdobramentos e reverberações quanto à dessacralização e desidealização da família.

Temporalidades das famílias: caleidoscópios em movimento

No tópico anterior, destacamos algumas das principais classificações da composição familiar. Apontamos transformações e inovações, tanto no que diz respeito ao âmbito social, cultural, político e econômico quanto aos processos de subjetivação. Contudo, como nos atemos à questão da dinamicidade familiar e da coexistência de temporalidades, sinalizaremos as distintas temporalidades familiares de forma a romper com os marcos históricos que empreendem uma leitura estática (de simples sucessão e/ou superação de modelos familiares).

Nossa concepção é a da coexistência desses modelos, especificamente o da família extensa (patriarcal) e da família nuclear (burguesa), ao longo da história, e sua constante reinvenção, o que faz as modalidades do "ontem" e do "hoje" coexistirem no presente. Ou seja, um passado que se faz presente e um presente que se faz futuro, pois falar de família é se deparar com a sua multiplicidade, tais como

as peças do caleidoscópio[23] que revolvem e se combinam de diferentes formas a cada movimento. Ademais, é nesse caleidoscópio em movimento que conseguiremos compreender os distintos arranjos das famílias dos barrageiros, especialmente por carregarem consigo as marcas da migração laboral, oportunizadoras de enlaces e desenlaces dentro e fora do espaço doméstico e do laboral.

A família brasileira de ontem se faz ainda presente e remete a um futuro não longínquo, ao pensarmos nas constatações da pesquisa de Machado (2001) sobre o grande modelo referencial na literatura científica e na sociedade brasileira colonial: a família patriarcal. A partir disso, podemos inferir dois aspectos. Primeiro, a família patriarcal, no que se refere às relações de gênero (subjugação da mulher pelo homem) e o poder e divisão de trabalho assimétrico (no espaço doméstico e laboral), não foi suplantada na atualidade. Há um passado recente que apresenta, ainda hoje, seus reflexos e imprime conformações familiares. Segundo, tanto no período do Brasil Colônia quanto na atualidade existiram e existem modelos distintos do patriarcal. É preciso assinalar esse fato referente ao passado para situar o presente.

A ideia de essa monocultura temporal persistir faz que se acredite em uma época do Brasil colonial desprovida de outras formas familiares que não fossem as patriarcais e que na atualidade o pátrio poder familiar, o qual exerce subjugação da mulher pelo casamento/conjugalidade ou por seu companheiro, tenha desaparecido.

> Historiadores, sociólogos e antropólogos brasileiros já destacaram a importância da "família patriarcal" tal como caracterizada

23 A etimologia "caleidoscópio" vem do grego e é formada pela conjunção das palavras belo; forma; olhar. Essa raiz nos sugere um significante em que o olhar do pesquisador deve se posicionar por meio de uma postura ética, estética e política que possibilite a redescoberta das formas de existir para poder apreciá-las. Desse modo, tal qual o artefato ótico do caleidoscópio, que possibilita arranjos múltiplos se formarem conforme o movimento, somos convidados a rever o percurso da produção científica e do real a fim de reconhecer o caráter dinâmico da vida e as distintas possibilidades de existência ao longo da história, não restrita a modelos pré-estabelecidos.

> por Gilberto Freire (1980) [1933] em "Casa-grande e Senzala" e em "Sobrados e Mocambos" (1951) [1936], para a construção social de um tipo de modelo familiar que fez efeito em toda a sociedade colonial, mas também no período da Independência, da República até a contemporaneidade, senão para impor uma mesma forma de família, mas para instaurá-la como modelo referencial. (Machado, 2001, p.15)

Destaca-se na exposição da autora que, apesar de esse modelo se impor e legitimar-se do período colonial à atualidade, ainda nos séculos XIX e XX se fazia presente, embora invisibilizado, desqualificado e negado – como situa Boaventura de Sousa Santos (2004) sobre a relação da temporalidade dominante sobre a dominada – a presença constante e expressiva de famílias monoparentais com menor número de integrantes, concubinagens e rearranjos distintos, especificamente as das classes populares.

Essa evidência pode ser confirmada nos estudos de Samara (2002) que, ao analisar os recenseamentos da população no Brasil nos últimos 150 anos, identificou que as famílias extensas patriarcais não foram as composições predominantes na história da família brasileira a partir do período colonial[24]. A mesma autora destaca que, no meio urbano, no século XVIII, embora não reconhecidos oficialmente nem valorizados, havia uma multiplicidade de modelos e formas familiares que transformaram os comportamentos vigentes acerca do papel restrito de gênero, da rigidez na divisão de tarefas e de trabalho. Essa conjuntura estava atrelada às novas relações

---

24 Importante notar o predomínio que o modelo patriarcal da obra de Freyre (1963), *Casa grande e senzala*, atingiu na literatura científica. Essa obra, que data do início do século XX e refere-se às áreas de lavoura canavieira do Nordeste, fez dessa modalidade familiar o parâmetro de análise para investigações das famílias brasileiras, generalizando de modo equivocado ao ignorar outras temporalidades, etnias, grupos sociais, regionalidades, contextos econômicos e culturais, relações de gêneros e migração que geraram outras composições familiares (Samara, 2002).

mercantis que o Brasil colônia vivenciava – o que desmistifica o sistema patriarcal como único modelo possível de família nessa época.

Disso podemos depreender que um passado presente, pouco (re) conhecido, faz-se perceptível ainda hoje. Isto é, não é novidade nem exclusivo da atualidade um arranjo familiar (ao menos quanto ao número médio de integrantes) mais simples e reduto, com poucos componentes por família[25]. Essa composição já se fazia presente na maior parte do período do Brasil colônia, conforme registrado em censos do século XIX (Samara, 2002). Outro dado importante da pesquisadora é sobre o chefiamento e a manutenção econômica de famílias por mulheres. Esse fato se fazia expressivo já em meados de 1800.

> Tudo indica, portanto, ao menos na primeira metade do século XIX, os domicílios de pessoas pobres eram, geralmente, chefiados por mulheres, que contavam com o trabalho da família para sobrevivência [...]. Em todos esses lares era comum a liderança feminina, organizando as tarefas, gerenciando os pequenos negócios e exercendo o controle da família, o que, sem dúvida, fugia à regra do modelo patriarcal [...] as evidências históricas examinadas são enriquecedoras para repensarmos o perfil da nossa família na atualidade e a complexidade de padrões que existiram nos séculos XVIII e XIX nas diferentes regiões, etnias e grupos sócio-econômicos, o que comprova que ao menos numericamente a família brasileira não era sinônimo de família extensa. (Samara, 2002, p.37)

Temos que reconhecer que o modelo patriarcal prevalecia no imaginário social (e por que não científico?) por se apresentar, ideologicamente, como ideal e necessário para a manutenção da divisão de classes e manutenção do *status quo*. Conferia prestígio, moral e reconhecimento social. Percebemos essa lógica sendo reiterada no

---

25 Em São Paulo, em 1836, os censos apontavam que predominavam as famílias nucleares, sendo o número médio de habitantes por domicílio de uma a quatro pessoas (Samara, 2002).

atual modelo adotado, que concebe como ideal a família nuclear burguesa, pois são a sua forma e a composição que determinam o que é família "completa", "funcional" e "estruturada". O que fugir desse parâmetro, se não for taxado como "incompleto" e "desestruturado", é ignorado ou normatizado pelos dispositivos de controle do Estado e do capital.

Contudo, como tratamos de uma instituição que não cessa de se reinventar, em que o indivíduo e o social se encontram e a realidade macro e microssocial se tocam, temos de buscar recursos teóricos e metodológicos que legitimem essas coexistências históricas.

> É nos termos dessa lógica que a modernidade ocidental produz a não-contemporaneidade do contemporâneo, e que a ideia de simultaneidade esconde as assimetrias dos tempos históricos que nela convergem. (Santos, B. S., 2004, p.15)

Entendemos que a atualidade traz as marcas de produções e processos que coexistem, fazendo que composições e lógicas das famílias de ontem (como os resquícios da família patriarcal, cujo código hierárquico, de poder e de gênero são bastante divisos e desiguais) ainda se façam presentes[26]. De modo similar, o presente se faz futuro, quando avistamos transformações não livres de tensões e de conflitos, oriundos das transições sociais, econômicas, culturais, tecnológicas e dos processos de subjetivação. Desse confronto, podemos avistar três possibilidades: as famílias que se reinventam, gerando rupturas e transformações dos modelos ideários; as que se reinventam na esteira da reprodução e repetição; e as que, por meio de novos arranjos geradores de relações, poderes, afetos e laços, estão por ser conhecidas e compreendidas em seus efeitos.

Constatar esses aspectos é fundamental para podermos problematizar o contexto dos barrageiros, se o cônjuge deste, ao escolher

---

26 Machado (2001) desenvolveu pesquisas sobre esse tema o qual denomina "patriarcado contemporâneo" ao mencionar as relações de gênero ainda desiguais e com marcas da violência do homem sobre a mulher.

manter uma atividade produtiva remunerada, fora de casa, consegue romper a lógica centrada no gênero masculino que ressoa o patriarcalismo. Poder indagar como as peças desse caleidoscópio se movem a fim de compreendermos como os sentidos e configurações familiares dos barrageiros conseguem romper ou manter as temporalidades do "ontem" e do "hoje".

Outro aspecto a destacar da combinação do ontem e do hoje[27], que nos faz chamar o passado presente e o presente futuro com a finalidade de situar as temporalidades que coexistem, diz respeito às pesquisas de Fonseca (2005), Machado (2001) e Sarti (2010). As referidas autoras, em estudos respectivos, constatam que a família estendida não desapareceu nem tende ao desaparecimento iminente perante a família nuclear, principalmente no que diz respeito às classes populares investigadas em suas pesquisas. Aliás, mesmo as famílias monoparentais podem se encontrar vinculadas às famílias extensas, independente de classe social, pois podem estar em relação de não oposição, mas de complementaridade de rede de parentela, de circulação, de sociabilidade, de solidariedade, de reciprocidade, de ajuda e cuidado mútuos. Essa característica é um arranjo inventivo e criativo. Um recurso diante das necessidades de luta pela sobrevivência. Vemos nesse contexto as relações de gênero também se diversificando, os cuidados com os filhos não se restringindo apenas à figura parental (paterna e/ou materna), além do

27 Se fôssemos mais longe nessa discussão acerca da temporalidade, capaz de conjugar passado e presente, retomaríamos as análises de Giddens (2000) que contestam a existência da família nuclear apenas na modernidade. O autor afirma que, a partir do século XVII, já se podiam encontrar na Europa Ocidental famílias não extensas cujo tamanho médio era de 3,04 (Reino Unido) e 4,75 (Inglaterra) pessoas. Além disso, o autor menciona que a recomposição familiar e a dissolução de famílias se faziam presentes de modo intenso nos períodos pré-moderno e moderno, não tão diferente da atualidade em que esses mesmos fatores atuam em função do predomínio maior de divórcios. Contudo, o que se referia aos primórdios da modernidade e pré-modernidade e o que interferia na continuidade dos vínculos familiares, por exemplo, eram as elevadas taxas de mortalidade infantil e materna (ou mesmo a morte da esposa ou do marido), fatos passíveis de dissolver a família.

próprio redimensionamento do que é privado e público nas relações de vizinhança e comunidade.

Sobre esse aspecto, Giddens (2000) identifica modalidades de família europeia entre os séculos XVI e XIX que se assemelhavam à família nuclear. Essas relações, podendo incluir desde parentes mais distantes até as relações comunitárias, não possuíam fronteiras delimitadas que as separassem umas das outras, mas se constituíam de forma complementar. Embora a conjuntura histórica e social se diferenciasse, e aqui não pretendemos fazer justaposições atemporais, queremos situar que em momentos históricos distintos as famílias puderam se (re)(de)compor e vivenciar relações próximas entre o público e o privado, entre a família e a comunidade, tal como Fonseca (2005), Machado (2001) e Sarti (2010) nos apresentam com os resultados de suas pesquisas recentes. Essa constatação é exemplar para apreendermos a dinamicidade de seus arranjos ao longo da história dessa instituição.

Nesse ínterim, a cisão entre família extensa e família nuclear não se deu para todas as formas familiares a partir da instauração da modernidade e da constituição da família nuclear burguesa. Pelo contrário, os dados atuais das mencionadas autoras nos sugere que essas relações não ficaram em um passado remoto nem tendem ao desaparecimento, mas foram ressignificadas e reinventadas em novos contextos sociais, familiares e subjetivos. Daí advém nossa terminologia "passado presente" como forma de explicitar esse aspecto, haja vista que se trata de uma premissa analítica da coexistência de temporalidades.

Por sua vez, quanto ao termo nomeado como "presente futuro", devemos reconhecer a conotação de possibilidades que se delineiam na atualidade. Dito de outro modo, seriam os traços esboçados pelas transformações familiares em curso que sugeririam formas e expressões de seu caráter dinâmico e criador, contudo, ainda a se definir de modo mais preciso e aprofundado, mas sem deixar de manifestar sua existência. Para isso, Machado (2001) e Giddens (1993) apontam algumas tendências. A primeira diz respeito à composição familiar que possibilita relações de gênero, funções, papéis, vínculos e provedores

de família podendo ser vividos de modo mais igualitário. A segunda, as famílias recompostas, permite outros laços a serem feitos entre padrastos, madrastas, filhos de outros relacionamentos etc. Outra tendência a se difundir são os espaços e ações mais individualizados que comportam negociações e escolhas que não necessariamente venham a envolver ou incluir o parceiro, isso é perceptível em várias dimensões como moradia, projeto profissional, criação dos filhos etc. Nesse prospecto, a autora também identifica relações entre avós e netos que tendem à diminuição e distanciamento, pois as filiações dos pais adultos restringem-se ao seu núcleo e se desprendem da sobreposição ascendente.

Devemos admitir que essas são expressões de algumas transformações identificadas. Parte delas remete às relações de gênero, de filiação e concepção que possibilitam o reinventar e rearranjar em outros parâmetros a família, algumas delas apontando para a diversidade e igualdade. Elas não são únicas nem lineares. Tampouco definidoras dessas transições. Precisamos conhecer melhor seus desdobramentos, suas temporalidades e como esse presente articula o passado e se projeta em um futuro.

Giddens (2000) nos convida a problematizar essa questão, que vai ao encontro da nossa perspectiva de temporalidade quando ontem e hoje se mostram convergir. Vejamos o que o sociólogo britânico nos diz ao retomar Boswell (1995 apud Giddens, 2000, p.192-193, tradução nossa):

> Na Europa pré-moderna, o casamento costumava começar como um contrato de propriedade, centrava-se posteriormente na criação dos filhos e terminava convertendo-se em amor. Na realidade, poucos casais se casavam "por amor" mas, com o passar do tempo, muitos chegavam a se amar à medida que organizavam sua casa, criavam os filhos e compartilhavam as experiências da vida. Quase todos os epitáfios dedicados a esposas ou esposos que se conservam desvelam um afeto profundo. Pelo contrário, na sociedade ocidental atual, o casamento quase sempre inicia com amor, depois se centra também na criação dos filhos (se os há) e

termina – frequentemente – ocupando-se das propriedades, quando o amor já não existe e é apenas uma lembrança distante.

Diante disso, Giddens (2000) aponta que a família na contemporaneidade tem sido atravessada pelo consumo, as novas relações de trabalho e do capital que geram possibilidades e ao mesmo tempo produzem limitações. As relações de propriedade não desapareceram, até porque o sistema de produção permaneceu, mas o que se vê são atuações das forças do capital no ideário neoliberal se sobrepondo à família, à casa, às relações, à intimidade e aos afetos – o tempo de trabalho colonizando o tempo de vida, como havíamos discutido em tópicos anteriores.

Acerca do assunto, os estudos de Scheinvar (2006) são seminais. A autora verificou que, ao se estabelecer a institucionalização de um modelo (hegemônico) de família, fortalecem-se as forças que fazem dela um espaço de privatização do social em um sistema controlado pela lógica individualista e privada. Isso se constitui porque a família, enquanto elo entre o público e o privado, tem sido posicionada como alvo estratégico para a efetuação de cobranças e intervenções do controle social.

E de que maneira essa privatização do social na família se efetivaria? Scheinvar (2006) apresenta alguns elementos. O primeiro, situado do fim do século XIX em diante, no Brasil, menciona os efeitos da adoção do modelo higienista, calcado no poder do médico. Instrumentaliza-se um ordenamento social por meio da articulação entre família moderna e os aparelhos do Estado. São lançadas bases do conhecimento científico que, enquanto dispositivo de captura, abrange a esfera social e subjetiva por meio do esquadrinhar das dimensões espacial, arquitetônica, biológica, educacional, afetiva etc.

Um aspecto que vem reafirmar essa discussão e avançar na análise dessa conjuntura, em que as vias de captura se operacionalizam não somente mediante o aparelho do Estado, mas a partir do ordenamento dos afetos e do amor, é apontado na obra de Costa (1979, p.23):

> O ponto culminante da união conjugal era o amor. Mas, ao contrário do amor romântico, o amor higiênico era pragmático. Reclamava seus vínculos com a sexualidade e procriação. [...] Caberia, portanto, perguntar o que levou o pensamento médico a recorrer ao amor quando, do ponto de vista da higiene, ele estava perigosamente contaminado pela noção do amor romântico. Tanto mais quanto, à primeira vista, o simples controle da sexualidade no casamento parecia poder cumprir a contento a missão disciplinar médico-estatal junto ao casal. Estas questões encontram algumas de suas respostas quando se analisa o enfoque tático dado pela higiene à simbiose entre sexo e amor. Num primeiro nível, observa-se que o amor tornou-se necessário à higiene porque era um dos poucos estandartes morais disponíveis na luta contra os valores patriarcais. Em particular, na luta pelo direito de escolha afetiva e pessoal do cônjuge contra as razões do grupo familiar. Neste registro, os médicos aderiam, sem restrições, ao amor romântico.

Esse modelo potencializa o padrão da família nuclear e burguesa, individualizando a responsabilidade por problemas sociais e formatando concepções de saúde, higiene, normalidade e segurança. Nesse bojo, firmam-se práticas institucionais e exercícios de poder, baseados nas relações de filantropia, clientelismo, paternalismo e autoritarismo. Como consequência, há uma crescente despolitização, culpabilização dos pobres e das famílias que fogem ao modelo nuclear burguês, um incremento da cultura submissa e desagregadora, que operam individualmente e que buscam conter o movimento social, além da crescente falta de autonomia e depredação de práticas e ações coletivas.

Como isso se operacionalizou na existência dos barrageiros? Essa questão foi elementar para que nos atentássemos não para uma classificação de modelos familiares da conjuntura dos barrageiros, mas para circunstanciar sua trajetória social e seu enredo familiar, tecidos no campo da migração laboral, econômico e político-ideológico.

Diante desse complexo quadro, Scheinvar (2006) assinala que é preciso sair de uma produção naturalizada, generalizada e unívoca

de família para que esta possa vir a protagonizar e intervir nos processos a que está submetida. Nega-se uma única definição de família que redunde na homogeneização desta para se afirmar uma concepção que abarque a sua diversidade, que não oculte os efeitos das estruturas políticas, sociais e econômicas do modo de produção capitalista neoliberal. Disso, depreendemos que a família não é apenas transformada por essas forças, mas também pode agir em sua transformação.

Por fim, a partir desse percurso, culminamos na afirmativa: "a família ainda é como era e a família não é mais a mesma" (Oliveira, 2007, p.10). A autora dessa afirmação diz que podemos comprovar no Brasil a existência de diversos arranjos familiares, a diversidade de modelos coexistindo com formas que, ao entrelaçar um passado e um presente, projetam um futuro. Essas temporalidades não estão em vias de extinguir sua ambiguidade nem sua contradição, o que reafirma nossa posição de que a coexistência de diferentes temporalidades familiares forja a pluralidade familiar – força capaz de perdurá-la e transmutá-la simultaneamente.

Considerações sobre o caleidoscópio familiar

Ao nos referirmos aos caleidoscópios, remontamos ao movimento paradoxal e tensionado que as transformações históricas, sociais, culturais e econômicas expressam acerca da existência humana e de seus processos de subjetivação. Todavia, não devemos esquecer que nessas forças os indivíduos, os grupos sociais e as próprias famílias produzem outros arranjos com essas peças, logo, outras formas de viver podem ser encontradas e ressignificadas por meio de suas experiências sociais e subjetivas mediante as artes de viver. A cada movimento, nesse confronto do sujeito social com a realidade, configuram-se não somente impedimentos e obstáculos, mas reinvenção e criação da família e do social.

Entendemos que importantes pesquisadores, como os citados até aqui, trouxeram contribuições científicas relevantes sobre o tema da

família brasileira ao se reportarem ao horizonte discursivo da metáfora da "colcha de retalhos" (Arantes et al., 1993). Esses autores não apenas realizaram um resgate histórico da diversidade da organização familiar para além dos modelos hegemônicos, refutando-os, como também apontaram seu caráter sócio-histórico e político-econômico que uma análise desse tema deve conter para haver uma devida contextualização.

Sendo assim, a perspectiva da colcha de retalhos permitiu avanços inestimáveis no debate sobre a instituição familiar. Contudo, almejamos um passo adiante ao optarmos pela terminologia caleidoscópio a fim de ampliar a necessária problematização nesse campo de estudo e por este termo comportar de maneira mais contundente o caráter dinâmico, dialético e polissêmico do insistente (re)inventar dessa instituição.

Nesse prisma, pudemos debater ao longo deste capítulo dois eixos dominantes que se apresentam como opostos na literatura científica sobre os arranjos familiares: o modelo da família patriarcal e extensa (a família de ontem) e o modelo da família burguesa nuclear (a família de hoje). Essas leituras, quando entendidas como modelo estático e linear, na perspectiva da monocultura temporal, impedem de reconhecer a coexistência, complexidade e diversidade familiar presentes ao longo de toda a história brasileira.

Diante disso, poderíamos perguntar se de fato essas modalidades foram superadas na atualidade ou mesmo se estão em vias de desaparecer e/ou serem superadas. Ao chegarmos à conclusão de que a família é constantemente reinventada, mesmo dentro desses tradicionais arranjos, podemos passar da pergunta: quais são os modelos de família existentes? para a seguinte: quais são as formas de se viver a família? Logo, quais são os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos (barrageiros) àquilo que denominam de família?

A partir desse olhar, podemos avistar a singularidade que nela reside, uma vez que, para sobreviver, é preciso rearranjar a norma, reinventar o modelo preconizado pelo ideário dominante, pois estes são insuficientes e distantes da realidade vivida. Insuficientes porque não bastam em si mesmos como únicos modelos possíveis

de se viver a família (ou mesmo defini-la), uma vez que não são capazes de abarcar as reais condições existenciais em sua diversidade e adversidade. Insuficientes porque os sujeitos sociais em suas diferenças e experiências produzem um conjunto de conhecimentos, perspectivas, desejos e anseios que, por meio da astúcia e da inventividade, podem encontrar outros subterfúgios e saídas diante de suas necessidades e dos imperativos da realidade – que dentro do padrão predominante e dual de família não seriam viáveis ou nem mesmo possíveis de conferir resposta.

Percebemos que as atuais transformações referentes às relações de poder e a de gênero delimitaram novas configurações para o que era tradicional no modelo familiar, principalmente para possibilidades que ensejam o avanço da desconstituição (ou questionamento) do patriarcalismo. Consoante a Giddens (1993, 2000), seria arriscar a dizer que as mudanças experimentadas na família, em seus arranjos, matrimônios, composições, formas de amar e conviver, suas relações de gênero entre outros, fazem-se irreversíveis. Isso porque foram transformadas não apenas as possibilidades de se constituir família, mas também o indivíduo e a sociedade.

Entretanto, não podemos omitir que a família, enquanto um "entre" na relação indivíduo e sociedade, é um *topos* estratégico para exercício de poder, controle e dominação. Somado isso às perversas formas neoliberais que têm solapado os laços sociais, vivenciamos uma contemporaneidade cravada pela crise das instituições, do individualismo narcisista, do Estado reduzido, da cidadania frágil e negada. Esse é o cenário propício para que a importância da família seja reativada e ao mesmo tempo sobrecarregada, o que vem torná-la alvo tanto das políticas libertárias quanto das reacionárias (Sawaia, 2010).

De que modo, então, a família teria subsistido ao longo da história a essas forças que buscam homogeneizá-la e dominá-la? É possível encontrar indícios disso na afirmação de Sawaia (2010) de que, se a família permaneceu na história da humanidade, foi em razão de sua principal força: o valor do afeto. Ela é uma instituição que, afora suas forças coercivas, possui a capacidade de promover aos indivíduos um protagonismo social, experimentar a sensibilidade e vínculos

que permitem viver o comum – além de poder ser um recurso material e imaterial para a manutenção da própria sobrevivência. Essa afirmativa é deslindada pela autora sem romances, tampouco a ideais e estereótipos que costumam rondar a família.

Longe desse engano, a autora não nega os conflitos e sofrimentos que são sua condição e empreende uma releitura em que há um ponto de conversão: das imposições que ela sofre, uma manobra é feita: fazer outro uso daquilo que lhe é designado. Isso possibilita emergir as artes de viver que De Certeau (2012) afirma, ao empreender uma leitura da sociologia do cotidiano: no lugar de disciplina e normatividade, poder viver a liberdade. Experimentar a autonomia e criar outros modos de existência.

Ao tratarmos dos (des)encontros trabalho-família, tal como um caleidoscópio ao rearranjar suas peças a cada movimento, veremos nas narrativas como essas contraposições, produtoras de paradoxos, vêm à tona, ao nos debruçarmos sobre os dispositivos da empresa que ao mesmo tempo que promovem controle também podem gerar aproximação; como a colonização do tempo de trabalho sobre o de vida pode produzir projetos familiares, articulados ao registro laboral; como o individualismo, constituído no neoliberalismo, pode produzir solidariedades e ajuda mútua entre essa categoria profissional; como migrar pode depredar referências e pertencimentos enquanto forja novos vínculos, relações e redescoberta de si e do outro.

Nessas circunstâncias, em que pudemos conjugar trabalho e família, deparamo-nos com a pluralidade e contradição que existem em torno da instituição familiar. Isso exigiu um constante indagar integrado ao percurso investigativo, como nos sugere Machado (2001): traçar caminhos norteadores para uma análise elucidativa, aqueles que fizessem menção às diferenças; estas, sim, seriam a "nata" das análises (Machado, 2001, p.18). É poder superar modelos ideais (ideológicos) que não somente limitam o campo de análise, mas também ignoram a interlocução entre as diferenças familiares, as temporalidades e as áreas de conhecimento.

Também compartilhamos com a concepção de Corrêa (1993), em que outra forma de captar as temporalidades familiares dos

barrageiros seria a abertura para o estudo contextualizado de grupos familiares, investigações que se aproximassem da riqueza do cotidiano e de suas especificidades.

Esse foi o caminho que permitiu estabelecer pontes entre o contexto sociossubjetivo e a pluralidade familiar a fim de superar dicotomias: o externo e interno, público e privado, objetivo e subjetivo, material e imaterial. Uma análise dialética e persistente que não negou suas contradições e polissemias, mas se atreveu a trabalhar com elas.

Finalmente, diante do mal-estar, dos riscos e incertezas que acometem a sociedade, suas instituições e processos identificatórios – como havíamos mencionado no início deste subcapítulo –, deparamo-nos com o ressurgimento da família como instância capaz de constituir outra ordem simbólica, social e de legitimação para o sujeito – seja para a tirania do capital neoliberal seja contra as crises das instâncias referenciais (Estado, partido, Igreja, nação, trabalho etc.). Esse insurgimento, de acordo com Roudinesco (2003), é possível se a família promover uma condição, um lugar social e de subjetivação, capazes de conjugar o eu e o nós, a diversidade e a alteridade para o sujeito constituir-se – ser uma superfície enraizadora. Contudo, será preciso que o passado presente e o presente futuro não deixem de ser reinventados. Fagulhas de possibilidades acerca disso Beck-Gernshein (2011) nos aponta, como o próprio título de sua obra sugere, em *La reinvención de la familia*.

3
Os modos de ser-trabalhar-viver dos barrageiros e seus familiares

[...] viver é um rasgar-se e remendar-se.

(Rosa, 1985, p.88)

Para nos aproximarmos do horizonte dos narradores, os dois subtítulos seguintes estão organizados de maneira a contemplar a narrativa em suas singularidades e generalidades. A seção "Narrativas da família Topázio, Citrino e Safira" teve como objetivo a discussão da produção narrativa das respectivas famílias e seus principais temas de análise identificados. Na última seção "As narrativas em diálogo: generalidades e singularidades", realizamos conversações entre os diferentes horizontes narrativos para que pudéssemos ponderar sobre os aspectos heterogêneos e homogêneos que compõem o universo sociopsíquico dos barrageiros. Nesses termos, visamos explicitar as diversidades, as singularidades e os aspectos gerais que se destacaram nas narrativas que vieram ao mundo.

Os narradores

Apresentamos abaixo o quadro das três famílias e informações gerais para que o leitor possa conhecê-las, situando a composição familiar e as cidades de trabalho do barrageiro[1].

Quadro 3 – Apresentação dos narradores.

Família Topázio	
Membros familiares	- Jonas (barrageiro aposentado) é casado com Sara, pais de 3 (três) filhas: Flor, Raquel e Débora.
Narradores	- Jonas (barrageiro); - Sara (esposa); - Raquel (filha); - Débora (filha).
Estados/hidrelétricas de trabalho do barrageiro	- Morou nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro. Trabalhou em pelo menos 6 (seis) hidrelétricas e posteriormente em construção de ferrovias.
Família Citrino	
Membros familiares	- Davi (barrageiro aposentado que continua a trabalhar no mesmo ramo) é casado com Lia, pais de 3 (três) filhos: Mateus, Lucas e Janine.
Narradores	- Davi (barrageiro); - Lia (esposa).
Estados/hidrelétricas de trabalho do barrageiro	- Morou nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina. Trabalhou em pelo menos 6 (seis) hidrelétricas.
Família Safira	
Membros familiares	- Thiago (barrageiro aposentado que trabalha em outro ramo) é casado com Ana, pais de 3 (três) filhos: Alberto, Alfredo e Júnior.
Narradores	- Thiago (barrageiro); - Ana (esposa).
Estados/hidrelétricas de trabalho do barrageiro	- Morou nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Trabalhou em pelo menos 4 (quatro) hidrelétricas.

1 Para garantir o anonimato dos participantes, atribuímos-lhes nomes fictícios e denominamos como Cipreste uma companhia de grande porte, estatal, localizada no estado de São Paulo. Como Bambu, outra companhia de grande porte binacional, sociedade de economia mista, localizada no estado do Paraná.

Narrativas das famílias Topázio, Citrino e Safira

Família Topázio

Notas iniciais

Atualmente, parte da família Topázio vive junta, mas isso não foi sempre assim. Moram hoje na mesma casa Jonas, Sara e Raquel. As outras duas filhas casaram-se e foram residir em estados nas regiões Sudeste e Sul.

O trabalho em barragens, ao mesmo tempo que os aproximou, distanciou-os. Ser barrageiro lhes trouxe condições de fundar uma família, constituir um casamento e ter três filhas. Porém, também propiciou afastamento e vidas momentaneamente separadas, em cidades distintas, o que trouxe marcas indeléveis na convivência atual, cujas expressões afetivo-relacionais ainda exalam perdas, rancores e fragilidades. A (de)(re)composição nos arranjos familiares ao longo de sua história e trajetória permitiu a assunção de outros papéis para além da centralidade da figura paterna. A função do pai provedor, fulgurado de autoridade e centro das decisões desse grupo, tem partilha proeminente com a segunda filha, Raquel, quem assume as responsabilidades de administrar a renda, construir a casa e deliberar os destinos do grupo perante as situações experienciadas em meio às mudanças de cidade, de trabalho e do próprio seio familiar.

Nas narrativas da família Topázio, percebemos como se operaram os vínculos sociopsíquicos, os (des)encontros gerados entre trabalho e família e como estes puderam se organizar material e imaterialmente para lidar com esses cenários. Tratam-se dos denominados "nós interprocessuais", constituídos no estreito encontro entre as vivências pessoal, familiar e social (Pagès, 1986, apud Carreteiro, 2003). Conceito da psicossociologia que, de modo semelhante, Gaulejac (2006) denomina "nó sociopsíquico" para se referir aos fenômenos que se constituem no entrecruzamento social e psíquico.

Em face disso, a família resplandece como um grupo social dinâmico, repleto de vivacidade, haja vista que as experiências

concernentes aos referidos cenários estão sendo elaboradas psiquicamente, de modo singular e grupal.

A família Topázio vive agora uma recomposição familiar com o retorno do pai, aposentado e com missão cumprida: construir a sua casa própria. Porém, a família encontrada por ele não é a mesma família anterior. Os papéis estão sendo profundamente rearranjados. No momento, a filha procura abdicar da posição de "responsável" para que seu pai assuma a de chefe de família ou provedor.

Imersa a um estranhamento, a figura materna, por sua vez, experimenta o tríplice retorno do cônjuge: o marido que trabalhava distante; o pai que estava fora; e o esposo aposentado. Um tempo e um lugar a ser recompostos para se constituir uma (nova) relação.

Demonstraremos, por meio das migrações – ocasionadas por transferências (pela mesma empresa), por nova contratação e por desemprego –, os modos de ser-trabalhar-viver que a família construiu e teve desconstruídos. Apontaremos nessas as principais transições que a família sofreu, o que interferiu de modo direto em sua existência social e subjetiva.

Observamos que, em cada lugar onde o lar foi construído, uma simbolização diferenciada pôde ascender, o que figura uma moldura existencial, expressa nas particularidades tempo-espaço-relacionais. Cada localidade, onde a família morou junta, trouxe reminiscências e afetos diversos. Contudo, é na cidade em que mais tempo moraram, localizada no Paraná, durante dezoito anos, que está a fonte de sabores e dissabores que os fez renunciar desejos e projetos de vida até então almejados. Essa saída os faz lembrar, com prazer e pesar, a aurora da vida em família, na infância e juventude das filhas, propiciadas por meio do trabalho de seu pai no Bambu. É revivida a decadência dos planos e a sensação de um lugar que, até então, parecia próximo a um "paraíso perdido".

Essa partida trouxe não somente novos deslocamentos espaciais e relacionais, mas também o avistar de outras possibilidades de vida. Momento de recobrar o desejo e rearranjar os vínculos familiais. Percebem, não sem conflitos e tensões, que a família continua a ser construída para além da casa própria, do trabalho e das barragens.

Enredo familiar e trajetória social: da construção de barragem à edificação da família

Em 1963, com 18 anos de idade e solteiro, Jonas começa a trabalhar em um dos maiores empreendimentos de UHE do estado de São Paulo. Mecânico de máquinas pesadas (tratores, carregadeiras, motorniveladoras e caminhões), envolvidas na construção de hidrelétricas, passa a integrar a equipe de empreiteiras contratadas para o início da obra. Posteriormente atua em outra UHE, durante oito anos, localizada no rio Paranapanema, região fronteiriça entre o estado do Paraná e o de São Paulo. Reside no estado paulista, nesse período, quando conhece Sara, com quem se casa em 1970.

É transferido para uma UHE no centro-sul do Paraná. Casado e com duas filhas nascidas, mudam-se e permanecem dois anos nessa região. É a primeira mudança que a família experiencia, junta, sendo também a primeira de Sara, que nunca havia saído da cidade natal, no estado paulista. Sua narrativa, capaz de nomear um encontro amoroso, ocorrido no contexto das barragens – onde um baiano (Jonas) conhece uma paulista (Sara) –, também faz reportar a uma vida que o jovem casal estava por desbravar em outros territórios, típica de um barrageiro: "Barragem é uma vida assim que eles não ficam sempre em um lugar só. Mora um tempo num lugar, depois outro tempo em outro. Com esse meio de tempo eles conhecem pessoas" (Sara).

Embora se casar com um barrageiro, em suas palavras, tenha sido um "privilégio", por oportunizar conhecer vários lugares e pessoas, a mudança para longe de sua família extensa, distante da cidade onde viveu e cresceu, traz-lhe apreensão e sofrimento, pois nunca havia se desgarrado desse entorno geográfico-afetivo: "Eu nunca tinha mudado. Longe da família eu sofri bastante, mas eu não podia deixar o marido porque nós ficamos juntos, graças a Deus" (Sara). Acompanhar o marido era imperativo para si, pois casar significava estar junto, inclusive geograficamente.

Esse sentimento é reiterado quando Jonas não integra mais a empreiteira em que prestava serviço na obra do centro-sul do Paraná e, desempregado por seis meses, busca outro trabalho – o que o leva

a outra região do estado paranaense, a princípio. O casal vivencia a distância pela primeira vez. Sara (grávida) e as duas filhas (crianças) retornam para o estado de São Paulo (a cidade de origem de Sara) nesse período, enquanto Jonas busca uma nova colocação profissional. Essa primeira separação provoca tristeza: "Nossa! Eu chorava de saudade! Tinha um lado que a gente não podia ser separado, né?" (Sara).

Jonas inicia um novo contrato, em uma empreiteira, que prestava serviço para o Bambu. Ao acertar uma casa (destinada aos funcionários desse empreendimento), traz a família do estado paulista e deslocam-se para o Paraguai porque no Brasil, especificamente na vila residencial destinada aos trabalhadores de Bambu, não havia casa disponível, uma vez que a vila estava em construção. Durante dois anos moram no Paraguai até se deslocarem para a cidade do Paraná, na vila I.

No Paraná, nessa vila, Sara e as filhas moram dezoito anos. Para os membros familiares, em uníssono, foi o tempo áureo da vida deles, pois, enquanto houve contrato de trabalho com Bambu, tiveram disponíveis moradia, escola, assistência à saúde, eventos, esportes, lazer e relações de vizinhança – tudo no circuito instaurado por Bambu. Trabalho e família se sobrepunham nos moldes dessa empresa.

Por sua vez, Jonas mora e trabalha nessa cidade do Paraná durante doze anos e meio, especialmente enquanto seu contrato via empreiteira perdura com o Bambu. Findado seu ofício na obra de Bambu, é desligado. Tenta trabalho local sem sucesso e passa a atuar na construção de estrada de ferro, período que principia inúmeras mudanças conforme a duração dos empreendimentos. Aposenta-se em 1995, porém, continua a trabalhar para construir a casa própria.

A época que permanece trabalhando fora, distante do grupo familiar, não é sofrível apenas para as mulheres de sua família, mas também para Jonas. Seu retorno para casa é pontual e espaçado, regressa apenas uma vez por mês e em um fim de semana. Diversas vezes fica mais de um mês sem voltar para seu núcleo familiar. Sobre isso nos diz com um tom de resignação, ao ponderar a respeito do contexto vivenciado, pelo qual não via outra possibilidade a não ser esperar o tempo passar, assim como a situação. Aspecto que

encontramos também na dissertação (Duarte, 2009), quando os trabalhadores diziam ser um "mal necessário", uma circunstância a ser superada. Nas palavras de Jonas, o período distante da família por causa do trabalho é aquele em que "a gente precisa fazer isso, até acostuma. É ruim, mas acostuma. A vida é essa, a gente acostumava [...] com isso vivia e trabalhava. Passava o tempo".

Embora tenha participado do processo de construção de seis barragens, ora identifica-se com a imagem do barrageiro, ora não se identifica por não estar envolvido diretamente com a instalação de turbinas e equipamentos afins, bem como com a operação e a manutenção das UHEs. Sua função, enquanto mecânico de máquinas pesadas e no serviço de terraplanagem, concentra-se nas etapas de edificação inicial que requerem o manejo e reparos de máquinas que prepararam o terreno e o começo da obra. Nesses termos, no seu discurso transparece um caráter identificatório, colado ao barrageiro, pela via migratória, ou seja, o trabalhador de barragens que prepara o terreno, finaliza sua função e parte para outro empreendimento dessa natureza, sucessivamente.

De barragem em barragem, de casa em casa...

Os Topázio assinalam que família de barrageiro aprende a não ser muito apegada com o lugar e as coisas. Espécie de um senso prático que se desenvolve para evitar o desencadear de maiores sofrimentos: "Se tem que fazer, vamos fazer logo!", afirma Raquel ao recordar uma situação de mudança iminente.

A primeira migração conjunta dessa família consistiu na saída da hidrelétrica do norte do Paraná para outra do centro-sul desse estado, acontecimento marcante porque foi a primeira cidade em que não havia ninguém da família materna: "Era só a gente" (Raquel).

Não foi apenas a mudança em relação ao núcleo extenso da família que trouxe estranhamento, mas também o clima local, bastante distinto do de origem. Essa cena na vida deles permitiu um revigorar de lembranças que deixou rastros capazes de serem reavidos ao compartilharem esse período. Superfície sobre a qual puderam deixar as

marcas de sua passagem por meio de recordações da casa que os reunia, do Natal que passavam juntos, das guloseimas que saboreavam e dos afazeres diários no âmbito doméstico.

Uma "região muito fria [...] geada bem forte, chegava a nevar. Eu lembro do chão bem branquinho quando minha irmã ia para a escola, que ficava marcada as pegadas dela no gelo" (Raquel). Esse horizonte continua a ser revelado:

> É a minha recordação *do centro-sul do Paraná*. O *centro-sul do Paraná* era a casa sem muro, era o gelo no chão, o presépio que se movimentava. O vendedor de algodão-doce que passava nas casas, fazendo o algodão-doce na hora. Eu sempre pedia para minha mãe comprar e tinha que ficar guardado o da minha irmã para quando ela voltasse da escola! (risos). E eu ficava dando voltas ao redor do armário, [olhando] o [algodão-doce] dela que não podia comer. Então, as minhas lembranças do *centro-sul do Paraná* foram essas. (Raquel, grifo nosso)

Juntos, foram capazes de lembrar com detalhes o cotidiano: o extraordinário frio, a torneira que congelava a água para lavar roupa, a vestimenta no varal que endurecia e a lagoa que congelava. A família descreveu com minúcias sua primeira aventura em um lugar distante: uma casa de madeira trançada, pequenina e sem muros, em uma vila onde havia muitas casas coloridas. Nas palavras de Jonas, muitos "peões" moravam lá, um lugar simples e rústico, porém repleto de lembranças acolhedoras, que iam do algodão-doce ao aconchego do cobertor e do calor familiar que aqueciam os dias frios, conforme relata Sara: "Quando chegavam em casa, aconchegava todo mundo. Todo mundo dormia, se cobria e não passava frio". Nesse momento os comentários da família dispararam como um turbilhão de lembranças. Rememoraram as brincadeiras realizadas, a descoberta de uma nova paisagem e a tessitura de outro cotidiano.

A permanência da família Topázio foi interrompida no centro-sul do Paraná quando Jonas foi demitido e procurou um novo trabalho que os levaria para além do território brasileiro. Mudaram-se

para o Paraguai ao integrar a empreiteira prestadora de serviços para o Bambu.

Morar no Paraguai foi uma permanência que se manifestou em partes. Parte do tempo, parte do espaço, parte da relação, parte da liberdade, parte dos investimentos afetivo-relacional e financeiro. Residiam lá, mas não viviam a cidade em seus recursos além do da moradia. De modo literal, moravam apenas na casa paraguaia, pois a vida deles estava organizada para ser vivida na escola, no hospital, no supermercado, no trabalho e nas demais relações e instituições que fossem brasileiras.

> A parte negativa é essa. No Paraguai não tinha muita liberdade. A gente morava ali... A única coisa que eu me lembro era o quintal da minha casa. Alguma coisa... um lugar... tinha uma quadra de esportes, a gente ia patinar às vezes, quando tinha alguém para cuidar. E o quintal da minha casa. A gente não podia brincar na rua com liberdade. Não podia... não usava médico do Paraguai, não usava mercado, nada do Paraguai. A gente só morava ali. O restante a gente morava no Brasil, estudava no Brasil. Ia ao médico no Brasil. Qualquer coisa que precisava ia ao *Paraná* e não no Paraguai. (Raquel, grifo nosso).

Interessante notar que as próprias crianças paraguaias que estudavam na escola paga pelo Bambu, no Paraná, conversavam prioritariamente em português, sendo esta também a língua de escolarização. Essa vivência em partes fez que experimentassem também parcelas de proximidade com o idioma, a cultura e a sociabilidade desse povo. Fronteiras demarcadas pelas instituições que Bambu dispôs aos seus trabalhadores e familiares, gerando aproximação e distanciamento:

> É uma parte dessa coisa de ser uma usina na fronteira, porque eu fiz muitos amigos paraguaios. No meu recreio, por exemplo, eu fazia muita amizade e passava com alguns paraguaios. No segundo grau, por exemplo, eu tenho amigos até hoje que são paraguaios que eu

> conheci no colégio. [...] Só que hoje, meu espanhol, apesar de eu morar na fronteira, não foi muito bom, por quê? Porque quando a gente morava lá e tinha contato com o idioma a gente entendia muito bem o espanhol, mas por ter amigos paraguaios ainda, eu entendia muito bem o espanhol por ouvir, ter aquela familiaridade com a sonoridade do idioma, só que eu não falava o espanhol. Eu respondia em português porque eles estavam no meu país. A nossa aula era em português e tudo mais. [...] No recreio elas perguntavam em espanhol e eu respondia em português. Então, a gente interagia dessa maneira. Desde criança era desse jeito. Hoje eu falo espanhol. O fato de ter morado na fronteira me ajudou muito com o meu espanhol, mas eu tive que aprender a falar espanhol depois. [...] Você vai ao Paraguai fala em português. As pessoas te entendem por ser fronteira. Então, no Brasil, a gente entedia, mas não falava. (Raquel).

Vemos isso se estender nos espaços laborais constituídos na empresa de fronteira, binacional, quando Jonas trabalhou com paraguaios e com quem também se comunicava somente em português:

> No serviço tinha amizade com eles [paraguaios]. Mas eles falavam com a gente em português. Entre eles falavam em guarani. Eu nunca pude aprender o guarani. Eu nunca consegui. Trabalhei uns dez anos juntos, no Paraguai, e nunca consegui aprender o guarani. O mais difícil era isso.

Ao se mudarem para a vila no Paraná, ao ter liberada a casa, depois de dois anos de morada no Paraguai, juntaram-se aos outros trabalhadores e seus familiares brasileiros. A vida foi percebida em sua plenitude, sendo um período tido como tranquilo e regozijante para os Topázio. Um estado de contentamento, expresso no morar, no trabalhar e no viver.

Um aspecto que favoreceu isso foi a modalidade de habitação promovida pelo Bambu, as vilas dos trabalhadores, capazes de promover sociabilidades expressas em uma convivência próxima que estabeleciam com a vizinhança. Os amigos, os vizinhos em especial,

eram vistos como a família mais perto, posto que muitas pessoas tinham familiares longe e estavam experienciando uma situação similar: o trabalho em hidrelétricas que os levara a um lugar desconhecido. Essa condição favorecia a abertura ao outro numa relação de troca e ajuda mútua, uma solidariedade estabelecida principalmente entre as mulheres e seus filhos, haja vista que os homens trabalhavam na obra e geralmente faziam turnos e contraturnos para atender aos exigentes prazos da construção da UHE.

A chegada foi apresentada como um dos períodos mais difíceis da adaptação. Momento de se deparar com o desconhecido e o incerto, cartografar o território. Lidar com a perda de vínculos sociais, de perscrutar e ser perscrutado pelo outro. Era o desafio de tornar algo hostil e alheio em algo que lhes fosse familiar e afeito. Poder construir um sentimento de pertença e aceitação, tanto por parte do outro quanto de si mesmo. Encontrar meios de tecer um canto seu no mundo.

Nesse sentido, o contexto das vilas de barrageiros foi revivido, por meio das narrativas, como um elo importante para favorecer o processo de adaptação, tal como a chegada à vila no centro-sul do Paraná, como assinala Sara. Sua origem remontava a estadias em cidades pequenas e, ao se deparar com uma cidade maior, assustou-se. No dia a dia ela não podia contar com o marido para auxiliá-la nessa inserção, pois ele trabalhava o dia inteiro. Quem a ajudou a se locomover na "cidade grande", em busca de autonomia e resolução das atividades domésticas e familiares, foi a sua vizinha: "– Sueli, como é que eu vou aprender a andar aqui nessa cidade? Essa cidade é grande! Uma vez saímos nós duas e ela falou: – É para você aprender a andar aqui!" (Sara).

Ademais, a vila representava um lugar seguro para criar os filhos. Sabia onde podiam estar e, para chamá-los, ao longo da vila, bastava gritar o nome, do quintal de casa. As crianças retornavam, pulando os muros das casas para cortar caminho e dar menos voltas. Era um lugar conhecido que não representava perigo e aversão. As vilas concediam liberdade e movimento, uma infância que Raquel e Débora afirmam ter vivido com intensa liberdade.

O modo de vida retratado em meio às árvores frutíferas, na plantação de mandioca e milho, na criação de galinha, nos quintais e na vivência compartilhada possibilitou firmar laços. São as molduras existenciais (muitas vezes desprezadas) que Gullar (1997) recupera como o *locus* do desenrolar da história humana e cujos narradores dessa pesquisa conferem a ele consistência e densidade:

> Débora: "A vizinha do lado plantava mandioca, milho. Tinha gente que criava galinha. Daí o meu pai matava. Ganhei várias galinhas".
>
> Raquel: "Ganhava um pintinho, crescia e virava aquele galo gordo. Aquela galinha gorda".
>
> Débora: "Bem-criada. Meu pai matava. Olha que sofrimento! Eu não comia".
>
> Raquel: "Estava dentro da panela!".

Essa vivência psicossocial parece ter se perdido nas mudanças posteriores da família Topázio, uma vez que as condições de trabalho não se referiam mais às vilas de barrageiros nem ao deslocamento familiar conjunto. Raquel aponta isso da seguinte forma: "É isso que eu falo, eu não sei se isso acontece com a gente depois, de você não se apegar mais com vizinho ou se é a coisa da obra que coloca esse sentimento na gente". As mudanças posteriores dos Topázio, além de se darem em condições distintas das anteriores, geraram uma permanência mais curta nas cidades conseguintes, o que os faz lembrar com saudosismo dos anos passados, da proximidade entre a vizinhança e dos laços afetivos formados. Cenário de vida distinto dos atuais. Suas narrativas, nesse contexto, resgatam as amizades que permaneceram, as que ainda buscam dar e receber notícias.

O modo de vida, delineado pelas condições de trabalho e moradia, estabelecido no estado paranaense, vila do Bambu, começou a ser desfeito quando a obra foi sendo terminada e os colegas e vizinhos começaram a ir embora. A família expressa os primeiros desencantamentos antes mesmo de sua partida, ao terem de se despedir de seus conhecidos e ao perceberem as modificações dos contratos

de trabalho e função, logo, nas transições das formas de trabalhar, relacionar-se e viver em torno do Bambu.

O caráter temporário de algumas profissões, como a do barrageiro, mais o processo de terceirização das UHEs ampliaram esse universo de mudanças, rotatividade e precariedade de vida dos trabalhadores e seus familiares. O barrageiro é uma parcela expressiva de trabalhadores brasileiros que atravessou a privatização, terceirização e desestatização – frutos do modelo econômico neoliberal que o Brasil adotou para esse setor produtivo. Essa categoria profissional submeteu-se à intensificação da migração em que o impacto do neoliberalismo não se deu apenas no remodelamento de sua atividade profissional, mas também em suas relações sociais, subjetivas e afetivas.

> É importante lembrar que a migração está impulsionada igualmente pela influência do mercado de trabalho e pelas políticas adotadas pelas instâncias governamentais. Além disso, é preciso atentar para a interferência da economia mundial, que tanto redesenhou as ações do governo, ao incentivar o processo de privatização a fim de corresponder ao programa neoliberal, quanto alterou as condições e relações de trabalho das empresas que até então eram estatais. Esse conjunto afetou a vida desses trabalhadores, de sorte a tornar a migração uma saída para se manterem empregados e enfrentarem as novas condições de trabalho. (Duarte, 2009, p.77)

Os Topázio e seu entorno social encontraram na migração um recurso em busca de novos contratos de trabalho. Contudo, essa partida não foi vivida apenas pelo chefe de família, mas por seus membros e seu contexto social, fosse para quem ia ou para quem ficava. Como Jonas e seus familiares viveram isso? Eram vizinhos que chegavam e partiam de modo mais rápido, denotando o caráter temporário e de provisoriedade da permanência e das relações. Esse cenário é expresso em um tom melancólico, ao se lembrarem de que partir doía e produzia falta. Começaram a ver o caminhão de mudança encostar nos arredores e os colegas irem embora – o que conferia

materialidade à separação da pessoa com quem desejavam até então dividir a vida.

Nesse ínterim, a família Topázio – embora se identifique como familiares de barrageiro – menciona ter mudado pouco em relação a outras famílias que conheceram. Todavia, não deixa de trazer com vivacidade os desdobramentos das mudanças deflagradas tanto por seu núcleo familiar quanto por essa categoria profissional.

Os desenlaces da partida deixaram saudade do tempo vivido, do viver-junto e das raízes lançadas em um tempo, espaço e relação. Experimentaram proximidades demonstradas por meio de generosidades e trocas afetivas, expressas nas relações de vizinhança: "Tinha um pastelzinho que eu fazia e ela [vizinha] um bolinho de polvilho. Era só mostrar na janela para mim: 'Sara! Vem cá!' Ela [vizinha] trazia. Uma coisa para a outra". (Sara)

Nas palavras de Sara, foram amizades que beiravam à fraternidade, trocas intersubjetivas, a partir de um contexto de vida marcado pela migração, em que a cumplicidade e o cuidado mútuo – especialmente na rede estabelecida entre as mulheres e os filhos dos barrageiros – podiam reaver a perda e o desamparo em um lugar desconhecido e estranho. A narrativa da família Topázio expressa o valor de amizades que perduraram o período de construção de UHE, atravessando tempo e lugar, cujo sabor anseiam novamente sentir.

As duas faces da mesma moeda: Bambu dentro do trabalho e dentro de casa versus Bambu fora do trabalho e fora de casa

Raquel percebe que, durante o período em que seu pai trabalhou no Bambu, havia apenas uma preocupação instaurada nas relações sociais e afetivas, o trabalho:

> Os funcionários só precisavam se preocupar em trabalhar e manter os mantimentos da casa. O restante o Bambu dava tudo. Você não pagava aluguel, sua moradia. Não pagava colégio para os filhos, e o colégio era excelente. O atendimento médico era excelente. (Raquel)

Vemos esse universo se constituir, centrado no Bambu, dentro e fora de casa, quando os Topázio mudaram-se para o Brasil, na vila do Bambu que, para eles, proporcionava segurança e proteção, liberdade para brincar e se divertir nas ruas com outras crianças. A infância de Raquel e Débora é retratada por atividades lúdicas, como esconde-esconde, andar de bicicleta, de patins, de carrinho de rolimã, realizar passeios por parquinhos e contato com a natureza ao explorar sabores de diferentes frutos da vila. Esse gosto é expresso pelas irmãs ao dizerem não se sentir ameaçadas por nenhuma forma de violência naquele momento. Nem elas e nem seus pais.

Falar das singularidades dessa família é situar seus gostos e desgostos experimentados no contexto trabalho-família. É nomear os encontros e desencontros promovidos por essas instâncias que geram distintos modos de ser e viver. Imagens passadas que marcam suas histórias presentes e esboçam um futuro – o caráter do tríplice presente ricoeuriano, manifestado nessas narrativas. Isso pode ser avistado no discurso de Débora que lembra ainda hoje o gosto da infância e juventude na cidade paranaense:

> O gostoso de lá era... era muito cheio, muito arborizado. Tinha muitas árvores frutíferas. [...] Eu, para ir para a escola, por exemplo, nessa época do ano... no outono, era mais no outono, no outono tinha uma casa na esquina que tinha um pé gigantesco de noz. Noz assim. Antes de chegar à escola eu ia catando, comendo. E era assim. Forrava, descia. Os carros esmagavam tudo. Era muito. Não dava conta de consumir. E na minha casa tinha pé de ameixa vermelha, amarela. Abacate, laranja. Goiaba vermelha, branca. Na outra casa tinha amora. Laranja-lima. Nas casas sempre tinham essas frutas. [...] Eu vivia em árvore, com os amiguinhos. Comendo as frutas. [...] Lá perto da escola tinha uma coisa que era rara de ver, que chamava uva japonesa. Eu não sei como era o nome daquilo. Parece uma raizinha. Você mastiga essa raizinha. Ela é bem docinha. Então, tinha essas coisas lá. (risos)

Em suas vivências, localizamos gostos que buscam esquecer e outros que desejam sentir novamente. Um sabor ansiado que o tempo não traz mais, pois o gosto reporta a um contexto que permitiu apreciar um modo de vida específico, tal como o rei expressa na narrativa do *Omelete de amoras*, de Benjamin (2011). A ressonância dessas lembranças no presente nós pudemos observar em dois momentos. No primeiro, as árvores frutíferas que Jonas plantou ao redor da casa atual e defronte à rua – a família nos apresenta os nomes dessas árvores em distintos momentos quando vamos a sua casa realizar a entrevista-narrativa, tornando compreensível a conjuntura desses frutos na vida deles localizadas em um passado não muito distante. E o segundo momento, na narrativa transcrita aqui, em que Raquel, coincidentemente, remete um interesse especial pelo sabor da amora:

> Tinha área de muitas árvores frutíferas. Pé de ameixa, de amora, de limão, de laranja, pela vila. Quando as árvores davam frutas as crianças ficavam por ali. Eu mesmo era uma apaixonada pelos pés de amora. Vivia roxa pelos pés de amora. (Raquel)

Essas narrativas ilustram esse tempo passado que assume uma metáfora do tempo perdido, no qual não se pode retornar pelos meios reais, mas pelas vias abertas do que se faz memorável – instante em que o tempo torna-se humano por assumir a forma narrativa. A dimensão temporal em que podemos nos ver e nos sentir (expondo ações e afetos) torna-se exprimível por meio da linguagem capaz de revelar a experiência do mundo e do compreender que é um modo do ser. É um tempo "cheio" e heterogêneo, repleto de "agoras" que constituem a existência. Um trabalho de historicidade.

Vemos nas narrativas dos Topázio a recuperação do vivido pela via narrativa, em que conflitam o tempo do capital e o da singularidade humana. Tempo recuperado que põe novamente em curso o cenário social e material dos sujeitos em que os processos de subjetivação se instauraram, confrontando e sendo sorvidos. Passemos para mais um trecho da narrativa de Raquel, capaz de explicitar tal aspecto:

> E o sabor que eu tinha mais saudade era a farofa do Bambu. Pensa na farofa boa de soja. Por causa dos nutrientes da soja, com carne, tinha... eu não sei te dizer se era carne de boi ou se era carne de soja. Eu só sei que tinha um negócio muito bom lá dentro. Era farofa de soja. Eu sei que nunca mais na minha vida eu vou comer com aquele gosto, vou sentir aquele sabor. E até quando eu saí do colégio, depois voltei para visitar o *Paraná*, já tinha mudado de lá, eu tentei entrar no colégio na sexta-feira para comer a farofa de novo. Porque assim, eu morria de vontade de comer, porque era muito boa. O leite eu dispensava, não gostava do leite de soja. Mas a farofa, quando eu não levava o copinho, eles distribuíam a farofa, até uma certa idade. Até o ginásio, se eu não me engano, ou até o primário, e eu não tinha mais direito à farofa, eu sabia que pavilhão era o primário, por exemplo. Eu ia lá, com papel de caderno, feito um cone, com uma cara de coitadinha para a inspetora, para ela poder me dar porque eu não era mais da turma que recebia farofa. Mas eles davam, sempre tinha... Sempre que você aparecia lá com o papel elas já sabiam que era criança e elas davam para a gente. Uma delícia... (Raquel, grifo nosso)

Vemos essa lembrança ressoar com nitidez no tempo presente. Mas um olhar cuidadoso também permite visualizar o controle e inserção capilar que o Bambu tinha sobre as famílias. Dentro e fora de casa. Isso se constituía em uma teia bem articulada nos espaços de sociabilidade geridos por ela: casa, clube, escola, trabalho, eventos etc.

No espaço escolar, vemos a regulação alimentar, a "boa" nutrição da época, como podemos assinalar com a soja no leite e na farofa distribuídos para os alunos. Havia também o acompanhamento dentário (do flúor aos agendamentos com dentistas que atendiam nos espaços da escola, podendo a criança ir sozinha ou acompanhada de seus pais). Além da concepção de ser a melhor escola da cidade, particular e custeada pelo Bambu, o disciplinamento dos alunos imiscuía-se nos espaços sociais gerenciados pelo Bambu. Podia-se acionar diretamente o pai (trabalhador no Bambu), da escola. Um imaginário que amedrontava os alunos:

> Ainda sobre o colégio a gente não tinha somente o ensino bom, no sentido de contratar bons professores, e tal, e até controlar bem a vida dos estudantes porque eles podiam chamar, falar com o pai na obra. Esse era o grande medo de todo mundo. O terror dos alunos era alguém comunicar com o pai no Bambu. Isso às vezes, em casos extremos, acontecia. Tipo, o aluno não entrava na linha, tinha como ter comunicação direta com o pai na obra. Isso era uma vergonha para qualquer pai. Então, o aluno tratava de entrar na linha, se não, isso podia acontecer. (Raquel)

Mais adiante, sobre os processos de subjetivação instaurados pelo Bambu, vemos a relação classista instaurada nas condições de urbanização e habitação de suas vilas. Ainda crianças, sem compreender com nitidez, Débora e Raquel se recordam do caráter segmentário que ordenava os espaços e as relações não apenas de trabalho, mas também de moradia e estudo: o Bambu "separava trabalhadores" (Débora). A vila III, na narrativa dos Topázio, era para quem estava destinado à limpeza e conservação, eram casas simples e um colégio à parte, de porte menor. Já a vila II, preparada para os engenheiros, possuía estrito controle da entrada e saída. Havia uma guarita para selecionar quem era autorizado a integrar aquele espaço, o qual era planejado no estilo americano. A vila I, por sua vez, onde morou a família Topázio, reunia uma diversidade maior e tinha casas mais comuns, embora também se diferenciasse em categorias e níveis de conforto conforme o cargo exercido.

Os moradores das vilas I e II estudavam no mesmo colégio. Débora, embora tenha estudado com pessoas da vila II, afirma nunca ter ido a essa localidade, pois não tinha nenhuma amiga mais próxima que pudesse visitar, sendo uma convivência restrita ao colégio. Já a vila III pôde conhecer por meio de amigos de sua mãe que frequentavam a mesma igreja. Quando ia à vila III, chamava-lhe a atenção as condições diferenciadas das casas que pareciam, aos seus olhos, serem de isopor, um material similar ao amianto, formando um galpão arredondado. Eram casas mais simples e de menor valor, comparadas ao padrão do restante da vila.

Bambu definia os espaços de lazer e festividades. Havia clubes que promoviam confraternizações e eventos diversos, dando cestas de Natal e presentes, promovendo colônias de férias e viagens. Os centros comunitários, localizados nas vilas, eram instalações que forneciam aulas de pintura, argila, ginástica olímpica, música etc. Além disso, a estrutura da vila continha parques (escorregadores, balanços), quadras de basquete, vôlei, tênis e campo de areia para usufruto de seus moradores.

Os encontros entre trabalho e família também se refletiam na sobreposição de outros espaços, como acontecimentos que marcavam esses grupos sociais e a própria cidade. Bambu tornou-se um mito em sua época, especialmente no período da construção, por ser considerada a maior usina hidrelétrica do mundo. O porte de suas instalações, a contratação de mão de obra e de equipamentos eram presenciados com admiração e grandiosidade, por exemplo, com a chegada da turbina. A chegada de uma primeira turbina parava o trânsito da cidade, tanto pelo avantajado tamanho quanto pelo que ela representava no imaginário brasileiro: "Era gigante", como diz Débora. Um caminhão que se locomovia a 20 km/h por não haver outra maneira de transportar uma peça daquela magnitude.

A família nos conta com orgulho o fato de participarem diretamente desse acontecido na história do país e não somente por testemunhar esse fato em sua vida:

> Ia gente atrás do caminhão. A viagem um pouco parava, até o caminhão passar um trecho. Não sei se eles desviavam, não sei o que acontecia que o trânsito não andava. Parava literalmente porque o caminhão quase não andava e era muito grande. Cada uma das peças das turbinas foi transportada assim, imagina? Nem sei de onde que vinha. De onde vinha? Onde era construído aquilo? Eu sei que a gente ficava assim... sabe? É muito grande! É muito grande! [...] a gente viu. Chegava à cidade: – Pai, chegou, chegou! Ia aquela galera ver transportar. Aí eles iam ver... faziam o maior estudo para ver por onde era melhor passar para não interromper o fluxo de carros da

> cidade. Era o maior acontecimento a chegada das peças. Tanto é que os funcionários mesmo ficavam superansiosos ao chegar. (Raquel)

Todo esse período é memorável com saudosismo. A narrativa da família expressa uma fase confiante de suas vidas que lhes permitiu vivenciar as relações e os afetos de modo mais protegido, seguros uns dos outros. Sem preocupação com moradia, escola, saúde, desemprego e contas para pagar.

> Dava todo o suporte que a gente precisava. O Bambu supria. A melhor época da nossa vida, como família, eu acho. Principalmente nessa questão financeira de não se preocupar com essas coisas. Porque a gente foi conhecer o que era ter um plano de saúde depois que o meu pai saiu do Bambu. Eu fui saber o que era pagar um colégio no meu último ano. Meus pais, simplesmente, não se preocupavam com isso. (Raquel)

Todavia, isso gerou consequências, pois uma contradição, instalada nesse período, manifestou-se posteriormente, fazendo-os ponderar que o tempo vivido (na dimensão do aqui e agora) ocultou o tempo em longo prazo. Um Bambu que estava por descartar seus cuidados, quando o trabalhador e sua família não lhe dissessem mais respeito, posto que não haveria mais um contrato de trabalho que a ela se vinculassem:

> Isso nem foi muito bom. Porque o que acontece? Algumas famílias tinham essa visão de que um dia eu vou sair do Bambu e eu vou precisar de grana para pagar essas coisas. E na minha casa não aconteceu muito isso. Meu pai deixava a minha mãe tomar conta do dinheiro da família. E ela não pensava muito nisso. Não pensava: "Vamos aproveitar enquanto a gente não paga aluguel, guardar dinheiro, para quando a gente sair do Bambu a gente tem o dinheiro guardado para ter a nossa casa". Então, assim, o lado ruim da minha [vida] no Bambu... da nossa família no Bambu, foi esse desligamento de todo conforto que a gente tinha. Porque foi a última usina que o

> meu pai trabalhou que dava esse tipo de conforto para o funcionário. Essas usinas que vieram depois não eram mais hidrelétricas. Ele trabalhou em uma hidrelétrica e depois firmas que não eram mais usinas. Eles não davam esse suporte para as famílias. (Raquel)

Uma redoma que se desfez de modo brusco com os términos de contratos e demissões. A vivência do desemprego, a retomada da casa por parte do Bambu, a não liberação para venda mais a partida do pai, chefe de família, para lugares longínquos e incertos afetaram profundamente a vida dos Topázio.

As condições e relações de trabalho foram alteradas de modo proeminente depois de Bambu, tornando-se precárias e desprotegidas (flexibilizadas em termos trabalhistas e frágeis em questões assistenciais). Além de Jonas trabalhar apenas em mais uma hidrelétrica em Santa Catarina, depois de Bambu, ele e sua categoria profissional já não dispunham de vilas para os trabalhadores nem eram empresas estatais para quem prestava serviço. Ele passou a integrar frentes de trabalho temporárias e volantes em empreendimentos envolvidos na construção de estradas de ferro – deixou de residir em vilas com a família e passou a morar em alojamentos e repúblicas próximas aos canteiros de obras.

Todavia, desde a época de finalização da construção de Bambu, enquanto adolescentes, Débora e Raquel percebiam transformações surgirem em seus modos de vida, advindos da terceirização e da demissão que se instauravam nesses empreendimentos. Começaram a ver amigos partir.

Essa mudança começou a alterar a vida dentro e fora do Bambu, logo, dentro e fora da família. O meio social e a subjetividade explicitam essas transições sociais, econômicas e políticas. O que era seguro e protegido começava a se desfazer: o policiamento e as rondas da vila foram cortados, os serviços de limpeza e conservação cessaram (gramas aparadas e veneno contra mosquitos em geral e os transmissores da dengue não aconteciam mais). A vila começou a ficar abandonada, marginalizada e depredada (inclusive seus antigos moradores). Seria essa uma estratégia do Bambu para que seus

moradores indesejáveis não permanecessem mais ali? Histórias de violência e assalto começaram a ser vividas, o que até aquele momento não fazia parte da vida deles.

O discurso da família reverbera que não estava por se perder apenas o mundo do trabalho, mas também seu modo de vida, uma ameaça a sua existência. Passaram a viver a insegurança e a perda iminente da casa. Um desamparo em diversas dimensões da existência social e subjetiva foi vivido: a perda do trabalho, da moradia, da escola, do cuidado à saúde, do lazer, dos passeios, das assistências até então conferidas pelo Bambu. A cadência narrativa da família muda e dificuldades de pessoas próximas conseguirem trabalho são relatadas.

Um testemunho de quem pôde viver o auge e a decadência da vida desenhada pelo Bambu: "A gente viu o processo do começo até entender o que era uma crise" (Débora). Era a face do Bambu que deu e tirou. Contradições vividas nos espaços de moradia e trabalho do Bambu: emprego-desemprego, moradia-despejo, união-separação familiar.

O centro executivo e comunitário, que havia sido o lugar no qual o Papai Noel chegava de helicóptero e distribuía balas e doces para as crianças, passou a ser o ponto de manifestações e protestos para o direito à moradia, ou seja, a luta para conseguir a liberação da venda das casas. Um movimento encabeçado principalmente pelas mulheres, que se revezavam 24 horas no local para demarcar a defesa do direito de moradia. As reminiscências desse lugar são ambíguas: um dia puderam escorregar de papelão nesse gramado, brincadeiras pueris e despreocupadas, outro dia compartilharam o medo e a insegurança de ter a vida escorrendo pelas mãos nesse mesmo gramado. Cenário que gerou transformações, fosse para quem partiu, para quem chegou, fosse até mesmo para aqueles que permaneceram. Bambu e seu entorno não seriam mais os mesmos em suas promessas amplas de desenvolvimento, progresso e prosperidade.

O universo do Bambu principiava o esmaecer na vida dessas pessoas. Perdeu o viço que possuía: "Época do Bambu, que ele estava se desfazendo. Foi a parte que eu mais sofri [...]" (Débora). Desfizeram-se sonhos, desejos, moradas, famílias, trabalhos, amizades etc.

Durante o tempo de Bambu, a família estava organizada ao redor do pai. O trabalhador incansável, que chegava tarde muitas vezes, mas era aguardado com ternura pela família para fazer a refeição em grupo. As crianças recolhidas para casa, de banho tomado, à espera para recepcionar o pai. Depois disso, poder dormir, acordar cedo e ir à escola. Um evento que marcava a rotina doméstica e familiar, representando o "todo mundo ali" (Débora).

Débora confere densidade a esse momento, ao sentir a saída do pai de casa, quando ele não trabalhava mais no Bambu e passou a fazer inúmeras viagens ao atuar na construção de ferrovias. A rotina foi marcada por um estranhamento, uma perda que assumia concretude na ausência do pai nesse cotidiano. Momento de rupturas dos vínculos sociais, como a escola. Sair de uma escola particular para uma pública causou dificuldades para Débora, tanto por ser um contexto novo quanto por dar início à saída do espaço protegido da vila (o colégio custeado pelo Bambu, até então, localizava-se nessas mediações). Uma quebra de vínculos gradativa.

Quando perguntada o que era o Bambu, Débora reponde com eloquência ter sido uma mãe, quem conferia toda assistência. Preocupava-se com o funcionário e a sua família, isentando-os do pagamento do aluguel, água, luz e colégio. Proporcionava segurança e cuidado. Um contexto em que o pai podia trabalhar tranquilamente, sabendo que a família estava segura e confortável.

Embora a vivência que tiveram em Bambu e o que ela proporcionou em termos de qualidade e padrão de vida fossem únicos em sua trajetória, estavam cientes de que, ao saírem de lá, as coisas mudariam drasticamente, o que gerou um intenso receio de perder esse modo de vida conhecido. Esse dia chegou quando Jonas foi demitido e a casa da vila foi solicitada pelo Bambu. Contudo, por ser um momento de conclusão da UHE, os moradores (trabalhadores e ex-trabalhadores do Bambu) dessas localidades estavam informados de que as casas seriam disponibilizadas em breve para venda – direito que muitos deles não conseguiram alcançar.

A pretensão de ficar na casa da vila de Bambu não deu certo. Pleitearam o direito de compra, mas não obtiveram êxito. Um tempo

depois que partiram do Paraná, as casas foram finalmente liberadas. O desejo de ter permanecido lá, além de lograr o direito de compra, seria manter um "porto seguro" em meio ao desconhecido que estavam por enfrentar: mudanças de trabalho, saída da figura paterna, perda dos benefícios e assistências proporcionadas pela empresa, afastamento do convívio com amigos e mesmo com os próprios familiares. Após saírem, com uma ordem de despejo constantemente renegociada, mudaram-se para uma cidade do Paraná, próxima à família de Sara, e recomeçaram sua vida com base em outras relações que, para além do labor, eram também da ordem dos afetos e desafios novos enquanto indivíduos singulares e enquanto família.

Esse Bambu, de que estiveram tão próximos de dentro de casa (no espaço das vilas e seu entorno educacional, de saúde e assistencial) até fora de casa (o trabalho), tornou-se cada vez mais distante. A proximidade de outrora se dava através de filmes educativos sobre a obra, transmitidos no colégio, até os passeios e visitas à hidrelétrica em construção. Após isso, Bambu, para eles, tornou-se um ponto turístico. Um cenário de quem esteve tão próximo, em suas imediações, passou a ser um lugar estranhado cujo passe de entrada seria um bilhete a ser pago na condição de visitante. Um imponente empreendimento, então aberto aos olhos do público e dos estrangeiros, quase estranho para quem um dia fez parte desse lugar.

Raquel narra esse processo de construção (do qual o pai participou) com o de desligamento, finalização da obra e terceirizações. Do grande contingente de trabalhadores, mobilizado para esse empreendimento, restou apenas o da manutenção e operação, uma equipe enxuta. Em outro momento, a fala de Raquel exala mais uma vez o paradoxo encerrado nesse universo, onde fica uma deixa:

> Mas o Bambu é muito bonito, para quem gosta de arquitetura e engenharia e tal. Fica impressionadíssimo. Fica com vontade de chorar porque é realmente muito perfeito. E para mim é legal. Quero ir lá visitar. Eu preciso me libertar disso, sério. Preciso me libertar dessa mágoa do Bambu. [...]. Sabe aquela coisa dentro de você? É impossível em qualquer pessoa, qualquer ser humano, qualquer

> filho que teve um pai que trabalhou no Bambu, pisar lá e não pensar: meu Deus! Meu pai ajudou a construir isso aqui! Tem a mão do meu pai nisso aqui. Imagina o tanto de grana que gera isso aqui. Imagina tudo... vem muita gente estrangeira para *a cidade do Paraná* só para visitar Bambu. Muita gente estrangeira vai para *a cidade do Paraná* só para... O primeiro interesse não é as cataratas, o primeiro é o Bambu para quem trabalha nessa área. (Raquel, grifo nosso)

Um ranço desse gosto deixado pelo Bambu persiste. É aquele lugar que conferiu uma existência rememorada com alegria, proteção e segurança ao mesmo passo que gerou tristeza, desamparo e incerteza. Um paradoxo que habita as lembranças dessa família. Porém, os Topázio continuam a elaborar no presente essa conjuntura passada na vida deles. Estão desvendando outros sentidos dessa vivência e experimentando outras formas de existência – em um futuro próximo.

(Des)encontros trabalho-família: da água represada às comportas abertas

A narração da família Topázio estava cadenciada por reminiscências que transcorriam dos lugares vividos, dos trabalhos provados, das relações estabelecidas, do cotidiano encadeado e dos afetos despertados. No imbricar dessas dimensões, visualizamos o entrelaçar psicossocial em que pudemos notar o sofrimento social atravessar o contexto de vida dos membros dessa família. Em princípio, seus entes, não se assustavam em demasia quando havia a possibilidade de mudança de cidades, enquanto podia ir toda a família, e um vínculo de trabalho fosse avistado. Ensejo para conhecer um lugar diferente, a ser descoberto e vivido na companhia uns dos outros. Em sua trajetória, o que passou a amedrontá-los, nas palavras de Raquel, a ponto de gerar pavor e tristeza, era o "facão na obra". Facão significa demissão, ter de reduzir a mão de obra e incorrer no desemprego.

O medo de o pai ficar sem trabalho comparecia nas lembranças desde a tenra infância. Assunto presente dentro de casa, anunciado

para e pela família, vindo a mobilizar principalmente as mulheres. Mãe e as filhas buscavam formas de lidar com essa ameaça por meio da crença e do diálogo familiar, capazes de expressar o desejo e a esperança de não passar pelo temido desemprego, significado de dificuldades, privações e desamparo:

> A gente não queria que ele ficasse desempregado. À minha irmã mais velha, por exemplo, a minha mãe falava: – Ora para Deus abençoar para que o papai fique na obra porque vai ter corte. E daí a gente orava. Nossa, eu lembro que eu ficava superapreensiva, ansiosa, não pelo fato de mudar, de ter de sair da escola. Nunca me preocupei com isso. Apesar de que eu estudei [...] em um colégio na minha vida. Mas assim, de largar o lugar que eu morava, eu não. Nem a minha irmã. A nossa preocupação era meu pai não ficar desempregado. Desde criança. Desde pequenininha. Desde três, quatro anos a nossa preocupação era essa. Ia ter corte, a nossa preocupação era se ele ia arrumar... Sempre que ele arrumasse uma outra obra logo. Graças a Deus ele sempre arrumou. (Raquel)

O lugar que Raquel assume, ao viverem o processo de saída de Bambu e a ameaça de despejo, é o de encabeçamento das decisões da família na ausência de seu pai (quem fora trabalhar). Sua mãe, para ela, apavorava-se diante do problema, centrando as decisões na figura paterna. Na falta desta, com 21 anos, Raquel ocupava esse lugar paterno e lidava com negociações relativas à família, tais como: solicitar para os coordenadores de Bambu um prazo maior para mudança – medida para prorrogar o prazo de permanência na casa da vila e não serem despejados; procurar um local para a família residir em uma nova cidade; administrar a construção da casa, as despesas e o dinheiro enviado por Jonas para manter a família.

Nesse período Raquel se deparou com um núcleo familiar reduzido às mulheres (mãe e irmãs), fazendo-a sentir-se desamparada por não haver uma presença masculina (fosse o pai ou um possível irmão). Essa reconfiguração reporta à saída de um pai provedor, homem que conferia segurança e proteção, lançando as mulheres em

uma nova condição dos arranjos familiares. Vemos Raquel questionar esse papel, assumido por ela em um passado, o qual imprimiu marcas indeléveis em sua vida pessoal, profissional e afetiva:

> A parte negativa, a carga que eu sinto dessa coisa do barrageiro, de todo esse contexto que estamos conversando, é que um dia eu tive que assumir o lugar do meu pai na minha casa. [...] Depois que meu pai saiu eu ajudava a minha mãe nessa coisa da administração, inclusive, eu vivia muito essa coisa do medo de repente ter que sair da casa de uma hora para a outra. Porque depois que o meu pai saiu, de Bambu ainda, nós ficamos uns dois anos morando na casa até o Bambu conseguir mover uma ação e ação chegar até nós. Virar uma ação de despejo em si. E eu tinha muito medo disso acontecer. E isso um dia chegou. Essa ação chegou um dia. Eu lembro que nós recebemos a notícia e a minha mãe ficou desesperada. O que nós vamos fazer? Onde nós vamos morar? Por causa disso. A gente não tinha um plano B. [...] O Bambu deu um prazo para nós. Se eu não me engano foi um prazo de 30 dias, alguma coisa assim. (Raquel)

Raquel não indaga apenas aquilo que lhe era depositado por sua família e o que ela assumiu nesse grupo. Perscruta as relações familiares, instauradas em um contexto histórico e social, antes mesmo de seu pai partir para lugares longínquos. Um longo prazo que não foi avistado no horizonte de suas vidas passava a exigir respostas rápidas em um presente. Nesse contexto, Raquel não deixou de ser filha, mas ressignificou sua filiação nesses rearranjos.

A narrativa de Raquel em que apresenta os Topázio sofrendo transformações em seus modos de ser-trabalhar-viver, expressos nas intensas reconfigurações familiares, explicita uma situação emblemática que continuaria a repercutir em suas relações. Uma guinada ocorreu durante a construção da casa da família. Seu pai, em localidades distantes, e as mulheres, especialmente Raquel, assumindo a casa, começaram a designar outros lugares para si. Foi preciso primeiro erguer as paredes e rebocá-las. Depois, assentar o chão e colocar os pisos. Episódios marcados por tensões e conflitos

que se encaminharam ao verem a missão cumprida: a construção da casa própria (abrigo e dignidade para a família que não pôde ser garantida anteriormente) mais a volta do pai (aposentado e podendo desfrutar descanso e repouso). Momento de os membros poderem estar reunidos novamente no cotidiano doméstico e ensaiar seus (novos) sonhos.

Isso é perceptível na narrativa de Raquel, ao observarmos que ela não rejuntou apenas o piso com as argamassas e tirou os resíduos destes, mas se deparou com as fissuras, os hiatos e os rastros da sua existência ao tentar prover os de sua família. O seu desejo de obter apreciação de seu pai e reconhecimento dos familiares. Somente quando se confrontou com esses aspectos, ela viu que era preciso refazer mais do que as juntas do piso, a limpeza e o serviço bem-feito: era preciso dar outros contornos à sua própria vida.

> Na colocação do rejunte podia estragar o porcelanato. Se deixasse resíduo em cima do porcelanato, depois que secasse, não ia sair nunca mais. E o que eu fiz no dia que era para assentar o porcelanato? Eu coloquei uma roupa velha e fui assentar junto com os pedreiros. Ali eu literalmente rejuntei os porcelanatos na minha casa. Eles iam colocando a massa e eu fazia questão de limpar para não ficar nenhum resíduo. Eu lembro que eu fiquei em casa até umas horas da noite. Durante o dia, a tarde inteira e algumas horas da noite. Passando várias vezes o pano para garantir que não ia ficar nenhum... que eles não iam fazer o trabalho de qualquer jeito, como tinham feito na casa inteira. E daí, foi assim. Até o dia da gente estar dentro. (Raquel)

A partir desse momento, ela conseguiu renunciar a esse lugar ocupado (na ausência do pai) e estabeleceu outra posição para si na família:

> Depois que estávamos dentro da casa do meu pai eu falei para a minha família que eu não queria mais aquele papel. Eu achei que a missão já estava cumprida. [...] Marcou a minha vida, de repente, eu ter esquecido um pouco de mim e ter ficado cuidando da minha

família, pensando que eu podia substituir o meu pai – eu sabia que não podia substituir o meu pai nunca, mas... A minha mãe precisava disso, minha irmã precisa disso. (Raquel)

Entretanto, esse anúncio para acomodar as relações e os processos de subjetivação vivenciados demanda tempo para elaboração, de ambos os lados. A própria Raquel nomeia isso, ao dizer que tem de lidar com seu ímpeto de querer resolver questões familiares que não são mais problemas seus. Um processo que também seu pai e familiares tiveram de confrontar, especialmente para as figuras paterna e materna, ao retomar a vida na família na direção geral da casa, na tomada de decisões, na administração do dinheiro e no pagamento das contas.

São marcas subjetivas profundas de que os Topázio buscam encontrar alívio, fazendo um movimento de quem continua não apenas a descobrir a vida em suas possibilidades, mas na reinvenção de arranjos: "Amadureci mais um pouco, eu aprendi a não culpar" (Raquel).

Outro aspecto que a família reitera, concedendo relevo aos (des) encontros trabalho-família, diz respeito à saída do Bambu. Mais uma vez essa questão emblemática foi retomada como lugar de lembranças cálidas e de frustração. A primeira entrevista-narrativa despertou um desejo de retornar para esse lugar, às suas histórias de vida, que Débora explicitou no segundo encontro com a pesquisadora para a entrevista-narrativa coletiva. Ela comentou que desejou rever o lugar de morada na vila e faz isso por meio de imagens de satélite na internet. Por sua vez, Raquel insiste em não retornar para esse lugar, pois lhe traz lembranças de sofrimento e mal-estar diante do que foi vivido e cravado na lembrança: a ameaça de despejo, a luta pela aquisição do direito de compra do imóvel e o desejo de reconhecimento não correspondido. Um disparate que jamais foi aceito:

Eu acho que não só a gente, mas todos os funcionários do Bambu que estavam lá, depois que o Bambu acabou de ser construído e os que estavam lá, é a mágoa eterna. Porque eles sabiam que as casas

> iam ser comercializadas um dia e eles não tiveram esse bom senso de falar assim: não, esses caras ajudaram a gente construir isso aqui, então vamos legalizar a venda dessas casas. Ou enquanto não foi legalizada a venda a gente não vai perder e nem ganhar nada com as casas lá. Porque enquanto não fossem vendidas, eles não podiam alugar, fazer nada com as casas. Então, que diferença fazia o funcionário para dentro ou para fora da casa? Foi o que eu falei para você. Eu fui 'n' vezes para *a cidade do Paraná* depois que a gente mudou de lá, ainda vou muitas vezes. Agora mesmo nas férias era para eu ter ido para lá e tal, mas eu não tenho coragem de passar na minha rua. Depois que eu mudei de lá eu nunca mais voltei na minha rua. Já tive oportunidade, já tive vontade. Mas eu nunca mais voltei na minha rua. (Raquel, grifo nosso)

O mito do Bambu, enquanto projeto grandioso na história brasileira, e o orgulho de Raquel e Débora de seu pai fazer parte disso não puderam ser compensados pela decepção ocasionada por Bambu diante da venda da casa. Um desencontro vivido dentro e fora do trabalho.

Das construções de barragens para as estradas de ferro

A conjuntura de barrageiro é apresentada na contradição e, nela, busca-se viver: "Foi o que eu falei, essa vida de barrageiro não é tão bom, mas tem muitas partes boas. Eu acho!" (Sara).

Barrageiro, na trajetória dessa família, é aquele que faz e desfaz amigos, colegas de trabalho, relações de vizinhança e os próprios vínculos familiares. Uma situação capaz de ilustrar, de modo exemplar, o significado da saída de Jonas do Bambu – iniciando uma trajetória com rastros de errância – pode ser percebida no redimensionamento das relações familiares das mulheres que permaneceram fixas, mãe e filhas. O episódio referente a isso diz respeito ao primeiro Dia dos Pais, sem Jonas. Uma lembrança que acompanhou a juventude até a idade adulta de Débora, que tinha esperança de que o pai comparecesse não apenas nas datas comemorativas, mas em momentos significativos da vida delas, como a gestação.

> Meu pai sempre passou o Dia dos Pais comigo. Como é que ele não ia estar naquele? Então eu achei que ele ia... que estava vindo. Então, no primeiro Dia dos Pais, que eu achei que ele estava chegando de surpresa de madrugada, quando eu ouvi um barulho na porta, não era. Tem alguém tentando entrar. Então a minha mãe, no instinto de proteção, enfiou tudo a gente no quarto dela e conversou como se meu pai estivesse em casa. Não lembro o que ela pediu para ele e a pessoa ficou assustada e foi embora. Mas, eu iria abrir a porta porque eu achei que o meu pai estava chegando para o Dia dos Pais. [...] Depois, quando ele foi para muito longe, a gente vivia em oração porque não sabia o que é que estava acontecendo durante a semana com o meu pai. Às vezes tocava o telefone e você ficava pensando: ai, meu Deus! Será que é notícia ruim? Aí ele vinha de vez em quando, mas era sempre muito corrido. [...] ele foi a última pessoa com quem eu tirei foto grávida. Eu tirei uma foto rápida, à noite, tirei com ele. No outro dia de manhã eu tive a minha filha. Então, quase não participava. Foi uma fase meio complicada. (Débora)

Observamos não somente a figura do pai como provedor da família, em termos financeiros, mas alguém que conferia cuidado, proteção e segurança. Mas esse mesmo pai também era alvo de cuidado e proteção dessa família. Já aposentado, trabalhando para obter recursos para a construção da casa no Paraná, onde a família estava residindo, enviava quase todo o salário para a construção, tendo uma escassa quantia para passar a semana. A família, especificamente Raquel, que administrava o dinheiro da construção e da subsistência, preocupava-se se esse pai estava se alimentando, descansando, morando em boas condições e com boas pessoas. Se sua saúde estava boa, uma vez que seu trabalho gerava desgastes e demandava concentração, tendo ele muitas vezes que virar noites em turnos. Uma angústia para quem não podia mais cuidar pessoalmente nem ser cuidado. As mulheres dessa família buscavam encontrar meios para conviver com a falta da figura paterna.

Desde o momento em que houve tentativa de assalto na casa dos Topázio, elas passaram a dormir, juntas, no mesmo quarto. Embora

o pai tivesse colocado trancas e travas nas portas e janelas, a tranquilidade experimentada anteriormente se esvaiu. Até mesmo bichos como gambá e rã, que costumeiramente entravam na casa, geravam um grande alvoroço, reportando à desproteção. Em um momento posterior, Débora resolveu romper com esse medo e passou a dormir em outro aposento da casa: "Eu já dormia fora. Não queria mais virar refém de ficar num quarto só. Eu já dormia sozinha e ela [irmã] dormia com a minha mãe" (Débora).

A saída de Jonas, para trabalhar fora, especialmente depois de Bambu, foi uma situação em que não havia muitas possibilidades de escolhas, pois não havia uma forma de a família acompanhá-lo por causa das recorrentes mudanças e às condições de estadias em alojamentos. Sara, nessa conjuntura, afirma ter se visto como mãe e pai das três filhas. Quando Jonas partiu para as estradas de ferro, sem destino específico, Sara se viu às voltas com a primeira indagação dirigida a Jonas:

> Ele que falou eu vou ter que ir. E eu falei: – E eu? Mas como é que você vai? E as meninas? – A cada 30 dias eu venho. Ele trabalhou em *Santa Catarina* também. [...]. Vários lugares ele trabalhou e eu fiquei. Eu só morei *no centro-sul do Paraná, no estado de São Paulo*, Paraguai, *cidade do Paraná* e no *centro-sul do Paraná*. Esses três lugares. (Sara, grifo nosso)

Foram aproximadamente dez anos nessas idas e vindas após Bambu, uma vida que no início gerava estranhamento, mas posteriormente se acostumaram a conviver com essa condição. Porém, persistiam nesse episódio alguns fatores que nos chamam a atenção: o estranhamento do marido; a situação de ele estar longe e sua breve chegada; a rápida estadia; e sua ligeira partida do reduto familiar: "Depois vem [Jonas], vem como visita" (Sara). Uma passagem breve que fazia as filhas ansiarem pelo retorno do pai para casa, tanto pela distância quanto pela idade dele que avançava. Contudo, Sara assinala uma contradição que persistiu, mesmo com o retorno de Jonas para casa:

> Eu falei: seu pai não vai acostumar porque ele sempre está mexendo com a coisa, outra coisa e outra. Ele está parado. Não gosta. Ele não está com saúde, não está. Mas não está bem estar parado. Ele fala: queria ter uma oficina, um sítio, queria ter uma coisinha para eu mexer. Mas, quem sabe um dia a gente tenha condições. (Sara)

O tempo sem o trabalho formal e o tempo em família são aspectos a serem ressignificados e redescobertos. Como vivê-los, ocupá-los para além do ritmo ditado pelo trabalho? Isso é algo que fica em aberto para a singularidade.

Finalmente, Sara encerra sua narrativa, fazendo menção à foto de casamento que ela queria mostrar para a pesquisadora, onde tudo começou: quando Sara conheceu Jonas, um barrageiro, e suas histórias, enquanto família e trabalho, iniciaram-se.

Família Citrino

Notas iniciais

Do casal Davi e Lia, nasceram os três filhos, Mateus, Lucas e Janine. A trajetória familiar foi dinâmica em seus arranjos, uma vez que puderam morar juntos e separados ao longo de sua história, no contexto laboral de barragens. Atualmente, seus três filhos residem no Paraná, sendo o mais velho casado e com filhos (netos de Davi e Lia). Os dois filhos mais novos moram com Lia. Davi, aposentado e em exercício profissional (operador de UHE), reside em Santa Catarina.

Os modos de ser-trabalhar-viver estão engendrados em torno do trabalho em barragens que assume um sentido inscrito em um projeto do grupo familiar. O labor de Davi é o artifício capaz de viabilizar melhores condições de vida para os membros familiares em curto e em longo prazos, especificamente, por fornecer recursos financeiros para a educação dos filhos no ensino superior. Porém, esse trabalho que realiza o sonho de ver os filhos formados, outrora fez os Citrino

viverem em cidades separadas pois, enquanto Davi trabalhava em determinados locais, seus familiares residiam em cidades diferentes, uma vez que as localidades próximas ao trabalho eram consideradas inadequadas para a família se deslocar e morar junto. A família não o acompanhou em momentos específicos porque percebia a nova cidade insuficiente na oferta de recursos e infraestrutura ou por obrigá-la a se desgarrar, de modo desnecessário e dispendioso, de suas referências materiais e imateriais em relação à família extensa e ao contexto conhecido. No tocante a isso, a escolha predominante dos Citrino foi manter o cenário de vida conhecido por fornecer garantias e seguranças suficientes para Lia e os filhos permanecerem fixos e Davi poder migrar sozinho rumo às demandas laborais.

Essa realidade de aproximações e distanciamentos em sua trajetória refratam uma distância física e geográfica com as quais os Citrino buscaram formas de lidar, desde que os filhos eram crianças, produzindo diferentes arranjos familiais. Em diversos momentos da vida deles, Davi trabalhou fora e Lia ficou com os filhos, em outra cidade, cuidando e assumindo responsabilidades dentro e fora de casa.

O contexto laboral de hidrelétricas e migração está presente de modo nítido nesse grupo social, da família nuclear à extensa. Lia é filha de barrageiros, conviveu com essa conjuntura, enquanto filha e irmã, depois na condição de esposa e mãe. Nesse cenário existencial, os Citrino assinalam como as relações de vizinhança e amizade estiveram centradas em torno dessa categoria profissional, conferindo destaque ao papel assumido pelo gênero feminino nas famílias, em que inúmeras mulheres de barrageiros conviviam entre si e com seus filhos, compartilhando possibilidades e dificuldades dos encargos que assumiram ao tomarem frente nas relações domésticas na ausência dos maridos.

Essa família, que teve seus filhos criados em vilas de barragens do Cipreste, experimentou tanto a migração e seus efeitos quanto testemunhou o nascer de uma cidade em função de empreendimentos hidrelétricos. Viram essa cidade surgir, desenvolver-se e transformar-se com a venda das casas da vila, com a transição das

relações de trabalho e com a partida de pessoas próximas – inclusive a deles mesmos.

Davi pôde experienciar as transformações sociais, políticas e econômicas brasileiras no setor hidrelétrico e em sua profissão ao atravessar processos de automatização[2] e privatização. Aposentou-se de modo antecipado nesse contexto e no momento atual está ciente de uma demissão próxima porque mais um processo de automatização chegou à UHE em que trabalha.

O horizonte familiar dos Citrino constitui-se por proeminentes reconfigurações em seus arranjos na expectativa do retorno de Davi. Em um tempo iminente, lidarão com um cenário de vida cuja novidade é estarem reunidos enquanto grupo familiar na mesma cidade. Esse porvir está manifesto em suas narrativas ao expressarem uma temporalidade que denota o tríplice presente. Conforme narram sua história passada (marcada por distanciamentos e aproximações), expressam em um tempo presente o processo de envelhecimento e o desejo futuro de estar com os familiares (filhos, netos e enquanto casal). Do presente, reveem suas histórias cujas marcas de distância estão por ser elaboradas ao retomarem o conviver face a face. O relato do casal reflete um futuro sinalizado por anseios e incertezas que poderão ser dimensionados com a volta de Davi. Um reconhecimento a ser feito de Davi, e por Davi, no papel de marido, pai e avô na condição de aposentado e fixo em um lugar. Um cotidiano a ser delineado a partir da coexistência doméstica e familiar na presença de Davi com seus entes familiares.

Os filhos formados, buscando seu próprio rumo, e Lia, residindo no Paraná, abrem novas possibilidades para essa família se assentar em uma localidade a fim de expandir suas relações e lançar raízes. Entretanto, as direções singulares a serem assumidas serão

---

2 O processo de automatização consiste na instalação de equipamentos eletroeletrônicos que permitem controlar dispositivos eletromecânicos da UHE por meio do recurso tecnológico capaz de operar e monitorar uma hidrelétrica a distância. O uso dessa tecnologia dispensa a mão de obra humana, uma vez que a implantação desse processo implica a demissão de inúmeros trabalhadores de seus postos de trabalho.

conhecidas por esse grupo quando esse pai, chefe de família, regressar. Cabe dizer que a volta de Davi se dá em uma condição em que os filhos estão crescidos e formados, ou seja, com um projeto cumprido para essa família mediante o trabalho do progenitor. Abre-se agora, para esse núcleo familiar, um momento de redescobertas e reinvenções para seus próprios projetos e desejos. Um convívio a ser firmado e significado com a criação de planos que não estejam centrados, de modo exclusivo, no trabalho nem nos filhos. Percebemos um desabrochar dos Citrino acontecendo, cujos rebentos e frutos estão se constituindo em outro espaço-tempo-relação, nos âmbitos social e subjetivo.

Enredo familiar e trajetória social: da construção de barragem à edificação da família

Davi inicia sua vida de barrageiro, solteiro e jovem, ao trabalhar em 1974 em uma UHE que faz divisa entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. Em 1976 entra no Cipreste e assume atividades na área de construção de outra hidrelétrica, localizada no estado de São Paulo, no rio Grande. Em 1979 casa-se com Lia e mora no estado paulista. Os filhos nascem.

Período de construção não apenas da barragem, mas também da família. O labor propicia sentidos convergentes em termos afetivos, pois em torno da profissão e por meio desta torna-se possível constituir laços familiares e conferir provisão: "Eu acho que é um trabalho muito edificante, porque sempre está aí... família tudo criada, sempre em barragem e desde que eu comecei" (Davi).

Profissão essa que Davi e Lia relembram ser repleta de exigências e constantes turnos, chegando a trabalhar 16 horas consecutivas. Esse era o "ritmo de barragem" (Davi) que imprimia cadência em sua vida dentro e fora do trabalho. Conforme o relato de Davi, em sua época havia menos rigor quanto às leis trabalhistas, por isso eram feitas escalas exaustivas. Os horários "malucos" (Lia) dos turnos são apontados como ruins e extenuantes. Aos olhos de Lia, Davi era um trabalhador inveterado. Tinha receio de faltar um único

dia de serviço, apresentando-se disponível para trabalhar, de modo concedente.

A trajetória profissional de Davi permitiu-lhe atuar em três frentes distintas da UHE. Na parte da construção, foi fiscal de campo, realizando medição e apropriação; no setor de distribuição, trabalhou na subestação; e, posteriormente, seu fazer situou-se na área de operação, da aposentadoria (em 1998) até o momento atual.

O casal vivencia o contexto em barragens ainda solteiro e sem se conhecer. Davi, por ser trabalhador de hidrelétricas desde jovem, e Lia, por ser filha de barrageiro, além de ter outros parentes próximos integrando essa categoria profissional. A história de vida dos Citrino é exemplar, ao vincular de modo direto o barrageiro à migração e às transformações sócio-históricas e político-econômicas, sem perder de vista a instância subjetiva – os nós sociopsíquicos.

Podemos nos ater a isso, ao vislumbramos como Davi enfrentou o processo de duas automatizações mais uma privatização. Ele diz não se assustar com a terceira automatização que está em processo de implantação na atual hidrelétrica onde exerce sua profissão. Contudo, sua companheira intervém para dizer que ele está tranquilo agora porque está aposentado, diferente dos outros colegas da referida UHE que não são aposentados e das automatizações anteriores que testemunhou. Com sua narração entrelaçada à de Lia, Davi nomeia essa realidade que vivencia (de demissão e mudança nas condições e relações de trabalho) com um misto de temor, sofrimento e incerteza vividos no registro subjetivo.

Esses afetos conferem expressão às transformações políticas e econômicas no âmbito do trabalho e para além dele, o que faz Davi atrelar essa experiência singular-afetiva ao que ele denomina como o "lado social" do trabalho, especificamente como barrageiro. Entende que essas transformações macro atravessam a realidade microssocial e subjetiva, gerando efeitos nas instâncias pessoal, familiar e relacional.

Ao observarmos o contexto de sua aposentadoria, veremos como a transformação advinda do projeto neoliberal atingiu a instituição trabalho, alterando os modos de ser-trabalhar-viver, uma vez que

foram promovidas outras formas de inscrição do lugar institucional, logo, outras produções nas construções subjetiva e social.

A aposentadoria de Davi é situada com os processos de privatização e demissão que aconteceram no Cipreste no fim dos anos 1990. Davi aposentou-se em 1998 e em 1999 viu o Cipreste vendido para uma organização dos Estados Unidos da América, onde trabalhou até 2003. Período de transição e reestruturação, marcado por um expressivo número de exonerações e modificações na gestão e relações de trabalho, ao longo desse recorte temporal. Embora sua narrativa seja individual, ela não deixa de manifestar de modo ativo o contexto social mais amplo, referente a essa categoria profissional, fazendo resplandecer o sistema social por meio da produção singular – essas considerações são demarcadas por Carreteiro e Mattar (2004/2005) sobre a pertinência da narrativa de vida, para investigar o fenômeno social, a partir do campo psicossociológico.

Nessa fase de transformações, cravadas por rupturas e descontinuidades, vemos contrastar os modos de ser-trabalhar-viver, delineados pela política estatal (direcionada ao trabalhador e seus familiares, especialmente em termos de estabilidade, assistência e benefícios diversos) e pela iniciativa privada (orientada estritamente pelo mercado, o que implicou a perda de garantias, segurança e estabilidade com a flexibilização das leis trabalhistas e com a precarização das condições e relações de trabalho, entre estes, destacam-se o rebaixamento dos direitos e assistências conquistados, seja para o trabalhador, seja para a sua família).

Nesse período de transição, Davi nos conta ter existido um constrangimento constante (advindo da empresa) sobre ele e seus companheiros de profissão, para que os trabalhadores pedissem demissão mediante a concessão de um incentivo financeiro que, aos seus olhos, perante o que esse valor propiciava, era irrisório. Ele e seus colegas eram assediados, ao sofrerem inúmeras pressões (muitas delas se constituíam de modo velado e dissimulado), de maneira a coagi-los nas decisões que a empresa almejava: a saída do trabalho. Esta poderia acontecer por meio da aposentadoria (muitas delas antecipadas); pelo incentivo financeiro (quantia paga pela empresa ao

trabalhador que "solicitou" seu próprio desligamento); e mediante a demissão em si (pós-privatização e saída do trabalhador por iniciativa da organização).

> Foi aquele período que eles começaram a pressionar por causa desse tal fator previdenciário. Porque ali aposentou muita gente nova que não era para ter sido aposentada, que aguentava muito tempo ainda para trabalhar. Isso aí já foi uma boa parte do governo, acho que foi até do Fernando Henrique. Esse fator previdenciário foi criado no governo dele. Muita gente, com medo de sair, se aposentou muito cedo. Lá na UHE do Cipreste teve gente que se aposentou com 40 anos. Eu aposentei com 45 anos. [...] isso aí já foi uma pressão para não ficar dentro da empresa. Uma pressão do governo. Aí depois você estava aposentado vem a empresa também pressionando para você sair [...] Porque você era aposentado. Então, a pressão era assim: se você não sair você vai ser mandado embora. Só faltava falar isso. Não falava, mas nas entrelinhas você ficava sabendo. (Davi)

Esse período de transição ocorreu no fim da década de 1990, no governo do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso[3], que também implementou o fator previdenciário que alterava o cálculo para o pedido de aposentadoria com o intuito de desestimular aposentadorias precoces. Um cenário em que o trabalhador se viu encurralado em meio às mudanças governamentais nacionais e da globalização econômica neoliberal. Para lidar com essa realidade, vimos barrageiros se aposentarem mais cedo com receio de serem demitidos ou ser enquadrados na nova legislação previdenciária.

---

3 Sobre o processo de internacionalização e desestatização que levou o governo FHC a privatizar o setor produtivo, incluindo as empresas de geração de energia hidrelétrica, ver Duarte, 2009. Nessa conjuntura, identificamos o processo da globalização neoliberal adentrar no Brasil com a discussão da quebra de monopólio do Estado no setor de infraestrutura, onde este, com a iniciativa privada, deixa de ser investidor para ser regulador.

Uma exoneração paulatina que começou com a aposentadoria antecipada, depois, com a pressão sobre os aposentados e não aposentados em exercício na empresa já privatizada, com a demissão incentivada até, finalmente, culminar na saída de inúmeros trabalhadores pela própria empresa. Essa tríplice saída, Davi testemunha sobre sua categoria profissional, cujo horizonte avistado tinha algo em comum: o desemprego iminente (de curta ou longa duração).

Uma fase de medo e insegurança para ele, os colegas e a própria família – processo brusco que transformou o cenário de vida dos barrageiros e que compareceu com nitidez na narração do casal. Nesse período, os Citrino tinham os filhos em idade escolar e Davi não tinha condições de parar de trabalhar e manter a família com o valor da aposentadoria. Foi preciso continuar o labor para obter condições financeiras de manter os estudos dos filhos. Embora recebesse o valor da sua aposentadoria do INSS e de uma previdência privada (contribuição exigida para todos os funcionários do Cipreste a partir do momento que ingressaram na empresa), era preciso continuar trabalhando se quisesse ver o sonho realizado: os filhos formados no ensino superior.

A ambiguidade da aposentadoria instaura-se nessa família, um nó sociopsíquico, porque refrata de modo relevante a mudança no cenário social e na vivência singular: "Uma sensação de medo. Você se aposentar, parar de trabalhar. Essas crianças tudo pequena, né?" (Lia). Aposentaria que teve de pedir de modo antecipado, gerando perdas salariais, também assumiu a conotação de um lugar social e um papel profissional até então desconhecidos. Davi e seus familiares não integravam mais o Cipreste, mas uma empresa privada estadunidense que almejava lucro e cortes, designando, aos seus trabalhadores, outro contrato e relação. Conjuntura que refletia a crescente desproteção social e laboral, ao assumir as formas de insegurança vividas no mercado de trabalho, no emprego, na renda, na modalidade contratual, na representatividade, na moradia etc. – como já nos apontavam Mattoso (1995) e demais autores que avaliaram o impacto da negatividade produzida pelas transformações na produção e na gestão do trabalho na virada do século XX para o XXI (Quadro 2).

Transformações emblemáticas e perenes que reverberaram para quem saiu ou para quem permaneceu nas UHEs. Davi, após a venda do Cipreste, atuou nessa nova empresa, doravante privada, por mais quatro anos, até ser mandado embora:

> Aí veio a privatização em cima, o governo vendeu. Veio mais pressão ainda. E depois eu fiquei sabendo, depois que eu saí, do próprio pessoal que ficou, que veio pressão em cima de pressão. Porque essas firmas só querem dinheiro e querem cortar custos. (Davi)

A narrativa do casal nos permite conferir com visibilidade essas rupturas assinaladas, bem como atentar para as escolhas que realizaram diante dos espaços incertos, vivenciados na instância institucional do trabalho e da família. Respostas essas que lograram, ao apostarem em vias que pudessem fazer face à contradição e ambiguidade que experimentavam – entorno esse que a sociologia clínica nos auxilia elucidar, pois se debruça especialmente sobre períodos-chave a fim de apreender a história de homens e mulheres (Gaulejac, 2004/2005).

Tal aposta, empreendida pelos Citrino diante de um horizonte desconhecido na esfera do trabalho e da família, deu-se após o episódio de aposentadoria e demissão (intervalo de quatro anos que atravessaram intensa pressão e ameaças veladas) que os fez procurar uma colocação profissional em novos contratos de trabalho em outras empresas e cidades. Isso os levou para localidades distintas. Enquanto Davi se dirigia para os estados de São Paulo, Mato Grosso e depois Santa Catarina, ao assumir novos postos de trabalho, seu grupo familiar permanecia no estado de São Paulo e, posteriormente, no Paraná.

Temos à vista um encadeamento sociopsíquico que os Citrino nos demonstram ao contar sua história de vida em uma moldura têmporo-espacial e relacional. Por meio disso, podemos dimensionar que um projeto neoliberal (ao imprimir transformações na gestão e relações de trabalho, assim como nos meios produtivos) também gera efeitos intensos nos processos de subjetivação e na

vivência de um sofrimento que não é apenas de natureza psíquica, mas também social, pois possui dimensão ético-política.

Ao nos determos no momento atual dessa família, percebemos que, diferente das automatizações anteriores que Davi sofreu enquanto não era aposentado – período rememorado pelo casal enquanto incerto e temível –, o horizonte do desconhecido que se anuncia com essa mudança no tempo presente não deixa de trazer ameaça ao modo de vida constituído no trabalho e na família. A insegurança e o receio são revividos ao não se restringir apenas à iminência do desemprego, mas ao dizer respeito a um futuro que implica o retorno para casa, dessa vez, como aposentado na condição de quem não está (ao menos momentaneamente) exercendo uma profissão remunerada. Mudanças que entrelaçam passado, presente e futuro – o tríplice presente ricoeuriano – cujos efeitos estão por ser conhecidos e experimentados, haja vista que o sonho de os filhos terem se formado está concretizado. Edificação da família a ser feita, a partir da permanência desta em um mesmo local (de modo provisório ou permanente), das relações a se firmarem face a face e da criação de novos projetos.

De barragem em barragem, de casa em casa...

No início da carreira de Davi, o Cipreste fornecia casas nas vilas para seus trabalhadores. Eram domicílios padronizados, sem muro, cujas cores não poderiam ser mudadas pelo morador nem poderia ser alterada a estrutura arquitetônica. O padrão deveria ser mantido, independentemente do gosto do residente. Contudo, esse lugar uniformizado na arquitetura adquiria singularidade, diferenciação e vida nas relações estabelecidas entre seus habitantes.

Esse aspecto é perceptível ao observarmos na narrativa do casal os elementos destacáveis da vila dos trabalhadores de barragens: as relações de vizinhança, face a face. A convivência e amizades tecidas tornavam o lugar aprazível onde as crianças podiam brincar nas ruas e a família acompanhar o crescimento destas, de modo achegado. Espaço onde as árvores abrigavam sob a sombra as pessoas com suas

cadeiras e prosas. A porta de casa e a rua eram espaços de sociabilidades contíguos às casas e às instituições que frequentavam. Lugar de aproximação e trocas. Reminiscências cálidas que Lia e sua amiga lembram com vigor até hoje:

> A escola era pertinho de casa, ali. Eu ia levar lanche para os meninos naquela cerca da escola. Tem uma mulher que eu conheço, a D. Maria: "Ei! Você lembra quando a gente ia levar lanche para os meninos na cerca da escola?". "Lembro, D. Maria!" (risos). (Lia)

Por sua vez, Davi aponta o cotidiano da vila como um espaço adjacente ao local do trabalho, pois a família e a vila eram seu ponto de partida e chegada do labor. Os trabalhadores saíam ao nascer do dia de suas casas na vila para pegar o ônibus que os levava para a obra do Cipreste. Um convívio próximo podia ser estabelecido tanto pelo local comum de moradia, mesmo sendo de setores e funções diferentes, quanto pelo destino semelhante. O dia de trabalho na barragem e o lugar de repouso e convívio familiar os juntavam, pois ambos eram territórios demarcados pelo Cipreste. Esses sujeitos sociais têm a vila como um elo de aproximação e de construção de laços.

A produção subjetiva e social desses espaços atrelados à UHE eram vividos de tal maneira que a cidade em si era percebida como um espaço externo e alheio, distinto do entorno microssocial, constituído pelo e no trabalho do Cipreste. Vejamos como Lia demonstra isso por meio de sua narrativa:

> Já na cidade não é assim. E barragem é assim, sempre que a gente morou sempre teve boa vizinhança. A molecada tudo crescia junto. Naquela época estudava junto, na mesma escola. Estava ali. [...] era diferente. Eu mesmo nunca morei em cidade assim [...]. Mas, os meninos mesmo acho que foi toda a vida criado tudo em barragem. [...] Então, foi gostoso. (Lia)

Interessante perceber no depoimento de Lia a vila como o *locus* identificatório entre os barrageiros e suas famílias, inclusive em sua

condição demarcada pela mobilidade. Nesse espaço sócio-geográfico, foram oportunizados meios de se recepcionarem, fazendo da cidade (o espaço urbano fora da vila) um lugar remoto. Essa consideração é feita por Lia, ao continuar seu raciocínio e afirmar que na "cidade" encontravam-se as pessoas com raízes, sendo os citadinos desconhecidos, distantes e indiferentes para muitos barrageiros que centravam suas vidas no microuniverso da vila. Na e a partir da vila, as crianças cresciam juntas, estudavam na mesma escola, tinham disponíveis os mesmos cuidados assistenciais e de saúde – o que reforça a figura do barrageiro entrelaçada ao Cipreste a partir da estrita vinculação enredada entre trabalho e família para além do trabalhador.

Isso nos reporta ao achado de Froelich (2001), economista que realizou uma análise histórica, política e social sobre uma das barragens mais famosas do Brasil. Também encontramos reverberações desses dados na pesquisa do sociólogo Nova (2000), que pesquisou a cultura e gestão de trabalho dessas corporações, e da historiadora Ribeiro (2002), que investigou a conjuntura político-ideológica e discutiu o impacto social, especialmente sobre os trabalhadores da maior hidrelétrica brasileira. Esses autores verificaram uma relação semelhante à encontrada por nós sobre os barrageiros e os citadinos, isto é, há uma proeminente vinculação do barrageiro com seu grupo social, um elo identificatório que gera aproximação entre membros dessa categoria profissional e não necessariamente com a cidade. Tal constatação se dá desde os acampamentos e alojamentos, criados para o trabalho de construção da UHE, até as vilas-piloto e sua estrutura (alimentação, lazer, educação, saúde etc.), destinadas a atender às necessidades de seus trabalhadores e familiares:

> A ligação mais forte da população era com a obra, com a usina, com o acampamento, não com a futura cidade; porque a perspectiva do barrageiro é completar sua atividade numa obra e dirigir-se a outras, ao invés de fixar-se no local atual de trabalho (Froelich, 2001, p.156)

Todavia, com a venda das casas da vila, com o processo de privatização e com a demissão de Davi, os Citrino vivenciaram um cenário não mais resguardado pelo universo da vila e suas instituições afins (por exemplo, escolas, ambulatórios e clubes da empresa). Modificações dessa natureza começaram a ser principiadas nos laços afetivos dessa família quando Lia residiu no estado de São Paulo e seus filhos crescidos estudavam em cidades diferentes. Nesse momento seu cônjuge trabalhava em Mato Grosso (aposentado, mas em exercício profissional) e Lia se viu sozinha em um lugar que outrora lhe fora familiar. Para lidar com essas múltiplas distâncias, agora em relação ao marido e aos filhos, ela costumava passar até quatro meses com Davi na cidade onde ele trabalhava, retornando para casa no estado paulista quando os filhos regressavam.

Essa mobilidade dos Citrino, enquanto sujeitos sociais, agora delineada em novas condições de trabalho, permite avistar situações de vida semelhantes às de outros membros dessa categoria profissional. Nas mudanças de cidades que geralmente acompanham os barrageiros e seus familiares, é possível identificar tanto rupturas de laços sociais quanto novas relações de amizades ao longo do Brasil e até mesmo fora dele. Percurso que permite tanto se ligar quanto se desprender pessoas e lugares ao longo das veredas percorridas, ou seja, de onde vieram, onde estão e para onde vão. Isso se dá em círculo social, dentro e fora dos barrageiros. Nesses termos, a migração, ao oportunizar experiências de enraizamento e desenraizamento[4], propicia uma vivência que gera paradoxos existenciais até que um

4 Gostaríamos de apontar ao leitor de que entendemos o conceito de enraizamento em uma perspectiva filosófica, situada por Weil (1996, 2001), para compreender quão significativa é a relação do homem com o espaço, principalmente em sua dimensão simbólica por conter atributos afetivos e por conjugar a um só tempo a história individual e a coletiva. Desse modo, o processo migratório, a territorialização e as transformações histórico-sociais adquirem importância analítica para apreendermos como se constitui essa vivência psicossocial, pois os referidos processos são capazes de propiciar vínculos como também desagregação. Nesses termos, o enraizamento permite refletir as referências do ser humano, a trajetória biográfica e a participação de um grupo em um meio afetivo e social. Vide Duarte (2009).

tempo-espaço-relação torne-se conhecido e uma relação de pertencimento possa adquirir uma tessitura capaz de abrigar o sujeito em um canto do mundo. Circunstanciar isso no contexto de vida do barrageiro é para nós importante, pois essa categoria profissional e seu grupo familiar estão sujeitos a inúmeros deslocamentos de diferentes motivações e gênese que devem ter suas significações conhecidas e seu contexto socioeconômico elucidado.

Vejamos os nós interprocessuais dos Citrino a respeito disso, ao retomar sua história profissional e familiar. A primeira mudança do casal, enquanto família constituída, foi motivo de estranhamento que esse grupo social experimentou mediante o estandarte do ser-barrageiro. Os Citrino em sua narrativa mencionam o processo de estranheza – o forasteiro – que não apenas sentiram em relação ao lugar, mas também diante das pessoas oriundas deste (os autóctones). Experiência similar à de um estrangeiro (o alóctone), mesmo sob a mesma bandeira de seu Estado-nação – o que denuncia as diferentes experiências de Brasis e de ser brasileiro neste país de dimensões continentais e intensas disparidades. O relato dos Citrino é acompanhado de um sentimento de inquietação ao circunstanciar lugares cujas pessoas desconhecem o contexto de barragem e do próprio barrageiro. Isso se torna ilustrativo ao apresentarem as dificuldades vivenciadas em seu cotidiano e o modo de vida desarranjado pelo processo migratório. Eles elucidam essa vivência, ao atravessarem empecilhos para conseguir crédito, por não aceitarem cheque de fora, nos obstáculos para ter acesso à moradia e os diferentes costumes e traços culturais distintos dos seus – o que gerava ainda mais estranhamento nesse processo de adaptação a ser desbravado.

Era o primeiro processo de automatização que, ao avançar, fez o Cipreste disponibilizar uma vaga para Davi em outra localidade. Nesse evento ele foi comunicado pela empresa que, embora houvesse o processo de automatização em vigência, ele não seria demitido, mas realocado em sua função. Esse era o cenário da terceira mudança de cidade em que a família o acompanhou (os filhos eram crianças), o que fez essa transferência gerar outras mudanças. Nesse período, os Citrino procuravam ficar juntos nas novas cidades, todavia, pelo

alto custo de vida na localidade mais próxima do trabalho para o qual Davi fora transferido e por não conseguir um lugar que considerasse adequado e seguro para sua família (principalmente por fazer recorrentes turnos à noite), decidiram que Davi ficaria viajando de carro, ou ônibus, para o trabalho e a família continuaria na cidade em que estava.

Período difícil para os Citrino, fazendo com que Davi buscasse negociar com a empresa seu retorno para uma das cidades em que havia morado. Para conseguir isso, ele pleiteou um ganho salarial e uma nova função no Cipreste, o setor de operação (onde permaneceria desde então). Por se tratar de uma obra e uma cidade que estava em construção e por ser afastada de um polo regional com maior infraestrutura urbana, Davi estava ciente de que muitos barrageiros não se interessariam ir para essa localidade, fazendo disso sua principal moeda de negociação. O Cipreste deu anuência e a família mudou-se (para a casa que futuramente comprariam do Cipreste ao ser liberado o processo de venda). Dessa vez, a cidade de trabalho e a de moradia passaram a ser a mesma. O núcleo familiar reuniu-se novamente.

Sobre a migração laboral – ao examinarem essa vivência nitidamente constituidora da vida deles na dimensão familiar e de trabalho, como da categoria profissional da qual fazem parte –, põem em evidência essa realidade, ao nomearem a condição de mobilidade reincidente do barrageiro como itinerante, imersa em contratempos e em um constante adaptar-se a um novo lugar e sua cultura: "Cada lugar tem seu costume", nos conta Lia.

A vivência do barrageiro é percebida com a experiência migratória que traz a sensação de determinados lugares serem o "fim de mundo" (Lia). Percepção que se destaca principalmente na chegada, momento mais tenso de crise e ruptura do modo de vida conhecido para o alheio, perigoso e hostil – afetos típicos do desenraizamento. Um "fim de mundo" que experimentaram inúmeras vezes para aprenderem a fazer dele um recomeço de mundo naquela localidade. Lugar a reaver na família, no trabalho, na cidade, na paisagem, nos costumes, nas relações, na história.

A partir do enredo familiar e da trajetória socioprofissional dos Citrino, presentes na narrativa, pudemos ver que um suporte oferecido pelo trabalho no Cipreste, a estabilidade, conferia uma âncora para atravessarem a instabilidade de lugares desconhecidos. Em síntese, o caráter transitório dos lugares de moradia era compensado pela segurança no trabalho, na mesma empresa onde Davi pôde se aposentar. Uma referência que propiciava vivenciar o desenraizamento, ao menos em parte:

> Teve uns contratempos porque não era fácil você sair de um lugar e ir para outro. Você nunca criava raiz num lugar. Para nós, tem até que agradecer a Deus, começou e aposentou na mesma [empresa]. Nunca ficou desempregado. A firma era muito boa [...]. Porque eu vejo, o pessoal de cidade, eles criam raízes. Aqui mesmo no Paraná tem gente que nasceu, criou aqui, estão os filhos, os netos. E a gente não, a gente nunca teve um paradeiro. (Lia)

Um andar desencadeado pela migração laboral que não avistava possibilidade de retorno em sua procedência, onde sua história de vida se iniciou: "A gente nunca retorna para a terra natal. Nunca retorna" (Davi). Porém, a história do barrageiro, em vez de ficar demarcada em seu início (o caráter de procedência), perfaz-se na continuidade, na dinamicidade do movimento capaz de (des)vincular lugares e pessoas. A marca identitária de barrageiro, associada à mobilidade, está entranhada na subjetividade e na representação de si mesmo e de seus familiares, como demonstra Lia: "Tem gente que fala assim: 'Meu Deus! Mas ele vem lá de tão longe'. Mas eu falo assim: 'É barragem! Barrageiro!' (risos)".

Perante isso, barrageiro é aquele que se desloca sucessivamente, está imerso em um reincidente mover-se. Migração que consiste em acompanhar o trabalho, de obra em obra. Nessa trajetória pode vivenciar tanto o desemprego[5] (ao ser finalizada uma construção/

---

5 Outro termo utilizado pelos barrageiros no canteiro de obras, para se referir à ameaça de demissão, recorrente no contrato com as empreiteiras, é a expressão "o jacaré está pegando", além do tradicional "facão".

função) quanto uma nova oportunidade de colocação (outra obra que se inicia) – o que o leva de um lugar a outro, sem parada. Nas palavras de Lia:

> É muita andança. Porque o barrageiro ele anda. É muita andança. Não é igual pessoa de cidade que você arruma um serviço e às vezes você fica ali. Ele vai porque começou a obra. Acabou eles mandam embora. Ou manda embora ou manda para outra obra. Então não para. É assim. Vive migrando. (risos)

Nas palavras de Davi, o que caracteriza a mobilidade do barrageiro é a força de atração, tal qual a força exercida por um ímã. A obra, especialmente em período de construção, exerce o vetor atrativo sobre esse profissional por se caracterizar como oportunidade de trabalho, mesmo que de caráter passageiro. Uma duplicidade que pode ser apreendida nas significações interpretativas que a sentença do narrador anuncia em um constante ir e vir: "O barrageiro que eles falam, levantam a cabeça, olham tal barragem, quando você vê já está indo! (risos)" (Davi).

Compreendemos nas narrativas um estereótipo de barrageiro que eles evidenciam, ao apresentar um imaginário que ronda algumas pessoas e suas cidades, principalmente se for do setor da construção da hidrelétrica, onde a rotatividade[6] da mão de obra é maior, a ameaça de desemprego também e a precarização das condições e relações de trabalho mais acentuadas – área que concentra o maior número de empreiteiras, as quais possuem caráter volante na prestação de serviços. Os rótulos que os Citrino apresentam são daqueles barrageiros olhados com desconfiança e malvistos, desgarrados até mesmo de seus familiares:

---

6 Itaipu, por exemplo, com uma de suas maiores empreiteiras prestadoras de serviço, chegou a cadastrar 100 mil trabalhadores ao longo de toda a obra por causa da rotatividade. No período entre 1978 e 1981, 5 mil pessoas foram contratadas por mês. Podemos ver com esses dados o expressivo número de pessoas mobilizadas que integraram esse empreendimento e o fluxo oscilante do contingente empregável (Itaipu, 2014).

> Mas é essa parte de construção. [...] a construção é rotativa. Então, se o empreiteiro não gostou dele, amanhã ele está na rua. Dali ele já vai para outro lugar. Se ele tem uma família ele larga para trás. (Davi).

Nesse ínterim, localizam a chegada do trabalhador à cidade como a etapa mais difícil de adaptação, especificamente se integrar às primeiras equipes que fazem parte da construção. Podemos ver isso no discurso de Davi, ao manifestar o imaginário social construído em torno do barrageiro como aquele de forasteiro, que invade a paisagem local. Contrasta com esse imaginário a vila (o núcleo que ele denomina em sua fala), como importante referência para se estabelecer e ser acolhido no lugar, seja pelo trabalho, seja por sua família – condição que não se estende para todos os barrageiros.

> Pegou esse rótulo. Onde tem barragem perto de cidade, não gostam. A *cidade paulista do Cipreste* que é 12 quilômetros eles não gostavam. Não gostavam, de jeito nenhum. Principalmente se for preciso morar em *cidades próximas,* disse que foi um sufoco. Eu não peguei esse início. De mudar para esse lugar. Quando eu fui o núcleo já estava com bastante casa. (Davi, grifo nosso)

O paradoxo das reincidentes mudanças, marcas migratórias constituidoras de suas subjetividades, aparece como algo que tem "o lado bom e o lado ruim", nas palavras de Lia. Por sua vez, Davi, diante da situação peculiar do trabalho e da distância a que está submetido em relação à família, resigna-se e afirma: "A gente sujeitava a ficar longe".

Para lidar com esse acontecimento paradoxal, percebemos que os Citrino buscavam construir referências para além do trabalho, ao tentar instituir uma vinculação com o lugar, embora fosse processual e condensada a um estranhamento. Criar um vínculo dependia também dos elementos que os sujeitos pudessem encontrar na localidade para se sentirem acolhidos. Lia, por exemplo, quando seu marido mudou-se para Mato Grosso, paisagem longe e desconhecida,

relutava em ir, mas foi adiante. A primeira vista do território narrado é apresentada como um lugar feio, sujo, hostil e muito quente. Contudo, a cadência da narração se desenvolve e esse lugar e seu derredor passam a ser desvendados (uma cidade próxima onde seu marido estava residindo). Outro panorama passa a ser contemplado. Dessa localidade avessa, descobre-se um comércio bom, um lugarejo organizado e limpo. As pessoas nativas passaram a ser percebidas como amistosas, fazendo com que Lia tecesse uma profunda amizade a ponto de sua amiga tê-la como filha. Ela passou a integrar o circuito de outra família na qual se sentia incluída e alvo de afeto. Uma época que a faz rememorar imersa em lembranças acalentadoras.

Embora ela soubesse que não ficaria nessa cidade, por passar apenas um curto período de tempo com seu cônjuge, o caráter provisório da sua permanência não a impediu de construir vínculos com o lugar e sua gente. Essa localidade se referia especialmente ao marido, pois era o lugar de trabalho deste. Não era o *locus* eleito para ser a residência da família, que continuava em uma cidade paulista – o espaço de territorialização por excelência.

Ao finalizar esse tema da entrevista-narrativa, os Citrino hesitam e fazem uma ressalva ao insistirem nas partes boas e ruins, constituidoras da vida. Acreditam que os dissabores puderam ser compensados pelo fato de Davi nunca ter ficado desempregado, pois começou e se aposentou na mesma firma, porém insistem que ficar longe continua sendo algo difícil e ruim – mesmo convivendo com essa realidade há pelo menos 35 anos como família Citrino.

(Des)encontros trabalho-família: da água represada às comportas abertas

Como vimos até aqui, o trabalho em barragens constituiu a vida dos Citrino e seus membros familiares. Seus três filhos foram criados em localidades vinculadas às hidrelétricas, especificamente nas vilas, que representam o *locus* identificatório dessa categoria profissional, capaz de sintetizar a especificidade de vida e labor:

> Às vezes o barrageiro cria a família todinha dentro da barragem. Mudando, de um lugar para outro. [...] depois que sai, talvez, vai criar família. Mas tem aqueles filhos que seguem barragem. (Davi)

Percebemos aqui que o trabalho em barragens pode de alguma maneira integrar a família ao mesmo tempo que pode desintegrá-la, seja esgarçando as relações, rompendo-as ou ao espalhar seus entes pelos lugares de passagem.

A aposentadoria de Davi não significou um retorno para casa, mas a retirada para longe. Embora os filhos estivessem adultos quando isso principiou, uma lembrança dessa perda de convivência desde a infância de seus filhos é resgatada por Lia quando Davi partiu para uma cidade distante e os deixou até haver uma oportunidade que acertasse a ida de todos os entes familiares. Lia se lembra de que, nesse episódio, o filho pequeno adoeceu e teve febre, uma expressão da falta do pai ao compreender a partida deste.

Nessa conjuntura, os modos de ser-trabalhar-viver são rearranjados em que a mãe passa a assumir o papel antes desempenhado pelo pai. Vemos o gênero feminino centrando a responsabilidade em si, porém preservando a figura do pai, principalmente ao poupá-lo de problemas domésticos. Lia buscava dar conta da incumbência de casa e dos filhos sem repassar dificuldades e questões familiares para o pai envolto no trabalho e longe de casa. Identificamos que a separação trabalho e família foi mantida não somente na distância geográfica, mas também no âmbito relacional. Lia tentava resolver os problemas "de casa", centrando-os na figura materna. Situação que procurou sustentar, o que lhe gerou sofrimento, angústias e inseguranças por pouco compartilhar com o cônjuge que estava fora. Suas palavras reconhecem a sobrecarga proveniente de um cotidiano que demandava constantes cuidados e decisões com os filhos:

> Não é fácil uma mãe criar o filho sozinha, sem o apoio do pai. Porque, lógico, o pai está lá, trabalhando, mas quem tem que aguentar a barra igual essa daqui? Às vezes ele [Davi] reclama: "Ai! Eu estou aqui sozinho e não sei o quê". Você está sozinho. Tudo bem.

> Você tem que trabalhar, tem o horário do seu trabalho, mas você deita. Muito difícil eu passar problema. Porque o que eu conseguir resolver eu resolvo. Porque a gente, que fica em casa, com os filhos, a carga é maior também. Porque a responsabilidade fica com a mãe. Porque é a mãe quem está junto. Então essa responsabilidade eu acho difícil [...] Tem hora que nessa parte é complicado. Você tem que ficar sozinho e tem que tomar conta de tudo, em casa. (Lia)

A narrativa de Lia apresenta um descontentamento ao estar longe do marido, qualificando como algo ruim, principalmente por essa distância geográfica gerar um afastamento das funções paternas, como apoio nos cuidados com a família. Uma ação compartilhada que não se efetivou nos arranjos familiares estabelecidos. Essa realidade a faz reclamar o desejo de estar junto. Um anseio também manifestado por seus filhos: "[...] ficar no trabalho longe assim. É ruim demais. Não é bom não, não é? Porque tem que ficar sempre junto. Porque até a minha filha fala: 'Quem casa tem que estar junto, não pode estar separado'".

Esse contexto, em que o casal convive a distância, comum no modo de vida dos barrageiros, traz à tona a questão da traição conjugal. Algo que, segundo Lia, incomoda mais suas amigas do que a si mesma. Com os maridos longe por causa do trabalho, um relacionamento extraconjugal é passível acontecer. Nesse rol de amizades, observa suas colegas alegarem a impossibilidade de o marido ficar muito tempo sozinho e questionam se ela tem ciúme ao deixá-lo ir e não acompanhá-lo. Lia tanto levanta a pergunta como lança a resposta, ao mencionar que tanto Davi quanto ela estão em condições semelhantes, porque os dois estão sozinhos. Devem ser respeitosos um para com o outro, estando perto ou longe. Ademais, vê a família, a neta e a idade que avança (sua e de Davi) como aspectos que não encorajariam uma traição.

Porém, Lia não deixa de examinar sua situação e das mulheres que têm companheiros em barragens. Para exemplificar isso, recorre a uma expressão interessante para se referir a si mesma e a inúmeras amigas suas, esposas de barrageiros: "mulher viúva de marido vivo".

Essa expressão designa de modo resumido a ausência do cônjuge, o trabalhador de UHE que está em um local distante e pouco retorna para a sua casa e família. Participação social e afetiva muitas vezes restrita e superficial.

Lia fala da sua condição, em que seu marido retorna apenas uma vez por mês, geralmente para passar um fim de semana, e cujas colegas, que a veem sozinha em suas atividades rotineiras, pensam que ela é separada ou viúva. Um vazio deixado na convivência diária – a manifestação da ausência de Davi – e o desejo de Lia é poder preencher com o seu retorno.

Ser barrageiro no Cipreste: paradoxos laborais

Davi, enquanto esteve no Cipreste, pôde experimentar a fase áurea dessa empresa até as instabilidades, transformações produtivas (crise econômica e automatização) e sua venda (processo de privatização).

Em 1982, época em que a Cipreste atravessou uma crise financeira, muitos trabalhadores foram transferidos e recolocados. Para Davi foi oferecida uma vaga em uma regional do estado paulista e teve a oportunidade de se candidatar a um posto de seu interesse. Sua esposa e familiares estavam em outra cidade, episódio que trouxe descontentamento para Lia por não desejar sair da região à qual estava adaptada, mas mesmo assim ela o acompanhou.

Em 1985 Davi presenciou o primeiro processo de automatização. Suas palavras resgatam um passado que enquanto trabalhador não imaginava que seria possível de ser realizado. Dois anos depois, em 1987, esse cenário se concretizou quando os técnicos começaram a passar cabos e providenciar instalações tecnológicas. As ameaças de demissões iniciaram-se em tempo posterior. Davi viu a empresa se modernizar ao mesmo tempo que trazia ameaça de demissão. Uma realidade do Cipreste até o momento desconhecida, pois em suas palavras o Cipreste era como uma mãe por ser boa aos seus funcionários. Pagava de modo correto e não demitia (conferia estabilidade no emprego). Fornecia plano de saúde, cesta básica, vale alimentação

e confraternizações, como festas nos finais de ano em que seus filhos ainda crianças recebiam brinquedos, como no Natal. Uma firma que prestava auxílio e apoio, tanto de moradia como ampla cobertura de saúde, além de ônibus para os filhos dos trabalhadores estudarem fora (cidade vizinha que era de maior porte).

O Cipreste conferia suporte para as mudanças de cidades, provendo meios para a família acompanhar o trabalhador – fosse via auxílio financeiro e transporte como também um núcleo residencial disponível para recebê-los. Circunstanciam esse período de estabilidade e abastança como aquele em que muitos trabalhadores gostavam de ser barrageiros, especialmente pelas "mordomias" (Davi e Lia). Época em que a empresa pagava luz, água e fornecia casa para morar. O salário, nesses termos, era livre.

A estabilidade no trabalho proporcionava outra relação com o tempo. Um projeto e um plano a longo prazo podiam ser visibilizados, fato distinto da realidade de outras empresas cuja ameaça de demissão era iminente. Davi, ao dar voz à sua categoria profissional, reconhece a drástica diferenciação da política estatal, que conferia garantias, e a iniciativa privada, que estava restrita à lógica de mercado instável, visando ao lucro em detrimento do trabalhador:

> Podia fazer um plano. Não é que nem uma empresa privada, que nem a gente estava falando, essas empreiteiras. Você não pode fazer um plano a longo prazo. No Cipreste você podia fazer. Isso aí não é só eu que falo. A turma, os mais velhos que aposentaram, tudo falam. (Davi)

Outro ponto sinalizado, enquanto integrante do Cipreste, remete a uma fase difícil na vida deles: a ida para uma cidade que não existia, sendo construída do zero pelo Cipreste. Viram-na surgir rodeada por obras, juntamente com a usina hidrelétrica em construção. A cidade, ao se mudarem, não dispunha de infraestrutura. Tinham de se locomover com botas em meio à lama por não haver calçamento, rede de esgoto e água. A cidade estava envolta por mata e a cidade mais próxima distava 15 quilômetros. O Cipreste abriu um mercado

provisório – estabelecimento mantido por ele mesmo, onde as pessoas iam comprar mantimentos. Não havia hospital, pois estava em construção – nessa época os Citrino tinham apenas o filho mais velho.

Nesse período a empresa disponibilizava ônibus semanais, em dias específicos, para cuidados com a saúde em cidades próximas à região. Em caráter temporário, foram construídos diferentes estabelecimentos, sendo estes residências e outras edificações que demoraram quase 20 anos para saírem do estado provisório e ter sua construção finalizada. Eles perceberam a cidade surgindo e estagnando, pois seu ápice concentrou-se no período de construção da UHE.

Froelich (2001) assinala que o Cipreste, em experiências anteriores de vilas-piloto, criadas para alocar a mão de obra das barragens, fosse dos acampamentos e alojamentos, fosse dos núcleos residenciais, enfrentou diversos reveses, pois se tratava de uma empresa especializada em construir usinas e não cidades. É possível verificar em episódios dessa natureza a passagem do provisório ao definitivo em suas edificações, geralmente construções precárias de madeira e com estrutura deficitária que persistiram. Além disso, problemas posteriores, como o risco de transformar-se em uma cidade-dormitório – por não promover um desenvolvimento regional outrora idealizado (ideologia desenvolvimentista) – e conflitos referentes à municipalização, remetem a diferentes experiências por que o Cipreste passou ao empreender hidrelétricas e protótipos de cidades colados àquelas.

Contudo, com vivências acumuladas em hidrelétricas anteriores, vemos o Cipreste construindo UHEs e formando acampamentos que se tornariam cidades ou se incorporariam a elas, como algumas de suas obras no rio Paranapanema, entre outras. Isso acontecia porque, ao se erguer usinas em lugares ermos, nem sempre podendo contar com a infraestrutura de cidades próximas, criavam-se acampamentos que eventualmente se transformavam em núcleos urbanos, pois um número expressivo de trabalhadores era remanejado de obras anteriores ou integrado à atual barragem em construção por meio das empreiteiras contratadas.

Um modelo típico de "fábrica-vila operária" (Lopes, 1988 apud Froelich, 2001) que mantém centrado no capitalista a propriedade da terra e do capital (no caso, do Cipreste, empresa outrora estatal, e da principal empreiteira envolvida na construção da usina – empresa privada). Cenário que reuniu ao redor da hidrelétrica do Cipreste um imaginário paternalista, mas também de exploração do barrageiro. Nessa análise, os autores mencionam a administração do trabalho em hidrelétricas sobrepondo-se à do município, podendo a vila operária nessa (nova) cidade exceder o processo de urbanização existente ou mesmo encolhê-lo (desindustrialização) – haja vista a existência de uma acentuada vinculação das pessoas/barrageiros com as obras da usina e não necessariamente com a cidade-município.

Essa constatação nos permite visualizar outro fator componente desse universo a despeito da diferenciação da mão de obra de quem está de passagem (construção) e de quem fica (operação). O discurso de Davi traz uma divisão tácita entre construção e operação, dois grupos distintos, envolvidos em etapas diferentes da hidrelétrica. O primeiro é temporário, de modo costumaz integra empreiteiras, uma mão de obra marcada por intensa migração, pois, ao se finalizar a construção, parte-se para outra barragem. O segundo, a operação, é o grupo que demanda um efetivo menor, uma vez que passa a residir por longo prazo na região da hidrelétrica. É o grupo de barrageiros que opera a usina e acompanha o funcionamento de geração de energia.

Nesse contexto há duas especificidades. A especificidade primeira é o setor da construção concentrar há longa data uma mão de obra majoritariamente masculina. Apenas recentemente o número de mulheres trabalhando em barragens tem aumentado, vindo a integrar a força de trabalho da área da construção civil até a de armador[7] – porém em número expressivamente menor. Por sua vez, a segunda especificidade desse nicho profissional é a peculiaridade

7 Trabalhador que realiza a montagem da estrutura metálica (armação de vergalhão) a ser concretada. São colocados os vergalhões, que possuem amarrações de arame e/ou soldas, para fazer as paredes e os pilares de concreto da barragem e da estrutura civil.

dessa mão de obra. Ser carpinteiro, armador e construtor na barragem é muito distinto da atuação desse mesmo ofício na cidade, em construções de pequeno porte, por exemplo. Davi explica isso:

> A construção acabou fica a operação e é um grupo bem reduzido. Quando é uma construção, o Cipreste chegou a ter mais de oito mil homens trabalhando lá. Não tinha mulher. As barragens antigamente eram difíceis aceitar mulheres trabalhando, mas hoje elas estão presentes junto aos homens, por exemplo, na área de pedreiro e armador. Mas quando termina a barragem aquele pessoal que trabalha em construção tem que caçar o rumo, outra barragem. [...] a diferença das barragens é assim: carpinteiro, armador de barragem, é uma coisa. E armador e pedreiro de cidade é outra. O carpinteiro de coisa [barragem] só sabe fazer forma, o armador só sabe amarrar arame. Não é que nem fazer um prédio. São terrenos. Por isso que eles às vezes não conseguem ir para cidade porque chegam à cidade e às vezes não conseguem nem passar no teste. [...]. Acaba que eles só sabem fazer aquilo, na carteira está registrado aquilo.

Isso traz desdobramentos que fazem vincular o exercício profissional do barrageiro (seja o da construção, seja o da operação e manutenção) de modo mais acentuado ao canteiro de obras de hidrelétricas até a sua administração/monitoramento em fase de geração hidroenergética. Uma atuação profissional específica em que, caso se deseja sair, corre-se o risco de ficar aprisionado pela particularidade do saber-fazer do processo de construção e manutenção das hidrelétricas.

Froelich (2001) traz informações sobre isso, ao situar que os barrageiros possuem uma mão de obra treinada que foi se qualificando ao longo do processo de construção das hidrelétricas – os dois lados dessa moeda são o *quantum* flutuante dessa força de trabalho: falta ou excesso de efetivo conforme o local da barragem e da etapa da construção. Se isso ocorre, uma das consequências é a disparidade salarial, uma vez que, conforme a exigência de especialização (incluindo profissionais do nível técnico ao universitário), vemos os

salários se diferenciarem radicalmente – principalmente se contrastarmos a esse rol os baixos salários de trabalhadores de empreiteiras com reduzida qualificação e escolarização.

Como vimos com esses narradores, o universo do barrageiro remete a uma profunda disparidade que diz respeito às distintas especificidades que compõem tanto as etapas constituintes da edificação de uma UHE como a operação desta. Isso gera vivências distintas (que comportam singularidades e generalidades) conforme o trabalhador integra essa conjuntura, logo, diferentes formas de contrato de trabalho e de exercício profissional, salarial, de gênero, de vivência da migração, de moradia, de permanência, entre outras.

Família Safira

Notas iniciais

A família Safira é composta por Thiago e Ana mais seus três filhos: Alfredo, Alberto e Júnior. O casal e o filho mais novo residem no estado paranaense, em cidades distintas. Um filho reside no Pará e o outro, em Santa Catarina.

Thiago, o barrageiro, trabalhou e aposentou-se na mesma empresa, o Cipreste. Desde a juventude, esteve vinculado a esse setor, porém, antes de trabalhar em hidrelétricas, foi piloteiro[8] de barco e, após a aposentadoria, abriu uma empresa de refrigeração e instalação de ar-condicionado. Ana é aposentada de uma empresa de correios.

8 No sentido formal (Houaiss, 2001), piloteiro, ou o piloto da embarcação, está vinculado ao termo "prático", ou seja, um indivíduo conhecedor dos acidentes hidrográficos e topográficos de áreas restritas fluviais ou lacustres onde conduz embarcações. Em geral, os piloteiros são profissionais da própria região, nascidos nas barrancas do rio, podendo viver da pesca ou da agricultura local. Costumam ser experientes nesse ofício e levam pescadores aos pontos de pesca mais promissores ou aos locais onde se praticam determinados tipos de pesca, uma vez que sabem localizar habilmente o lugar onde o cardume está se alimentando (Paula, s.d.).

O casal se conheceu em uma das cidades próximas à UHE, para a qual Thiago dirigiu-se a trabalho e onde momentaneamente residiu.

Ao casarem-se, optaram por manter as cidades de moradia separadas, pois Ana continuou no exercício de sua profissão enquanto Thiago, em outra cidade, no de barrageiro. Durante 14 anos mantiveram residências diferentes para que Ana continuasse seu trabalho e cuidasse dos filhos. Thiago, cerca de 50 quilômetros do núcleo familiar, morou com a sua mãe na cidade de trabalho.

Safira é uma família que iniciou seu núcleo familiar a distância e assim permaneceu até o retorno de Thiago, o barrageiro, na condição de aposentado. A cidade e a casa comum de moradia, e de um novo trabalho (pós-aposentadoria), aconteceram pela primeira vez em suas histórias após a mudança de Thiago do estado de São Paulo para o Paraná.

Avistamos a família Safira em um processo de significação de seus novos arranjos, em que os filhos crescidos e morando fora oportunizam a (re)construção dos laços afetivos, face a face, de um casal que convivia apenas nos finais de semana. Ana, aposentada, e Thiago, participante da rotina doméstica, permitem a imersão de narrativas capazes de conjugar um tríplice presente em que passado, presente e futuro entrelaçam-se de modo nítido para anunciar uma tentativa de reaproximação familiar e dos afetos. O labor de ambos, na vivência do gênero feminino e do masculino, é proferido numa relação de independência e interdependência quando o projeto comum é garantir o estudo dos filhos e auxiliar na construção da autonomia financeira destes – em andamento.

O olhar de realização de Ana e Thiago para o momento atual, quando desfrutam do investimento feito a longo prazo para propiciar melhores condições de vida aos seus filhos, é percebido como compensatório em prol do esforço feito durante anos de uma vivência familiar mantida a distância. Contudo, reminiscências dessa vivência passada lançam no presente o estranhamento. Além disso, o processo de construção conjunto de um cotidiano expressa um futuro próximo, marcado pelo desejo de pertencimento comum mediante o estreitamento dos laços afetivos.

A partir das narrações do casal, podemos conhecer os modos de ser-trabalhar-viver, encontrados para suportar a relação constituída no afastamento geográfico, vislumbrar os efeitos dessa escolha sobre a família e o entorno social, bem como tanger o imaginário de barrageiro que forjou representações de um homem desgarrado e desregrado, aos olhos de Ana. Uma existência sócio-familiar que se centrou não apenas no trabalho do chefe de família, o barrageiro, mas também no da mulher, que escolheu não abandonar o ofício nem acompanhar o cônjuge nas mudanças de cidades. Identificamos um momento vívido na trajetória dos Safira, uma tessitura em que os processos de subjetivação entremeiam-se aos fios sociais para realizar um caminho de elaboração, capaz de reinventar os sentidos familiares, criar novos projetos e produzir uma reaproximação do casal com base na (re)descoberta do outro na ausência dos filhos.

Enredo familiar e trajetória social: da construção de barragem à edificação da família

Thiago, antes de ser barrageiro, foi piloteiro de barco. Era de família pobre que vivia da roça e da pesca na área próxima às margens do rio Grande. Rio este que possibilitou a Thiago não somente começar sua vida, mas recomeçá-la quando foi recrutado diretamente pelo Cipreste que tinha uma UHE em construção próximo às margens do rio onde Thiago crescera. Começou a aventurar-se no universo das barragens ainda jovem, com 18 anos.

Esse contexto de inserção de Thiago no trabalho em barragens não foi um caso isolado. A equipe que deu início ao empreendimento de barragens se deparava com a população local que residia nas regiões que seriam atingidas de modo direto ou indireto por essas obras. Dessa forma, a contratação assumia uma veia estratégica de captar não somente as pessoas que possivelmente sofreriam o impacto do empreendimento (como a retirada da população ribeirinha), mas as que também poderiam fornecer resistências aos objetivos do Cipreste. Um subterfúgio analisado por Froelich (2001), que assinala o fato de o Cipreste ter contratado uma parcela de mão de obra regional – em

geral homens oriundos do setor agrícola. Estes trabalhavam por dia e eram conhecidos como "candangos" e "boias-frias do setor elétrico", pois parte expressiva desse contingente possuía baixa qualificação e escolaridade, além de a maioria não ser sindicalizada.

Igualmente, por Thiago ser piloteiro de barco e pescar no rio em que a hidrelétrica projetaria sua construção, era importante seu saber para a empresa porque ele possuía conhecimentos e informações que serviriam para o desenvolvimento da UHE. Thiago revela isso em sua narrativa:

> Como a gente era de uma família pobre, uma família que vivia na roça, aí o pessoal das barragens chegou. Os engenheiros e turma assim viu o pessoal e achou que a gente servia para trabalhar com eles. [...] Falaram: – Olha, você poderia trabalhar com nós, na barragem aqui. Eu era piloteiro de barco. Nós pescávamos no rio. A minha família era de pescador no rio Grande. Eles falaram: "Você poderia trabalhar com a gente, ser piloteiro nosso, porque você conhece todo o rio, o local aqui onde nós precisamos ir". E foi assim que eu consegui entrar na barragem. (Thiago)

Thiago, ao ser contratado, não conhecia o trabalho em hidrelétricas, para tanto recebeu capacitação e treinamento iniciais – cerca de seis meses de estágio e curso – em uma das maiores UHEs em construção na época. A partir disso, começou a atuar em outras obras, sendo transferido para localidades que possuíam empreendimentos em construção. Sua atuação profissional estava voltada para o acompanhamento e montagem de turbina, serviço de galerias, rochas e barragem, além de assessorar na construção de pontes. Aposentou-se mediante a aposentadoria incentivada após 23 anos e oito meses de trabalho. Por conseguinte, retornou para o Paraná, para a família, e abriu seu próprio negócio.

Em 1979 assumiu um posto de trabalho em uma hidrelétrica no estado paulista, mas residiu em uma cidade que fazia fronteira com o Paraná, até 1982. Após essa data, mudou-se para o estado de São Paulo nas vilas dos trabalhadores – localidades mais próximas

da UHE. No período em que esteve no Paraná conheceu Ana. Casaram-se em 1983.

Na época em que se conheceram, Ana trabalhava em uma empresa de correios. O relacionamento por eles iniciado apresenta uma narrativa que revela horizontes de vida díspares em seus valores e ideais que persistem ainda hoje. Thiago estava afeito à migração, mudava de cidade conforme o trabalho em hidrelétricas exigia. Ana era uma mulher com enraizamento profundo, vivendo no local onde crescera. Ela era proveniente de uma família humilde e, ao se deparar com a conjuntura do barrageiro, desgarrado, construiu uma representação dessa categoria profissional cujo modo de ser está vinculado ao esbanjamento e desperdício.

A sua narrativa contém um estranhamento ao conhecer o modo de vida desses profissionais, no que se refere ao contexto de trabalho (itinerância; suportes e benefícios disponíveis para moradia, saúde, educação, entre outros; estabilidade no emprego; coesão social do grupo de barrageiros). Ana aproximou-se desse universo quando em sua cidade residiram os primeiros trabalhadores envolvidos no início do empreendimento da hidrelétrica na região. Momento de entrar em contato com o caráter dessa obra e evento para conhecer seu futuro marido.

A partir disso, Ana reflete sobre esse contexto profissional e se concentra não no usufruto desses direitos, mas no perigo que eles ensejam quando o barrageiro não consegue avistar um tempo para além do presente. Ela relata isso ao afirmar a relatividade das regalias e das "mordomias" dos barrageiros, o que lhe despertou uma impressão cuja dimensão temporal se reduz ao "viver o hoje" (Ana) – no tocante à ameaça de demissão como algo distante; por não existir uma fiscalização rígida que controlasse os recursos materiais e financeiros disponíveis (principalmente para as pessoas que ocupavam altos cargos); e por dispor de moradia custeada pela empresa. Aponta que isso pode ter prejudicado uma visão a longo prazo desse grupo social, como providenciar meios para adquirir uma casa própria. Afirma que os barrageiros que souberam controlar os rendimentos e as finanças adquiriram um imóvel, caso contrário,

encontraram dificuldades para adquirir uma casa própria ou mesmo não alcançaram isso.

Essa diferenciação nos modos de conceber como se deveriam administrar os ganhos salariais mais os recursos e assistências que a empresa fornecia – de ambos os trabalhos, especialmente o de Thiago – foi motivo de intensos dissensos entre o casal Safira. Ana, "poupadora", e Thiago, "mão aberta", ao construírem um casamento e uma família, com os filhos nascidos, foram buscando meios de negociar e compartilhar uma concepção temporal, social, econômica e afetiva para gerir a vida familiar. Uma relação que constituiu modos de ser-trabalhar-viver específicos desses arranjos familiais e que produziu diversos (des)encontros das interfaces trabalho e família.

Da casa para a barragem e da barragem para a casa...

Thiago em sua história laboral ilustra considerações que Froelich (2001) fez em pesquisas sobre barragens do Cipreste que envolviam grandes projetos no estado de São Paulo. A empresa, coadunada com grandes empreiteiras, oferecia alojamentos para os solteiros, no próprio canteiro de obra, de caráter provisório. Por sua vez, os casados eram acomodados, com suas respectivas famílias, em residências previamente construídas para esse fim. Importante resgatar que um empreendimento desse porte demanda um volumoso contingente de trabalhadores na etapa da construção, o que exige um expressivo deslocamento de trabalhadores para o canteiro de obras.

Os trabalhadores "solteiros braçais", como Froelich os denomina (2001, p.119), permaneciam em alojamentos coletivos enquanto durasse a construção da hidrelétrica. Por sua vez, os "solteiros de nível técnico" eram alocados em casas mais espaçosas, com quartos individualizados (ou com menor número de pessoas), as denominadas repúblicas. Thiago teve a experiência de ficar, especialmente no início de sua carreira como barrageiro, em alojamentos coletivos e posteriormente em repúblicas.

Podemos averiguar que essa política da empresa, voltada para os solteiros e os casados, não se restringia apenas à moradia, mas

também ao vínculo empregatício. Por meio da narrativa de Thiago, capaz de expressar o cunho social vigente no período em que sofreu sua primeira ameaça de demissão, é possível explicitar essa concepção. A primeira vez em que ele vivenciou o sinal de desemprego foi no fim dos anos 1970, quando os solteiros eram priorizados para demissão. Thiago estava prestes a ser demitido, quando um amigo seu, casado, solicitou a própria saída por motivos outros, sugerindo aos gerentes que Thiago permanecesse no trabalho – esse evento ele nomeia como sua "sorte" porque foi a ocasião que o fez permanecer na empresa, porém, não deixa de reconhecer ter sido um bom funcionário.

O Cipreste é tido como uma empresa que fornecia estabilidade no emprego, por ser a proprietária das barragens e quem administrava as construções. Todavia, não trabalhava sozinha, com ela foram contratadas distintas empreiteiras. Diante disso, Thiago presenciou a rotatividade de mão de obra em barragens, pois havia nas empreiteiras um contingente flutuante conforme a demanda da construção e a gestão adotada. Estava ciente do "facão" que acontecia de modo recorrente e em larga escala. Thiago também testemunhou o momento de privatização do Cipreste, a mudança da realidade da empresa quando esta se tornou enxuta e reestruturada.

Ao retomarmos a narrativa de Thiago, que expõe sua trajetória no Cipreste de trabalho e migração, verificamos que as primeiras mudanças de cidade/UHE se davam segundo as necessidades da obra e as etapas desta. Posteriormente, conforme Thiago crescia na empresa, vemos que a sua ida para uma UHE se deu por meio de um comunicado de transferência pela empresa. Quem aceitasse obteria na época 20% de aumento, pois mais um empreendimento se iniciava e necessitava-se de trabalhadores com qualificações como a dele. Thiago, solteiro na época, não via o que perder, pois afirma ter lhe sido oportunizado um ganho salarial, além da possibilidade de conhecer um lugar diferente.

Como os narradores Davi e Lia, Thiago viu uma cidade surgir em função do Cipreste. Assistiu ao marco zero da fundação desse núcleo urbano na realização da topografia e das medições para definir onde

seria construída a vila para os barrageiros. Reconhece que poder testemunhar o nascimento de uma cidade/povoado é um evento que poucos podem presenciar: "Então eu vi nascer" (Thiago). A origem urbana dessa cidade está arraigada à hidrelétrica do Cipreste, tendo, por exemplo, uma de suas vias denominada Avenida dos Barrageiros, expoente de sua história e organização.

Thiago mudou-se do Paraná para o estado paulista. Nesse período estava casado e com filhos. Dividiu sua vida em duas localidades e famílias (a de seu cônjuge e a da sua mãe). Por mais de uma década realizou viagens semanais de idas e vindas de casa para a barragem e da barragem para a casa. Durante alguns momentos de sua vida profissional permanecia mais tempo fora de casa, por estar envolvido em projetos de construções mais distantes, retornando em períodos de tempo mais espaçados.

A casa que Thiago comprou da vila do Cipreste, segundo seu relato, teve como um dos fatores colaborativos as dívidas referentes às leis trabalhistas que o Cipreste tinha pendentes com seus funcionários. Por meio do abatimento das parcelas da casa, como forma de quitar a dívida para com seu quadro efetivo, Thiago viabilizou a quitação e aquisição definitiva da casa. Funcionários de empreiteiras, que também estavam na época da venda das residências, puderam compra as suas.

O casal Safira apresenta uma questão acerca de sua convivência marcada pela distância geográfica, presente catorze anos em função dos respectivos trabalhos em cidades distintas. Em especial, Ana aponta uma perda relacional afetiva porque percebe uma vida independente e desapegada que seu marido construiu. Segundo ela, trata-se de uma rotina à parte que persiste ainda hoje: "É complicado porque ele tinha a vida dele lá, livre" (Ana). A narradora compreende seu papel na relação conjugal como alguém que está para "segurar um pouquinho" o marido (Ana). Esse posicionamento refletido em seu discurso é um reclamar do estar junto, do viver compartilhado em uma rotina doméstica que está por ser reavida e reparada em decorrência da distância experimentada, principalmente por Ana se dizer uma pessoa que não é afeita a programas fora de casa, como seu companheiro.

O caminho de casa para o trabalho e do trabalho para casa refrata as marcas migratórias por meio de um estranhamento vivido que se remete ao cônjuge como aquele que se "acostumou" a estar fora da família, descolado da rotina do lar, e que envolve questões domésticas, esposa e filhos. A narrativa de Ana deságua esses afetos outrora represados:

> Acho que é um pouco de desamor com o próximo. Eu sou dessa maneira, mas ele não é desse jeito. O meu pensar é assim, o meu jeito. Então, eu acho que tudo isso foi a falta do relacionamento, de conviver junto, quando nos casamos. Aí quando ele ficou numa cidade e eu fiquei em outra, mudou em um aspecto e no outro não. Mas nem por isso ele não é... Vou falar, ele é ótimo marido, ele é um ótimo esposo.

Por outro lado, Thiago se viu com duas famílias: a família do casamento e a da sua mãe. Residia com a sua mãe, por quem afirma ser responsável desde jovem, durante a semana. Dividia seus cuidados com a mãe (no estado paulista) e com a sua esposa e filhos (no estado paranaense), permanecendo junto destes últimos apenas nos finais de semana – uma vivência de família que se dava em pedaços de tempo, de relação e de convivência. Quando se aposentou, Thiago mudou-se para o Paraná e levou consigo a mãe, para quem comprou uma casa à parte com a venda da residência da vila. Continuou com as duas famílias, dizendo então estar mais à vontade e contente por viverem na mesma cidade.

Interessante notar a narrativa de Thiago quando a distância é situada com certa relatividade. Isto é, ao manterem seus respectivos empregos, o dele e o de sua companheira, em cidades diferentes, e conviverem separados alguns dias da semana, pois se viam apenas aos finais de semana (ocasionalmente se viam em quinzenas ou um período maior quando realizava o trabalho em localidades mais distantes), afirmam esse distanciamento não ter sido uma situação insustentável porque estavam próximos e por terem bons empregos, o que possibilitava meios de se verem com certa frequência. Para ele,

o limite anunciado em sua narração, o tempo insuportável para viver a distância seria o de um ano. Doze meses sem ver seus familiares poderia incorrer a perda da "rédea da família" (Thiago).

Desse modo, percebemos um arranjo com relação a distância pois, embora Thiago estivesse presente somente aos finais de semana, seu lugar de pai, autoridade e chefe de família manteve-se preservado, mesmo a alguns quilômetros e com a sua ausência no cotidiano doméstico – acerca dos desdobramentos disso sobre o enredo familiar discorreremos no tópico conseguinte.

(Des)encontros trabalho-família: da água represada às comportas abertas

Ana começa a sua narração com uma colocação emblemática. Situa a temporalidade do barrageiro centrada no aqui e agora: "Vivia o hoje e amanhã era outro dia" (Ana). Aponta serem pessoas diferentes de seu universo, especialmente por ela vir de um lar humilde. Para explicar essa afirmação, menciona o desperdício com supérfluos, presente nesse grupo social, o que contribuía com uma percepção de se ter tudo quando não se tinha nada, sendo uma ilusão a ideia de uma vida abastada.

Tendo esse argumento em vista, observamos a relação do casal construída a partir de dissensos nesse quesito. Como sinalizamos, Ana era a pessoa econômica que pesava os gastos com ponderação e a partir de um plano a longo prazo, enquanto Thiago, aos seus olhos, fazia parte de um contexto que exagerava nas festas, comidas e bebidas. Ana relata que seu companheiro mudou nesses termos ao longo do casamento. Construíram um relacionamento em que Thiago, principalmente, teve que rever a concepção temporal e incluir em seus planos o longo prazo. Ana pondera isso como uma conquista que não esteve livre de tensões ao dizer que, se ela tivesse entrado na lógica esbanjadora, restrita à imediaticidade de seu companheiro nesse grupo social, talvez hoje não tivessem uma casa própria onde morar, pois estariam centrados apenas no bem-estar do presente, sem envolver sacrifícios que focassem um projeto futuro e de cunho familiar.

A fala do casal Safira avança e passa a divisar um modo de existência que ultrapassa a categoria trabalho para se referir ao enlace afetivo (casamento). Thiago afirma que ser solteiro, independentemente de ser barrageiro, possibilitou um período de sua vida livre de preocupação, cujo foco era: "Pensava em viver uma vida boa, tranquila, festando" (Thiago). Resgata seu sonho de juventude, ser músico de banda, chegando a participar de concursos e eventos. Época em que pensou em deixar o trabalho em hidrelétricas para seguir essa carreira. Ao rememorar esse período, afirma ter sentido essa perda, mas ficou feliz por ter encontrado meios mais seguros de angariar a vida. Isso se deu quando ele recobrou o trabalho de barrageiro, integrando o Cipreste, empresa estatal que lhe oportunizou um bom salário e estabilidade empregatícia permitindo-lhe usufrutos, como a vida de solteiro e as festas. Para ele, a assunção de um compromisso – o casamento – é o que o fez estabelecer outras escolhas de maior importância na vida. Escolhas essas que precisaram ser conjugadas com as de sua companheira.

Ademais, com a narrativa dos Safira, vemos um encontro de mundos distintos quando eles se deparam em suas diferenças nos modos de ser-trabalhar-viver e se dispõem a criar, mediante constantes negociações, pontos de acordo. Thiago evidencia que Ana não conhecia o universo do barrageiro e o motivo do estranhamento dela no que diz respeito a essa realidade, vista como mais abastada, dava-se em comparação às pequenas firmas e salários locais menores que faziam a vida ser mais simples e austera.

A vivência do trabalho de Thiago no Cipreste é entendida por ele como um período em que era possível usufruir de "regalias" que a empresa concedia, particularmente quando esteve na última cidade de trabalho, gozando segurança no emprego e moradia. No entanto, aponta que, durante o período de privatização, quando a obra foi finalizada, houve uma drástica redução de funcionários. Momento de transição na gestão e relações de trabalho, havendo a instigação para que os trabalhadores se demitissem e se aposentassem, contexto da sua aposentadoria, que, além de ser especial por trabalhar em áreas de periculosidade e insalubridade, acabou por fazê-lo aceitar o

incentivo financeiro para se desligar da empresa. Embora aposentado novo, afirma ter sido bom, pois conseguiu um benefício que o ajudou a abrir seu próprio negócio.

Thiago, ao contemplar sua história de vida, tece uma narrativa cujo enredo resplandece uma realidade costumaz do barrageiro, o desencontro entre trabalho e família: "Nós que somos barrageiros a família não acompanha a gente em todos os sentidos assim" (Thiago). Uma fala capaz de anunciar a recorrente demanda de mobilidade laboral quanto à impossibilidade de participar, de modo próximo e presencial, dos acontecimentos e decisões familiares cotidianos.

Os deslocamentos realizados podiam ser distâncias e períodos de tempos curtos ou mesmo maiores. Quando ficou fora seis meses a trabalho, por causa de obras, a empresa concedia transporte quinzenal para retornar a sua casa, o que o auxiliava a conviver com essa situação. Mas um ar de resignação comparece em sua fala perante a difícil conciliação entre família e trabalho, especialmente ao falar sobre as viagens e a distância, tendo que priorizá-los de modos diferentes e em tempos distintos:

> A gente fica um pouco preocupado, de uma maneira assim, mas é normal. A gente sabe que tem que passar por isso. Então a minha resposta no caso seria essa. A gente sabe que tem que passar. É difícil você [...] Trabalho é trabalho. Família é família. A gente comenta que quer incluir os dois, fica um pouco difícil, mas passa. A gente leva também. (Thiago)

Sua exposição é contundente, ao demonstrar a contradição vivida na difícil tentativa de compatibilizar trabalho e família, porém assinala que foi o trabalho que lhe possibilitou cuidar da família. De certa forma, pensamos que a família também possibilitou o trabalho desse barrageiro, ao conferir a ele apoio e complacência para assegurar os vínculos, mesmo a distância, como observamos no posicionamento das mulheres nessa relação singular. Um rastro disso parece emergir no discurso de Thiago, ao reconhecer que o trabalho propicia a família e que a família, afirmadora de sua condição de homem

provedor, precisa ser cuidada mediante seu labor: "Sem o trabalho e sem a família é onde mora a moral da história, é difícil você adaptar algumas coisas. A gente tem trabalho e tem família. Mas para cuidar da família você tem que ter trabalho" (Thiago).

Isso é compreensível, ao visualizarmos que os nós sociopsíquicos são tecidos em uma conjuntura em que a sociedade é centrada no trabalho e as relações gravitam em seu entorno. A família foi sendo manejada – e muitas vezes colocada em segundo plano – até que um contexto distinto da realidade de trabalho oportunizada e das cidades diferenciadas (que produziram vidas momentaneamente separadas) pudesse proporcionar outra convivência. Dito de outro modo, o mesmo trabalho que propiciou sustento à família, estando ela separada, foi o que permitiu que um dia ela estivesse reunida (ao se aposentar). Entrementes, foi preciso esperar 14 anos, uma aposentadoria, para que essa relação pudesse se dar face a face, durante uma semana inteira e não mais em finais de semanas ou quinzenas. Momento esse propiciador de uma vivência mais abrangente e aprofundada dos sentidos da família. A síntese de Thiago para a isso é a seguinte:

> A gente tem que trabalhar e a família vai esperando a gente até chegar a uma conclusão. Nós estamos juntos hoje. Estamos aposentados os dois, hoje nós estamos vivendo a família. Ajudando todo mundo e tocando o barco.

Vejamos, a partir daqui, o que Ana considera acerca desses encontros e desencontros trabalho-família.

Quando se casaram, seu cônjuge residia e trabalhava em outro estado. Afirma que se manter no trabalho foi uma decisão sua, uma vez que o marido desejava que ela deixasse a profissão para ficar junto dele na cidade em que trabalhava e residia durante a semana. Ela assinala que seria uma dona de casa sem o seu exercício profissional e, ao optar por não sair do seu emprego, inviabilizou a mudança de cidade e a moradia conjunta – uma decisão em que a distância foi produzida tanto pela definição de Thiago quanto pela de Ana.

A principal razão para essa escolha foi o caráter temporal a longo prazo que ela demarca desde o início da sua fala. Um posicionamento que visou não apenas à sua independência financeira, mas aos meios efetivos de auxiliar na educação dos filhos, com o marido:

> A decisão foi mais minha mesmo. Daí ele pegou: "Você que sabe. Se você quiser". E eu quis! Por ele eu teria ido. Eu sempre pensava no dia de amanhã. Sempre pensava me aposentar, ter a minha vida, ter o meu dinheiro, pensar no futuro dos meus filhos. Tanto é que eu acho que ajudou muito, porque senão... Ele fala, talvez, sem você, se não tivesse trabalhando, sem o ganho de você, seria mais difícil para manter um filho hoje na faculdade, mesmo que não pague. (Ana)

Outro aspecto da sua escolha de se manter no trabalho e na cidade de origem foi o sentimento de realização pessoal. Uma escolha que envolveu coragem:

> Eu me sinto realizada hoje. Porque se eu não tivesse, se eu tivesse desistido, não tivesse o trabalho e não tivesse aposentado eu ia me sentir muito inútil na vida porque dependia tudo do meu marido. (Ana)

A realização de Ana também se constitui por ver sua contribuição financeira no sustento e educação de seus filhos – projeto esse que vinculou o seu trabalho e o de seu cônjuge. Ao mesmo tempo que gozava de independência financeira, fez a escolha de compartilhar a conta e as despesas. O casal definia, junto, os gastos e investimentos, sendo a prioridade voltada para o futuro dos filhos que eram os estudos, quando afirmava para eles: "Filho, nós estamos tudo juntos ali, não tem aquilo que o dinheiro é da mãe. É todo mundo junto, é nosso" (Ana).

Expõe que foi uma escolha mista e imersa na contradição que se polariza entre o fácil e o difícil. O "fácil" é terem podido construir, juntos, a casa própria, onde moram hoje. Tiveram a possibilidade de se visitarem, pois não moravam em cidades muito distantes, podendo tanto ele vir quanto ela ir com as crianças (por exemplo, as visitas surpresa que fazia com seus filhos). Entretanto, a "parte difícil" ela

nomeia como "estar sozinha". Sensação que a tomava quando se percebia solitária à noite, ao ficar longe e assumir primordialmente a educação, cuidados e problemas do lar. Afirma ter sido pai e mãe, sendo para ela embaraçoso ter de deixar os filhos com funcionárias que cometeram atos de negligência com eles.

Com sua narrativa, percebemos que, fosse a mulher trabalhando fora ou permanecendo em casa, ela se encarregou, sozinha, dos cuidados e educação diários, centrando nela as responsabilidades e decisões, pouco ou nada compartilhadas com o marido. Nessa configuração, vemos o marido no trabalho (instância do "fora") que não podia receber o trabalho doméstico (instância do "dentro", ou seja, de casa/familiar). Era a mulher exercendo esse duplo trabalho ao conjugar o labor dentro e fora. Nas palavras de Ana, isso pode ser sintetizado da seguinte forma:

> Então tem umas partes difíceis para a gente arcar com tudo e nem ligar para o pai e não falar nada, não dar trabalho para ele, não passar aqueles problemas. Então a gente tem que arcar com todos os problemas. Eram os médicos. Embora quando era para ir ao médico fora ele vinha, mas é escola, tudo... Então, trabalha desde a parte do lanchinho, da doença... Era uma dorzinha à noite, mamadeira de manhã. Tudo a gente sozinha. Então era complicado a gente sozinha com os filhos, como eu ficava. Desde pequenininho, os três. Quando ele [Thiago] veio, o meu filho mais novo, o Junior, já tinha cinco anos. É essa a parte difícil.

A família encontra-se centrada na mulher, ao que diz respeito aos cuidados domésticos, porém, a figura de provedor é estatuto do pai, que detém a principal função de autoridade. Isso significa que, embora a mulher encabece as decisões dos cuidados domésticos e com os filhos, o lugar do marido é mantido como o primordial (ou único) provedor. Contudo, sua responsabilidade centra-se "fora" do reduto do lar, seu trabalho externo. A ele (o pai) se recorre somente em casos pontuais ou emergentes. Podemos entender essa produção como um arranjo que confere suporte para esse pai/cônjuge se manter a

distância sem perder as "rédeas da família", como aponta Thiago. Mesmo que essa figura masculina mantenha essas rédeas, percebemos as mulheres conferindo a direção, ao ter de lidar no cotidiano com inúmeros problemas e questões que demandam cuidados, assistência, educação, afeto e gestão da rotina familiar – um encargo pouco distribuído, o que deixa ranços e angústias que podem ser pouco compartidas em arranjos mais horizontalizados, capazes de envolver com maior participação a figura paterna no trabalho de "dentro", o doméstico-familiar.

Finalmente, ao se voltar para esse passado recente na vida deles, os Safira relatam que um elemento fundamental para manter a relação nesses desencontros trabalho-família foi a confiança um no outro. Mencionam ter sido complicado estar longe, mas foi uma escolha que lhes possibilitou perdas e ganhos. Reconhecem que viver e morar juntos, compartilhando um cotidiano face a face, na atualidade também não é algo fácil. Perante isso, orgulham-se ao dizer que conseguiram construir e manter uma relação nesses termos ao completarem 32 anos de casados.

Esses são o tempo, espaço e relação dos Safira a se ressignificar com o retorno para a família, de Thiago e de Ana, ambos aposentados. Thiago tem novo trabalho, porém em uma condição inédita: ser na mesma cidade em que seus familiares residem. Capítulo novo a ser escrito ao ser dar continuidade a esse enredo familiar com a família reunida – ao menos o casal. Uma redescoberta que Thiago se permite realizar, ao buscar suprir o lapso do afeto provocado nos interstícios do tempo e do espaço, posto que, para ele, deixar de ficar longe da família é um momento de "tranquilidade da vida", em que pode dar "uma assistência melhor", em suas palavras.

As narrativas em diálogo: generalidades e singularidades

Nesta seção agrupamos ao redor de temas os principais núcleos argumentais localizados a partir do diálogo entre as narrativas de

vida dos três grupos familiares. Esperamos desse modo tanger seus aspectos gerais sem dispensar as especificidades do material narrativo. Poder avançar na discussão e aprofundar o mundo que esses narradores nos revelaram.

De que forma faríamos isso? Ao apreciarmos o conteúdo narrativo não somente em sua captura pela hegemonia neoliberal, mas que se contraponha a esse ideário. Isso é viável ao evidenciarmos as lutas, ações, conflitos e paradoxos invisibilizados ou, mesmo, menosprezados. Poder emergir das bases, isto é, dos horizontes de vida dos narradores, os saberes e desejos como as substâncias capazes de ampliar os espaços coletivos mediante as trocas de experiências.

Colocar as narrativas em diálogo, em suas generalidades e singularidades, é poder estabelecer zonas de contatos a partir de suas diferenças que convergem e divergem. Colocar em destaque a multiplicidade que, mais que compor esse universo do barrageiro, refrata a própria vida. Quem sabe assim podemos recobrar as experiências desperdiçadas que o narrador benjaminiano insiste em recuperar a fim de recolhermos elementos que fomentem práticas sociais transformadoras.

Consiste em debruçarmo-nos sobre as narrativas dos barrageiros e seus familiares que assumiram a voz e a vez para narrar as suas vidas e revelar em seu discurso suas próprias utopias, ao viver condições específicas de trabalho, moradia e de relações afetivas e sócio-familiares, em que a migração laboral faz-se atuante, ao delinear seus modos de ser-trabalhar-viver. Essa dimensão ganha expressão, quando entendemos que a utopia se enraíza em determinado cotidiano e, a partir dele, podemos encontrar os elementos a serem traduzidos com o auxílio da hermenêutica e da psicossociologia mediante a composição de temas que enredamos nos itens subsequentes.

O caráter interventivo da narrativa enquanto arte da existência: uma ação autopoiética

Para dar início a este tópico, gostaríamos de demonstrar o caráter interventivo que a narrativa possui ao mobilizar lembranças, afetos

e rever o vivido ao retomar/retornar as histórias de vida. Pudemos ver, com uma de nossas narradoras, o teor provocativo das reminiscências que persiste para além da situação de pesquisa: "O que eu me lembro é isso. Depois que eu vou falar, vou lembrar: deveria ter falado aquilo!" (Débora).

Débora nos evidencia que essa metodologia amplia o reencontro não somente com a sua própria história, mas com a historicidade familiar, coletiva e social, em que um fio de história puxa outro, pois falar é lembrar e lembrar é poder narrar. Em seu relato seria: "Se eu tiver algo a acrescentar eu vou falando. Porque quando a gente vai falando a gente lembra, minha irmã lembra outra coisa. Aí devia estar gravando! Lembrar das brigas também que a gente tinha!"(Débora).

Quando encontramos Débora novamente, ela menciona ao longo das narrações como a primeira entrevista-narrativa a mobilizou, despertando nostalgia em relação ao modo de vida outrora experimentado, um desejo de rever o lugar de existência:

> Esse negócio de ficar falando da vila I me deu uma nostalgia. Esse dia eu baixei o *Google Earth*, entrei lá. Passeei pela vila I inteira, não achei a minha casa porque não deu para passar na rua lá. Casa X, quadra Y. (Débora)

Ao reportarmo-nos a Le Grand (2005), veremos que a história de vida está vinculada de modo frequente a um trabalho de luto. É luto de uma situação vivida, de uma juventude, de um modo de ser-viver, tal como Débora nos sinaliza e nossos demais narradores. Volver a esse passado que pulsa no presente mediante a narrativa é uma maneira de se (re)viver simbolicamente. Poder procurar outras vias para dar continuidade à existência, logo, uma dimensão de busca sociopsíquica, pois de maneira indissociável vemos que procurar a si mesmo é também localizar o outro. Não se trata apenas de uma nostalgia do que ficou para trás, mas de um redimensionamento da historicidade que possibilita "passar a outra coisa, encarar projectos, fazer com que a vida continue noutro local, de outro modo, num tempo novo, numa geração nova" (Le Grand, 2005, p.276).

Por isso temos afirmado ao longo deste livro a narrativa vinculada ao potencial interventivo, uma vez que oportuniza um trabalho de historicidade enquanto arte da existência, de reinvenção de si. Nas palavras de Le Grand (2005, p.277), "uma prática *autopoiética* – do grego *autos* (si) e de *poien* (produzir) –, que visa produzir-se a si mesma".

No material narrativo das três famílias pudemos encontrar esses elementos como também apreciar de modo nítido o cruzamento da instância individual com a social-histórica. Verificamos nas charneiras do espaço-tempo individual sua inscrição nos campos social, histórico e político. Aspectos que explicitaremos adiante.

A diversidade do universo dos barrageiros e seus familiares

Ser barrageiro e família de barrageiro possui múltiplas facetas e paradoxos. Uma vivência cujas marcas migratórias imprimiram enlaces e desenlaces, sentimentos sobre os quais parece ser difícil expressar, mas que não deixam de invadir o conjunto da existência, da experiência de si e com o outro.

Vamos encontrar nesse grupo social, a partir de suas histórias singulares, ecos do modo de produção capitalista e da adoção do programa neoliberal pelo governo brasileiro que trouxe impactos nítidos no setor de produção de energia elétrica. São as privatizações e demissões que, se de um lado geraram outras modalidades de contrato e gestão de trabalho mais frágeis e incertas, por outro, produziram modos de ser-trabalhar-viver em um horizonte marcado pelo curto prazo, pela insegurança e desenlace social e familiar.

É possível observar as transformações encetadas pelo âmbito econômico e sociopolítico, ao adentrarem nas casas e nos espaços doméstico e de intimidade – onde a história geral é vivida e (re)inventada no cotidiano por pessoas até então desconhecidas e invisibilizadas.

Em face disso, pudemos ver o processo de desmonte do frágil Estado de bem-estar social, com suas empresas estatais, ao sofrerem profusas transições oriundas do processo de privatização. Ficaram

alocados em um passado cada vez mais distante os suportes fornecidos aos trabalhadores (que integravam direta ou indiretamente essas empresas), os quais permitiam o usufruto de recursos que garantiam a moradia, conferiam estabilidade no emprego, dispunham assistências e benefícios que ultrapassavam a esfera salarial, como a vivência nas vilas capazes de contrapor a desagregação ao conferir uma rede promotora de sociabilidades e aproximações.

Com a iniciativa privada, esse cenário de vida modificou-se drasticamente. O longo prazo cedeu lugar ao curto prazo. O processo de gestão e configuração do trabalho produziu vínculos frágeis e precários, dispensando tudo o que não correspondesse com a lógica financeira preconizada pelo mercado e sua sede insaciável de lucro.

A partir disso, vimos uma diversificação de vida acentuar-se nos modos de ser-trabalhar-viver dos barrageiros e seus familiares. Para sobreviver a esse cenário, os arranjos familiares buscavam responder às oportunidades de trabalho do pai, provedor, que se deslocava para atender à família que de modo geral permanecia fixada em uma localidade que de alguma maneira lhe oferecesse segurança.

Contudo, ao observarmos os arranjos das três famílias, percebemos que esses adquiriram outra disposição conforme uma vivência migratória laboral fosse ocasionada.

A família Topázio acompanhava Jonas em seus novos locais de trabalho quando este tinha disponível um núcleo residencial promovido pela empresa empregadora (mesmo que indiretamente via empreiteira, que prestava serviço à estatal ou à proprietária da hidrelétrica). Os familiares acompanhavam o chefe de família por haver a garantia de moradia e um contrato firmado em prazo maior. Jonas ia adiante para acertar a moradia e, posteriormente, trazê-los em segurança. Entretanto, seus familiares deixaram de acompanhá-lo em seus novos locais de trabalho pelos seguintes motivos: 1- contratos temporários de trabalho; 2- lugares longínquos e sem estrutura que permitissem receber a família, fosse por não haver um núcleo residencial, fosse por Jonas morar temporariamente em alojamentos e/ou repúblicas; 3- recorrente migração dispersas em diferentes frentes de trabalho.

Os nós sociopsíquicos aqui denotam as transformações nas condições e relações de trabalho, o mercado laboral que se tornou incerto e lançou Jonas em uma via migratória, marcada pela errância, pois esse barrageiro seguia as oportunidades de trabalho conforme conseguia um novo contrato de trabalho ou assumia um novo projeto em outra localidade. O que mudou, na vivência afetiva e relacional, foram os papéis designados, até então, ao pai de família, como visto.

A família Citrino acompanhou Davi quando havia uma referência local de moradia, fosse do núcleo residencial promovido pela empresa estatal ou selecionado pela família, compatíveis com seus recursos materiais e imateriais. Nas primeiras mudanças os membros familiares o acompanhavam. Passaram a não residir juntos quando não dispunham de uma localidade que não oferecesse segurança material e afetiva. Conviveram em cidades de trabalho e família separadas, em distâncias menores que permitiram a Davi se deslocar diariamente, no início de suas vidas familiares. Davi, por fazer parte de uma grande estatal, conseguiu requerer uma transferência que oportunizou a reunião familiar em um único local. Nessa localidade moraram até Davi aposentar-se e, posteriormente, ser demitido, pós-privatização.

Os arranjos familiares transformaram-se com maior radicalidade quando esse chefe de família seguiu para outros estados em busca de contratos de trabalho para assegurar o estudo dos filhos. A família não o acompanhava por motivos similares aos da família Topázio. Ademais, percebemos uma vinculação mais enraizada dos familiares de Davi na cidade/vila em que residiram – o que nos leva a conjeturar que, se Jonas tivesse conseguido adquirir o direito de compra da casa na vila em que moraram, também teria promovido o enraizamento em um cenário de vida conhecido, além da almejada casa própria.

Como vimos, os Citrino passaram a viver em cidades separadas desde a demissão de Davi até o momento atual, quando uma demissão iminente oportunizou o retorno dele. Momento esse em que os filhos concluíram os estudos, ensejando um permanecer junto ao núcleo familiar.

Por sua vez, os Safira conviveram com a migração, de maneira diferenciada, em uma distância conhecida e não tão longínqua, porém presente quase quinze anos da vida deles. Thiago realizava viagens e trabalhos fora, de modo recorrente, porém tinha um retorno certo ao seu local de trabalho e de moradia originais. Os arranjos dessa família, que se dispôs a conviver a distância, foi uma via alternativa que permitiu não abandonar projetos singulares, mas conjugá-los ao grupo familiar, isto é, o trabalho que conferiria independência e reconhecimento financeiro e pessoal – na esfera singular – também auxiliou no projeto familiar o amparo futuro dos filhos em seus estudos e início profissional.

Os Safira teceram negociações passadas quanto a essa decisão que demandou novos acordos a serem firmados em uma relação face a face que o presente dá ocasião, como pudemos acompanhar em suas histórias.

Tendo isso em vista, nas três famílias percebemos diferenciações nos arranjos, nas negociações e papéis familiares desempenhados na ausência e presença do chefe de família, o que motivou disposições que pudessem atender as suas necessidades em termos materiais e afetivos. Contudo, os pontos de convergência nessas três histórias, referentes aos nós sociopsíquicos, foi a importância que os contratos de trabalho em longo prazo promoveram com os dispositivos de moradia disponíveis a esses trabalhadores migrantes e seus familiares, pois serviam de âncora que permitia a vivência da mobilidade em termos mais seguros e negociáveis. Com o desmonte dessas instituições, não foi mudada apenas a relação de trabalho e funcionário, mas também as suas referências afetivas, sócio-familiares, geográficas e simbólicas – dimensões enraizadoras da vida. Aspectos esses que continuaremos a desdobrar nas seções seguintes.

As vilas de trabalhadores de barragens: um dispositivo de aproximação e controle

As famílias Topázio, Citrino e Safira viveram parte significativa de suas histórias nas vilas de trabalhadores de barragens. Residiram pelos menos dez anos nesses locais e atravessaram o processo de venda dessas casas. Todas, exceto a família Topázio, tiveram oportunidade de comprar a casa de moradia nessas vilas. A família de Jonas foi quem morou e não conseguiu liberação de compra, fato que não trouxe apenas ressentimentos, mas suscitou a produção de um sentimento de não obtenção de reconhecimento por seu trabalho e anos de vida dedicados ao Bambu, como observamos em suas histórias.

Ao lançarmos um olhar mais atento às vilas, podemos percebê-las como um dispositivo que, se de um lado propicia a constituição de sociabilidades e agregação, por outro, possibilita o esquadrinhamento e controle, por parte da empresa, sobre o trabalhador e sua família. Identificamos nelas um dispositivo gerador de paradoxos naquilo que promovia e subtraía.

Como visto, as vilas conferiam ancoragem em meio ao movimento migratório, um *locus* de aproximação e segurança para quem chegava à terra estranha. Por esse lado, a vila permitia acolher esses trabalhadores-migrantes e suas famílias, fornecendo condições de convivência, territorialização e enraizamento na experiência de deslocamento. Com o processo de desmonte mediante a privatização do setor hidrelétrico brasileiro, as casas dessas vilas foram vendidas e esses espaços de acolhimento tornaram a vivência da migração mais vulnerável com a precarização laboral. Os relatos dos narradores tornaram isso mais visível não somente por apresentarem o paradoxo residente nesse dispositivo, capaz de aproximar e controlar, mas também do que ele era capaz de promover ao reunir por meio de um elo identificatório os trabalhadores-migrantes e seus familiares.

Geralmente as casas seguiam um padrão arquitetônico, diferindo-se em tamanho e qualidade do material conforme as classes econômicas e sociais dos trabalhadores nas UHE. Não possuíam portões e eram integradas a clubes, escolas, hospitais, centros comunitários

e parques conforme o projeto-diretor determinava. Lugares capazes de abrigar pessoas de diferentes procedências, regiões, costumes, culturas e funções. Suas ruas costumavam ser espaço para brincadeiras, mas havia algumas restrições do ir e vir. Seu caráter seletivo estava voltado para a segmentação socioeconômica dos diferentes cargos e funções que os trabalhadores ocupavam na empresa, logo, repercutia em suas condições de moradia e sociabilidade.

Esses núcleos residenciais eram sinônimos de barragem e isso pôde ser evidenciado nas famílias Topázio e Citrino, ao dizerem que seus filhos foram criados nessas imediações, isto é, cresceram em vilas de trabalhadores de empreendimentos hidrelétricos. Jonas nos diz: "As meninas aí foram criadas tudo em barragem".

O que é ser criado em barragem? É viver parte significativa de sua vida em vilas e dispositivos da empresa responsável pela UHE, o que confere relevo à íntima vinculação entre trabalho e família.

Não devemos nos esquecer de que foi amplamente destacado o ambiente da vila na fala das mães (Sara e Lia) e na dos filhos (Débora e Raquel), esse espaço de convivência que permita muitas peripécias infantis, como as crianças que pulavam muros, colhiam frutos e os saboreavam e brincadeiras em diferentes pontos da vila, conferindo liberdade para diversão até o anoitecer. Havia também um ar de aventura no relato dessas mães, levar o lanche para os filhos, no intervalo da escola, poder colocar cadeiras debaixo das árvores em uma roda de conversa. Sentarem-se à beira da calçada regada a uma boa prosa. Realizar trocas não somente de receitas. Mais que anunciar guloseimas a serem partilhadas na janela, prontas para serem degustadas, era um compartilhar da vida na divisão dos problemas e no solidarizar das dificuldades. Um lugar em que, nas lembranças dessas famílias, havia um cálido sentimento de segurança. Segurança dos filhos, do cônjuge e de si mesmas.

Entretanto, por outro lado, podemos deslindar a faceta dessas vilas enquanto dispositivo de controle. Com Ribeiro (2002), Froelich (2001) e Nova (2000), identificamos a fusão entre trabalho e lazer, entre labor e vida privada – nós sociopsíquicos. Para entendermos melhor esse cenário, é preciso correlacionar a intensa e extensa

jornada de trabalho, vinculando o labor às outras esferas da vida, de modo direto e indireto, 24 horas por dia. Essa conjunção podia ocorrer pelos turnos de trabalho, pelo sobreaviso mediante escalas e plantões e também pela estruturação do lazer em torno do trabalho. As vilas e seus estabelecimentos, bem como as festas e confraternizações promovidas pela empresa, davam-se entre seus trabalhadores e familiares, em seus locais de vivência fora do espaço de trabalho. Sendo assim, havia uma íntima conexão entre o fora e o dentro do trabalho que gravitava ao redor da UHE, fosse o Bambu, fossem o Cipreste e suas principais empreiteiras.

Para evidenciar a diluição das fronteiras do dentro e fora do trabalho, precisamos conceder destaque à política da empresa que sobrepujava o espaço de trabalho, conferindo uma heterorritmia. Isto é, a sutileza do poder econômico, ao perpassar a idiorritmia (desejos e vontades), imprimindo suas marcas nas singularidades.

Quando nossa narradora, Raquel, fala do controle odontológico na escola, da regulação alimentar e da disciplina em sala de aula (a ameaça mais temível para o aluno era a escola comunicar diretamente o pai na UHE, no local de trabalho), podemos localizar a aproximação nítida entre os dispositivos escolares com o canteiro de obras.

Ribeiro (2002) é quem nos fornece material para subsidiar nossa constatação. A autora, ao estudar uma corporação desse gênero no Paraná, anuncia que o controle alimentar e nutricional possuía a finalidade de garantir a produtividade, similar a uma máquina a ser ajustada para bem funcionar. As calorias minuciosamente calculadas eram servidas conforme a categoria social e profissional, tais quais as divisões expressas nas moradias e nos locais de trabalho. Manter o trabalho na obra, de certa forma, era também mantê-lo fora do espaço de trabalho, no cuidar dos filhos desses barrageiros. Vejamos essas reverberações soarem na escola e no canteiro da obra:

> O Bambu dava também diariamente leite de soja. De sala em sala, para todas as crianças que queriam leite. [...] Eles davam o leite de soja para justamente, naquela época, eles já sabiam que era mais saudável e nutritivo para os alunos. Então, eles davam o leite

> quentinho, achocolatado, todos os dias. O aluno que quisesse era só levar o copo. As inspetoras passavam com aqueles caldeirões de leite quentinho e de manhã e à tarde eles davam o leite. (Raquel)
>
> Tudo era minuciosamente calculado. Para os funcionários que não podiam abandonar seus postos, as refeições eram servidas no local de trabalho. Quem trabalhava a uma temperatura inferior a 10ºC, tinha direito a uma dose de chocolate quente. A cada período de três horas, eram servidas barras de chocolate. Se a temperatura elevasse excessivamente, o funcionário recebia pastilha de sal, para evitar a desidratação. Tudo estava previsto. O ritmo da obra era contínuo, 24 horas por dia, todos os dias do mês, sem queda de ritmo. (Ribeiro, 2002, p.64)

Indo um pouco mais adiante, é possível localizar outra contiguidade entre obra e vila. A vigilância e policiamento próprios ao Bambu:

> O policiamento era ótimo. Tinha muitos funcionários na segurança, na época que o Bambu estava sendo construído. A gente tinha viaturas passando na frente da nossa casa várias vezes por dia. Sempre acompanhando. As saídas das vilas eram sempre bem vistoriadas. [...] A gente não ouvia falar [de assalto] porque era bem complicado se o ladrão resolvesse entrar na vila para depois sair porque o policiamento era bem severo. (Raquel)
>
> A usina era um território fechado com regulamentos e vigias. O regulamento impunha uma série de normas que tinham que ser cumpridas pelos trabalhadores [...]. A estas características há de se acrescentar que *a corporação* montou seu próprio aparelho policial, responsável pela vigilância e segurança dos trabalhadores. O controle disciplinar era destinado à garantia do aumento gradual da produtividade. (Ribeiro, 2002, p.66)

Com esses paralelos, podemos perceber que os encontros entre trabalho e família eram nítidos ao ressoar uma política de controle

para além dos cercos do canteiro de obras. Era o controle do aluno na escola cuja principal ameaça, no caso de indisciplina, era chamar o pai na obra; o controle alimentar e nutricional para bem produzir; o lazer disponibilizado em seus estabelecimentos; e o aparelho de policiamento. Tudo gravitava ao redor do Bambu.

Nova (2000) também aponta essa diluição entre as fronteiras da vida pessoal e do trabalho. Vinculação essa que expressa conjuntamente a intensa jornada de trabalho. Tanto o Bambu quanto o Cipreste promoviam uma coesão grupal para aqueles que integravam a empresa e faziam parte dos dispositivos de moradia e lazer desta. A internalização da cultura e política organizacionais era extrema, sendo o grupo de trabalho também denominado "família", como aponta Nova (2000), ao estudar a cultura organizacional desses empreendimentos. Isso gerava tanto um corporativismo quanto uma naturalização das relações de poder expressas entre chefias e subordinados. Não livre de conflitos e tensões, pois eram reiterados os elementos classistas que demarcavam desde os espaços de trabalho (prestígio, remuneração e poder decisório) e fora dele (casas, clubes e escolas distintas conforme o cargo na empresa).

Froelich (2001) corrobora os achados desse autor, ao expor o relacionamento acentuadamente paternalista entre base e chefia. Isso se dava por meio de autoritarismos e arbitrariedades que se efetivavam mediante a intensa disciplina do regime de trabalho, das transferências compulsórias até o silenciamento e abafamento de manifestações e reivindicações por melhores condições de trabalho. Além disso, também se percebia na política de gestão desses empreendimentos uma relação de dívida do subordinado aos seus chefes que tanto podiam ser tirânicos quanto "compreensivos e bondosos".

Ribeiro (2002) discute, em seu estudo, sobre uma das maiores corporações do ramo hidrelétrico brasileiro, a jornada esmagadora expressa em uma carga horária extenuante[9], em um ritmo ininter-

9 Para dimensionar esse *quantum* (que sabemos sobrepujar ao se tratar de trabalho vivo), a Itaipu, em seu sítio eletrônico, aponta pelo menos 50 mil horas de trabalho na construção de sua hidrelétrica para que, pela primeira vez, as

rupto e com punições despóticas que não somente poderiam levar à suspensão do trabalhador, como também à demissão daqueles que ousassem reivindicar ou questionar a ordem imposta pela empresa – o que gerava o silenciar e o conformar com a realidade, por medo de retaliações.

O espaço da UHE era um território fechado, submetido a regulamentos próprios e estritamente vigiado, fosse de seu público interno (trabalhadores), fosse da regulação do âmbito externo, de quem estava autorizado a entrar e a sair.

Para manter o trabalhador dócil e disciplinado, havia um fundamento ideológico que subsidiava esse dispositivo de controle de modo que o funcionário viesse a ter "orgulho" de integrar essas empresas, tanto pela competência técnica requerida nesses empreendimentos quanto pelo ideal nacional de progresso e desenvolvimento que se atrelava a essas obras de grandes proporções. Na narrativa dos três barrageiros de nossa pesquisa pudemos perceber esse sentimento de honradez por fazerem parte dessas corporações:

> Na época a gente trabalhava numa empresa e era uma das maiores empresas do Brasil, nível bem elevado. Eu trabalhava no *Cipreste.* [...] As firmas na cidade eram tudo aquelas firminhas, salário, eles não tinham. A gente de estatal [...] conseguia ganhar bem, então, tinha que viver bem. (Thiago)

Devemos nos lembrar de que estamos falando de um período tido como áureo na história do Brasil, o qual se regozijava no "Milagre econômico brasileiro" que construiu um ideal de nacionalismo, após 1964, época da ditadura brasileira. O governo colocou em execução projetos de grande porte cujo investimento econômico visava implantar uma indústria vigorosa de bens de capital (Ribeiro, 2002; Froelich, 2001).

---

catorze comportas do vertedouro pudessem ser levantadas e a água represada liberada (Itaipu, 2014).

Entretanto, vemos esses primeiros tempos desvanecendo-se conforme se enfrentavam crises, com o avanço da democratização, com as reestruturações posteriores nas eras Collor e FHC e com a implementação neoliberal, ao culminar em extensas privatizações do setor hidrelétrico, como apontado em nossa discussão teórica e por nossos narradores, o que nos leva a prosseguir para o item posterior, referente ao contexto de trabalho e seus agravos.

Os barrageiros e os acidentes de trabalho

Na família Citrino e Topázio fez-se claramente menção à longa jornada de trabalho. Sobre isso, Froelich (2001) traz informações de que, embora haja diferenciação da jornada conforme a atividade exercida, no geral, o trabalho na UHE (principalmente no período de construção) dava-se durante 24 horas, sete dias da semana – incluindo feriados e datas comemorativas. O barrageiro estava ligado direta ou indiretamente à obra 24 horas. Disso, temos alguns desdobramentos que a literatura disponível nesse tema ainda pouco explora: acidentes de trabalho, vinculação trabalho e lazer e relações de poder.

Quanto aos acidentes de trabalho, dois dos nossos narradores mencionaram ter sofrido, o barrageiro da família Topázio e o da família Citrino.

É interessante observar na família Topázio como esse episódio compareceu em sua narração. De modo indireto, Jonas rememora o cenário do canteiro de obras marcado por recorrentes acidentes. Afirma ter ouvido falar de inúmeros acidentes durante a construção. Lembra-se de um episódio em que um guindaste que carregava concreto despencou e atingiu vários trabalhadores, gerando mortes. Também se recorda de cabos de aços rompidos, produzindo acidentes e outros óbitos. O que vemos como algo curioso é de Jonas não ter se lembrado de seu próprio acidente e, sim, a sua filha, Raquel.

Raquel nos conta esse acidente, imersa em reminiscências da infância que situam o pai como o "trabalhador surreal". Percebia desde criança que a profissão dos barrageiros exigia muito para

que as hidrelétricas pudessem ser construídas e os prazos, sempre enxutos, fossem cumpridos. Nesse cenário, esse "trabalhador surreal" era aquele que não falhava na sua atividade e que ela nunca via faltar no trabalho, mesmo estando com problemas de saúde e com dor. A contrapartida disso era o seu pai não poder estar presente em eventos familiares, datas comemorativas e atividades da escola. Além disso, a falibilidade pôde ser percebida na única vez em que ele faltou, quando Jonas foi vítima de um acidente de trabalho que lhe quebrou o nariz e demandou uma cirurgia. Raquel nos diz que uma peça havia escapado e acertou seu pai durante a manutenção de uma máquina. Ela não somente explica como aconteceu o acidente, mas dimensiona a gravidade que poderia ter sido fatal ou mesmo gerado uma lesão permanente. Fora isso, nas memórias de sua infância, tinha a impressão de que seu pai trabalhava mais do que os pais de outras crianças que exerciam profissões distintas.

Com esse relato, vemos como o trabalho torna-se presente dentro de casa, perceptível tanto na ausência do trabalhador, que ficava longas horas fora de casa, como em sua presença, ao manifestar cansaço e sinais de exaustão. A rotina de trabalho, enquanto tempo forjado pelo grande mercador, é reiterada na vida privada ao compassar o tempo doméstico e familiar.

Por sua vez, o acidente de trabalho de Davi é rememorado pelo próprio casal, às vésperas de uma mudança para uma nova cidade. O episódio sucedeu-se quando Davi estava em trânsito, a serviço do Cipreste, em um transporte com outros colegas de trabalho, rumo ao canteiro da obra. No percurso, uma tampa de esgoto explodiu, acertou a roda do veículo e, com esse impacto, Davi bateu a cabeça, cortando-a. Foi socorrido pelo próprio motorista, que o levou ao hospital, onde recebeu sutura na cabeça. Lia lembra quanto se assustou ao ver o marido chegar a casa, ferido: "Ele estava chegando da *cidade*, com a cabeça raspada, a camisa cheia de sangue, em casa! Ai! Minha Nossa Senhora!".

Juntos, rememoram Davi como um trabalhador que não faltava, sendo esse acidente um dos poucos atestados de saúde que teve ao longo de sua trajetória profissional. Sobre isso, vimos também o

relato de Lia, que citou extensas horas de trabalho de seu marido, ao se referir aos horários "malucos" dos turnos, apontados como ruins e intensos, pela esposa. Um trabalhador, que aos olhos de sua companheira, tinha medo de faltar um único dia de trabalho.

Como visto, esse "trabalhador surreal" com horários "malucos" que consente e não ousa faltar um dia de trabalho tem a ver com o "trabalhador de ferro" que Ribeiro (2002) discute, ao pôr em cena um termo utilizado pelo próprio operário (barrageiro) do canteiro de obras. Um trabalhador a ser forjado e moldado sob uma rígida disciplina e controle, impostos pela gestão laboral. Para dar conta dessa realidade, era preciso ser duro como ferro, não tendo direito a fraquejar tampouco amolecer.

> Por outro lado, é uma imagem que denuncia a precariedade da situação dos barrageiros, o sofrimento e a insegurança, o tratamento dispensado aos acidentados e a morte dos companheiros de trabalho. O trabalho era perigoso e podia provocar acidentes graves, que eram comuns. Ferimentos nos braços, nas pernas e unhas das mãos e dos pés. Os fatais não eram divulgados, mas muitos trabalhadores guardam na memória relatos deles. Não fazem parte da história oficial da obra do século. (Ribeiro, 2002, p.67)

As relações de poder e de acidentes de trabalho não devem ser vistas desvinculadas. Froelich (2001) nos chama a atenção para o fato de que muitos dos empreendimentos de UHE nasceram no período de plena ditadura brasileira. A gestão dessas obras bem como as condições e relações de trabalho incorporaram esse regime político, cuja principal expressão dava-se no binômio desenvolvimentismo-autoritarismo.

O autor também aponta existir um grande número (desconhecido por falta de registro) de barrageiros, vítimas de acidentes de trabalho. Trata-se de uma profissão repleta de riscos e agravos à saúde do trabalhador. Um acidente grave era passível ocorrer no cotidiano do canteiro de obras, o que fazia esses trabalhadores conviverem com essa realidade, de maneira próxima e diária.

O desconhecimento desse número, que não existe oficialmente, entre outros motivos, dá-se também pelas empreiteiras não prestarem contas nem responderem a respeito disso nesse período. Isso, Ribeiro (2002) também corrobora, ao asseverar que foram poucos os informativos, publicações e documentos que traziam dados dos acidentes e riscos existentes nas obras. Mesmo pesquisas recentes trazem, de modo fragmentado e disperso, informações sobre esse tema.

A ausência desses números torna-se compreensível ao nos depararmos com as duras relações de trabalho que reiteravam o autoritarismo por que o país passava. Os supracitados autores são unânimes ao apresentar uma disciplina rígida, com duras ordens, sem qualquer espaço para diálogo e com parcas negociações. A representatividade dos trabalhadores veio a surgir apenas em 1976, quando sindicatos emergiram, até então estes não existiam ou era inoperantes. Qualquer manifestação ou insatisfação não apenas trazia ameaça de demissão, como também um tratamento de segurança nacional, chegando a envolver o Exército para a resolução do conflito. Exemplo disso foi o episódio de um grupo, ao exprimir sua insatisfação com a comida servida pelas empreiteiras, conforme Froelich (2001) apresenta em seu estudo, que incorreu em violência e repressão. Imerso a tudo isso, continuava a imperar o ritmo frenético de labor durante toda a construção da barragem.

O par desenvolvimentista e autoritário estava entrelaçado, pois era regido por uma ideologia político-econômica, cujos objetivos eram estritamente monetários e financeiros. Durante o período da ditadura militar (1964-1985), o país, sob o autoritarismo, veiculava uma ideologia desenvolvimentista em que o governo apresentava à sociedade uma política social e de desenvolvimento econômico com o intuito de acelerar a acumulação de capital mediante uma rápida industrialização. Foi o período das grandes obras, quando várias hidrelétricas foram construídas por serem tidas como símbolo do progresso e condição para o país crescer mediante a geração de energia.

Todavia, esse ideário desenvolvimentista era movido pelo autoritarismo. O aspecto ideológico era subsidiado por uma política social, geradora de um imaginário de segurança, combatendo os inimigos

externos e internos. Esse modelo de comando estendeu-se para os canteiros de obras, onde a autoridade não podia ser contestada, sendo entendida como eficiência no trabalho.

Posto isso, havia a clássica elite dominante estatal e de grupos hegemônicos privados (como grandes empreiteiras que se associavam a essas obras com o Estado) funcionando por meio de mecanismos de pressão e corrupção – estendidos também ao setor hidrelétrico brasileiro (Froelich, 2001; Ribeiro, 2002).

A busca de um lugar no trabalho e no espaço familiar: paradoxos da existência

Vimos até aqui que a migração laboral e barrageiro são vinculações praticamente indissociáveis. Ser barrageiro remete à itinerância e a mudanças de cenário de trabalho, de cidade e das relações familiares. É o movimento que atravessa a subjetividade e constitui suas histórias de vida. No entanto, é preciso ponderar com cautela a ligação estabelecida com o trabalho, a cidade, a família e com a própria distância, seja para quem vai, seja para quem fica.

As razões das mudanças remetem a fatores distintos, podendo ser por transferência, solicitada pelo trabalhador, ou compulsória, por partir da própria empresa; término de contrato; finalização da obra/da função; novo contrato pela mesma empresa ou outro empreendimento, podendo exercer função profissional similar ou não.

Essa mobilidade foi pronunciada pela fragilização do vínculo de trabalho, dando origem ao desemprego, demissão e aposentadoria antecipada, como visto até aqui. Tal processo acentua-se ao remontar ao contexto de reestruturação e às empreiteiras construtoras. Jonas demonstrou com clareza sua condição de trabalho nessa conjuntura: "Eu trabalhava na construtora, no entorno. Não era no Bambu não. Trabalhava na construtora. Acabou a obra, acabou a empresa também. Aí eu saí" (Jonas).

Ao observarmos os picos de mão de obra das empresas, fosse a estatal, fosse das empreiteiras que a ela prestavam serviço, vimos

um número flutuante, especialmente as que possuíam vínculos de trabalho mais instáveis com as empreiteiras. Com isso, iniciou-se um ciclo de utilização da força de trabalho em etapas específicas da edificação mediante processos de admissão e demissão conforme as demandas das frentes de trabalho e das exigências deste. Com o passar do tempo, a especialização adquirida durante as obras e a formação de um contingente voltado para a construção, vislumbramos as novas obras como um reservatório de mão de obra barrageira, podendo absorver parte desse pessoal conforme o porte e as firmas contratadoras.

Froelich (2001) aponta a impossibilidade de absorção de todo o contingente após o término da obra. Para muitas funções, especialmente as que estavam envolvidas com a construção, restava a expectativa de integrar novos projetos em outros locais ou a busca de outros postos de trabalho em atividades distintas às de barrageiro.

Nesses termos, a distância torna-se (in)suportável mediante o projeto pessoal que se constrói por meio do trabalho e daquilo que este pode oferecer em termos materiais e de reconhecimento. Os narradores expressaram essa condição, vinculando seu ideal de vida ao labor na expectativa de manter a família; adquirir a casa própria; educar os filhos; sustentar um patamar financeiro que gerasse maior qualidade de vida.

Quanto ao barrageiro e sua relação trabalho-família, nas três famílias visualizamos o barrageiro (pai, chefe de família) morando em outra cidade em algum período de sua vida, distanciado do grupo familiar e por demanda do trabalho. A vivência em cidades separadas, do mesmo modo que oportunizou um vínculo empregatício e/ou uma ascensão profissional em outros, fragilizou as relações familiares, ao ter o barrageiro de lidar com a distância física e afetiva, além das recorrentes viagens para visitar esporadicamente seu núcleo familiar.

Ao apreciarmos as dimensões macro dessa vivência, com Froelich (2001, p.152) vislumbramos problemas de caráter social, associados à migração da mão de obra dessa categoria profissional por causa da imposição de um ideal desenvolvimentista, denominado pelo autor

como "obreirismo". Este se caracteriza enquanto afastamento do trabalhador de sua casa por pelo menos um mês. Está relacionada ao obreirismo a dissolução familiar em virtude da ausência do chefe família, gerando separações, a constituição de novas famílias em outras regiões de trabalho e a insegurança do núcleo familiar.

Em face disso, é comum encontrar uma situação em que o trabalhador de barragem torna-se "morador-ausente" (em relação à localidade em que a família reside) para ser "morador-efetivo" em alojamentos ou repúblicas, estabelecidos outros lugares em decorrência da demanda da mão de obra em outros projetos hidrelétricos. Fato que os três barrageiros da nossa pesquisa vivenciaram em algum momento da vida deles. Isso reflete a itinerância que Jonas, o narrador que em mais localidades morou, demonstrou em seu relato: "Barrageiro começou não para mais... de uma barragem para a outra...".

A vila que Lia nos situou em sua narrativa remeteu nitidamente a esse morador-ausente que Froelich (2001) denomina a respeito do esvaziamento do núcleo urbano com a partida dos barrageiros, chefes de família. Lia nos contou como essas vilas passaram a ser habitadas expressivamente por mulheres e seus filhos. Para se referir ao contexto dessa vila, em que morou pelo menos dez anos de sua vida, utilizou a expressão "mulher viúva de marido vivo". Fez menção aos barrageiros que se ausentaram de casa por longos períodos, inclusive o seu marido. Eram trabalhadores que partiam em busca de novos vínculos de trabalho em outras obras e localidades.

Vimos profundas transformações nas relações afetivas, mas também na própria cidade, que conferiram relevo ao impacto social que um empreendimento desse porte traz não somente durante a construção – transformando a área urbana existente ou *nascendi* – mas também com a sua finalização.

Ribeiro (2002) e Froelich (2001) trazem de modo claro essa explosão populacional, principiada pela construção de uma UHE. Os desdobramentos desse contingente que se desloca em busca de trabalho engendram efeitos para quem permanece e para quem sai da cidade. Um dos problemas mais recorrentes é não haver o

que Froelich (2001, p.172) denomina de uma "política global de desvinculação" por parte dessas empresas, o que fez com que parte expressiva dessa população vivesse de modo abrupto o desemprego decorrente da impossibilidade de a estrutura urbana local absorver essa mão de obra, como também o recrudescimento da violência local. Elemento este que nos chamou a atenção quanto à necessidade de ponderar e debater em canais mais ampliados as distintas instâncias que um projeto hidrelétrico comporta em seus efeitos sociopsíquicos e político-culturais.

Tal fato nos levou a considerar que a busca de um lugar no trabalho pode significar uma perda parcial de lugar na família. Observamos nas três famílias um retorno ao seio familiar que ainda está se constituindo, em vias de elaboração, após longo período do barrageiro fora (o dos Citrino está por se concretizar com a volta efetiva de Davi, porém, não deixa de produzir efeitos com a expectativa de seu retorno).

Percebemos no enredo familiar e na trajetória social dos três grupos um papel de pai e de marido sendo reconfigurado no cotidiano doméstico e na intimidade. Momento de reconstrução relacional ao regressar para casa. Uma temporalidade a ser desenhada com moldes que não sejam o tradicional tempo de trabalho, o que propicia um duplo retorno: o do marido e de pai que estava geográfica e afetivamente afastado em razão das horas a serem destinadas ao trabalho. Lugar a se ocupar, a ser compreendido e significado por seus próprios membros.

Raquel, da família Topázio, dispara essa questão, ao mencionar esse período do pai aposentado, em casa, com a família, como o usufruto do finalmente "não fazer nada", diferente de sua mãe, que se angustia diante desse tempo do "não trabalho".

Sobre isso, a família Citrino ainda está por vivenciar. Davi continua trabalhando e retorna para casa em média uma vez por mês, nos finais de semana. Entretanto, sua volta está prestes a acontecer assim que o contrato for encerrado. Lia expressa uma temporalidade desejante que venha propiciar, enfim, ao casal envelhecer junto, na presença dos netos e demais familiares. Poder sair da condição de

"mulher viúva de marido vivo" e ter junto de si um cotidiano compartilhado face a face.

Os Safira estão recobrando essa vivência conjunta, em uma rotina ainda a ser construída e ressignificada, dos anos passados a distância. Pela primeira vez, após catorze anos casados, estão residindo na mesma cidade, tempo, lugar e relação de reconhecer um ao outro.

Diante disso, a busca de um lugar no trabalho e no espaço familiar produziu paradoxos existenciais. Isso não disse respeito apenas ao gênero masculino, mas também à mulher. Buscar um lugar no trabalho e no espaço familiar, seja pela atividade remunerada ou não, está longe de alcançar soluções quando persiste uma rígida divisão entre trabalho doméstico e profissional, centrando na mulher os maiores encargos pelos cuidados com a família.

Observamos nas três famílias uma contradição manifestada nos arranjos familiares, constituidores de papéis em que a postura do gênero feminino de não levar problemas para a figura masculina/paterna se dá tanto no intuito de preservá-lo de preocupações, por estar distante/distanciado, quanto por esse homem não ocupar uma posição mais atuante no núcleo familiar.

Elemento destacável na narrativa dos Topázio, Citrino e Safira foi a incumbência das mulheres nos cuidados de casa e dos filhos, estando os maridos presentes ou não, bem como a mulher exercendo uma atividade remunerada ou não. Vimos, assim, uma imponente cisão entre o trabalho remunerado (centrado no homem) e o trabalho doméstico (centrado na mulher). Tal aspecto pode ser mais bem compreendido com discussões realizadas por Cyrino (2009), pesquisadora que se debruçou, para entender a relação entre trabalho doméstico e assalariado, ao abranger de modo articulado as categorias de análise trabalho, temporalidade e gênero.

Essa discussão é importante para nós porque põe em realce o universo dos narradores que ultrapassa o universo privado, pois estão integrados a uma construção histórica e social, inclusive de gênero. Cyrino (2009) assinala que a noção de cuidado naturalizada e socialmente construída como atributo feminino tanto onera as mulheres, que de modo costumaz acabam por ter de conciliar o papel familiar

e o profissional, como reverberam o modelo patriarcal que delega a elas uma posição secundária no mercado de trabalho ou até mesmo as impedem de ingressar neste. Em conjunto, esses argumentos revelam uma divisão de trabalho desigual, dentro e fora do mercado.

A autora expõe que são parcas as mudanças dos tradicionais modelos de família que permitem um redimensionamento mais igualitário e partilhado acerca da divisão doméstica de trabalho, como o cuidado com os filhos e as práticas sociais cotidianas referentes a essa esfera da vida.

Interessante observar como Todorov (1999) debruçou-se sensivelmente sobre esse aspecto. Ao articular cultura e vida cotidiana atentou para o prosaico enquanto constituinte da arte da existência, esfera da vida que não consiste em uma repetição mecânica dos gestos garantidores da sobrevivência, mas algo dotado de riqueza e desafios conjugadores de nós sociopsíquicos:

> Quem diz "criar as crianças" diz também, na verdade: jamais esquecer o material (a alimentação, a temperatura, a higiene) nem o indivíduo particular que temos diante de nós (inútil endereçar-lhe um discurso abstrato de infância). (Todorov, 1999, p.182)

Restringir a esfera doméstico-familiar ao gênero feminino é conservar a tradicional separação do dentro e fora do trabalho, assentado nas diferenças de gêneros: o trabalho reprodutivo (doméstico), vinculado à mulher, e o trabalho produtivo (remunerado), relacionado ao homem.

Vimos esse quadro reiterado nas três famílias, mesmo a mulher exercendo uma profissão fora de casa. O trabalho produtivo é elemento central e estruturante para a figura masculina e familiar, enquanto, para a mulher, o trabalho doméstico e os cuidados com os filhos passam a ser sua principal responsabilidade. Para os homens, o trabalho reprodutivo pode assumir uma posição de assessório, portanto, desigualmente partilhado. Permanece ainda a estrita divisão entre o casal naquilo que concerne ao cuidado com os filhos, o que sugere poucas mudanças no modelo tradicional de família e trabalho, apesar de seus rearranjos.

> Também fez-se claro que as diferentes inserções sociais dos homens e das mulheres nos universos doméstico e do trabalho determinam noções muito distintas do papel de cada um nestes espaços e, naturalmente, manejos do tempo e do espaço também muito diferenciados. (Cyrino, 2009, p.88)

Os diferentes usos do tempo cotidiano e a forma de organizar a vida na esfera tanto do lazer quanto do trabalho (dentro e fora de casa) expressaram contradições marcantes nas relações afetivas dessas famílias. O distanciamento masculino se perfez não apenas na distância física do trabalho, mas também em sua participação nas questões familiares, como cuidados com os filhos e outras atividades "de casa". Os arranjos familiares expressaram os papéis assumidos em uma relação de interdependência subalterna e desigual, tanto pelos homens (envolvidos prioritariamente com seu labor) quanto pelas mulheres, ao se desdobrarem, para poupá-los de preocupações "de casa", situadas em segundo plano.

Por outro lado, é indispensável constar nessa discussão a participação das mulheres no cenário social para além das esferas reprodutiva, doméstica, que nossas narradoras trouxeram. Na narrativa da família Citrino, vimos em torno da figura feminina uma ação fulgurante na contraposição das forças devastadoras do capital perante as formas de vida construídas pelo trabalho e pelo seio doméstico-familiar e comunitário. Protagonizaram lutas pela dignidade e pela vida no espaço público as mulheres, adolescentes e crianças, ao organizarem uma ocupação coletiva de locais estratégicos do Bambu no núcleo habitacional.

Foi uma forma exemplar de luta e resistência que se deu na ausência dos maridos, fosse por esses estarem desempregados, trabalhando fora, fosse por estarem buscando uma colocação no mercado de trabalho. A bandeira que as reunia era conseguir o direito de compra da casa na qual residiram durante anos, ao tornarem possível o "sonho brasileiro" de construir uma das maiores hidrelétricas do mundo. Mulheres que, do espaço doméstico, participaram de modo indireto e invisibilizado na construção dessa obra,

convivendo com a monocultura temporal, atravessada na esfera da intimidade e dos afetos.

Testemunharam, do espaço doméstico, a rotina extenuante da força de trabalho despendida, a qual, mais que imprimir reconhecimento e orgulho de pertencer a esse monumento nacional, trouxe dor e sofrimento no corpo e na subjetividade daqueles que integraram esse empreendimento. Nas palavras de Carreteiro (2003, p.293), "[...] o sofrimento social marca profundamente as construções subjetivas, levando o corpo a expressar o mal-estar". Essas mulheres, ao darem voz e indignarem-se conjuntamente contra essa realidade devastadora, recusaram que esse sofrimento (ético-político) persistisse apenas no registro do corpo e da subjetividade, deram-lhe nome e vez no campo social, para mostrar o lado invisibilizado e silenciado, para que pudesse ser entendido que barragem não se constrói apenas por mãos de homens no canteiro de obras.

Foram elas, em sua maioria, com seus filhos e vizinhança, a protestar e acampar nos dispositivos do Bambu a fim de resistir ao despejo e requerer o direito de compra das casas. Mais do que isso, puderam conferir visibilidade ao manifestar nessa ação o desejo de reconhecimento por terem integrado essa história. Esse acontecimento também demonstrou que a instituição familiar não é apenas uma unidade social reprodutiva da força de trabalho, comandada pelo capital, mas também uma instituição capaz de contrapô-lo, expressar suas contradições e resistir às suas investidas, tal como fizeram essas mulheres e seus familiares.

Finalmente, o delineamento dessas relações de gênero acabou por gerar recorrentes situações de conflito, de poder e tensão que pudemos ver nas narrativas de cada família, especialmente aquelas expressas pelas companheiras dos barrageiros. Todavia, ao buscarmos compreender como se davam as negociações da partilha desses cuidados e do exercício profissional da mulher, não obtivemos muitas informações e nem aprofundamentos que trouxessem com maior clareza como se fiavam essas relações, o que demandaria uma investigação mais detalhada.

Palavras finais: o fechamento (aberto) do livro

> *E a história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogo, nos prostíbulos, nos colégios, nas ruínas, nos namoros de esquina. Disso quis eu fazer a minha poesia, dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não têm voz.*
>
> (Gullar, 1997, p. 5)

Ao estudarmos o cenário de vida dos barrageiros e seus familiares, visando compreender os encontros e desencontros das instituições trabalho e família, em primeiro lugar foi necessário reconhecer que um empreendimento hidrelétrico não gera apenas impacto social e ambiental, seja para a população desalojada, como a ribeirinha, seja para uma área de um ecossistema atingido. Um processo de desenraizamento, violência e rupturas socioafetivas – sob a égide da racionalidade do capital – estende-se também aos trabalhadores desses empreendimentos e de seu núcleo familiar.

Vimos, com Duarte (2009), Ribeiro (2002), Froelich (2001) e Nova (2000), que a desterritorialização principiada por esses projetos integram um ideário desenvolvimentista e de progresso que acabava por ocultar o avesso dessa história: trabalhadores e familiares constrangidos a se mudar ou permanecer em uma localidade por exigência do trabalho e do não trabalho (vivência do desemprego e da ameaça deste nos períodos de reestruturação e pós-privatização), acrescida a uma rígida disciplina laboral.

Com o material narrativo apresentado ao leitor, pudemos ter acesso a uma versão da história pouco falada e até mesmo encoberta por uma versão "oficial", voltada para a exaltação dessas obras, tidas como símbolos portentosos da modernidade. Isso fez com que essa realidade fosse mais bem compreendida em sua complexidade e paradoxos, entretanto, demanda novos estudos e pesquisas que envolvam outras áreas de conhecimento a fim de ponderar sobre as diferentes repercussões socioambiental, político-ideológica, subjetiva e cultural.

Ao debruçarmo-nos sobre esse tema de pesquisa, pudemos verificar no material narrativo e bibliográfico a pluralidade dos modos de ser-trabalhar-viver dos barrageiros e seus familiares. Compreender sua realidade material e imaterial exigiu considerar a diversidade das condições de trabalho, de moradia, de relações sociais e subjetivas. Em seus respectivos enredo familiar e trajetória social, delinearam-se histórias de vida cujos nós sociopsíquicos permitiram conceder visibilidade às distintas temporalidades, espaços e relações que imprimiram diferentes matizes de significados aos (des) encontros trabalho-família. Estes possuíam variabilidade conforme a modalidade de vínculo estabelecida com o trabalho, os membros familiares, o local de moradia, os lugares de procedência, os sentidos da distância e os projetos de vida.

A temporalidade das narrativas expressou o tríplice presente da existência, do tempo que se torna humano ao ser narrado. O trabalho de historicidade, contido no ato narrativo, permitiu resgatar um passado, que traz marcas no presente, e examinar o tempo atual, que incute sonhos em um futuro não distanciado, mas almejado ao

propiciar elaborações e no qual possa haver lugar para o desejo ser concretizado.

O olhar e a escuta que dispensamos ao processo narrativo permitiram apreendermos seu papel interventivo ao conferir aos nossos narradores um reapoderamento da história pelo narrar, logo, novas formas de assumir o presente e antecipar o futuro, sem dispensar a apreciação do passado.

As recorrentes migrações laborais que mobilizaram e imobilizaram essas famílias tiveram como principais momentos de crise a partida e a chegada. Tanto uma quanto outra fizeram os sujeitos sociais encararem o cenário de vida perdido, posicionando-os em um horizonte a ser conhecido, ampliado e reconstruído. Vivências singulares, capazes de desenraizar como também promover novos enraizamentos. As principais formas identificadas desse processo paradoxal de ganhos e perdas, de encontros e desencontros é viver a migração como algo "bom" e "ruim", expresso em seus relatos. Ao mesmo tempo que a mobilidade permite explorar e descobrir novos modos de vida, traz desagregação e perdas.

Uma saída criativa que os nossos narradores construíram foi fazer uso da própria polissemia do trabalho, geradora de contradições que faz o labor ser vivido em sua positividade e negatividade (humaniza e desumaniza). Ou seja, os membros familiares concentraram um projeto de vida comum em torno do trabalho do barrageiro, uma via estratégica de os manter reunidos mesmo estando imersos na distância físico-geográfica. Nessa premissa, a família adquiriu uma função enraizadora para seus membros, e o sentido do trabalho, em sua negatividade, pôde gerar rastros de positividade quando os narradores fizeram uso do labor como uma atividade que futuramente viria lhes proporcionar a realização de projetos, inclusive os que remetessem ao seio familiar. Esse projeto permitiu elaborar dois recursos para vivenciar essa conjuntura. No primeiro, a família torna-se um lugar existencial e simbólico, de referência, logo, de territorialização. Assume um *locus* existencial para se contrapor a despedaçamento dos sentidos, à perda das referências geográficas e afetivo-sociais. No segundo, enquanto função enraizadora, permite ao ser humano uma

superfície a enraizar sua existência coletiva, comunicar suas experiências e conservar os tesouros do passado referentes à sua história de vida – além de propiciar antecipações de um futuro.

Todavia, como havíamos sinalizado, essa estratégia não está livre de paradoxos, pois a construção de sentidos, além de ser permanente, não impediu a imersão em um sofrimento ético-político, cuja principal dificuldade é poder localizar e combater as causas vinculadas às transformações perversas no universo do trabalho que, por sua vez, impelem a vivências migratórias que beiram à errância ao sobrepor o tempo do trabalho sobre o tempo da vida.

Para compreender melhor isso, vejamos algumas condições promotoras do deslocamento e da permanência, que sofreram uma paulatina deterioração em seus recursos materiais e imateriais, nos seguintes aspectos: 1- o desaparecimento das vilas que garantiam tanto a moradia para o trabalhador e sua família quanto um convívio oportunizador da tessitura de novas relações desse grupo social, sujeito a constantes mobilidades; 2- as condições de migração tornaram-se precárias por não haver recursos (ou estes serem ínfimos) para as mudanças posteriores, como também por não possibilitarem a caracterização de um vínculo de trabalho a longo prazo; 3- as instituições capazes de integrar os trabalhadores e seus entes familiares foram desmontadas, desaparecendo serviços de suporte até então garantidos pela empresa e/ou pelo Estado; 4- o campo de negociação do trabalhador em relação à empresa tornou-se excepcionalmente frágil, pois a possibilidade de deliberar conjuntamente sobre quando, como e quem mudar não é mais relevante; 5- a família passa a não integrar mais esse projeto de vivência cotidiana conjunta (tanto para a empresa como para o trabalhador), pois acompanhá-lo tornou-se algo dispendioso e até mesmo inviável quando condições de trabalho e permanência (fosse na empresa, fosse na cidade de moradia) reduziram-se a curto prazo e tornaram-se desconhecidas.

Como visto, as transformações no mundo do trabalho – rastros da negatividade – pronunciadas pela racionalidade econômica neoliberal, desarraigaram de modo abrupto o cenário existencial dessa unidade socioprofissional, conferindo parcos espaços de sociabilidade,

de construção de vínculos e tempo de elaboração do luto, pois o curto prazo passou a ser infligido à extensão da vida humana.

Tempo esse que se tornou comprimido nos prazos a serem cumpridos e incertos em suas possibilidades garantidoras de manutenção da atividade produtiva (mesmo estando aposentado), o que interferiu diretamente no atributo narrativo, capaz de comunicar experiências e de elaborar um modo de vida conhecido para dar espaço a um novo a ser ponderado e reinventado. Dificuldades experimentadas concomitantemente no universo do trabalho e na busca de um lugar na família, fosse para quem partiu, fosse para quem ficou.

Os paradoxos da busca por esses lugares de vida no trabalho e na família se manifestaram em cisões na vivência de gênero, no estranhamento provocado pela distância (capaz de fragilizar vínculos), no deslocamento de papéis assumidos no seio familiar e no desamparo diante de um futuro desconhecido e incerto.

Contudo, como mencionamos, para contrapor essa realidade, as famílias de barrageiros acionaram recursos no próprio trabalho – rastros da positividade –, ultrapassando essa categoria como simples meio de se manter financeiramente. Vemos desse modo a polissemia do trabalho e os processos de subjetivação por ele veiculados ao construir ao seu redor significações do projeto familiar, dos arranjos familiais (a fim de suprir a ausência do chefe de família) e dos vínculos sociais outrora estabelecidos nas relações de vizinhança e de comunidade no período dos núcleos residenciais de barrageiros.

Cada família buscou elaborar seus quadros de vida (em constante transformação) de maneira que novos encontros entre trabalho e família pudessem ser forjados para superar os desencontros sofridos. Isso denota uma singular capacidade dessa unidade social de engendrar diferentes arranjos familiares, tais como as peças de um caleidoscópio em movimento.

Entretanto, tais arranjos se reportaram muitas vezes a mudanças que tenderam a conservar os mesmos papéis e funções, como o trabalho reprodutivo focado na mulher e o produtivo, no homem. O desafio de cada uma dessas famílias seria poder reinventar uma nova disposição com seus entes onde uma horizontalidade

partilhada e mais igualitária pudesse ser experimentada entre os seus membros.

O que queremos dizer com isso? A dinamicidade dos arranjos familiares deu-se no movimento dos papéis e das funções, ora mantendo a tradicional figura patriarcal, ora afastando-se dela. Porém, mesmo que esses deslocamentos fossem feitos, não identificamos uma ruptura capaz de sobrepor o caráter centralizador na figura masculina enquanto definidora dos rumos e da provisão familiar. Isso porque os espaços do compartilhar das decisões, dos cuidados, da educação e da gestão doméstica, embora se concentrassem na mulher, mantinham ao redor do gênero masculino a posição decisória principal, mesmo estando esse cônjuge/pai a distância. Tal saída permite inferir que essa configuração familiar centrada no homem foi um meio encontrado para não romper com essa tradicional divisão de gênero e correr o risco de uma cisão familiar – em alguns momentos mais fragilizada por sofrer o processo migratório.

Mesmo assim, a instância familiar é dinâmica, pois se trata de uma instituição (possui caráter histórico e vincula-se a distintos jogos de poder) passível de ressignificação e de um constante rearranjar. Vimos nas famílias Topázio, Citrino e Safira essa reconfiguração em andamento com o retorno do barrageiro para casa. Independentemente da sua volta efetivada ou iminente, percebemos nessas famílias um processo de reaproximação, de uma relação face a face que busca lidar com o estranhamento provocado pela distância em seus modos de ser-trabalhar-viver.

Seus membros vivenciam uma atividade de elaboração, muitas vezes marcada por crises relacionais. Contudo, estas podem ser entendidas como uma oportunidade de se redescobrir e se reinventar em seus vínculos afetivos, em seus papéis e funções, quem sabe, modos mais compartilhados e igualados em suas demandas singulares a serem expostas e negociadas.

Em nosso tripé teórico-conceitual, apreciamos a categoria dos barrageiros e suas famílias imersa em uma trajetória socioprofissional com inúmeras situações de enlaces e desenlaces. Percebemos que a fragilização dos vínculos, dentro e fora do labor, deu-se

prioritariamente pelas transformações no contexto de trabalho neoliberal, como apontamos ao longo do livro. Assim sendo, a monocultura temporal, expressa pelo tempo do mercador, imprimiu uma heterorritmia, cadenciando vidas ao tom das cifras calculistas do lucro.

Disso decorre a necessidade de debatermos a privatização para além de sua natureza jurídico-econômica a fim de ponderarmos sobre os impactos humanos em termos psicossociais, políticos e ideológicos em andamento. Examinarmos, de modo mais abrangente e aprofundado, a transformação ensejada nas relações dos agentes produtivos (iniciativa privada – neoliberal) com a sociedade. Percurso necessário para desvelarmos os efeitos nefastos da destituição do cidadão para ascensão do consumidor, dominado pelo poder gerencialista.

Gaulejac (2007) é categórico, em sua minuciosa análise do perverso poder gerencialista que culmina na fragmentação social e no sofrimento psíquico, ao demonstrar o confronto instaurado entre o tempo do capital *versus* o tempo da vida. O que isso significa? A sociedade ocidental, que mede o tempo em função do mercador (o coeficiente do capital representado pelo dinheiro), tornou a vivência temporal abstrata e aprisionadora. Calcula-se o tempo em função dos prazos, das metas e dos planejamentos do capital que almejam apenas o lucro. Tempo esse descolado do tempo de vida propriamente humano.

Por vivermos em uma sociedade centrada no trabalho e modelada pela racionalidade capitalista, a temporalidade imposta à humanidade se fez heterorrítmica porque infligiu uma cadência de ritmos destoantes da vida humana, da natureza e do biológico. A principal consequência disso é produzir rupturas e desligamentos das necessidades fisiológicas e sociopsíquicas da dimensão existencial, desde o tempo de repouso, de alimentação, de envelhecer e lazer até o tempo de elaborar um luto, de construir/sustentar vínculos e manter um cenário de vida.

É preciso rememorar que a relação e a significação estabelecidas do ser humano com o tempo possuem dimensão histórica. Não se

reporta a algo dado, mas socialmente constituído ao longo do curso da história, portanto mutável, como Elias (1998) demonstra em sua obra. É importante atentarmos para esse aspecto, pois, se produzimos uma relação tirânica no/com o tempo, podemos nos rever nesse processo (considerando o tempo de vida) e constituir outras possibilidades mais humanas e idiorrítmicas de modo a forjar outros processos civilizatórios e subjetivantes que contraponham aquele que está instituído. Todavia, para mudar, é necessário examinar o tempo (im)posto e seus efeitos.

Vimos um tempo hegemônico de direção única, pois é impositivo e desagregador ao fixar o tempo do trabalho (do mercador) sobre todas as outras necessidades humanas: "A adaptabilidade e flexibilidade são exigidas em mão única: cabe ao homem adaptar-se ao tempo da empresa e não o inverso [...]. É preciso que o tempo seja útil, produtivo e, portanto, ocupado" (Gaulejac, 2007, p.78-79).

Nessa lógica instrumental e produtivista, o indivíduo é compungido a estar disposto a abandonar seu horizonte de vida, seu trabalho, seus lugares, suas relações e seus afetos para se manter "empregável". Essa é a disritmia nos modos de vida, estabelecida pela racionalidade do capitalismo neoliberal. Poder voltar-se para a dimensão de perdas e ganhos humanos que ultrapassem a lógica financeira está cada vez mais distanciado nessa monocultura. Logo, as discussões e ações que incluam o debate da conquista de garantias, direitos, suportes e redes de apoio estão ausentes da pauta do capital e seu poder gerencialista.

A contemporaneidade, segundo Gaulejac (2007), é de uma guerra econômica, cuja obsessão é o rendimento financeiro. Um poder gerencialista que captura a subjetividade e enreda consigo a trama existencial. Gerencia-se para além dos espaços da fábrica e do escritório. Diante da pressão e das ameaças constantes em um contexto com elevados níveis de desemprego e de um mundo à beira de um colapso, a família também é gerenciada, bem como as relações afetivas e sociais.

Assumir um lugar no trabalho e na família, nessa lógica do capitalismo financeiro, segue essa mesma esteira: a família torna-se uma

pequena empresa que consiste em produzir indivíduos empregáveis. Gaulejac (2007) assinala que o casal dispõe seus recursos econômicos, cognitivos, afetivos e relacionais para garantir a ascensão do filho no mercado. A filiação é alvo de maciços investimentos e a atividade produtiva dos cônjuges tem por finalidade garantir o futuro trabalho de seus descendentes. A educação e desenvolvimento de atividades voltam-se para esse fim. De certa forma, vemos essa realidade repercutir no horizonte dos nossos narradores, uma vez que o projeto de trabalho amalgamado ao da família é garantir o sucesso do filho na luta por um lugar no mercado de trabalho. O longo prazo da família foca esse intento ao se planejar para a garantia da educação dos filhos.

Nessa conjuntura, os projetos humanos assentados na intersecção trabalho-família sofrem as reverberações das transições do mundo do trabalho, implodindo o liame do dentro e fora do labor. Suas ressonâncias na vida familiar e doméstica fizeram-se perceptíveis por meio da vivência dos conflitos, mal-estar, anseios, desamparos e (im)possibilidades, manifestados em formas de ser-trabalhar-viver dos barrageiros.

O mundo aberto por essas narrativas, embora se refira a uma categoria profissional específica, a do barrageiro, não deixou de conferir espessura social e histórica aos modos de existir contemporâneos, uma vez que expõe formas de habitar, experienciar o tempo e se relacionar, típicos da atualidade.

Observamos aproximações e distanciamentos acerca dos modos de ser-trabalhar-viver, anunciados por nossos narradores. As especificidades de ser familiar de barrageiro foram engendradas mediante a experiência de construção de recursos e de estratégias que permitissem lidar com as vicissitudes dos contextos sócio-histórico e político-econômico, desencadeados pelas demandas do trabalho e da migração.

Deparamo-nos com a típica família nuclear, porém a vimos tal qual um caleidoscópio a volver com o movimentar das peças, gerando distintos arranjos, cuja principal força a gerar impulso foram as exigências do trabalho. Foram elas que dispararam acordos e negociações no âmbito afetivo familiar, designando quem vai e quem

fica, geralmente, fixa a família para correr atrás do trabalho. E ficar sem o trabalho, já que esse dificilmente se torna algo fixo, é ficar sem a família. Isso não isentou o risco nem apaziguou os paradoxos da distância familiar e sua possibilidade de dissolução. Aí reside uma das principais contradições, geradoras de (des)encontros trabalho--família, em que distintos recursos materiais e imateriais são acionados para lidar com a elaboração de perdas e reparação dos vínculos – persistindo seus efeitos mesmo depois do retorno do trabalhador para seu núcleo doméstico-familiar.

A partir das referidas considerações, afirmarmos ter sido o campo relacional e cotidiano um ponto de análise fundamental para averiguar os nós sociopsíquicos da intersecção da macro com a micro história, do coletivo e individual, do social e subjetivo. Essa instância da existência é um cruzamento dessas dimensões da vida humana, sobre a qual se voltam os estudos da psicossociologia: "é na vida cotidiana que as transformações ocorrem, na relação e pela relação, e que não se pode dissociar mudança individual e coletiva" (Carreteiro, 2001, p.107).

Conforme Castro e Araújo (2001), buscamos superar análises cindidas que se voltam de modo reducionista às forças prepotentes das "estruturas" e dos "grandes processos sociais". Com os referidos autores, reconhecemos o sujeito dotado de originalidade e autonomia, haja vista que os processos sociais não podem regular de modo absoluto a conduta individual, o que permitiu figurar em nosso material analítico as resistências, paradoxos e criações. Ao comportar o que é prosaico, ordinário e rotineiro, o sujeito, em seu cotidiano, percebe oportunizado um espaço para ações criadoras e avista o inesperado, constituintes da arte da existência como uma obra *in statu nascendi* (Todorov, 1999, p.178).

Nessa dimensão, a história adquire concretude e materialização, especialmente ao requisitar a memória mediante o trabalho narrativo, capaz de evocar as tramas da historicidade. A história, de uma força disforme e distante, passa pelo crivo da singularidade e da rotina. Ali é onde o sujeito pode manipular as coisas, e não somente ser manipulado, e põe em ação seus saberes e desejos.

Conferimos relevo ao território enquanto quadro de vida, como nos diz Milton Santos (2002), ao integrarmos uma leitura sociossubjetiva, articulada à tríade tempo-espaço-relação, cujo cerne foi o cotidiano. Isso nos reporta a Simmel (2005), em seu texto "O estrangeiro", ao circunstanciar de modo similar esse campo de análise sobre o qual nos detemos: "[...] as relações concernentes ao espaço são, por um lado, apenas, a condição e, por outro, o símbolo das relações entre os seres humanos" (Simmel, 2005, p.265).

Ayres (2008), nas trilhas da hermenêutica, reconhece o cotidiano como esfera de ação e da práxis, das experiências concretas, do vivido, em que se estabelecem relações e interações entre sujeitos, grupos, comunidades e instituições. É o *locus* existencial em que são concatenados interesses, valores, decisões e saberes. É nas experiências cotidianas que encontramos, mediante a linguagem, a sabedoria prática (*phronesis*), outra esfera de saber. Abrir-se para elas é conhecer como se processam escolhas, decisões, compreensões perante as vicissitudes e demandas postas para a existência.

Diante disso, vimos que a narrativa, enquanto linguagem, é ato, pois manifestou a singularidade de cada ser social em sua condição e realidade, uma vez que a existência e a experiência se expressam em palavras e ações. Com Lebrun (1998), buscamos não apenas levantar novas questões, mas estarmos abertos a outras respostas, versões da verdade e do vivido: "Sob a História, com H maiúsculo, existem as histórias; sob as venturas ou desventuras, existem narrativas individuais [...]" (Lebrun, 1998, p.50).

Para finalizar, faremos duas últimas considerações. Sobre o sofrimento ético-político e o fechamento aberto desta pesquisa.

Com Sawaia (2010), debatemos que o sofrimento ético-político, além de se referir ao sofrer existencial em suas dimensões físicas e afetivas, é evitável do ponto de vista social e histórico, posto que se trata de uma imposição social, oriunda da racionalidade econômica do capital sobre sujeitos que ocupam posições sociais específicas. No caso do barrageiro, na lógica neoliberal, vemos uma imposição de um tempo de trabalho sobre o de vida, gerador de esfacelamento social, preconceito, injustiça e falta de dignidade. Esse panorama se

agrava ao restringir o campo da experiência comunicável, a potência criadora e o apoderamento da realidade. Logo, a subjugação de pessoas ao torná-las impotentes para resistir, gozar da liberdade e da felicitação social.

Isso não significa isentar os afetos, como a alegria e a tristeza, mas fazer de ambos um caminho de contraposição e exame da realidade na gênese do seu sofrimento, não se reduzindo ao âmbito relacional familiar ou individualista. Tampouco significa abolir todas as formas de incerteza e insegurança, dimensões do existir, mas poder lidar com estas, ao entretecer laços sociais e firmar vínculos de pertencimento sem autoritarismo e subjugação, tal qual faz o tempo da monocultura do capital sobre o tempo da vida.

A desconstituição dos espaços de sociabilidade, de reciprocidade e de solidariedade fragilizou essa categoria socioprofissional. O grande receio desses familiares de barrageiros é não garantir meios de sustento financeiro ao lar e ter impossibilitada a proteção de seus filhos. Portanto, de não conseguirem angariar recursos para educação e inclusão social e profissional de seus descendentes.

Nesse viés, debruçar-se sobre o social sem dispensar a subjetividade e toda a experiência humana atrelada ao afeto, é podermos reencontrar modos de não perder a singularidade ao mesmo tempo que podemos nos ligar ao outro. Reaver a experiência comunicável, do narrador benjaminiano, capaz de qualificar as relações humanas e dimensionar o que é "bom" ou "ruim", o que evitar e do que não abrir mão. Olhar para nós mesmos sem dispensar a ação coletiva. Seja no espaço familiar, no campo social, seja no trabalho. Urge uma necessidade de refundarmos processos democráticos e sociais na contemporaneidade para resgatarmos dispositivos de coletividade e participação que têm sido massacrados e deslegitimados pelo mercador.

Resgatar a experiência de uma distância que não quebre o afeto nem recaia em uma visão ensimesmada, restritiva da potência do viver-junto que Barthes (2003) nos convidava a pensar. Poder usufruir da ternura em termos éticos e políticos. Aprender a pensar os nós sociopsíquicos como vias a serem percorridas com a finalidade

de reconhecer os afetos e as subjetividades, não apenas na dimensão da brandura e da felicitação, mas também da tristeza e do sofrer da condição humana. Seria poder vivê-los, nomeá-los e negociá-los de modo legítimo no campo social, inclusive do trabalho e da família.

Um viver-junto no trabalho e na família a ser construído e experimentado em relações capazes de conjugar singularidades. Compor com distintas idiorritmias um ritmo coletivo, que não mais sobrepuje de modo degradante o tempo da vida. Avistando isso, poderíamos viver-junto o tempo, espaço e as relações, em um tríplice presente a ser narrado em outra lógica que não fosse exclusivamente a do dinheiro nem a da monocultura do capital.

Enfim, se nos delongamos até aqui, foi porque tivemos de lidar com o infindável trabalho de interpretação do mundo do texto, portanto, da existência humana. Sendo assim, não esgotamos perguntas e respostas tampouco o tema de pesquisa. As questões abriram-se, assim como nosso horizonte que, apenas ao ser percorrido, pôde ser avistado em sua amplitude. Tal como Ricoeur (2008), deparamo-nos com a interpretação que não é um saber absoluto, pois, ao desvendarmos o texto, avistamos um mundo a ser continuamente aberto e (re)descoberto.

Esperamos, assim, neste fechamento aberto do livro, expandir o convite para que outras narrativas desse tema possam continuar a ser construídas e compreendidas nos campos da ciência e do vivido. Continuar narrando, tal como Sherazade, seria um meio profícuo de manter a vida, sobreviver à perversidade lançada no universo laboral nos moldes neoliberal e de ponderar sobre os (des)encontros trabalho-família. Meio esse de recusar o aviltar da vida humana. Para tanto, insistimos, é preciso continuar a narrar, seja o conhecimento, seja a vida. Há muitas histórias (ainda) não narradas a virem e serem recebidas no mundo, conferindo voz e desvelando outras versões da realidade.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo?* E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AGUDELO, H. Globalização, mercado de trabalho e flexibilização da legislação trabalhista no Brasil. In: PRIORI, A. (Org.). *O mundo do trabalho e a política:* ensaios interdisciplinares. Maringá: EDUEM, 2000.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (Org.). *Territórios em movimento:* cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília: SEBRAE, 2004.

ALVES, A. D.; JUSTO, J. S. Histórias de Pescadores: estudo com ribeirinhos desalojados por uma hidrelétrica. *Psicologia Política,* v. 11, n. 22, p.309-328, 2011.

ALVES, G. *Trabalho e subjetividade:* o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

_______. *Dimensões da precarização do trabalho:* Ensaios de Sociologia do Trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

ANDERSON, P. (et al.). A trama do neoliberalismo. Mercado, crise e exclusão social. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. *Atlas de Energia Elétrica do Brasil*. 3. ed. Brasília: ANEEL, 2008. Disponível em: <http://www.ANEEL.gov.br/arquivos/PDF/atlas3ed.pdf>. Acesso em: fev. e maio 2014.

_______. *Atlas de Energia Elétrica do Brasil.* 1. ed. Brasília: ANEEL, 2002. Disponível em: < http://www.ANEEL.gov.br/arquivos/pdf/livro_atlas.pdf>. Acesso em: maio 2014.

ANÔNIMO. *Livro das mil e uma noites*: ramo sírio. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho.* Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

_______. Dez teses sobre o trabalho do presente e uma hipótese sobre o futuro do trabalho. *31º Encontro Anual da ANPOCS*, de 22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu (MG). Seminário Temático n. 34: Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea, 2007.

_______. Mesa 1: O trabalho como símbolo da transformação e da dignidade. In: Menegat, M.; Behring, E. R.; Fontes, V. (Org.). *Dilemas da humanidade:* diálogos entre civilizações. MST, UFRJ, FSS/UERJ. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

ARANTES, A. A. (et al.). *Colcha de retalhos*: estudos sobre a família no Brasil. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

ARAÚJO, J. N. G.; CARRETEIRO, T. C. (Orgs.) *Cenários sociais e abordagem clínica.* São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec, 2001.

ASSIS, M. *Memórias Póstumas de Brás Cubas.* Obra Completa, Machado de Assis, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

AYRES, J. R. C. M. Hermenêutica, conhecimento e práticas de saúde, a propósito da avaliação. In: CAMPOS, R. O. (et al.). *Pesquisa avaliativa em saúde mental:* desenho participativo e efeitos da narratividade. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

BARTHES, R. *Como viver junto.* Simulações romanescas de alguns espaços cotidianos: cursos e seminários no Collège de France, 1976-1977. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_______. *Fragmentos de um discurso amoroso.* 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

_______. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, R. (et al.). *Análise estrutural da narrativa.* Pesquisas semiológicas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

Batista, A. S., Codo, W. O trabalho e o tempo. In: Codo, W.; Jacques, M. G. (Orgs.). *Saúde mental & trabalho:* leituras. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BECK-GERNSHEIM, E. *La reinvención de la familia.* En busca de nuevas formas de convivencia. Barcelona: Paidós Contextos, 2011.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas I*: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

_______. *Obras escolhidas III*: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

_______. *Obras escolhidas II*: Rua de Mão Única. São Paulo: Brasiliense, 2011.

Bertaux, D. *Narrativas de vida:* a pesquisa e seus métodos. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BIRMAN, J. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_______. *Mal-estar na atualidade:* a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2001.

_______. Laços e desenlaces na contemporaneidade. *Jornal de Psicanálise,* v. 40, n. 72, p. 47-62, 2007.

BLUMENBERG, H. *Naufrágio com espectador.* Paradigma de uma metáfora da existência. Lisboa: Vega, 1990.

BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia.* São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOURDIE, P. A essência do neoliberalismo. *Le monde diplomatique,* 1998. Disponível em: <http://infoalternativa.org/teoria/teo007.htm>. Acesso em: maio de 2013.

BRANDIM, A. C. M. S. Paul Ricoeur e Michel De Certeau: a hermenêutica da falta como produção de sentidos ou a hermenêutica dos rastros do Outro. *Teoria da História,* ano 2, n. 4, p. 134-146, 2010.

CAPITÃO, C. G.; HELOANI, J. R. Saúde mental e psicologia do trabalho. *São Paulo em Perspectiva,* São Paulo, v. 17, n. 2, p. 102-108, 2003.

Carreteiro, T. C. Psicossociologia em exame. In: LÉVY, A. (et al.). *Psicossociologia*: análise social e intervenção. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_______. História de vida: da genealogia a um estudo. *Psico,* Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 281-295, 2003.

CARRETEIRO, T. C.; BARROS, V. A. Clínicas do trabalho: contribuições da psicossociologia no Brasil. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. (Orgs.). *Clínicas do trabalho.* Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011.

CARRETEIRO, T. C.; MATTAR, C. M. História de vida, subjetividade e violência conjugal. *Cronos,* Natal-RN, v. 5/6, n. 1/2, p.103-117, 2004/2005.

CASTORIADIS, C. *Figuras do pensável.* As encruzilhadas do labirinto. Vol. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, E. M.; ARAÚJO, J. N. G. Análise social e subjetividade. In: LÉVY, A. (et al.). *Psicossociologia*: análise social e intervenção. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CASTRO, M. A. Poética e poiesis: a questão da interpretação. *Concurso para professor titular de poética do departamento de ciência e literatura da faculdade de letras da UFRJ*. Junho de 1998. Disponível em: <acd.ufrj.br/~travessiapoetic/livros/livro4.doc>. Acesso em: mar. 2013.

CHAUI, M. *Convite à filosofia.* São Paulo: Ática, 2000.

CYRINO, R. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p.66-92, 2009.

CORRÊA, M. Apresentação. In: ARANTES, A. A. (et al.). *Colcha de retalhos*: estudos sobre a família no Brasil. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano:* 1. Artes de fazer. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DEJOURS, C. *Addendum*. Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: Lancman, S.; Sznelwar, L. I. (Orgs.). *Christophe Dejours:* Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2008.

DETONI, P. P. *"Seguir barragem":* (re-des) construções das masculinidades num canteiro de obras de uma usina hidrelétrica. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2010.

D'INCAO, M. A. *Sentimentos modernos e família.* São Paulo: Brasiliense, 1996.

D'INCAO, M. A. (Org.). *Amor e família no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1989.

Donzelot, J. *A polícia das famílias.* 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

DUARTE, D. A. *A migração laboral no setor de produção de energia hidrelétrica:* efeitos na subjetividade dos trabalhadores na contemporaneidade. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2009.

_______. *(Des)encontros trabalho-família*: narrativas de familiares de trabalhadores migrantes do setor de produção de energia hidrelétrica. 2014. 304 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2014.

DUARTE, D. A.; LUZIO, C. A. A migração laboral de trabalhadores do setor de produção de energia hidrelétrica: a vivência subjetiva e as suas relações com o mundo do trabalho contemporâneo. In: HASHIMOTO, F. (Org.).

Psicologia e Trabalho: desafios e perspectivas. Assis: FCL Assis UNESP Publicações, 2010.

ELIAS, N. *Sobre o tempo.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_______. *A sociedade dos indivíduos.* Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ENRIQUEZ, E. *Da horda ao Estado.* Psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999a.

_______. Perda do trabalho, perda da identidade. In. NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. M. (Orgs.). *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: Instituto de Relações do Trabalho – IRT/PUC-Minas, 1999b.

_______. Instituições, poder e "desconhecimento". In: ARAÚJO, J. N. G.; CARRETEIRO, T. C. (Orgs.) *Cenários sociais e abordagem clínica.* São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec, 2001.

_______. A construção amorosa. *Psicologia em Revista*, v. 9, n. 13, p.13-25, 2003.

_______. SIMMEL, Georg. In: BARUS-MICHEL, J. (et al.) *Dicionário de Psicossociologia.* Lisboa: CLIMEPSI, 2005.

FAUSTO NETO, *Família operária e reprodução da força de trabalho.* Petrópolis: Vozes, 1982.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade,* v. 14, n. 2, p. 50-59, 2005.

FOUCAULT, M. *Estética:* literatura e pintura, música e cinema. Coleção Ditos e Escritos, vol. III. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional,* v. 35, n. 122, p.229-248, 2010.

FREUD, S. (1914). Recordar, repetir e elaborar. In: *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREYRE, G. *Casa grande & senzala.* Brasília: Ed. da UNB, 1963.

FROELICH, G. M. *Ilha Solteira:* uma história de riqueza e poder (1952-1992). São Paulo: EDUC, 2001.

GADAMER, H. G. *Verdade e método.* 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GAGNEBIN, J. M. *lembrar escrever esquecer.* São Paulo: Ed. 34, 2006.

GALVÃO, P. (PAGU). *Parque industrial.* 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto; São Paulo: EDFSCar, 1994.

GAULEJAC, V. O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito. *Cronos*, Natal-RN, v. 5/6, n. 1/2, p. 59-77, 2004/2005.

_______. *As origens da vergonha.* São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria, 2006.

_______. *Gestão como doença social:* ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

_______. O sujeito face à sua história: a démarche "romance familiar e trajetória social". In: TAKEUTI, N. M.; NIEWIADOMSKI, C. (Orgs.). *Reinvenções do sujeito social:* teorias e práticas biográficas. Porto Alegre: Sulina, 2009.

GAY, P. *Freud:* uma vida para nosso tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade:* sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

_______. *Manuales/ Ciencias Sociales*. El libro universitario. 3. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

GUÉRIN, M. *O que é uma obra?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GULLAR, F. *Corpo a corpo com a linguagem.* Ponta Grossa (PR): UEPG. Museu/Arquivo da Poesia Manuscrita, 1997.

HAYEK, F. A. *O caminho da servidão.* 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. CD-ROM. São Paulo: Objetiva, 2001.

ITAIPU, Binacional. Nossa história. Desafio Humano. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/nossa-historia>. Acesso em: maio de 2014.

JAROUCHE, M. M. Tribulações do terceiro xeique. Duas versões de um conto das Mil e Uma Noites. *Revista USP,* v. 31, p.142-149, 1996.

_______. Nota editorial. *Livro das mil e uma noites*, vol. I: ramo sírio. 2. ed. São Paulo: Globo, 2006.

JATOBÁ, R. *Crônicas da vida operária.* São Paulo: Lazuli, 2006.

JESUS, R. P. *De "Vila Operária" a bairro dos trabalhadores*: processo de constituição do bairro Vila "C" – 1977 a 2008. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, 2009.

KUNDERA, M. *A imortalidade.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

LASCH, C. *Refúgio num mundo sem coração*. A família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEBRUN, J. Introdução. In: LE GOFF, J. *Por amor às cidades:* conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_______. A cidade inovadora, palco de igualdade e festa da troca. In: LE GOFF, J. *Por amor às cidades:* conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LE GRAND, J. L. Histórias de vida. In: BARUS-MICHEL, J. (et al.) *Dicionário de Psicossociologia.* Lisboa: CLIMEPSI, 2005.

LEVI, P. *A tabela periódica.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LÉVY, A. A psicossociologia: crise ou renovação? In: LÉVY, A. (et al.). *Psicossociologia*: análise social e intervenção. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a.

_______. *Ciências clínicas e organizações sociais* – sentido e crise do sentido. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001b.

LHUILIER, D. Trabalho. In: BARUS-MICHEL, J. (et al.) *Dicionário de Psicossociologia.* Lisboa: CLIMEPSI, 2005.

MACHADO, L. Z. M. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. *Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação,* v.5, n.8, p.11-26, 2001.

MANARIN, O. *Peões da barragem.* Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Bambu – 1975 a 1991. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, 2008.

MARX, K. *O capital.* Crítica da economia política. V. I, tomo I. São Paulo: Nova cultural, 1996.

MATTOSO, J. E. L. *A desordem do trabalho.* São Paulo: Scritta, 1995.

MELO NETO, J. C. *Museu de tudo.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MIRANDA, J. A. B. Prefácio. In: BLUMENBERG, H. *Naufrágio com espectador.* Paradigma de uma metáfora da existência. Lisboa: Vega, 1990.

NOVA, A. C. B. *Percepções da cultura da CESP.* São Paulo: Escrituras Editora, 2000.

OIT. *Organização Internacional do Trabalho*. Mais de 70 por cento dos trabalhadores não têm proteção contra o desemprego, 2012. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/mais-de-70-por-cento-dos-trabalhadores-nao-tem-protecao-contra-o-desemprego>. Acesso em maio de 2013.

OLIVEIRA, C. M. Apresentação – Palavras introdutórias. In: CERVENY, C. O. (Org.). *Família em movimento.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

OUTERIAL, J. *Adolescer*. Estudos Revisados sobre adolescência. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

PAGÈS, M. (et al.). *O poder das organizações*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

PAULA, V. *Os piloteiros e a pescaria.* Disponível em: <http://www.guiasdepesca.com.br/cms/index.php?option=com_content&view=article&id=23:piloteiros&catid=5:dicas-e-tecnicas-gerais&Itemid=8>. Acesso em: abr. 2014.

PEIXOTO, N. B. O olhar do estrangeiro. In: NOVAES, A (Org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Perrot, M. (Org.) *História da vida privada*: da revolução francesa à primeira guerra, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

POCHMANN, M. *A batalha pelo primeiro emprego:* as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_______. *O emprego na globalização:* a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAMOS, L.; M., MEIMES, *Rizoma.* Disponível em: < http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/espaco/rizoma.html>. Acesso em: jul. 2014.

RIBEIRO, M. F. B. *Memórias de concreto:* vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002.

RICOEUR, P. *Hermenêutica e ideologias.* Editora Vozes, 2008.

_______. *Tempo e narrativa.* Tomo I. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ROSA, J. G. João Porém, o criador de perus. In: ROSA, J. G. *Tutameia:* terceiras estórias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SABINO, F. T. *O Encontro marcado.* 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

SAMARA, E. M. O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade). *Psicologia USP*, v. 13, n. 2, p.27-48, 2002.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice:* o social e o político na pós-modernidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_______. Para uma sociologia das ausências e das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais,* n. 63, p.237-280, 2002.

_______. *O fórum social mundial:* manual de uso. Madison, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm.pdf>. Acesso em: mar. 2013.

_______. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. (Org.) *A globalização e as ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_______. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, M. O retorno do território. SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.) *Território:* globalização e fragmentação. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Annablume; ANPUR, 2002.

_______. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). *Família:* redes, laços e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: PUC SP/CEDEP; Cortez Editora, 2010.

SAWAIA, B. B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético--política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). *Família:* redes, laços e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: PUC SP/CEDEP; Cortez, 2010.

Scheinvar, E. A família como dispositivo de privatização do social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 58, n.1, p.18-57, 2006.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter:* as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SIMMEL, G. (1903). As grandes cidades e a vida do espírito. *Maná*, v. 11, n. 2, p.577-591, 2005.

_______. (1896). O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, J.; ÖELZE, B. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UNB, 1998, p.23-40.

SINGER, P. *Globalização e desemprego:* diagnóstico e alternativas. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUSA FILHO, A. Michel de De Certeau: Fundamentos de uma sociologia do cotidiano. *Sociabilidades*, v. 2, p.129-134, 2002.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum.* Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, S. *O homem desenraizado.* Rio de Janeiro: Record, 1999.

_______. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

TRIGO, M. H. B. Amor e casamento no século XX. In: *Amor e família no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1989.

VILLELA-PETIT, M. P. Perspectiva ética e busca do sentido em Paul Ricoeur. *Síntese – Rev. de Filosofia,* v. 34, n. 108, p.5-22, 2007.

WEIL, S. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_______. *O Enraizamento*. Bauru: Edusc, 2001.